

TÓPICOS ESSENCIAIS EM ECONOMIA

EIXO:
ECONOMIA INTERNACIONAL,
CRISE ECONÔMICA
E CRIPTOMOEDAS

EDNA PERPÉTUA DOS SANTOS
FLÁVIA SILVEIRA DE MELO
GILMARA MARTINS DE OLIVEIRA
JOÃO PEDRO PAIM DOS SANTOS
MARIA REGINA DA SILVA LIMA
PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DE SOUSA
ORGANIZADORES



Edna Perpétua dos Santos
Flávia Silveira de Melo
João Pedro Paim dos Santos
Maria Regina da Silva Lima
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa
(Organizadores)

TÓPICOS ESSENCIAIS EM ECONOMIA
Eixo: Economia Internacional, Crise Econômica e Criptomoedas

Copyright by ©
Vários autores

Projeto Editorial:

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves
Fabrício de Sousa Santos
Maria Regina da Silva Lima
Sirlei dos Reis Rodrigues Segatti
Escola de Negócios UNIALFA

Revisão:

Eurípedes Júnior Lopes Silva
Gilmara Martins de Oliveira
Nívea dos Reis Bernardes
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa

1º Edição 2023

Apoio:

Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA – Goiânia-GO

Dados para Catalogação:

T674

Tópicos essenciais em Economia - Eixo: Criptomoedas, Economia Internacional e Crise Econômica / Organizadores Edna Perpétua dos Santos, [et al.] – Goiânia: Unialfa, 2023.
193 p.: il.

ISBN: 978-65-87372-01-3

1. Economia. 2. Criptomoedas. 3. Economia Internacional. 4. Tópicos em Economia. I. Santos, Edna Perpétua dos. II. Melo, Flávia Silveira de. III. Santos, João Pedro Paim dos. IV. Lima, Maria Regina da Silva. V. Sousa, Pedro Henrique Rodrigues de.

CDU: 330.1

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
CAPÍTULO 1	5
CRIPOMOEDAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ACERCA DO PROCESSO DE LEGISLAÇÃO NA CHINA, BRASIL, ESTADOS UNIDOS E UNIÃO EUROPEIA	5
CAPÍTULO 2	32
O BRASIL DE VOLTA AO MAPA MUNDIAL DA FOME: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA INTERNACIONAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR	32
CAPÍTULO 3	60
CAPITALISMO DE LIVRE MERCADO: OS EFEITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA SOBRE O DESEMPENHO DOS PAÍSES, 2008-2015	60
CAPÍTULO 4	81
“INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA” SOB TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS CRISE DE 1929 E 2008 EM RELAÇÃO A 2020 NO BRASIL	81
CAPÍTULO 5	110
RELAÇÃO DE PREÇOS ENTRE CRIPTOMOEDAS E COMMODITIES AGROPECUÁRIAS: ANÁLISE ECONÔMETRICA	110
CAPÍTULO 6	139
A INCLUSÃO DOS FORMADOS IMIGRANTES DA GUINÉ-BISSAU NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2010 – 2020.....	139
CAPÍTULO 7	159
DIAGNÓSTICO E PREVISIBILIDADE DE CRIMES VIOLENTOS, LETAIS E INTENCIONAIS: ESTUDO DE CASO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	159
CAPÍTULO 8	171
ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS DOS ESTADOS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19.....	171

PREFÁCIO

A série Tópicos Essenciais é uma coletânea de trabalhos acadêmicos selecionados por uma equipe multidisciplinar e agrupados por eixos temáticos.

Esse e-book é composto pelos eixos: Economia internacional, crise econômica e criptomoedas.

E, considerando o atual panorama mundial, tais temas parecem estar mais apropriados e condizentes com o que deve ser discutido nas academias de todo planeta, de forma especial no Brasil, considerando problemas e situações particulares dessa nação, que, uma vez colocados em discussão, tendem a gerar questionamentos, promover visibilidade e, conseqüentemente, soluções.

Por isso, os tópicos “economia internacional e crise econômica”, abordados nos capítulos dois, três, quatro, seis, sete e oito, refletem temas como: *o retorno do Brasil ao mapa mundial da fome (dois)*, *o efeito da liberdade economia sobre o desempenho dos países (três)*, *a intervenção do Estado para a recuperação de crises econômicas (quatro)*, *a inserção de imigrantes do Guiné Bissau no mercado de trabalho em Goiás (seis)* e *a variação da arrecadação tributária durante a pandemia (oito)* e trazem à tona resultados de pesquisas empíricas, com dados primários e secundários, recentes e relevantes ao enfrentamento de crises econômicas e/ou sociais, vivenciadas no Brasil e em Goiás.

Os capítulos um e cinco, por sua vez, abordam o tema “criptomoedas”, *discutindo sua legalidade no Brasil, China, EUA e EU (um)* e *sua relação com commodities agropecuárias (cinco)* e contribuindo com a disseminação de informações sobre um assunto não apenas novo, mas permeado por especulações, crimes e usos indevidos, notadamente no Brasil.

Ao todo, os oito capítulos deste e-book foram pensados, reunidos e publicados também para, além de promover o debate sobre os temas, disseminar o que alunos e docentes e demais pesquisadores do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) produziram desde 2020, de forma a contribuir com a evolução da ciência e, através dele, com a promoção de um mundo mais igualitário, dinâmico e acessível a todos.

Boa leitura!

Equipe editorial UNIALFA

CAPÍTULO 1

CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ACERCA DO PROCESSO DE LEGISLAÇÃO NA CHINA, BRASIL, ESTADOS UNIDOS E UNIÃO EUROPEIA

Aiane deOliveira Vieira
Alexandre Diego Silva
Gabriel Moutran Cartolano
Lucas de Medeiros
Lucas Ferreira Simão

Resumo: Muitas inovações surgiram para facilitar as negociações humanas, umas foram aceitas em larga escala pela sociedade e outras caíram em desuso. As criptomoedas surgiram desde 2008, com a Bitcoin, sendo uma revolução no meio financeiro, principalmente no campo das moedas e da legislação respectiva, as quais são debatidas mundialmente até os dias atuais sobre a viabilidade e a aceitação normativa. Diante deste fato, este trabalho teve como objetivo comparar sua regulamentação em algumas das principais economias do mundo, a saber: Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia conceituando o que são moeda e criptomoedas, apresentando dados sobre as moedas digitais e evidenciando com Brasil, a China, os Estados Unidos e a União Europeia lidam com essa tecnologia, além de fazer uma análise comparando o processo legislativo entre os entes acima. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa, realizando análises empíricas dos elementos teóricos e a regulamentação de cada país, a fim de explorar os materiais disponibilizados, como artigos, leis, documentos normativos e compará-los. Como resultado, foram pesquisadas as leis de cada país, enaltecendo que no Brasil, na China, nos Estados Unidos e na União Europeia, que não há legislação específica para tais ativos, mas são utilizados legalmente, exceto na China. Concluiu-se que, apesar de o assunto ter ganhado bastante repercussão desde 2008, a normatização das criptomoedas está em processo lento, não havendo legislação específica ainda em geral. Nota-se também a tendência a regulamentação pela maioria das nações pelo fato de a tecnologia já estar presente em quase todo o planeta.

Palavras-chave: Criptomoeda. Moeda. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento da civilização humana e a divisão de tarefas, houvesse a necessidade de obter itens que não eram coletados ou produzidos pelo povoado, além de aproveitar melhor do excesso que seria naturalmente perdido. Com o passar dos anos surgiu uma solução para tal demanda, o escambo. O escambo é uma forma de comércio onde o homem trocava o que possuía pelo que necessitava ou desejava ter

no momento. Dessa forma, inúmeros objetos e utensílios foram usados como dinheiro em diversos momentos da história e em diferentes lugares (D'AQUINO, 2008).

Após as dificuldades passadas para trocar itens, como a demora, poucas opções disponíveis para conseguir uma transação que agradasse ambas as partes, houve a necessidade de aperfeiçoar de produtos e serviços ofertados e demandados. As permutas, agravada pela crescente variação.

Para Sicsú e colaboradores (2006), a ideia de padronizar um meio para ser usado como intermediário direto nas transações caracteriza-se como moeda, a qual é um objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho. Ainda na visão de Sicsú et al (2006) esse objeto para se tornar moeda tem que atender três fatores: ser intermediária de troca, apresentar reserva de valor e ser unidade de conta. A partir desses pontos, as civilizações mais desenvolvidas começaram a adotar elementos distintos como moeda.

As moedas que tiveram maior sucesso foram as que tinham um valor intrínseco, tendo como destaque os metais e pedras preciosas que tiveram grande relevância internacional. A utilização de moedas de ouro regou o sistema monetário chamado padrão-ouro utilizado desde os tempos antigos (KRUGMAN, 2015). Após o declínio da utilização do ouro em meados de 1914 como moeda, houve uma forte onda voltada para a utilização de moedas fiduciárias, as quais, inicialmente, não têm valor, logo, seu valor é dado pela credibilidade que os indivíduos têm em quem emitiu o título (FARHI, 2014).

Com o aumento da complexidade do meio adotado foi necessário criar órgãos reguladores, gerando o Sistema Monetário, o qual é definido como um conjunto de regras e instituições, formadas pelos bancos comerciais e pelo Banco Central. No âmbito de regulamentar a nível mundial as transações entre sistemas diferentes, visto que cada região adotou um sistema monetário distinto foi, mais tarde, apresentado o Sistema Monetário Internacional (MIRANDA, 1995). Dentro deste, atualmente a moeda que é utilizada como base internacional é o dólar, pertencente aos Estados Unidos, a maior economia global, segundo o Fundo Monetário Internacional, em março de 2021.

Com o avanço da tecnologia e o ideal de ruptura do controle exercido na população por meio das moedas fiduciárias, regulamentadas pelos governos, vem sendo criadas diversas moedas não-físicas, que existem somente no meio virtual, as chamadas criptomoedas. A primeira criptomoeda concebida foi a Bitcoin, idealizada por Satoshi Nakamoto, moeda digital que representa a inexistência de uma autoridade central que controle a moeda ou as suas transações, que são instantâneas entre os usuários, numa rede de códigos abertos em protocolos codificados que constituem a rede de segurança (NAKAMOTO, 2008).

Desde seu surgimento, tais ativos tiveram um crescimento acentuado de adeptos, ganhando relevância mundial. Porém há países que adotaram medidas restritivas, apontando-as como um possível perigo, enquanto outros anexaram essa tecnologia à política monetária nacional, possibilitando a comercialização delas em até atividades cotidianas, como por exemplo, na China.

É em torno do debate acerca da confiabilidade da utilização ou do repúdio das criptomoedas como moeda, meio de pagamento e alternativa de proteção do capital frente aos eminentes perigos oferecidos à economia mundial quanto à confiabilidade no dólar que o presente desenho de pesquisa caminha. A pergunta que este desenho de pesquisa busca responder é, portanto: Como as maiores economias do mundo estão lidando com as criptomoedas?

Desse modo, a fim de contribuir com o debate internacional e explorar alguns dos pontos positivos e negativos acerca do uso das criptomoedas, o objetivo desta pesquisa é comparar sua regulamentação em algumas das principais economias do mundo, a saber: Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia.

Esta pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato da ascensão global do uso das criptomoedas e o debate internacional sobre a classificação e legalização da utilização delas. Deste modo, é imprescindível que profissionais das ciências econômicas busquem entender como elas são vistas nestes territórios, ou seja, como cada potência econômica, citadas anteriormente, atuam sobre os agentes econômicos e normativos que têm ligação com tais ativos. Em segundo lugar, faz-se relevante analisar como está o processo legislativo das moedas virtuais nas regiões citadas, o que se justifica também pela falta de regulamentação específica em massa pelas demais nações.

Para alcançar os objetivos delineados utilizamos a metodologia comparativa combinada com pesquisa bibliográfica e documental, pelo fato de a bagagem de informações adquiridas com o incremento das criptomoedas ter sido depositada em documentos.

Faz-se necessária a pesquisa básica que se propõe a analisar como as principais economias do mundo estão reagindo frente ao advento das criptomoedas e a abordagem qualitativa, que a partir de análises subjetivas das visões dos pesquisadores permite identificar como os países selecionados estão lidando com essa tecnologia.

De forma mais específica, são coletados dados nos Bancos Centrais e órgãos regulatórios do Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia e estes são comparados a fim de entender como cada país regulamenta o uso das moedas digitais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste subcapítulo é abordado os aspectos sobre os conceitos de moeda e criptomoedas, além de como o Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia estão lidando com tal tecnologia. É abordado também o processo normativo referente ao uso das moedas digitais em cada uma das economias supracitadas.

2.1 Moeda

Desde o início da civilização humana havia a necessidade de adquirir insumos que não eram produzidos ou coletados por determinados povos, além do Anseio de aproveitar melhor as sobras da coleta, caça e da manufatura. A partir desse cenário

surgiu-se o escambo que, como mencionado na parte introdutória, consistia na troca de itens entre indivíduos ou povoados primitivos.

Segundo João Sicsú e seus colaboradores (2007), a sociedade arcaica não tinha moeda específica, assim, a vida econômica era pouco ágil, de modo que o tempo, além do desgaste físico e mental, para se concretizar uma transação comercial eram elevados.

Por meio do desenvolvimento humano em sociedade resultou no aperfeiçoamento das permutas e uma crescente variação de produtos e serviços ofertados e demandados, originou-se a ideia de padronizar um meio para ser usado como intermédio direto nas transações. Eis que surgiu o conceito de moeda, o qual, ainda seguindo a visão de Sicsú et al (2007), é um objeto que responde à uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho. Harari (2015) complementa que moeda é um meio universal de troca que permite que os humanos convertem quase tudo em praticamente qualquer outra coisa pelo fato de ser capaz de converter, conservar e transportar riqueza de maneira simples e barata. Assim, a troca com intermediação monetária separa as transações comerciais em operações de compra e operações de venda, permitindo um sistema de trocas indiretas. Nas palavras de Sicsú e seus colaboradores (2007):

A função de intermediário de trocas é uma função básica da moeda. Ao permitir que vendas e compras sejam feitas em datas diferentes, a moeda exerce a função de meio de pagamento. A moeda possui além desta função, mais duas: unidade de conta e reserva de valor (SICSÚ, et al, 2007, p. 2). A função unidade de conta da moeda serve para comparar o valor de diversas mercadorias. Utilizando-a como denominador comum, é possível somar um objeto com outro totalmente distinto e também achar sua equivalência em valor. Assim, a função unidade de conta pode ser usada contabilmente, sem necessidade de transferências físicas de moeda (MONTORO; TROSTER, 2004). A função reserva de valor corresponde à circunstância onde a posse da moeda significa a liquidez imediata para quem a possui, permitindo que seja guardada para a aquisição de um bem ou serviço futuro. Para a manutenção dessa funcionalidade como reserva de valor, a moeda deve ter estabilidade diante dos preços dos bens e serviços (VASCONCELOS, 2008).

Para desempenhar suas três funções, a moeda deve possuir algumas características que são essenciais. Características físicas e econômicas são necessárias ao desempenho das funções meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, como: ser divisível, durável, difícil de falsificar, manuseável, transportável e ter o custo de estocagem e custo de transação aproximadamente nula (SICSU, et al, 2007). Essas características foram abordadas mais detalhadamente por Sicsú et al (2007) no seguinte trecho:

[...] A divisibilidade é necessária porque a moeda deve poder ser fracionada em múltiplos e submúltiplos, para que as transações que exigem valor fracionado ou transações que movimentam grandes valores sejam realizadas sem custos adicionais. A moeda deve ser durável, isto é, deve manter suas características físicas, para que a sua condição de ser aceita de forma generalizada seja mantida e não prejudique o seu último detentor. A moeda deve ser, na medida do possível, difícil de falsificar já que tal característica aumenta a confiança do público de que não há reprodução indevida

auxiliando conseqüentemente a sua aceitação generalizada. A moeda deve ser manuseável e transportável, para que a função meio de troca não seja prejudicada, impondo ao seu detentor custos de transação (SICSÚ, et al,2007, p. 2).

Nos primórdios, quando as primeiras opções de moedas foram criadas, os indivíduos não tinham determinada confiança em tal novidade, então foi necessário estipular como moeda itens que tinham valor real intrínseco. A primeira forma de dinheiro conhecida na história foram os grãos de cevada utilizados pelos sumérios (HARARI, 2015). Ao decorrer da história humana tiveram-se diversas especiarias que se tornaram moedas tendo como destaque os metais e pedras preciosas que tiveram grande relevância internacional, por exemplo, o ouro. Segundo Paul R. Krugman e colaboradores (2015) a utilização de moedas de ouro como meio de troca, unidade contábil e reserva de valor, regeu o sistema monetário, chamado padrão-ouro, utilizado desde os tempos antigos, mas com instituição legal a partir de 1819.

Com o fim do padrão-ouro em meados de 1914 houve uma tendência mundial elevada para utilização de moedas fiduciárias, as quais não têm valor intrínseco, não são lastreadas a nenhum metal como utilizado em regimes anteriores e seu valor original da credibilidade que as pessoas têm em quem emitiu o título ou da imposição realizada por normas e leis dos governos, tendo como exemplo o papel-moeda, cheque, cartões magnéticos, títulos de crédito. Sendo elucidadas também por Maryse Farhi (2014), que afirma que:

Esse caráter fiduciário repousa na confiança dos agentes na continuidade da utilização de uma moeda sem lastro. Um dos mais importantes fundamentos dessa confiança é a certeza, mesmo difusa, de que, se necessário, a autoridade monetária emitirá moeda para suprir as necessidades da economia e/ou para permitir ao Estado cumprir suas obrigações financeiras (FARHI, 2014, p.402).

O uso de tais moedas que possuam as funções de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, têm grande importância na atualidade, pois deram início a um complexo de maior relevância, o sistema monetário. Este é caracterizado por um conjunto de regras e instituições, cujo objetivo é organizar a moeda em um determinado espaço monetário, formado pelos bancos comerciais e pelo Banco Central, os quais são responsáveis pela criação de moeda escritural e manual, respectivamente. Segundo João Sicsú et al (2006), as demais instituições financeiras não autorizadas a receber depósitos à vista, tais como bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, cadernetas de poupança, formam o sistema financeiro não monetário.

Esse cenário está presente em todos os países economicamente ativos e em grupos econômicos, ao mesclar as transações financeiras com outra nação, sendo regidas por regulamentos e critérios aceitos por ambas pátrias se forma o sistema monetário internacional.

John Hicks (1989) afirma que desde meados do fim da Guerra Fria a moeda utilizada como base para as transações estrangeiras foi o dólar, pelo fato da vitória americana na Guerra Fria, o que garantiu o sucesso da desmonetização do ouro e a redução da capacidade de contestação à liderança americana por parte das outras

nações capitalistas. O dólar, como as demais moedas fiduciárias, apresenta um denominador em comum - a inflação - fenômeno expresso pelo aumento dos preços de bens e serviços e em conjunto a diminuição do poder de compra da moeda.

Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico, particularmente no campo da informática, as características necessárias ao bom desempenho das funções típicas da moeda podem existir em objetos de diferentes formas. A novidade mais marcante das últimas décadas nesse contexto foi a criação e emprego das moedas digitais a nível internacional. Tais moedas foram descritas por Nakamoto (2008) como Bitcoin, Ethereum, Binance Coin, Ripple e Dogecoin são exemplos desses ativos comercializados virtualmente.

As criptomoedas, assim como as moedas fiduciárias, para Harari (2015), pertencem a um complexo de confiança mútua, onde o dinheiro é o mais universal e mais eficiente sistema de confiança mútua já inventada, alicerçada em uma complexa rede de relações políticas, sociais e econômicas de longo prazo. O universo das criptomoedas é melhor explorado na seção seguinte.

2.2 Criptomoedas

As criptomoedas são fruto de uma tecnologia desenvolvida por físicos, matemáticos, economistas e profissionais de outras áreas. Para Palihapitiya (2018), o dinheiro físico pode ser convertido em uma moeda virtual, a qual passa de um objeto físico para uma sequência de números criptografados e que, por sua vez, passa a ser protegida dessa forma. Para este autor, essa nova versão do dinheiro pode ser muito vantajosa e, até mesmo, um grande negócio.

Tal ativo consiste em um conjunto de programas de computador capazes de gerar um código único, que são a moeda digital, como por exemplo, a Bitcoin. Em 2008, por meio de Satoshi Nakamoto, surgiu a Bitcoin (BTC), a primeira moeda virtual criptografada, descentralizada de código aberto, e na forma peer-to-peer (P2P). Moeda que representa a inexistência de uma autoridade central que controle a moeda ou suas transações, que são instantâneas entre os usuários, numa rede de códigos abertos em protocolos codificados que constituem a rede de segurança.

Um dos pontos que influenciaram o sucesso da primogênita foi a limitação da quantidade de unidades comercializadas, em 21 milhões, tornando-a escassa e, conseqüentemente, valorizando-a no mercado. Kalwar (2018) associa a Bitcoin à um sistema brilhante e muito útil de confiança mútua já concebida.

Para Ulrich (2014), como não há uma autoridade central responsável por criar unidades monetárias e verificar as transações, estes procedimentos dependem da força computacional de uma rede de usuários, os chamados moradores, para que as transações sejam registradas. Enquanto isso, na medida em que resolvem problemas matemáticos complexos que validam as informações da blockchain, os mineradores são recompensados com as criptomoedas mineradas como uma espécie de prêmio.

A ascensão da BTC foi rápida. Em 2009, Nakamoto explorou o bloco de gênese de BTCs na blockchain, com uma recompensa de 50 BTC. Logo após realizou a primeira transação com um programador norte-americano que recebeu 10 BTCs. No mesmo ano, um desenvolvedor de software finlandês, enviou através da Paypal 5.050

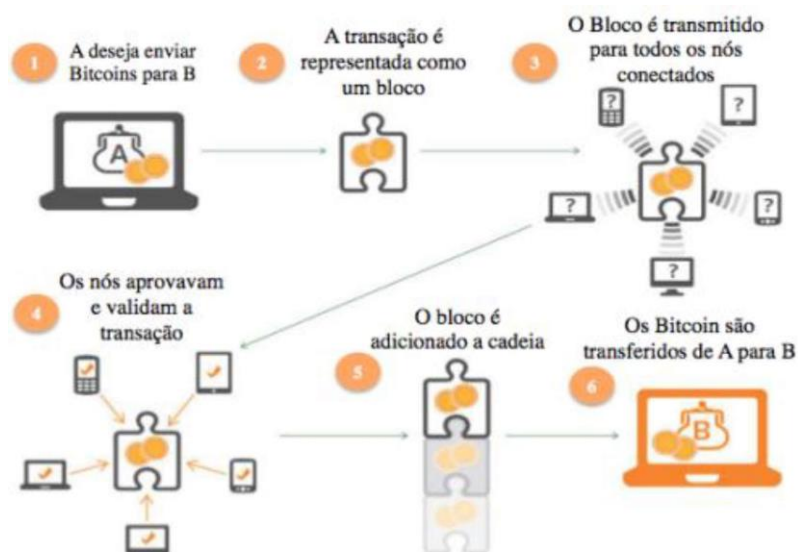
BTCs pagos pelo sítio New Liberty Standard (NLS). O NLS (2009) estabeleceu o custo da eletricidade necessária para seu computador gerar BTCs nos EUA como método para determinar o valor de BTCs em USD, de forma que em dezembro do mesmo ano criou uma tabela de câmbio de USD para BTC, na qual \$ 1.00 USD equivalia em torno de 1.500 BTCs. A primeira troca de BTCs por mercadorias ocorreu em 22 de maio de 2010, quando um desenvolvedor de software norte-americano, comprou duas pizzas por 10.000 BTCs (WILSON; CHAVEZ-DREYFUSS, 2018). De acordo com ADVFN News (2018), depois do Bitcoin, foram criadas mais de 5.000 criptomoedas e qualquer indivíduo pode comprar ou investir nesse mercado com facilidade.

O Bitcoin foi a primeira criptomoeda a usar a rede blockchain, considerada por Greve et al (2018), um livro-razão compartilhado e imutável que facilita o processo de registro de transações e o rastreamento de ativos em uma rede empresarial. Nesta rede, praticamente qualquer item de valor pode ser rastreado e negociado, o que reduz os riscos e os custos para todos os envolvidos.

Além de trazer transparência e segurança em qualquer transação da Bitcoin, nesse sistema existem computadores espalhados no mundo inteiro de forma independente, mas conectados em redes formando blocos. Quando ocorre uma transação ambos trabalham para validação dessa transação e assim que for detectado em uma máquina, ela automaticamente envia um aviso aos demais validando e garantindo que a transação é verdadeira.

O único fator estressor é que por conta dessa segurança qualquer movimentação demora em média de 10 minutos para a confirmação no blockchain. Apesar da demora, Daniel (2018) acrescenta positivamente que fixar o futuro da blockchain em qualquer moeda significa limitar o potencial da blockchain; um potencial que, uma vez escalado, promete ter um impacto inigualável no cotidiano. A Figura 1 ilustra o funcionamento desse sistema.

Figura 1. Funcionamento do blockchain



Fonte: adaptado Financial Times Market (2016)

Utilizar criptomoedas é considerado um grau de liberdade financeira, pois elas não impõem restrições ou barreiras e possibilitam as transações de forma a escolha do proprietário. Ulrich (2020) completa afirmando que no futuro a Bitcoin poderá ser a última opção à impressão maciça de todas as arbitrariedades e ao autoritarismo dos bancos centrais.

Ainda seguindo os pensamentos de Ulrich, é uma infraestrutura aberta e global que permite que empresas e pessoas realizem transações sem intermediários, reduzindo, assim, os custos de transação. Para Houben e Snyers (2018), o universo das criptomoedas é composto por sete integrantes. Em primeiro lugar os usuários, pessoas ou empresas, que realizam pagamento ou reserva de valor. Logo em seguida estão os mineradores, os responsáveis pelas novas criptomoedas no mercado, extraíndo-as, através de operações computacionais. Em terceiro lugar têm-se os exchanges, os que convertem criptomoeda em moeda fiduciária, moeda fiduciária em criptomoeda e criptomoeda em outra.

Em quarto estão as plataformas de troca, que atuam como intermediárias para a troca de criptomoedas de usuário para usuário. Em quinto lugar os provedores de carteira, softwares e hardwares que protegem as informações das criptomoedas de maneira criptografada a fim de evitar fraudes ou roubos.

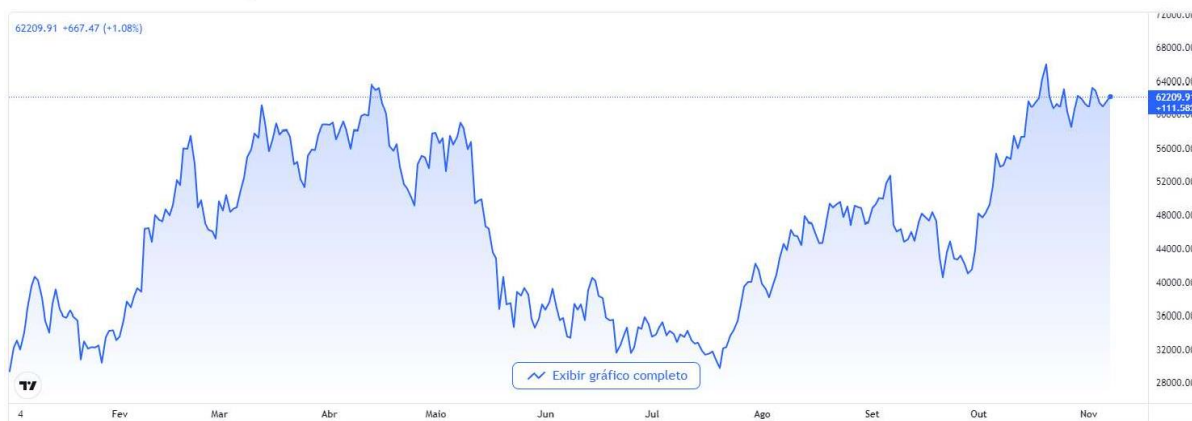
Nota-se também os inventores de moedas, os quais criam novas criptomoedas com o uso da tecnologia e definem as regras de utilização. Por fim, os ofertantes de moedas, usuários ou empresas responsáveis por fazer a distribuição das criptomoedas.

Após o surgimento das criptomoedas houve um crescimento acentuado de adeptos a nível mundial e, conseqüentemente, a supervalorização delas. Diante do ocorrido iniciou-se uma discussão sobre alguns fatos específicos das moedas digitais. Muitos economistas acreditam que o crescimento acelerado poderia acarretar uma bolha financeira, que poderia com o tempo estourar e deixar muitos investidores de moedas digitais na mão (BONA, 2017).

Outro risco a respeito das criptomoedas é a alta volatilidade, pois o preço está em constante ascensão e declínio, como mostra a Figura 02.

Figura 2. Preço da Bitcoin em relação ao Dólar em 2021

BTCUSD Gráfico de Cripto



Fonte: Tradingview (2021)

A Figura 02 mostra a variação do preço do Bitcoin em relação ao dólar no ano de 2021, a qual foi cotada em 07 de novembro de 2021 por USD 62.209,91 aproximadamente. Nota-se que há uma variação de até 118% no mesmo ano.

Outra questão importante é que não há reembolso ou estorno em caso de desvalorização, visto que não há um fundo garantidor que assegura o prejuízo do investimento. Em contraponto, é possível que uma pessoa que saiba analisar o mercado das criptomoedas, ganhe uma quantia elevada, dependendo do investimento realizado e a disposição em se arriscar (ATLASQUANTUM, 2018).

Para Clear (2018), há principalmente três tipos de perfis de investidores: o primeiro é o conservador, o que preza a segurança do capital e se expõe pouco aos riscos; o segundo é o moderado, o que busca investimentos seguros, mas quer retornos acima da média; e o terceiro é o arrojado, que detém alto conhecimento de mercado e assume riscos. E isso se replica no âmbito das criptomoedas.

Outro perigo dessa tecnologia, segundo Gregório (2019), é a própria utilização humana o que pode exemplificado por um investidor que ao realizar as transações digita algum dado errado e envia a moeda para um endereço divergente, culminando, assim, na perda do ativo. Engloba-se também o esquecimento da senha da carteira digital, o que acarreta a perda monetária total.

Destaca-se também a vulnerabilidade das criptomoedas em relação às dinâmicas socioeconômicas mundiais, fato resultante da queda brusca das cotações logo após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar a situação de pandemia de Covid-19, em março de 2020, impactando principalmente o Bitcoin.

A economia digital trouxe várias inovações, tais como plataformas de pagamentos com base em criptografia, a inicial coin offering (ICO) e os ativos virtuais, a exemplo dos tokens e das criptomoedas. Por se associarem à possibilidade de transações anônimas na internet, essas inovações desencadeiam graves problemas como criminalidade virtual, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e prejuízos ao sistema financeiro estatal (LILLEY, 2001).

Tais riscos cibernéticos têm demandado dos governos e comunidades científicas não apenas o desenvolvimento de sistemas computacionais defensivos e de retaliação, mas também de aparatos normativos para regular, prevenir e reprimir ciberataques. Diante das novas práticas criminosas, esbarra-se na dificuldade de obter provas, identificar suspeitos e até mesmo aplicar a lei nacional em território estrangeiro onde se possam localizar os transgressores (SILVA MONTEIRO, 2018).

A insegurança vem para os agentes do mercado, pois além de não existir um meio físico de regulamentação e fiscalização, a intervenção do Estado, neste caso, é quase nula. As criptomoedas apontam para um cenário jurídico diferente daquele sobre o qual se apoia o Direito (SOUZA, 2017). É nesse sentido que as principais economias mundiais têm estabelecido legislações a fim de regulamentar o uso deste tipo de moeda. A seguir apresenta-se um debate sobre a regulamentação das criptomoedas no Brasil, na China, nos Estados Unidos e na União Europeia.

2.3 Brasil

No Brasil, para Campos (2018) o primeiro posicionamento oficial referente às criptomoedas, foi por meio do comunicado nº 25.306 do ano de 2014 pelo Banco Central do Brasil (BCB), o qual aborda os riscos decorrentes da aquisição das criptomoedas. Neste comunicado é tratado todo o processo de transações com as moedas.

O documento ainda diferencia as moedas virtuais das moedas eletrônicas com base no BCB, visto que, as moedas eletrônicas, de acordo com a legislação, são recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário efetuar transação de pagamento em moeda nacional. Enquanto que as moedas virtuais são denominadas em unidade de conta distinta das moedas emitidas pelas nações.

Ribeiro (2015) aborda que no Brasil, somente em 2015 foi criada uma segunda legislação, por meio do Projeto de Lei nº 2303/2015. O PL pretendia legalizar essas moedas no país e estabelecer que o controle fosse feito pelo Banco Central, enquadrando-as como moedas virtuais. Tal tentativa está ainda em andamento no Legislativo (DALCASTER, 2018).

Para fins fiscais e tributários, em 2019 foi implementada a Instrução Normativa nº 1.888/2019, a qual institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Apesar de atualmente não existir em vigência norma ou lei que atenda às orientações internacionais de Anti-lavagem de Dinheiro (ALD) no Brasil, as tendências regulatórias tendem para a regulamentação adequada. Há ainda em fase inicial de tramitação o Projeto de Lei nº 3.825/19, o qual sugere inclusões legislativas que melhor se adequam à política internacional ALD.

Tal cenário proporciona aos portadores de criptomoedas muitas dúvidas sobre tributação, principalmente na parte que envolve a declaração de imposto de renda. Revoredo e Borges (2019) destacam que as moedas virtuais não são vistas como moeda na atual conjuntura, porém devem ser declaradas no valor da aquisição de bens e direitos, uma vez que podem ser comparadas a ativos financeiros. Eles mencionam ainda o princípio da legalidade, o qual tem como objetivo proteger o declarador, coibindo abusos por parte das autoridades sobre assuntos que não constam nas normas, fazendo interligação com o cenário da natureza das criptomoedas perante a Receita, pois não há uma Lei específica demonstrando a tributação. Surgem assim posicionamentos para equipare criptomoedas a bens (REVOREDO; BORGES, 2019). distintos, como o que exalta o criptoativo como meio de pagamento, e não como um bem, pois não existe uma norma que.

No Brasil, o que rege imposto de renda sobre a aquisição de renda é a A Constituição Brasileira e o código tributário. A aquisição de criptomoedas é vista como acréscimo patrimonial, classificado como um produto do capital, do trabalho ou da junção de ambos. Dessa forma, são passíveis do imposto de renda, mesmo que esse acréscimo tenha sido ganhado, válido também para práticas delituosas (REVOREDO; BORGES, 2019).

Na visão do BCB é um grande risco investir em criptomoedas pelo fato de não ter um órgão regulador que confisque as transações. Isso faz com que o risco aumente, além do fato dessas moedas não possuírem lastro (BONA, 2017). Mesmo diante dos posicionamentos do BCB, da Comissão de Valores Monetários (CVM) e do Poder Judiciário a respeito da insegurança jurídica e do alto risco de investimento financeiro, os criptoativos têm sido utilizados como meio de pagamento por vários estabelecimentos comerciais e profissionais autônomos no Brasil.

Diante desta realidade, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) publicou a Instrução Normativa nº 1.888/2019 informando a obrigatoriedade de se prestar informações relativas às operações realizadas com esses ativos, mediante o Sistema de Coleta Nacional, disponibilizado por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da Receita Federal do Brasil.

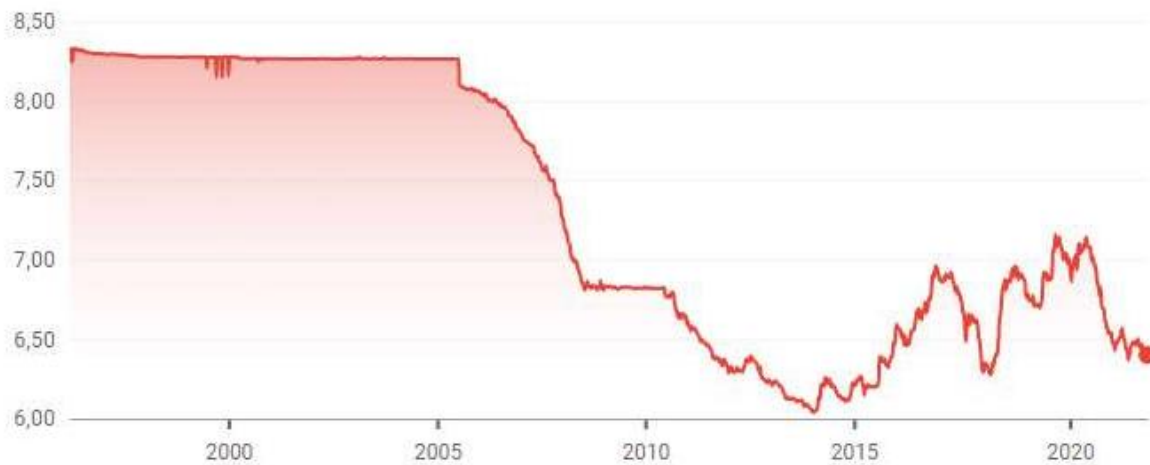
Com o intuito de identificar o perfil dos indivíduos que transacionam criptoativos, pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a Coinmap.org fizeram um levantamento, por meio de questionários, os quais foram aplicados entre setembro e novembro de 2018 e verificaram que: mais de 78% possuem ao menos uma graduação completa; e aproximadamente 70% possuem entre 25 e 40 anos, sendo que 37,5% estão entre 31 e 40 anos, e 31,25% estão entre 25 e 30 anos.

Esses dados foram confrontados com o Relatório Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no qual foi demonstrado que, em 2017, apenas 17% dos jovens de 25 a 34 anos no país possuíam uma qualificação de nível superior, e que indivíduos de origens menos favorecidas tinham menor probabilidade de acessá-lo. Concluindo, assim, que os recebedores de criptomoedas no Brasil possuem nível social privilegiado, com acesso à educação superior e ao mercado de trabalho formal.

2.4 China

Desde a década de 1990 a China apresentou grande crescimento, possuindo largas relações comerciais com os Estados Unidos e Japão, inicialmente. A partir de 1994, o governo chinês priorizou manter fixa a taxa nominal de câmbio do yuan, moeda chinesa, com o dólar e desde 1996 estabelece plena conversibilidade do renminbi, moeda oficial da China, para as transações correntes. A Figura 03 exibe essa permanência cambial.

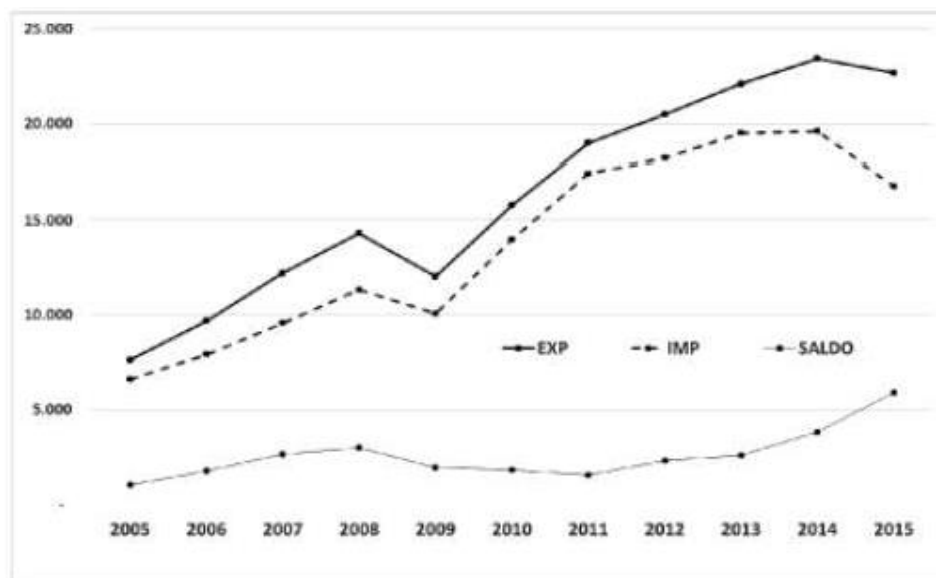
Figura 3. Preço do dólar em relação ao renminbi de 1996 a 2021



Fonte: Google Finance (2021).

A intenção de perdurar uma taxa de câmbio nominal estável e favorável às exportações constitui uma estratégia de sucesso das industrializações do leste asiático, trajetória essencial que a China procurou reproduzir. À partir de 2005 a taxa cambial foi alterada devido ao 10º Plano Quinquenal, plano nacional chinês que definiu objetivos, prioridades, metas, instrumentos, investimentos e critérios de avaliação, e pelas mudanças no cenário internacional. Figura 04 expressa o resultado de tal estratégia implementada.

Figura 4. Evolução das Exportações e Importações



Fonte: National Bureau of Statistics (2015)

A Figura 04 mostra o crescimento da exportação e importação de 2005 até 2015 e também a balança comercial chinesa. Nota-se a disparidade acentuada entre o que foi vendido e o que foi comprado, mantendo o superávit em todos esses anos,

principalmente entre 2014 e 2015. A partir de 2016 foi implementado o 13º Plano Quinquenal. Neste foi abordado a inovação a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e social, o apoio ao desenvolvimento da manufatura avançada, o foco nas indústrias emergentes, e nas estratégicas, como aeroespacial, nuclear e ciências da vida.

A China adotou várias medidas em toda a economia, inclusive para as criptomoedas. Inicialmente o país detinha o maior mercado de Bitcoin do mundo porém, com a regulamentação instável e imprevisível culminou na principalmente na retração do uso do Bitcoin, agravado pelos bloqueios estatais,

As transações de criptomoedas na China são permitidas para pessoas físicas,mas não são para pessoas jurídicas. De acordo com Campos (2018), é um mercado muito grande e de alta volatilidade, assim, se houver volumosas movimentações do mercado, pode influenciar a cotação do Bitcoin. Rocha Filho (2019) também aborda sobre a BTC ser sensível ao que acontece na China por possuir o maior polo de mineração no mundo, além de ser sede de fabricação da maioria dos hardwares fundamentais para a mineração. Outro fator apontado por Riska (2019) é a grande demanda para a troca de BTC, de modo que chega a afetar a taxa de câmbio local.

Segundo o Roseli Andrion (2019) a nação chinesa busca constantemente inovar e utilizar novas tecnologias, de forma que pretende tornar-se digital, visando a maior eficiência dos meios de pagamentos e permitindo um controle mais preciso do mercado digital, porém, com base na sua própria moeda fiduciária, inspirada na moeda digital do Facebook.

2.5 Estados Unidos

Analisar a economia americana se torna obrigatório por conta de os EUA concentrarem vários dos mais valorizados mercados de ações do mundo. Campos esclarece que a regulamentação dos Estados Unidos é concebida por aspectos de legislação federal e legislação estadual, onde grande parte da legislação nos país é delegada aos Estados, como por exemplo, a regulação das exchanges. Essa delegação também é aplicada para as diretrizes que norteiam as empresas que operam com criptomoedas.

O Federal Reserve, Banco Central dos Estados Unidos, monitora de forma indireta a evolução dos criptoativos na nação, porém, não tem controle, havendo,assim, riscos na manipulação destes ativos que não podem ser contornados. A maior preocupação, no entanto, é no âmbito da privacidade. Para Revoredo e Borges (2018) essa preocupação foi o ponto de partida para a criação da tecnologia Decentralized Ledger Technology (DLT), a qual corresponde a uma base de dados espalhada, em forma de cópia, em diversos dispositivos.

Outro ponto abordado por Revoredo e Borges (2018) é sobre a possível e arriscada emissão de moedas digitais pelo Federal Reserve, pois a moeda digital pode ser utilizada como ferramenta para atividades ilegais. A criptografia avançada pode resolver o problema reduzindo a vulnerabilidade a ataques cibernéticos, porém, em contraste pode facilitar a ocultação de atividades criminosas. Nos Estados Unidos, há

um mercado de criptomoedas, o qual é regulado pela Commodity Futures Trading Commission (CFTC), que delimitou a Bitcoin, e as demais criptomoedas, em 2017, como commodities financeiras. Assim, elas são indexadas da mesma forma que o ouro e o petróleo.

Um marco importante para as criptomoedas no país foi a autorização das negociações no mercado futuro na bolsa de Chicago (CME). Reguladores federais autorizaram o CME a iniciar as transações futuras de Bitcoin de forma supervisionada (PETERS, 2017).

2.6 União Europeia

A União Europeia, como objeto de estudo, primeiramente, se justifica por representar a maior união monetária no mundo, a Zona do Euro. Analisar o bloco, deste modo, permite explorar padrões e características tradicionais desse mercado em individual, bem como correlacionar o fato de vários países utilizarem a mesma moeda e compartilhar de uma integração econômica que é convidativa à descentralização e variação de investimentos.

A União Europeia já debateu de forma extensa a necessidade de regulação das moedas virtuais, no entanto, a utilização dessas moedas ainda não foi autorizada como meio de pagamento, nem regulamentada como atividade de câmbio de criptomoedas. (CASTELLO, 2019). De acordo com Teixeira (2017), na Suécia, o cidadão David Hedqvist passou a ser conhecido após a decisão prejudicial do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), relacionado a uma atividade empresarial estabelecida de operações de câmbio com a criptomoeda Bitcoin através da compra da moeda virtual utilizando-se moeda fiduciária. Esse caso foi um marco importante no enquadramento legal das moedas virtuais, pois, representa uma situação em que o Tribunal de Justiça Europeu nitidamente buscou dar interpretação sistêmica ao ordenamento jurídico vigente, como forma de abarcar uma nova situação fática na legislação existente o que contribuiu para que os parâmetros de tributação da atividade de câmbio fossem bem definidos.

As principais conclusões no que diz respeito ao caso se relacionam à interpretação do TJUE do criptoativo como moeda, embora sem cunho legal, ao abrigo do disposto no artigo 135.º, da Diretiva IVA. Assim, consideram-se isentas as operações cobertas por este dispositivo, mesmo que a moeda não possua curso legal, principalmente devido a mudanças de nuance na letra do texto em diferentes traduções da Diretiva IVA, que não deixa claro em todas as versões que a isenção se aplica somente às moedas com poder liberatório. No entanto, é importante salientar que as questões julgadas pelo TJUE no caso Hedqvist são bastante específicas com relação a um tipo particular de operações no abrangente ecossistema das moedas virtuais, a saber, o câmbio de unidades de moedas virtuais por moedas com curso legal.

Ademais, o estudo da experiência europeia evidencia que incidência tributária e regulação financeira são fenômenos jurídicos distintos, independentes um do outro. No exemplo europeu, há a aplicação das normas tributárias sobre as criptomoedas, mesmo que o mercado desses ativos não seja regulado. Havendo

geração e circulação de riquezas, as normas pertinentes do direito tributário devem ser aplicadas, independentemente da regulação da atividade econômica.

3 Metodologia

Segundo Eduardo Moresi (2003) a metodologia científica se reflete num composto de etapas ordenadamente dispostas, as quais têm que ser percorridas na investigação de um fenômeno. Ela inclui a escolha do tema, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta e a tabulação dos dados, a análise dos resultados, a elaboração das conclusões e a divulgação de resultados.

Como descrito na introdução deste projeto de pesquisa, o objetivo dos pesquisadores é comparar a regulamentação das criptomoedas em algumas das principais economias do mundo: Estados Unidos, na União Europeia, no Brasil e na China. A seguir são apresentadas as principais características da metodologia adotada, bem como a definição das etapas de pesquisa.

3.1 Procedimentos metodológicos

Como discutido nas seções 1 e 2, os povoados, desde o início da civilização humana, detém a necessidade cumulativa de realizar trocas a fim de conseguirem algo necessário, porém, a prática do escambo era árdua. Assim, com o intuito de facilitar a permuta criou-se o conceito de moeda. Cada território adotou sua própria moeda, diminuindo a dificuldade em vender ou comprar algo. Várias moedas foram utilizadas, no entanto, o que perdura até a atualidade são as moedas fiduciárias, ou seja, moeda na qual é regida pela confiança mútua dos utilizadores no seu valor estipulado.

Com o avanço da tecnologia, todavia, surgiu, nas últimas décadas, as criptomoedas, moedas que não são físicas, mas são protegidas por códigos criptografados, aparentando ser a inovação no meio monetário. De outro lado, surge a preocupação com a segurança desse ativo e o uso como ferramenta para atos ilícitos. A fim de explorar esse cenário, se qualifica a seguinte pergunta: Como as maiores economias do mundo estão lidando com as criptomoedas?

Com o intuito de responder à indagação acima proposta, manifestou-se a necessidade de explorar mais sobre os assuntos: moeda; classificação das criptomoedas; maiores economias mundiais; legislação destas economias; como cada país ou bloco econômico atua no que tange às criptomoedas; e algumas das consequências do emprego das criptomoedas.

Para alcançar os objetivos propostos, esta é uma pesquisa básica que se propõe a analisar como algumas das principais economias do mundo estão reagindo frente ao advento das criptomoedas observando, assim, a legislação: do Brasil, um dos principais integrantes do BRICS e com forte desenvolvimento; da China, uma das maiores economias mundiais; dos Estados Unidos, a maior economia mundial; da União Europeia, bloco econômico que tem uma união monetária.

O estudo utiliza a abordagem qualitativa, que a partir de análises subjetivas das visões dos pesquisadores permite identificar como os atores selecionados estão lidando com essa tecnologia, analisando como tal item é visto perante a legislação.

Como técnica de pesquisa optou-se pela análise comparativa combinada com pesquisa bibliográfica e documental, visto que houve experiências com o emprego das criptomoedas a nível pessoal e a nível internacional, as quais foram transcritas em documentos de extrema relevância que apontam também as medidas adotadas em relação a cada cenário monetário.

3.2 Descrição dos métodos adotados

A análise comparativa é o artifício comparativo que consiste em investigar elementos ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças, além de permitir a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto (FACHIN, 2001).

Pode ser considerado como método de investigação ou de procedimento com a finalidade comparar por meio das semelhanças ou diferenças, podendo privilegiar as analogias ou contrastes considerando um número limitado de casos e grande número de variáveis. De modo que a comprovação e formulação de hipóteses são um dos principais objetivos do método comparativo.

O método comparativo teve origem no desenvolvimento da sociologia. Durkheim e Weber deram as principais contribuições ao método comparativo na sociologia (FRANCO, 2000).

A partir da definição da técnica de pesquisa, o estudo segue as seguintes etapas:

a) Coleta de dados:

Banco de Leis e Projetos de Lei no Portal da Câmara dos Deputados, o qual fornece dados e informações referentes ao processo de regulamentação das criptomoedas no Brasil.

Banco de dados e normatizações do Banco Central da República Popular da China, que provê dados e informações sobre o processo de regulamentação das criptomoedas na China.

Banco de dados e normatizações do Bank Secrecy Act (BSA), que provê dados e informações sobre o processo de regulamentação das criptomoedas nos Estados Unidos.

Banco de dados e normatizações do Nota Bene, que provê dados e informações sobre o processo de regulamentação das criptomoedas na União Europeia.

b) Análise de dados:

Após a coleta dos dados, a análise destes é desenvolvida de acordo com os seguintes parâmetros:

Explorar os documentos a respeito da legislação ou processo legislativo das criptomoedas. Averiguar como o Brasil, a China, os Estados Unidos e a União Europeia abordam e classificam tais moedas, além de verificar as medidas adotadas. Comparar óticas de autores do ramo normativo que são voltados para o assunto das moedas virtuais.

4 Discussão, Análise e Avaliação Dos Resultados

4.1.1 Brasil

A primeira iniciativa institucional brasileira sobre o sistema de criptomoedas foi feita pelo Banco Central do Brasil (BCB), que emitiu uma nota alertando sobre os riscos das moedas virtuais. Nesse documento, correspondente ao nº. 25.307 de fevereiro de 2014, exalta que as chamadas moedas virtuais não são emitidas nem garantidas por um instrumento monetário autoridade, além de não terem conversão garantida para a moeda oficial, não são garantidas por ativos reais de qualquer natureza, visto que, não há mecanismo de governo que garante o valor em moeda oficial perante as criptomoedas, o que significa que todo o risco de sua aceitação fica nas mãos dos usuários. Alerta também que a variação de preço das moedas virtuais pode ser bastante ampla e rápida, levando até mesmo à perda total do valor.

Ainda neste documento expõe a possibilidade de ações punitivas que podem ser tomadas por autoridades monetárias de qualquer nação em relação ao uso desses ativos, a qual poderia afetar significativamente seu preço ou mesmo a capacidade de negociação pelo fator de que esses instrumentos virtuais podem ser usados em atividades ilícitas, podendo levar a uma investigação por parte das autoridades públicas. Assim, mesmo os usuários que realizam transações de boa-fé podem estar potencialmente envolvidos em tais investigações.

No 7º parágrafo desta declaração aponta que o armazenamento das chamadas moedas virtuais na denominação carteiras eletrônicas apresentam risco de perda financeira para seus titulares, devido a ações criminosas ataques na rede mundial de computadores.

Esclarece também que no Brasil embora o uso das chamadas moedas virtuais ainda não pareça oferecer riscos ao Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central do Brasil acompanha a evolução da utilização destes instrumentos, bem como das respectivas discussões em fóruns internacionais, especialmente em relação à sua natureza, propriedade e funcionamento, a fim de eventualmente adotar medidas na sua esfera de competência jurídica, se necessária (BCB, 2014).

O relatório do Banco Central do Brasil esclarece também que as moedas virtuais não devem ser confundidas com dinheiro eletrônico, conforme definido na Lei nº.12.865, de 09 de outubro de 2013, e seus regulamentos, a qual trata de aspectos financeiros da União. O dinheiro eletrônico, conforme definido pela Lei nº. 12.865, é um recurso armazenado em um dispositivo ou sistema eletrônico, que permite ao usuário final fazer transações de pagamento em moeda nacional. As moedas virtuais, no por outro lado, são denominadas em uma unidade de conta diferente das moedas emitidas por governos soberanos, e elas não são armazenadas em um dispositivo ou sistema eletrônico em moeda nacional.

Em 2015 foi apresentado um projeto de lei que pela primeira vez abordava diretamente a questão das criptomoedas no Brasil de forma normativa. Houve, inicialmente, uma tendência negativa para a continuação deste caso, no qual o presidente do BCB, Ilan Goldfajn, apontou as criptomoedas como uma bolha, uma

pirâmide financeira, as quais irão retrair o valor após se valorizarem (GOLDFAJN,2017).

O Projeto de Lei 2303/2015, elaborado pelo deputado Aureo Lídio Moreira Ribeiro (SOLIDARIEDADE, RJ), tem como objetivo incluir as moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de arranjos de pagamento - conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de determinado serviço de pagamento ao público - sob a supervisão do BCB.

Este projeto de lei tem o objetivo de modificar o inciso I do art. 9º da Lei 12.865, de 09 de outubro de 2013, de forma a instruir os arranjos de pagamento, e complementar aqueles baseados em moedas virtuais e programas de milhas aéreas. Além de acrescentar o § 4º ao art.11 da Lei 9.613, de 03 de março de 1998, o qual manifesta que as operações mencionadas no inciso incluem aquelas que envolvem moedas virtuais e programas de milhagens aéreas. O documento finaliza apresentando a ideia de aplicar as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações nas operações afins, conduzidas no mercado virtual de moedas. Além disso, o documento propõe que a lei entre em vigor na data em que for aprovada (PL 2303/2015, 2015).

Tal projeto de lei justifica-se pelo ganho de destaque nas operações financeiras das denominadas moedas virtuais. Procede-se também por haver uma preocupação crescente sobre os impactos das transações realizadas por meio destas tecnologias e pela circunstância de ainda não haver uma regulamentação nacional. O catalisador para o início dessa proposta foi a abordagem do tema em um relatório especial pelo Banco Central Europeu (BCE), inicialmente em 2012 e depois em 2015. Tais relatórios apontam um conjunto de riscos que devem ser adequadamente monitorados, apesar da conclusão desses indicar a falta de necessidade de normas mais incisivas sobre as criptomoedas na época.

Conforme apresentado pelo relatório Virtual Currency Schemes de 2012, às criptomoedas não oferecem risco à estabilidade de preço enquanto permanecerem em pouca quantidade. São por concepção instáveis, mas não apresentam risco enquanto não houver conexão direta com a economia e continuarem com baixo volume de transações, além de poucos adeptos. Não há normas e nem fiscalizadores específicos para tais ativos. Podem esconder do Estado esquemas ilegais, como crimes cibernéticos e lavagem de dinheiro. Apresentam risco aos Bancos Centrais, de forma que ao aumentar o número de usuários tende a ter mais chances de incidentes e conseqüentemente serem abordados pela mídia, levando as pessoas a entenderem que podem ser por falha desses órgãos reguladores. Tem potencial de recair sobre a tutela dos Bancos Centrais visto que as moedas digitais têm características semelhantes aos sistemas de pagamentos utilizados.

Enquanto para o deputado Aureo Lídio Moreira Ribeiro, autor do PL 2303/2015, é inevitável a expansão do uso da internet e por seguinte o crescimento das criptomoedas, colocando em perigo a estabilidade de preços. Ressalta também o risco do aumento da conexão das moedas com a economia real, com a possibilidade de deixá-la instável devido à volatilidade apresentada. Esclarece a ameaça aos indivíduos devido à falta de regulamentação pela autoridade pública, expondo-os a

prejuízos financeiros. Retrata também a facilidade em contribuir com crimes virtuais, principalmente lavagem de dinheiro. Afirma que a comercialização pode ser entendida blício e se houver o fracasso da entidade, pode diminuir a credibilidade dos Bancos Centrais. Propõe que as moedas digitais têm que ser acompanhadas e reconhecidas como meios de pagamento.

Essa iniciativa solicita propor o ato de fiscalizar e regular as moedas digitais ao Banco Central e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), visto que tem competência para colocá-las em prática, visando também a defesa do consumidor. O PL solicita, desse modo, maior transparência na legislação para tal assunto, a fim de evitar ações judiciais desnecessárias.

Em decorrência da apresentação do Projeto de Lei, entre 2016 e 2017 foram abundantes requerimentos apresentados, somados com algumas prorrogações de prazo pela comissão especial responsável. Em abril de 2018 foi aprovado requerimento o n. 15/2017 do deputado Aureo Lídio Moreira Ribeiro (SOLIDARIEDADE, RJ) o qual requer a realização de Audiência Pública com o intuito de discutir os efeitos das novas tecnologias, blockchain e criptomoedas, como tendências de pagamentos. Recentemente, em setembro de 2021, houve a aprovação do parecer que preconizava a apreciação pelo Plenário, além de passar pelo exame da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entretanto, este projeto não foi acatado a nível de lei, ainda tendo etapas finais a serem percorridas.

Nesse contexto, até a data de publicação deste trabalho acadêmico, há três documentos que abordam sobre como as criptomoedas são interpretadas pelo Estado brasileiro, a Lei n.º. 12.865, o relatório econômico do BCB n.º. 25.307 de 19 de fevereiro de 2014 e o Projeto de Lei 2303/2015. A atual situação das criptomoedas no país é que não há legislação específica aprovada, visto que o PL 2305/2015 ainda está em tramitação na Câmara Federal, dessa forma é vista como um ativo de risco para todos os usuários e repudiada pelos órgãos reguladores da economia.

4.1.2 China

O Banco Popular da China é o banco central com responsabilidade exclusiva pela política monetária sob a liderança do Conselho de Estado. Sua função principal é estabilizar o câmbio e supervisionar o sistema bancário.

Em abril de 1994, o governo estabeleceu, em Xangai, o Sistema de Comércio Cambial da China para lidar com comércio e acordos de câmbio. O Sistema é supervisionado e administrado pela Administração Estatal de Câmbio, em conformidade com as diretrizes do Banco Popular da China.

De acordo com a Lei da República Popular da China sobre o Banco Popular da China (Lei do PBOC), o Conselho de Estado, o poder executivo do Governo Popular Central, detém autoridade sobre o PBOC. Isso significa que o PBOC, ao contrário da maioria dos outros bancos centrais do mundo, não é uma agência independente. A Lei do PBOC estabelece que o Conselho de Estado precisa aprovar a maioria das decisões significativas. Essa estrutura de governança naturalmente vincula a política monetária aos objetivos políticos do partido. Por meio da Lei do Banco Popular da

China e da Lei do Banco Comercial da República Popular da China de 1995 rege-se o intuito de supervisionar e administrar as instituições financeiras e seus negócios por meio do Banco Popular da China a fim de manter o funcionamento e estabilidade do ramo financeiro no país (NPC, 1995).

As moedas digitais, a partir de 2008, com a criação da Bitcoin, começaram a ser usadas pelas pessoas e entidades no território como meio de troca, mas não eram classificadas e nem regulamentadas pelo governo. A partir de 2013 houve o primeiro posicionamento governamental a respeito da criptomoeda depois de assumir uma posição relativamente negativa em relação à Bitcoin, os chineses adotaram a primeira grande restrição do Partido Comunista à criptomoeda, como aponta Low e Wu (2019): A recusa do governo em reconhecer criptomoeda como dinheiro está claro desde dezembro de 2013, quando o Banco do Povo da China e quatro outros ministérios e agências emitiram um aviso restringindo as instituições financeiras envolvimento com a Bitcoin (LOW; WU, 2019, p.6).

Tais medidas proibiram as instituições financeiras de negociá-la com a premissa de sua natureza excessivamente especulativa. Em abril de 2014, houve mais uma política restritiva, a qual não permitia a comercialização de moedas digitais por empresas que operam através dos bancos centrais no país (MANN, 2019).

Em 2017 foi publicada a regulamentação da segurança na internet para a pátria a qual não detinha normas específicas para as novas tecnologias advindas da virtualização global. Tal normatização foi implementada através da Lei de Cibersegurança da República Popular da China, produzida para regular as transações online, as informações expostas e incluídas na internet, além da inclusão digital da população. Conforme o Artigo 5 da lei, o Estado adota medidas para monitorar, defender e lidar com os riscos e ameaças à segurança cibernética originados dentro e fora da República Popular da China, proteger a infraestrutura de informação crítica de ataques, intrusões, interferência e danos, punir atividades ilegais e criminosas na Internet de acordo com a lei, e manter a segurança e ordem do Espaço Internet.

Tal medida aumenta o controle do governo perante os ativos que são comercializados, inclusive as criptomoedas, mais precisamente a Bitcoin, conforme apontado por Kaiser et al (2019): O governo chinês goza de ampla autoridade regulatória que pode exercer em usuários domésticos de Bitcoin, bolsas e mineradores. Reguladores emitiram políticas decretos para influenciar diretamente os setores de câmbio e mineração e também direcionaram Bitcoin indiretamente por meio de externalidades, como preços de energia (KAISER; et al, 2019, p.5).

Embora a Bitcoin seja chamada de moeda, ela não é emitida por uma autoridade chinesa, ela não tem as características de curso legal de uma moeda e, assim, não pode realmente ser considerada como uma moeda real. Com base em suas características, a Bitcoin deve ser tratada como uma forma de mercadoria virtual que não compartilha o mesmo status de uma moeda, não podendo ser divulgado ou usado no mercado como uma moeda (LOW; WU, 2019).

Em abril de 2019 a Reuters, agência de notícias britânica, trouxe a informação de que o governo chinês publicou uma nota através da Comissão Nacional de

Desenvolvimento e Reforma da China (CNRD), na qual planejava aplicar uma proibição às empresas mineradoras localizadas no país. O relatório cita diversas atividades que trariam inseguranças para o país, além de serem desperdícios de recursos ou poluentes. Conforme exaltadas por Goh e Jun (2019): O esboço de uma lista revisada adicionou mineração de criptomoeda, incluindo a de Bitcoin, para mais de 450 atividades que o NDRC disse que deveriam ser descontinuadas, pois não aderiram às leis e regulamentos relevantes, eram inseguros, desperdiçaram recursos ou poluíam o ambiente (GOH; JUN, 2019, p.1).

O governo chinês, que havia proibido o uso de criptomoedas no país em 2017, divulgou a criação da sua moeda digital soberana - a Digital Renminbi -, a ser lançada pelo Banco Popular da China a partir de 2021. Com essas repressões regulatórias da China, algumas atividades de comércio de criptomoedas mudaram para seus vizinhos, como o Japão e a Coreia do Sul (LOW; WU, 2019).

4.1.3 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, não há legislação ou projeto de lei específico para os criptoativos, utilizando os órgãos reguladores como ferramenta para monitorar e controlar indiretamente o uso desse ativo. A entidade de maior influência econômica estadunidense é o Office of the Comptroller of the Currency (OCC) - Escritório da Controladoria da Moeda em português -, o qual prescreve regulamentos, conduz atividades de supervisão e, quando necessário, tomar medidas de execução para garantir que os bancos nacionais tenham os controles necessários em vigor e forneçam os avisos necessários para a aplicação da lei para impedir e detectar lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outros atos criminosos, além do uso indevido das instituições financeiras da nação.

O OCC realiza exames regulares de bancos nacionais, associações federais de poupança, filiais federais e agências de bancos estrangeiros nos Estados Unidos para determinar a conformidade com a Bank Secrecy Act (BSA) Lei do Sigilo Bancário. O OCC usa ações de fiscalização formais e informais para garantir que os bancos nacionais, associações federais de poupança, agências federais e agências de bancos estrangeiros cumpram a BSA.

De acordo com um memorando de entendimento entre as agências bancárias dos Estados Unidos e a Rede de Execução de Crimes Financeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (FinCEN) e a Office of Foreign Assets Control OFAC- Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros; agência de inteligência e aplicação financeira do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos -, o OCC notificará a FinCEN e a OFAC sobre violações ou deficiências significativas da BSA. O BSA, 31 USC 5311 et seq estabelece um programa que prevê uma espécie de manutenção de registros e requisitos de relatórios para bancos nacionais, associações de poupança federais, filiais federais e agências de bancos estrangeiros.

A BSA foi alterada para incorporar as disposições do USA Patriot Act - Lei Patriótica; decreto que foi assinado pelo presidente George W. Bush logo depois do 11 de Setembro de 2001, em 26 de outubro de 2001 -, que exige que cada banco adote um programa de identificação de cliente como parte de seu programa de

conformidade com a BSA. Além de utilizar informações arquivadas por bancos em investigações de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a aplicação da lei dos EUA também fornece aos bancos acesso a recursos e ferramentas como as listadas aqui que podem ser usadas para fortalecer seus programas de gerenciamento de risco BSA.

O OCC e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emitem alertas, avisos e normas sobre instituições ou indivíduos que possam estar envolvidos em atividades fraudulentas ou serem considerados de alto risco para lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo. Os bancos dos EUA desempenham um papel fundamental no combate ao financiamento do terrorismo, identificando e relatando atividades potencialmente suspeitas, conforme exigido pela BSA.

A partir de 1º de abril de 2013, foi estipulado que as instituições financeiras deveriam usar o Sistema de Arquivo Eletrônico da Lei de Sigilo Bancário da BSA para enviar Relatórios de Atividades Suspeitas, manter registros de compras em dinheiro de instrumentos negociáveis, relatórios de arquivo de transações em dinheiro superiores a US \$ 10.000 durante o dia, e denunciar atividades suspeitas que possam indicar atividade criminosa, por exemplo, a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal. Uma emenda à BSA incorpora disposições do USA Patriot Act, que exige que cada banco adote um programa de identificação de cliente como parte de seu programa de conformidade com a BSA.

O governo americano adota uma estratégia cautelosa, gerando regulamentações sobre os ofertantes e também protegendo o mercado de grandes capitais, porém, sem desestimular a população a usar as criptomoedas. Como apresentado por Sims e colaboradores (2018), de modo geral, os EUA se concentraram em ajustar as criptomoedas às regulamentações existentes, em vez de formular novas regulamentações específicas para as criptomoedas. Resultando em aplicações de políticas já existentes para assim se criar confiança dos agentes sobre essa nova tecnologia.

4.1.4 União Europeia

As criptomoedas, atraíram o interesse de pessoas e empresas na União Europeia (UE), inicialmente tendo livre circulação, visto que não havia legislação específica e normas proibitivas, apesar dos regulamentos individuais dos estados membros, apresentando também uma variação da tributação das criptomoedas em cada país, onde alguns cobram impostos sobre os ganhos derivados.

Em 2015 foi criado o Regulamento UE 2015/847 do Parlamento Europeu e do Conselho em 20 de maio. Esse regulamento estabelece as regras referente às informações acerca de o ordenante e o beneficiário que precisam acompanhar as transferências de fundos financeiros, de qualquer moeda, para efeitos de prevenção, detecção e investigação do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, incluindo as moedas digitais.

No mesmo ano houve a primeira classificação oficial desses ativos, onde o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que as trocas entre a moeda tradicional e as moedas criptográficas ou virtuais deveriam ser isentas de Imposto sobre o Valor

Acrescentado (IVA), uma vez que as criptomoedas constituem serviços e não bens. No relatório publicado pela Comissão Europeia em 26 de junho de 2017, comunica a criação de um grupo de missão para a tecnologia financeira para avaliar a evolução tecnológica, os serviços e modelos de negócios baseados na tecnologia, para determinar se as regras e políticas existentes eram adequadas aos fins a que se destinam e identificar as opções e propostas que permitem explorar as oportunidades ou combater eventuais riscos. Foi abordado também o financiamento coletivo, as moedas digitais, as transações entre criptomoedas e a utilização de moedas virtuais para comprar bens de valor elevado, a tecnologia de livro-razão distribuído e a autenticação/identificação, no intuito de coibir atos criminosos e evoluir no quesito digital.

A nota mais recente da Comissão Europeia foi a publicada em 20 de junho de 2021 que expõe uma proposta para regulamentar as transferências de fundos e alguns criptoativos. Esta proposta reformula o regulamento UE 2015/847 e cria um novo quadro regulamentar e institucional ABC / CFT mais coerente para a criptoindústria. Essa recomendação é composta de um pacote de propostas legislativas para regular as transferências de fundos e certos ativos criptográficos para proteger os cidadãos da UE e o sistema financeiro da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo. O pacote legislativo incluiu a revisão do Regulamento UE 2015/847 de 2015 sobre Transferências de Fundos para rastrear as transferências de cripto-ativos, criando um novo e mais coerente quadro regulamentar ABC / CFT e institucional dentro da UE.

A Autoridade Bancária Europeia (EBA), como reguladora das moedas na União Europeia, instituiu que para enviar dados das Regras de Viagem, foi estabelecido um limite de um mil euros, de acordo com as diretrizes recomendadas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (FATF). Porém há delimitações distintas, para transações em lote, para moedas virtuais, de forma que a regra de viagem se aplica a transações em que um ativo parece estar vinculado a outras transferências no valor de um mil euros, e para os nomes do que origina e do beneficiário devem ser compartilhados para transferências inferiores a um mil euros.

4.2 Análise dos dados

Na sessão anterior foram apresentados os documentos institucionais que regem as transações com criptomoedas em algumas das principais economias mundiais: China, Brasil, Estados Unidos e União Europeia. A partir de agora os quatro casos são analisados em perspectiva comparada.

No Brasil, estuda-se um projeto de lei criado pelo deputado Aureo Lidio Moreira Ribeiro (SOLIDARIEDADE, RJ) para a inclusão das criptomoedas. Na China, após uma reação negativa em relação ao Bitcoin, os chineses restringiram o uso da criptomoeda e proibiram suas instituições de negociá-la com uma natureza excessivamente especulativa. Nos Estados Unidos mantém-se um controle financeiro para evitar crimes como lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo entre outros. As criptomoedas ainda não são regulamentadas, porém, até o presente momento, elas também não são proibidas.

Na União Europeia (UE), as criptomoedas são legais com regulamentos individuais dos Estados-membros, além da variação da tributação das criptomoedas varia em cada país, onde alguns cobram impostos sobre os ganhos derivados.

O quadro 02 aborda os aspectos que cada economia acima determinou para as moedas digitais:

Quadro 2. Comparação entre as economias sobre o posicionamento a respeito das criptomoedas

Economias	Pontos levantados
Brasil	Não regulamentado, e também não é reconhecido por nenhuma instituição financeira, mas com projeto de lei em andamento desde 2015.
China	Além de não regulamentado, se tornou proibida com o passar do tempo.
Estados Unidos	Não regulamentado, fiscalizado pelo OCC que conduz atividade de supervisão.
União Europeia	Não regulamentada, as criptomoedas são legais na União Europeia (UE), com regulamentos individuais dos estados-membros.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados desta pesquisa (2021)

Dentre os 04 países pesquisados, o que apresenta menor maturidade em relação a esta tecnologia é o Brasil, pois não tem volumoso mercado cripto, comparado aos demais citados, não tem apoio dos órgãos reguladores financeiros e não há lei específica. Entretanto mostra-se um passo à frente no quesito de regulamentação específica, visto que teve a iniciativa do projeto de lei em 2015.

A China tem um mercado expressivo na questão de moedas digitais em relação aos demais, porém é a única que proíbe o uso delas e com o maior número de restrições, tornando ilegais as transações por esse ativo. Nota-se também o desenvolvimento tecnológico avançado acima dos demais, pelo fato de ser a pioneira em iniciar o projeto da própria moeda digital, com previsão para o lançamento em 2021.

Os Estados Unidos é o que apresenta menor importância com a legislação, foca na supervisão desse ativo, ponto não enfatizar em demasia pelas demais nações. Incorporou essas moedas na legislação já existente a fim de dar credibilidade a tecnologia, indo em contraponto com o Brasil, China e União Europeia.

Enquanto que na União Europeia tal assunto é tratado com neutralidade, não tendendo positivamente como os Estados Unidos e nem negativamente como a China, não apresentando adeptos em larga escala. Além disso, é a que mais promove relatórios a respeito do acompanhamento das moedas digitais e aderiu à cobrança de impostos de forma pioneira sobre o lucro advindo do comércio cripto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento sobre moeda e o tipo de moeda utilizada sofreram alterações durante o passar dos anos, evoluindo para simplificar as transações financeiras humanas. Este trabalho apresentou as criptomoedas e como cada país citado está lidando com tal tecnologia.

A partir do referencial teórico, compreende-se a moeda como algo que tem que ser de fácil conversão em praticamente qualquer outra coisa, pelo fato de ser capaz de trocar, conservar e transportar riqueza de maneira simples e barata. Entende-se também que as moedas digitais demonstram vantagens ao atual sistema monetário e aos requisitos acima, como descentralização, infraestrutura aberta e global, porém apresentam algumas características distintas, de forma que podem proporcionar risco aos usuários.

Percebe-se também que as moedas digitais estão presentes na maior parte dos países, principalmente nas maiores economias como uma opção de investimento e como mediador de transações. Capta-se também que no Estado brasileiro as criptomoedas não têm normas específicas de conduta. Enquanto para a nação chinesa essas moedas têm uma regulamentação específica, permitindo o uso como pessoa física para fins legais. Já para os norte-americanos a regulamentação é realizada pelos entes federais e estaduais, possuindo particularidades entre os territórios estadunidenses. Por outro lado, na União Europeia as moedas digitais não são reconhecidas como moedas e nem meios de pagamento.

Em resposta ao problema da pesquisa: Como as maiores economias do mundo estão lidando com as criptomoedas? Foi pesquisado nos países Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia, como esses Estados abordam as criptomoedas e se há uma legislação específica. No Brasil há o intuito de regularizar como arranjo de pagamento através do PL 2303/2015, porém o ativo é visto de forma negativa pelo BCB e o CMV. A China adotou algumas medidas restritivas ao uso das criptomoedas no decorrer dos anos, até proibir em 2017, mas atualmente está implementando a sua própria moeda digital. Nos Estados Unidos aderiram ao uso desses ativos, porém de forma cautelar, enquadrando o uso nas normas já existentes, não criando regulamentos específicos, a fim de dar mais credibilidade a essas moedas digitais.

Na União Europeia as moedas virtuais são consideradas legais, apesar de não ter legislação específica ainda, mas em 2021 a Comissão Europeia fez uma proposta para regulamentar as transferências de fundos e alguns criptoativos.

O presente trabalho teve como objetivo geral: comparar sua regulamentação em algumas das principais economias do mundo, a saber: Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia. Através da análise feita sobre a legislação de cada país, no Brasil não é regulamentado, e também não é reconhecido por nenhuma instituição financeira, mas tem o projeto de lei em andamento desde 2015. Na China além de não regulamentado, se tornou proibida com o passar do tempo. Nos Estados Unidos não é regulamentado, porém é fiscalizado pelo OCC que conduz atividade de supervisão. Enquanto na União Europeia não é regulamentada, mas as criptomoedas são legais na União Europeia, com regulamentos individuais dos estados-membros.

Em relação ao segundo objetivo específico: de apresentar dados sobre as moedas digitais e evidenciar como o Brasil, a China, os Estados Unidos e a União Europeia lidam com essa tecnologia, foi completado por meio do referencial teórico, no qual foi demonstrado como surgiu, as características, pontos positivos e negativos da criptomoeda, além de descrever como cada país reagiu ao contato com tais moedas, principalmente os órgãos financeiros e normativos.

O terceiro objetivo específico: fazer uma análise comparando o processo legislativo entre os entes acima, realizado através da discussão, análise e avaliação dos resultados, onde foi depositado a análise de cada ente em específico e comparados entre si na questão do processo legislativo das criptomoedas.

A principal limitação do estudo foi no encontro da bibliografia normativa, a respeito da legislação da China, Estados Unidos e União Europeia, sobre a própria moeda e partes desses documentos que enquadram as criptomoedas. Outra limitação foi a dificuldade de traduzir de forma coerente ao original os registros estrangeiros. Além da dificuldade de encontrar documentos com dados atualizados perante ao ano de 2021.

Apesar de ser um tema abordado desde 2008, com a criação da primeira moeda digital, não se tem muitas conclusões normativas dos países a respeito das criptomoedas, segue as seguintes orientações para os trabalhos futuros: ter o auxílio de um indivíduo que faça parte ou entenda do meio legislativo, conhecer a língua inglesa ou ter ajuda de uma pessoa fluente, planejar antecipadamente a de coleta de dados e ferramentas que possam contribuir com a análise dos documentos, que este trabalho traga pesquisas futuras, a fim de concluir com mais dados e de forma mais precisa, expondo ao público esse assunto que não é conhecido pela maioria.

Como contribuição, este trabalho espera-se que possa proporcionar novas pesquisas sobre esse tema no mundo acadêmico, espera-se ainda que essa problemática sirva para instigar as pessoas a buscarem entender um pouco sobre essa nova tecnologia e como ela está sendo usada nos demais países.

REFERÊNCIAS

- ANDRION, Roseli. Testes com a moeda digital chinesa já movimentaram mais de US\$ 5,3 bilhões. Canaltech, [S. l.], p. 1, 16 jul. 2021.
- ATLAS QUANTUM. Moeda Virtual. 2018. Disponível em: <<https://www.atlasquantum.com/>>. Acesso em: 14 de nov. 2021.
- BRASIL, Banco Central do. Comunicado 25.306, de 19 de fevereiro de 2014. virtuais" ou "moedas criptografadas" e da realização de transações com elas.
- PETERS, Benjamin. How Not to Network a Nation: The Uneasy History of
- BONA, André. Investir em bitcoin: conheça as vantagens e riscos da criptomoeda.
- BRASIL. Projeto de Lei 2303, de 8 de julho de 2015. Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" supervisão do Banco Central.
- CAMPOS, Eduardo; Ribeiro, Alex. Bitcoin é bolha e pirâmide, alerta Ilan. Valor Econômico. 2017.
- CASTELLO, Melissa Guimarães. Bitcoin é moeda? Classificação das criptomoedas para o direito tributário. Revista Direito GV, v. 15, n. 3, 2019.
- CMV. Comunicado Conjunto, de 13 de junho de 2019.
- FARHI, Maryse. Revelações da crise: moeda fiduciária e as relações Tesouro/Banco Central. Revista de Economia Política, v. 34, n. 3, p. 396-412, dez./2021.
- GARCIA, R.S. Moedas virtuais são moedas? Um estudo de caso para o Bitcoin e Litecoin. 2014. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, T. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. 2020. Sul Global p.192-211.
- GREGORIO, Rafael. Como investir em moedas digitais e quais os riscos?. Valor Investe, [S. l.], p. 1-3, 5 abr. 2019.
- HARARI, Y.N. Sapiens: Uma breve história da humanidade. 6 ed. Porto Alegre:

L&PM, 2015.HOUBEN, Robby; SNYERS, Alexander. Cryptocurrencies and blockchain - legal context and implications for financial crime, money laundering and tax evasion. European Union: Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, jul. 2018. p. 76-79.

KEIRNS, Garret. Japan's Bitcoin Law Goes Into Effect Tomorrow. Coindesk.2017.

KRUGMAN, P. Debt is money we owe to ourselves. New York Times.

LILLEY, Peter. Lavagem de dinheiro: negócios ilícitos transformados em atividades legais. Tradução de Eduardo Lasserre. São Paulo: Futura, 2001.

LOPES, J.C.; ROSSETTI, J.P. Economia monetária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MIRANDA, José Carlos. Algumas questões de economia internacional contemporânea. nov./1995.

MONTORO, A. F.; TROSTER, R. L. Introdução à teoria monetária.In: PINHO, D.B.; VASCONCELLOS, M.A.S.; TONETO JR., Rudinei(Org.). Manual de Economia. Cap. 16, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

NAKAMOTO, SATOSHI. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System 2008.

NEVES, Barbara Carvalho. Política externa brasileira e a integração da infraestrutura na América do Sul: uma análise a partir dos mecanismos IIRSA/COSIPLAN.

NOVAES, R. Conheça as vantagens e desvantagens do uso de Bitcoins. Agosto 2014.

PREVIDI, G.S. Descentralização Monetária: um estudo sobre o Bitcoin. 2014.

REVOREDO E BORGES. Criptomoedas no cenário internacional. inside 15 de outubro de 2018.

RISKA DWI, A.; NADIA, F. The Effect of Cryptocurrency on Exchange Rate of China: Case Study of Bitcoin. Munich Personal by Research Papers in Economics (RePEc) Archive, Munich, 1 Apr 2019.

ROCHA FILHO, H. de C. Análise de investimento de mineração de Bitcoin sob condições de incerteza. 67f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. p. 24-25.

SANTANA, H. L. De S.; MORAES, F. A. Regulação das criptomoedas: política anti-lavagem de dinheiro.

SICSÚ, João; PAULA, L. F. D; MICHEL, Renaut. Por que novodesenvolvimentismo?. Revista de Economia Política , v. 27, n. 4, p. 507-524, dez./2007.

SILVA, S. C.; MONTEIRO, V. B. Criptomoedas (ou criptoativos?) como meio de pagamento no Brasil e a lógica do Cisne Negro: da ausência de regulamentação específica ao desempenho da criptoeconomia durante a pandemia de Covid-19. Economic Analysis of Law Review, [s. l.], maio/agosto 2021.

SOUZA, Ranidson Gleyck Amâncio. Território das criptomoedas: limites à regulamentação estatal quanto à circulação de moedas no ciberespaço e possíveis alternativas. Revista Brasileira de Políticas Públicas, [s. l.], dezembro de 2017.

ULRICH, F. Bitcoin: A moeda na era digital. São Paulo: Instituto Mises Brasil. 100p.,2014.

VAN DER LAAN, C. É crível uma economia monetária baseada em Bitcoins? Limites à disseminação de moedas virtuais privadas (2014).

VASCONCELOS, Marcos Roberto. Em busca do crescimento perdido:explicações para a persistência da crise econômica de 2007/2008 nos países desenvolvidos. Gestão e Desenvolvimento em Revista, Brasil, v. 5, n. 1, p. 70-83, jun./2008.

CAPÍTULO 2

O BRASIL DE VOLTA AO MAPA MUNDIAL DA FOME: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA INTERNACIONAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Aiane de Oliveira Vieira
Layza Milena Batista da Silva
Levi Barbosa dos Santos
Stephane Viandeli Lima
Joyce Nunes dos Santos

1 Introdução

O Brasil viveu entre a implantação do Plano Real, em 1994 e 2013, um período de crescimento e prosperidade econômica. As políticas econômicas promovidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) conseguiram controlar a inflação e estabilizar a economia, o que permitiu que seus sucessores Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2012) promovessem políticas econômicas e sociais a fim de fomentar o crescimento e a inclusão social (KINGSTONE; POWER, 2017).

A partir de 2013, todavia, o país começou a viver um processo de ruptura. O Brasil, naquele momento, começava a sofrer os reflexos da crise internacional iniciada ainda em 2008. O momento exigia uma política econômica de reajuste fiscal e contenção de gastos, o que não aconteceu (KINGSTONE; POWER, 2017) e isso,consequentemente, resultou na desaceleração da economia, na elevação das taxas de juros e de inflação, no endividamento e, até mesmo, na queda nas importações (SANTOS, 2016).

Frente ao cenário apresentado, podemos constatar que desde 2013 o país já vinha enfrentando não apenas crise econômica, mas também uma crise política, social e institucional. Os problemas tornaram-se ainda mais graves frente à crise internacional de saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus, iniciada em março de 2020.

Os reflexos da pandemia do Covid19 na economia internacional têm se mostrado devastadores. Relatório do Banco Mundial indicou uma queda de 4,3%¹ no PIB global no ano de 2020, enquanto o Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2021 indicou que as consequências da pandemia da COVID-19 serão sentidas até a próxima década. Isso, consequentemente, afeta a economia das nações, intensifica as desigualdades sociais e, até mesmo, influencia as relações geopolíticas.

E, no Brasil, o cenário não seria diferente. A pandemia do novo coronavírus trouxe para o centro do debate um velho problema que o Brasil parecia já ter superado: a insegurança alimentar. Segundo dados do FAO, em 2020,aproximadamente 57 milhões de pessoas passaram por insegurança alimentar grave ou moderada no Brasil, ou seja 27% da população do país.³ Insegurança alimentar é, todavia, um fenômeno multicausal que envolve variáveis sociodemográficas, como: sexo, idade,

localidade, escolaridade, raça, estrutura familiar, empregabilidade, renda, entre outros (MATTOS; BIANCHI; TOIGO, 2020).

Dito isso, por um lado, faz sentido a elevação das taxas de insegurança alimentar entre as famílias brasileiras, pois a taxa de desemprego no país alcançou 14,20% no segundo trimestre ((abril, maio e junho) de 2021. Porém, por outro lado, no mês de abril de 2021, as exportações totais do país somaram US\$ 26,481 bilhões, um salto de 50,5% sobre abril de 2020 na comparação pela média diária. Nota-se que o país superou também o recorde anterior registrado em agosto de 2011, de US\$ 26,076 bilhões.

Os dez produtos brasileiros mais exportados em 2020 foram, nesta ordem: soja, petróleo, minério de ferro, celulose, milho, carne de frango, produtos manufaturados, carne bovina, farelo de soja e açúcar. Como os dados mostram, seis dos dez produtos mais exportados pelo país no ano anterior são todos produtos primários, agropecuários, ou seja, produtos que compõem a cadeia alimentar.

Deste modo é possível identificar uma relação causal entre insegurança alimentar e questões relacionadas à economia internacional, mais especificamente, à exportação de commodities agropecuárias. Frente à problemática apresentada o presente desenho de pesquisa busca compreender: Como um país que ocupa o 3º lugar entre os 10 países que mais produzem alimentos no mundo pode ter tantas pessoas vivendo algum tipo de insegurança alimentar? A fim de compreender essa dicotomia, o objetivo da pesquisa é avaliar a política comercial brasileira, majoritariamente pautada na exportação de commodities, e estabelecer relações causais com o mapa da fome no Brasil.

A presente pesquisa torna-se relevante, pois, como já citado anteriormente, os efeitos da pandemia da COVID-19 serão sentidos globalmente por pelo menos duas décadas. Compreender o papel da economia internacional é, assim, importante para que tomadores de decisões pensem em soluções políticas e econômicas para uma crise sanitária que deixará não apenas um déficit econômico, mas também social e de capital humano.

A pesquisa divide-se em três subcapítulos. O primeiro faz uma revisão da literatura que busca elementos teóricos para compreender as variáveis de análise: insegurança alimentar, produção de alimentos, exportação de commodities e variações cambiais. De forma mais específica, a fundamentação teórica faz uma rápida análise longitudinal da economia brasileira no século XX a fim de compreender os elementos que explicam o problema da fome no país. Em seguida, foca-se nas políticas de estabilização econômica e redistribuição de renda implementadas a partir dos anos de 1990 responsáveis pela superação da insegurança alimentar no país. Paralelamente, faz-se necessário avaliar a política externa brasileira e a influência da dinâmica internacional que, juntamente com a crise causada pela pandemia, oferecem elementos explicativos para a atual situação de insegurança alimentar no Brasil.

O segundo subcapítulo é dedicado ao desenho de pesquisa. Este é um estudo aplicado, voltado para a avaliação da insegurança alimentar no Brasil; descritivo, pois, por meio de dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Banco Mundial, dos sites oficiais do Governo Brasileiro (GOV) e do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística, visa explorar indicadores econômicos como fome, produção alimentícia destinada à exportação, inflação entre outras variáveis econômicas ; é baseado na abordagem quantitativa, uma vez que interpreta os fenômenos a partir de dados numéricos; e utiliza como técnica de pesquisa a análise longitudinal com dados dos últimos 20 anos.

Por fim, o terceiro subcapítulo faz uma análise dos dados empíricos contando com o método de análise descritiva, cujo objetivo é explorar as variáveis: insegurança alimentar, produção alimentícia, exportação, inflação, desemprego e taxas cambiais.

De acordo com os dados emitidos pela FAO, o Brasil em 2020 duplicou o número de pessoas com insegurança alimentar grave, saindo de 3,4 milhões de pessoas (1,6%) em 2019 para 7,5 milhões de pessoas (3,5%) em 2020. Se registrarmos esse aumento em 2021, voltamos ao mapa da fome. Enquanto isso, a taxa de câmbio está comercial atingiu o valor inédito para os primeiros seis meses do ano ao somar US\$36,7 bilhões. O alto valor das exportações decorre do crescimento principalmente dos preços, mas também do aumento significativo dos volumes exportados. Isso levou a recordes nas receitas de exportação de soja em grão e farelo, minério de ferro, petróleo bruto e óleos combustíveis, carne bovina e suína, aço semiacabado, algodão, ouro, minério de cobre, dentre outros. Em suma, há aumentos expressivos em todas as categorias de produtos: bens agrícolas, minerais e industrializados.

2 Fundamentação Teórica

Para alcançar os objetivos propostos no presente desenho de pesquisa faz-se necessário buscar elementos teóricos que permitam avaliar as variáveis que compõem este estudo: insegurança alimentar, produção de alimentos, balança comercial e política cambial.

Desse modo, apresenta-se, em um primeiro momento, uma rápida análise da história econômica do Brasil, focando no lento e complexo processo de industrialização do país. Em seguida, é colocado em debate as políticas de estabilização econômica e de redistribuição de renda implementadas a partir dos anos de 1990, a fim de compreender a superação do problema histórico da fome no país.

Em um terceiro momento, caminha-se para o ciclo de crises econômicas, políticas e sociais iniciadas nos anos 2010 e a atual situação de insegurança alimentar que uma parcela significativa da população brasileira enfrenta. Paralelamente, faz-se necessário trazer para o debate contribuições teóricas acerca da economia internacional, mais notadamente a exportação de produtos agrícolas e seus efeitos na balança comercial brasileira e as crescentes altas do dólar.

2.1 Economia brasileira no século XX: uma análise longitudinal

A economia brasileira entre meados de 1900 e 1930 era baseada na agro exportação, com foco no cultivo e exportação de matérias-primas agrícolas, com destaque para a produção de café. A partir da crise internacional do período entre guerras (1930-1945), com a recessão econômica, causada pela quebra da bolsa de

valores de Nova York no início da década de 1930 e a dificuldade de importar bens manufaturados, o Brasil foi forçado a iniciar seu processo de industrialização.

Dentro desse processo de industrialização três períodos merecem destaque: a Era Vargas (1930-1945 / 1950-1954); o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961); e os governos militares (1964-1985).

Getúlio Vargas subiu ao poder em 1930, durante a Grande Depressão. Para o Brasil foi um período muito difícil, pois o café, principal produto de exportação, enfrentava uma crise profunda devido ao excesso de produção e baixos preços no mercado externo. A estratégia seguida pelo governo Vargas tinha como objetivo vincular o Estado ao desenvolvimento do país, com o intuito de aumentar as atividades industriais e diversificar o mercado interno, e isso era um aspecto central de sua ideologia política (BASTOS, 2017). Além disso, o governo Vargas tratou de regular a atividade estrangeira no país, apesar de ser mais flexível em outros ramos, como os setores básicos (MAGALHÃES, 2017).

Neste período foram criadas a Companhia Vale do Rio Doce, empresa responsável pela exploração dos diversos minerais utilizados pelas indústrias, a Companhia Siderúrgica Nacional, importante centro de produção de aço, e a Petrobras, importante produtora de energia (MORAES, 2000-2015).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), por conseguinte, privilegiou a indústria automobilística em detrimento do transporte ferroviário e impulsionou a fabricação de autopeças e, para isso, abriu a economia brasileira ao capital estrangeiro. Neste período aconteceu também a construção de Brasília. A construção da nova capital e o elevado volume de materiais usados gerou grande demanda para a indústria nacional (BEZERRA, 2011-2021). O slogan principal de sua campanha e governo foi e na gestão foram edificadas altas taxas de crescimento acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

A partir de 1983, entretanto, observou-se uma conjuntura de forte aceleração inflacionária, em grande medida decorrente dos efeitos suscitados. Como consequência verificou-se naquele ano novo salto do patamar inflacionário, com o Índice Geral de Preços (IGP), por exemplo, evoluindo de 99,7% (1982) para 211,0%. Um cenário que se assemelhava à (MACARINI, 2009).

É importante ponderar, para os fins desta pesquisa, que o processo de industrialização brasileiro foi lento, pautado pelo Estado e dependente do capital externo. Embora os governos Vargas, Kubitschek e seus sucessores tenham exercido um papel preponderante na industrialização do país, foi nos governos militares que esse processo se consolidou. No entanto, apesar do período conhecido como Brasil, o modelo desenvolvimentista adotado pelos militares deixou efeitos sociais e, mais tarde, econômicos que perduraram até o início dos anos 1990 (VIEIRA, 2021).

Com a queda dos governos militares e a redemocratização, o governo Sarney (1985-1990), primeiro presidente pós-ditadura, herdou o descontrole das contas públicas, o aumento nos déficits operacionais e o crescimento do endividamento interno. Nos cinco anos que esteve na Presidência da República (1985-1990) sua equipe econômica implementou três planos de estabilização: o Plano Cruzado em

1986; o Plano Bresser em 1987; e o Plano Verão em 1989. Embora estes planos tenham permitido rápido crescimento, eles fracassaram em combater a inflação e resultaram em forte deterioração das contas externas. Eles foram também responsáveis pelo início da implantação das políticas neoliberais, decorrentes do Consenso de Washington, no Brasil (GIAMBIAGI et al, 2016).

O Consenso de Washington, realizado em 1989, foi um fórum econômico que incluiu representantes do governo norte-americano e dos órgãos responsáveis pelo sistema financeiro internacional (FMI, Banco Mundial e BID). O encontro foi realizado em Washington, capital dos Estados Unidos, e tinha como principal objetivo discutir reformas econômicas a fim de implementar políticas neoliberais em todo o continente americano.

As propostas neoliberais apresentadas pelo governo norte-americano giraram em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico. Para alcançar tais objetivos propôs-se: cortes de gastos e diminuição de dívidas por parte dos Estados; reformas tributárias visando melhorias para as empresas; além de privatização de empresas públicas (BATISTA, 1994).

Foi sob esse clima que Fernando Collor de Mello, primeiro presidente democraticamente eleito após o golpe militar de 1964, assumiu. Além da responsabilidade de restabelecer a democracia após mais de 20 anos de ditadura militar, ele também tinha como missão combater a inflação. Tudo isso dentro da cartilha neoliberal estabelecida pelo Consenso de Washington.

Sua primeira ação de peso no âmbito econômico foi o chamado Plano Collor I, a medida mais polêmica dele depósitos acima de 50.000 cruzeiros, o governo reteve os depósitos acima deste valor e prometeu devolvê-los em 18 meses com correção e juros de 6% ao ano. O objetivo foi a retenção das poupanças nos bancos. Para os correntistas que tivessem dinheiro, no entanto, nunca aconteceu e milhares de correntistas tiveram que entrar na justiça para reaver as quantias depositadas (BEZERRA, 2011-2021).

Em 1991, devido aos maus resultados obtidos com o I Plano Collor, houve uma nova tentativa de estabilização, a qual foi chamada de Plano Collor II. O novo plano de estabilização econômica visava promover uma reforma financeira, aumentar as tarifas públicas para os Correios, a energia e o transporte ferroviário, a criação do Fundo de Aplicações Financeiras e a criação Taxa de Referência de Juros (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2006).

Todavia, os planos Collor I e II também não foram capazes de conter a inflação e estabilizar a economia. E, além dos problemas de ordem econômica, Collor de Mello foi acusado de corrupção, a população foi às ruas e exigiu seu impeachment, mas antes que o processo fosse iniciado, o então presidente renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992 (BEZERRA, 2011-2021). Com a deposição de Collor entre 1992 e 1995 o país foi governado por seu vice, Itamar Franco. A administração Franco, por sua vez, foi marcada pela criação do Plano Real, cujo objetivo era garantir o aumento do poder de compra da população brasileira e ,mais uma vez, tentar controlar a inflação.

O Plano Real apoiou-se significativamente na intensificação de medidas liberalizantes e de ajuste fiscal (IANONI, 2009). O impacto imediato do Plano Real foi a queda da inflação e o grande crescimento da demanda, o que proporcionou o aumento da atividade econômica. A taxa de câmbio nominal passou de R\$ 0,931/ US\$ em julho para R \$0,842/US\$ em novembro de 1994 (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2006).

O Plano Real foi o único projeto econômico que conseguiu alcançar maiores resultados no combate à inflação no país. Seu arquiteto foi o então Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso. O sucesso de seu plano econômico garantiu sua eleição como Presidente da República do Brasil por dois mandatos consecutivos: 1994-1997 e 1998- 2002.

Embora o Plano Real tenha conseguido promover a estabilidade econômica e o controle da inflação, as políticas neoliberais adotadas ao longo dos governos FHC também geraram desgastes (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2006). O ajuste fiscal incutiu a falsa ideia de que o principal problema do país se reduzia ao déficit público e, portanto, requer a implementação de medidas relativas ao equilíbrio orçamentário.

E, para atingir tal equilíbrio, o presidente Cardoso promoveu a venda das empresas estatais - de energia, de telefonia, entre outras -, além de viabilizar a aprovação das reformas previdenciária e administrativa. Contudo, apesar da utilização desses recursos, notadamente antidemocráticos, o déficit público permaneceu elevado (PORTO, 2011-2021).

A privatização de empresas estatais resultou em aumento no índice de desemprego (GREMAUD; VASCONCELLOS; JUNIOR, 2006) e da dívida pública, o final dos anos de 1990, as taxas de juros nominais estavam acima dos 20% e a moeda havia perdido metade do seu valor inicial. Paralelamente, a Argentina havia declarado o maior calote da história e, aos olhos do mercado financeiro, o Brasil parecia estar à beira do mesmo "precipício" (ANDERSON; SOUZA; COSTA, 2011).

Em suma, o balanço da história econômica brasileira acima descrito mostra que o processo de industrialização e modernização da economia foi longo, lento e pautado na dependência do capital externo (VIEIRA, 2018). E, embora o país tenha vivido um breve momento de crescimento econômico no período militar, a economia brasileira levou cerca de duas décadas para controlar a inflação e alcançar a estabilidade econômica.

2.2 Economia brasileira na primeira década do século XXI

O Plano Real iniciou um ciclo de reformas sociais e econômicas e da modernização do Brasil (KINGSTONE; POWER, 2017). E foi este ambiente de estabilidade monetária e controle da inflação que permitiu que os governos do PT (2002-2016) desse início a um ciclo de políticas econômicas de crescimento e redistribuição de renda. A erradicação da fome e da pobreza absoluta, a promoção do crescimento econômico acompanhado por uma melhor distribuição de renda, eram bandeiras históricas do Partido dos Trabalhadores (SUPLICY, 2003).

Tendo tais objetivos em vista, em seu primeiro ano de governo, o ex-Presidente Lula lançou o Programa Fome Zero, o qual como o próprio nome indica, visava alcançar a total erradicação da fome e da desnutrição no Brasil, combatendo suas causas subjacentes, principalmente a miséria e a pobreza (SILVA, c2021). O programa previa, inicialmente, não somente a distribuição de cestas básicas de forma emergencial, mas também, a construção de restaurantes populares, a distribuição de cartão alimentação, entre outros (VINHAS, 2014). Era um plano audacioso e, logo, com muitas dificuldades para ser colocado em prática. Eis que os formuladores da política pública encontraram os primeiros obstáculos.

Dentre as diversas variáveis que levaram o Fome Zero ao fracasso estava a falta de logística entre a distribuição de alimentos e sua chegada ao destino de forma rápida. Além da falta de investimentos na expansão do programa para articular as redes estaduais e municipais (EGLER, 2008). O principal problema encontrado pelos formuladores, todavia, foi acerca das origens da problemática da fome no Brasil, a qual não se deve à indisponibilidade de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população.

Frente à essa constatação, os formuladores de políticas públicas compreenderam que não era a distribuição de alimentos que resolveria o problema da fome no Brasil, mas sim o aumento do poder aquisitivo da população mais pobre, o que, conseqüentemente, levaria ao aumento da demanda por alimentos (HOFFMANN, 1995). A partir destas constatações o Fome Zero acabou sendo posteriormente substituído pelo Programa Bolsa Família.

A criação do Bolsa Família objetivava, inicialmente, centralizar os inúmeros programas de distribuição de renda existentes na esfera federal, a saber: o Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), o Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), o Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome). A união dos programas, por um lado, conseguiu, a partir de uma gestão coordenada e integrada intersetorialmente, reduzir gastos administrativos. E, do ponto de vista dos direitos humanos, a unificação foi um avanço, pois a centralização em um único programa evitou a fragmentação e permitiu maior clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação (ZIMMERMANN, 2006).

Com sua consolidação enquanto política social, o programa Bolsa Família foi, conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), definido como um programa de transferência direta de renda que visava beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. A política social integrou o Plano Brasil Sem Miséria, que tinha como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$77 mensais e baseou-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O programa ancorou-se em três dimensões de atuação: a primeira voltada para a transferência de renda a fim de aliviar imediatamente a pobreza; a segunda ligada às condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social para reforçar os direitos dos beneficiários destas políticas; e a terceira referente aos programas e

ações para desenvolvimento das famílias no sentido da superação da condição de carência (MDS, 2014).

Falar sobre fome, todavia, remete à compreensão do conceito de insegurança alimentar, o qual é empregado quando não há acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que isso necessariamente comprometa o acesso a outras necessidades essenciais (PELLEGRINI, 2021). Nesse aspecto, em 1990, 25 milhões de cidadãos brasileiros estavam subalimentados, o que correspondia a quase 15% dos habitantes do país (MARTINS, 2014). Ao final de 2014 apenas 1,7% da população vivia em situação de insegurança alimentar grave.

Para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), quando o indicador está abaixo de 5%, significa que o país superou o problema da fome. Mesmo que 1,7% representem cerca de 3,4 milhões de pessoas, o Brasil estava sendo utilizado como uma referência mundial no combate à fome pela redução de 82% (aproximadamente 15,6 milhões) da população em situação de subalimentação, entre 2003 e 2014.

As políticas neodesenvolvimentistas adotadas, principalmente a partir do segundo mandato de Lula, incluindo o Bolsa Família, tinham o objetivo de promover, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e social do país e o fortalecimento do capitalismo. Sendo assim, ao mesmo tempo que se utilizam de programas compensatórios de transferência de renda, também fomentaram o crescimento das grandes empresas, impactando mudança significativa nos indicadores de segurança alimentar no Brasil (SOUZA; HOFF, 2019).

Em um balanço geral, a implantação de programas de transferência de renda conseguiu atender simultaneamente a demandas antagônicas, isto é, demandas sociais e econômicas, pois tanto houve crescimento do PIB, redução do desemprego e estabilidade de preços, como também houve uma melhora nos indicadores de distribuição da renda e de redução da pobreza (CURADO, 2011).

Cabe ressaltar, no entanto, que embora essas políticas tenham conseguido reduzir a pobreza, promover o crescimento econômico e o aumento do consumo, elas não foram capazes de transgredir os preceitos econômicos neoliberais. Todas ampliaram a valorização econômica do capital, em compatibilidade com os interesses da economia privada (MACIEL, 2013 apud MADUREIRA, 2020, p. 11-12). E é precisamente a incompatibilidade de interesses o fato de o Brasil ter caminhado no sentido reverso e, logo, ter hoje cerca de 57 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave ou moderada. Na sessão seguinte essas variáveis são colocadas em debate.

2.4 A segunda década do século XXI: crises econômicas, políticas e sociais

Como demonstrado nas seções anteriores, as políticas de estabilização da economia promovidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e as políticas sociais promovidas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora Dilma Rousseff pareciam estar colocando o Brasil no ritmo da modernização econômica das sociedades avançadas (VIEIRA, 2018). Entre 15 de setembro e 15 de outubro de 2008, frente à crise internacional iniciada nos Estados Unidos, todavia, o

real se depreciou em 22,7%, acarretando fortes perdas para as empresas brasileiras que haviam realizado operações de derivativo de dólar no mercado de balcão no Brasil e no exterior, seja para se proteger do risco cambial, seja para obter ganhos especulativos, seja para reduzir o custo dos empréstimos bancários (FREITAS, 2009).

As medidas tomadas pelos Estados Unidos e pelo bloco europeu consistiram basicamente em ajuste fiscal e programas de apoio, mas não surtiram o efeito necessário para retomar o crescimento econômico. Em relação ao Brasil, entre as medidas anticíclicas implantadas para o combate à crise se destacaram, principalmente, aqueles referentes às políticas macroeconômicas expansionistas.

De modo geral, o mercado interno foi incentivado com o aumento de crédito, redução da taxa de juros e desonerações fiscais. Em 2009, começamos a perceber uma leve recuperação da economia brasileira. A maioria das medidas tomadas para combater os efeitos da crise no Brasil foi no sentido de evitar efeitos mais severos e duradouros à economia brasileira (LIMA; DEUS, 2013).

O Governo Dilma Rousseff começou com os resultados positivos da política econômica de combate à crise de 2008 promovida ainda na gestão do ex-Presidente Lula. Por meio desta política econômica, o governo brasileiro viabilizou uma rápida recuperação da economia e, já em 2010, conseguiu reduzir as taxas de desemprego, as quais foram mantidas nos anos subsequentes, até o final de 2014. Apesar da tentativa de contenção dos impactos da crise, ainda assim, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff houve desaceleração do crescimento econômico (TEIXEIRA; DWECK, 2017).

Em 2014 foi possível manter os baixos índices de desemprego e a elevação do salário, o que ajudou a Presidente Dilma a se reeleger. Durante a campanha, a então Presidente procurou garantir ao eleitorado progressista que não cederia ao cerco neoliberal, ao contrário de seus principais adversários. Foi afirmada a continuidade do projeto desenvolvimentista. Após se reeleger, Dilma junto ao novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deu início ao ajuste fiscal. Como justificativa, recorreu à longa duração da crise internacional (VIEIRA, 2018).

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos e, em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, teoricamente, apaziguaram a insatisfação empresarial, ainda que prejudicasse seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica dos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária (BASTOS, 2017).

Em 2014 teve ainda o início da Operação Lava Jato, uma investigação da Polícia Federal do Brasil que tinha como objetivo apurar um esquema de lavagem de dinheiro, sendo considerada a maior investigação de corrupção da história do Brasil, tendo sua fase ostensiva iniciada em março de 2014 com o cumprimento de mais de cem mandados de busca e apreensão, prisões temporárias, preventivas e condições coercitivas.

Nela descobriu-se um grande esquema de corrupção envolvendo a maior estatal do país, Petrobras e vários políticos do país (principalmente do PP, PT e PMDB). Essa operação trouxe várias consequências, como o agravamento da crise

política e econômica no país causado pela insatisfação popular e pela perda de credibilidade do país a nível internacional.

No dia 31 de agosto de 2016, a Presidente Dilma Rousseff foi deposta após um longo e desgastante processo de impeachment, acusada de crime de responsabilidade, previsto no artigo 52 da Constituição Federal (NOGUEIRA, 2016).

Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu o governo como presidente, ainda durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Com a finalização do processo de deposição, terminou o ciclo petista de governo e o abandono das estratégias neodesenvolvimentistas de crescimento econômico. Segundo Bresser-Pereira (2011 apud SOUZA; HOFF, 2019), o impeachment e a tomada do poder pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de Michel Temer trouxeram uma guinada ao neoliberalismo e a consequente estagnação econômica aos moldes dos anos 1990.

O termo neoliberalismo, por fim, significa liberalização do comércio, implantação de políticas de austeridade fiscal, privatizações de empresas estatais, corte de despesas, em especial nas áreas sociais, para que o setor privado possa realizar as principais funções capazes de movimentar a economia de um país, diminuindo, assim, a participação e a influência do Estado. Em suma, o modelo neoliberal tende a beneficiar apenas os detentores de poder econômico e ignorar programas sociais (MADUREIRA, 2020).

A retomada das políticas neoliberais pelo Governo Temer rompeu com o compromisso social dos governos anteriores (SOUZA; HOFF, 2019). Exemplo das decisões tomadas pelo Governo Temer foi a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC-241) que limitou os investimentos públicos em políticas sociais pelo período de vinte anos (DELGADO; NASCIMENTO; SILVA, 2020).

Em 28 de outubro de 2018 Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. O programa de governo apresentado por ele durante a campanha eleitoral tinha uma clara diretriz doutrinária quanto às questões econômicas e sociais (GONÇALVES, 2018) dando, assim, continuidade àquilo que já havia sido iniciado no Governo Temer.

De acordo com o Plano de Governo de Bolsonaro, os principais objetivos para a economia eram: o enxugamento da máquina pública; a diminuição da inflação e dos juros; a realização de uma reforma na previdência seguindo o regime de capitalização individual adotado no Chile, bem como, de uma reforma tributária; privatização; instituição de uma renda mínima para todos; criação de uma nova carteira de trabalho priorizando o contrato de trabalho individual em detrimento da CLT; promoção da abertura comercial internacional; investimento no setor industrial e facilitação da criação e extinção de empresas (MADUREIRA, 2020).

Para estimular os investimentos privados e destravar a economia, o governo anunciou uma série de medidas econômicas, seguindo o plano principal de tornar o ambiente de negócios mais livre da atuação do Estado. Pensando nos efeitos a curto prazo, injetaram dinheiro na economia, liberando o saque do FGTS e prometeram a queda da taxa de juros em 1(um) ponto percentual e a liberação de depósitos compulsórios pelos bancos (COSTA et al., 2019 apud MADUREIRA, 2020).

Como resultado do primeiro ano do governo Bolsonaro, o crescimento econômico foi muito baixo, obtendo o PIB de 1,1% para o ano de 2019, sendo esse o desempenho mais fraco em 3 anos, com o resultado afetado principalmente pela perda de ritmo do consumo das famílias e dos investimentos privados. Os investimentos tiveram uma desaceleração mais forte, registrando uma alta de 2,2% em 2019, após um salto de 3,9% em 2018 (ALVARENGA; SILVEIRA, 2020).

Entre o final de dezembro de 2019 e meados de janeiro de 2020 foram notificados à Organização Mundial de Saúde (OMS) os primeiros casos de COVID-19 na China, o que em março do ano seguinte tornou-se uma crise internacional de saúde. A COVID-19 é uma doença de transmissão acelerada, causada pelo coronavírus (SARS CoV-2). Desse modo, mediante ao avanço da contaminação, ela requereu medidas rápidas e conscientes com o intuito de promover o enfrentamento da doença, tais como a busca por medicamentos e vacinas, bem como o auxílio aos impactos da epidemia na sociedade em geral (BRITO et al, 2020).

A pandemia da COVID-19 se apresenta como o maior desafio sanitário em escala global dos últimos tempos e já matou até 12 de novembro de 2021, 5.077.907 pessoas. O insuficiente conhecimento científico inicial sobre a doença, sua alta disseminação e alta capacidade de mortalidade trouxe incertezas na busca por melhores estratégias em todo o mundo para o enfrentamento da pandemia. No Brasil, tais desafios parecem ter sido ainda maiores, uma vez que o país enfrenta um contexto de desigualdade social, com parte da população vivendo em condições precárias e situação de aglomeração (WERNECK; CARVALHO, 2020), além da polarização ideológica em torno da pandemia e, logo, a falta de coordenação nacional de controle da proliferação do vírus.

Frente à necessidade de adotar medidas de contenção à pandemia, surgiu a crítica à estratégia do isolamento social, crítica está baseada nos impactos econômicos do fechamento da economia. Estes grupos destacam que os transtornos podem ser até maiores que os benefícios em termos de saúde pública. Como argumentam Ferrari e Cunha (2020), uma vez que a COVID-19 não oferece saídas simplórias e fáceis, ela acaba por afetar profundamente a vida econômica.

Desse modo, a pandemia no Brasil chegou à uma situação caótica e a população em situação de extrema vulnerabilidade, com alta nas taxas de desemprego, cortes nas políticas governamentais, falta de dados confiáveis mediante as recomendações contraditórias das autoridades em diferentes níveis de governo.

No final de 2020, o presidente Jair Bolsonaro alegou, em entrevista dada no Palácio da Alvorada, que havia reclamações sobre a alta dos preços de alimentos e afirmou que o valor estaria de fato mais alto, lamentou o ocorrido, e o justificou como resultado do -se ao isolamento social, e ainda relatou que este quase levou à quebra da economia.

Segundo Caponi (2020), mesmo que governadores dos Estados tenham tentado adotar medidas de isolamento, a falta de coordenação do governo federal, e a falta de união nas decisões serviram de estímulo para que as pessoas desistissem do isolamento. No dia 14 de maio de 2020, o presidente Bolsonaro declarou que

estávamos em guerra, mas ele não se referia à questionável metáfora utilizada por outros presidentes quando falam de guerra contra a pandemia. Pelo contrário, Bolsonaro preferiu declarar guerra aos representantes estaduais e municipais que defendiam a implantação de políticas de isolamento social, enquanto ele era contra.

Segundo Calil (2021), o Brasil está entre os países com os piores indicadores relativos a óbitos e contaminações. Em uma proposição bastante difundida, afirma-se que essa situação seria resultado da falta de estratégia por parte do governo brasileiro. Em 13 de novembro de 2021 no Brasil havia 21.953,838 casos confirmados com 611.222 óbitos.

Por outro lado, os impactos da Covid-19 nas exportações brasileiras foram marginais, quando comparados com as demais economias mundiais, em virtude da forte demanda chinesa. O saldo comercial com a China, em 2020, foi superavitário em US\$33,7 bilhões e a corrente de comércio atingiu US\$101,8 bilhões (MOTA,2021).

Além do déficit humano, no âmbito socioeconômico a insegurança alimentar é certamente o maior problema a ser enfrentado pelo Brasil no momento. Além da elevada taxa de desemprego que assombra especialmente a população mais vulnerável, a inflação também tem um papel primordial na volta do Brasil ao mapa da fome.

2.5 Efeitos da pandemia no Brasil

Ao se tratar de alimentos, nos últimos meses é possível perceber um aumento contínuo nos preços. Segundo o IBGE, o preço dos alimentos aumentou 15%, desde o início da pandemia. Com os preços altos, e com isso a inflação alta, o custo de vida, conseqüentemente, ficou mais caro. Em um ano de pandemia (março de 2020 a fevereiro de 2021), a inflação sentida pelas famílias brasileiras mais pobres foi de 6,75%, segundo os dados do indicador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de inflação por faixa de renda (ALEGRETTI, 2021).

Em entrevista, André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alega que o isolamento pode ter afetado os preços, uma vez que as pessoas em casa acabam consumindo mais, o que, conseqüentemente, gerou o aumento da demanda. Entretanto, para ele, o principal motivo deste aumento seria a variação cambial. Falou também que a desvalorização da nossa moeda aconteceu pela incerteza na economia, associada ao aumento do déficit dos gastos públicos e ao risco que a COVID-19 causou na economia brasileira.

Desde março de 2020 o real caiu 20,2% em relação ao dólar, sendo considerado a 7ª moeda que mais se desvalorizou em 2021. Como a maior parte dos preços de custo de produção dos alimentos é vinculada ao valor do dólar, se a moeda brasileira se desvalorizar essa diferença tende a ser repassada ao valor final. Segundo Patrícia Costa, economista do Dieese, os produtores ganham muito mais exportando, com o dólar mais caro. Com isso a oferta no mercado local diminui, visto que no Brasil não acontece uma reserva para o mercado interno, o que resulta em um preço maior em razão da alta demanda para a pouca oferta. O auxílio emergencial, aprovado pelo

Congresso em abril de 2020 no valor de R\$ 600 mensais, ajudou a população de baixa renda a enfrentar o risco da fome.

Segundo o pesquisador Daniel Duque, do Instituto de Estudos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas, o auxílio para as camadas mais pobres reduziu parte das famílias em pobreza extrema. Isso porque a reposição de renda foi, para muitos, acima do que era o rendimento médio. Porém, devido às contas fiscais, este benefício acaba em 2020, com isso já estamos vendo um aumento da pobreza extrema desde o início de 2021 (LIMA, 2021).

Vale ressaltar que dentre os vários fatores, tais como o recorde de exportação, principalmente de carne e soja, devido à desvalorização do real, e o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo, o resultado é a alta dos valores dos alimentos (WIDONSCK, 2020). Segundo o IBGE, houve aumento de 57,83% no valor de cereais, leguminosas e oleaginosas, 55,98% no valor de óleos e gorduras, 31,62% raízes e legumes, 29,51% nas carnes e 27,09% nas frutas. A falta do auxílio juntamente com uma segunda onda, iniciada no Brasil por volta de novembro de 2020 devido ao relaxamento nas medidas de prevenção da doença, provocou um empobrecimento veloz da população e, sendo assim, o governo, devido à forte queda em índices de popularidade, assinou no dia 18 de março três Medidas Provisórias recriando o benefício emergencial, com um valor menor ao do ano passado, entre R\$ 150 e R\$ 375. A Medida Provisória previa que o pagamento fosse feito em quatro parcelas, que começaram a ser pagas no dia 6 de abril de 2021 (LIMA, 2021).

De acordo com Daniel Balaban, diretor do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas no Brasil, a situação brasileira é muito preocupante, sem uma política de longo prazo contra a fome, o risco de insegurança alimentar é permanente. De acordo com a projeção dele, o país está com aproximadamente 9,5% de sua população em situação de subalimentação. Lima (2021), por sua vez, afirma que a condição do Brasil vinha se deteriorando antes da pandemia, por conta dos cortes orçamentários de políticas sociais, crises políticas e econômicas. A pandemia só um outro elemento relevante e que merece destaque no atual debate sobre a fome no Brasil é a inflação. Esta, por sua vez, pode ser definida como aumento contínuo e generalizado do nível geral dos preços (VASCONCELOS, 2010).

O aumento das taxas de inflação pode resultar em vários efeitos. Em primeiro lugar, há alterações sobre a distribuição de renda, que pode levar à redução ou aumento do poder de compra de grande parte da população, sendo que quanto maior a inflação menor o poder de compra. Em segundo lugar, provoca alterações na balança de pagamentos, pois o aumento das taxas inflacionárias em nível superior ao aumento do preço internacional resulta no aumento do preço do produto nacional, fazendo com que se torne mais atrativo as importações e menor interesse às exportações, diminuindo, assim, o saldo da balança comercial.

Em terceiro lugar, pode haver mudanças nos investimentos empresariais, trazendo efeitos negativos até mesmo ao nível de emprego. E, por fim, efeitos sobre o mercado de capitais que, por sua vez, acaba deteriorando o valor da moeda e resulta

no desestímulo de novas aplicações no mercado de capitais financeiros (VASCONCELOS, 2010).

Após a pandemia, nota-se o aumento dos índices de preços em vários países do mundo. O Brasil está em terceiro lugar entre as maiores inflações do mundo, ficando atrás somente da Argentina e Turquia, ou seja, os preços estão bem altos, como nosso foco é alimento, segundo o IBGE, houve um acúmulo de alta de 14,6% em 12 meses.

De forma geral, o debate proposto nesta seção mostrou que a crise internacional iniciada em 2008, seus reflexos no Brasil e as decisões políticas e econômicas que se sucederam nos anos subsequentes e a pandemia do novo coronavírus contribuíram para a ascensão de um problema que, aparentemente, já havia sido superado no país: a fome. O Brasil havia deixado o Mapa da Fome da ONU em 2013, quando apenas 3,6% dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave. O IBGE confirmou que, em 2018, voltamos a ter 5% da população em estado de fome, índice que nos reinclui no Mapa da Fome (SANTOS, 2021).

O Mapa da Fome é um levantamento feito e publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação global de carência alimentar. Um país entra nesse levantamento quando a subalimentação afeta 5% ou mais de sua população (LIMA, 2021).

3 Metodologia

Como descrito na introdução, o objetivo dos pesquisadores é compreender a relação entre o aumento da insegurança alimentar grave no Brasil nos últimos anos, ou seja, a possível volta do Brasil ao mapa mundial da fome, e a exportação de alimentos no país, visto que, como também já demonstrado, o Brasil é um grande produtor e exportador mundial de alimentos e a balança comercial do país, mesmo diante da crise pandêmica e econômica, continua superavitária.

A seguir são apresentadas as principais características da metodologia que será adotada, bem como a definição das etapas de pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

A revisão da literatura, juntamente com a publicação midiática no que diz respeito às dificuldades econômicas que já vinham sendo enfrentadas pelos brasileiros na última década e, agora agravada pela pandemia do novo coronavírus, levantam a preocupação acerca do aumento da insegurança alimentar grave no Brasil. Por outro lado, o Brasil continua sendo um grande produtor de alimentos e a balança comercial do país é superavitária. A partir desta dicotomia, a pergunta que guia esta pesquisa é: *Como um país que ocupa 3º lugar entre os 10 países que mais produzem alimentos no mundo pode ter tantas pessoas vivendo algum tipo de insegurança alimentar?*

Para responder à pergunta proposta faz-se necessário explorar dados referentes à: insegurança alimentar; produção de alimentos no país; inflação; balança comercial; e taxa de câmbio.

Esta é, portanto, uma pesquisa aplicada que visa explorar a insegurança alimentar. É também uma pesquisa descritiva, pois busca fazer associações entre insegurança alimentar e as outras variáveis que se manifestam espontaneamente (RAMALHO; MARQUES), a saber: produção de alimentos, inflação, desemprego, balança comercial e taxa de câmbio.

O estudo utiliza a abordagem quantitativa, que a partir de dados numéricos permite que os pesquisadores compreendam quantas pessoas estão vivendo em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, a quantidade de produtos alimentícios que o país está produzindo e exportando e se as variações na taxa de câmbio estão propiciando a preferência pelo mercado externo em detrimento do mercado interno.

Como técnica de pesquisa optou-se pela análise longitudinal, pois como a revisão da literatura mostra, a implantação de programas de transferência de renda entre os anos de 1990 e 2010 corroboraram para que o Brasil saísse do mapa da fome. Nos últimos cinco anos, no entanto, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave tem aumentado significativamente. Faz-se necessário, desse modo, observar os dados de forma longitudinal.

3.2 Descrição dos métodos adotados

Com base no desenho de pesquisa proposto, a técnica de pesquisa que melhor responde aos anseios dos pesquisadores é a análise longitudinal, que trata-se daquela em que as mesmas variáveis são medidas para os mesmos indivíduos em pontos distintos do tempo (CARNEIRO, 2012). É uma técnica utilizada para análises mais aprofundadas de dados em uma pesquisa. O benefício do estudo longitudinal é que os investigadores podem tomar notas das mudanças, fazer observações e detectar quaisquer alterações que ocorrem nas características de seus participantes, permitindo estabelecer uma sequência coerente dos dados.

Estudos longitudinais têm interesse especial quando o objetivo é avaliar tanto as mudanças globais quanto individuais ao longo do tempo, pois permitem que a variável seja observada em unidades amostrais sob níveis constantes de outras covariáveis que podem influenciá-la (SINGER; NOBRE; ROCHA, 2018).

A escolha desta técnica deve-se ao fato de que a fome era um problema histórico no Brasil. A partir das décadas de 1990, com a estabilização econômica alcançada com o Plano Real e as políticas de redistribuição de renda implantadas a partir dos anos 2000, o país conseguiu superar o problema. Todavia, nos últimos cinco anos, a insegurança alimentar grave voltou a rondar a vida das parcelas mais pobres da população brasileira e, como discutido na introdução e na fundamentação teórica, parece haver uma relação com a exportação de *commodities* agropecuárias, uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

Desse modo, a fim de explorarmos a relação entre fome, produção alimentícia e exportação é necessário ter, por um lado, dados que permitam que os pesquisadores explorem todas as variáveis de pesquisa e uma amostra correspondente ao período anterior aos anos 2000, quando o Brasil ainda estava no mapa mundial da fome, pós anos 2000 quando o problema aparentemente havia sido

superado, e dos últimos cinco anos quando a insegurança alimentar grave voltou à lista de problemas socioeconômicos do país.

O quadro 3 apresenta as variáveis de análise, suas definições e resultados esperados:

Quadro 03. Variáveis de Análise

Variável	Significado das variáveis	Resultado esperado	Referências bibliográficas
Insegurança Alimentar	É quando indivíduos não tem acesso à alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Sendo subdividida entre moderada e grave.	Encontrar elementos que evidenciem o aumento da insegurança alimentar no Brasil nos últimos cinco anos e seu agravamento com a pandemia do novo coronavírus.	Pellegrini, 2021 Hoffmann, 2008
Produção Alimentícia	De acordo com dados do painel de indicadores agropecuários do IBGE ²⁸ , o Brasil produziu o equivalente à R\$ 2.024.050.957,00 em 2019. Esse valor corresponde à produção de leite, ovos, bovinos, suínos, galináceos, banana, café, cana-de-açúcar, laranja, milho e soja. Como os números mostram o problema não é a falta de alimentos.	Reiterar o que estudos anteriores mostram, ou seja, que o problema do Brasil não é a falta de alimentos, mas sim a distribuição.	Hoffmann, 1994 IBGE, 2019
Exportação de Alimentos	O balanço de pagamentos registra a totalidade das transações entre o país e o resto do mundo, em outros termos, ele registra todas as transações econômicas entre residentes e não residentes de um país durante determinado período.	Demonstrar que há uma preferência pelo mercado externo em detrimento do mercado interno, o que tem provocados efeitos socioeconômicos ao país.	Paulani; Braga, 2020
Variações na Taxa de Câmbio	Taxa de câmbio é o preço de uma moeda em relação a outra moeda, ou seja, a taxa de câmbio expressa a quantidade necessária de uma moeda para se adquirir outra moeda	Estabelecer relações entre a desvalorização do real frente ao dólar nos últimos anos, o que favorece os exportadores.	Rossi, 2016
Inflação	É um aumento contínuo e generalizado do nível geral dos preços. Calculada pelos índices de precificação.	Demonstrar que a inflação se tornou uma variável de peso no aumento da insegurança alimentar no país.	Vasconcellos, 2010.
Desemprego	O desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que estão disponíveis no mercado de trabalho.	Demonstrar que a renda familiar diminuiu na pandemia, e ocasionou o aumento da insegurança alimentar.	IBGE, 2019

Fonte: Elaborado pelos autores

Após a seleção das variáveis, o estudo segue as seguintes etapas:

- a) Definição do espaço temporal: início do plano Real (1994) até 2021.

A análise de dados dos últimos 20 anos permite que os pesquisadores tenham uma amostra correspondente ao antes da superação do problema histórico da fome (antes dos anos 2000), após a implantação de políticas de redistribuição de renda que permitiram a superação da fome (2002-2016) e o retorno do Brasil ao mapa mundial da fome (a partir de 2016).

b) Coleta de dados

- Banco de Dados do Banco Mundial, o qual oferece estatísticas acerca da fome e da balança comercial brasileira;
- Banco de Dados da Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU), que oferece estatísticas sobre produção e segurança alimentar.
- Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, que fornece dados sobre inflação, desemprego e complementares sobre segurança alimentar.
- Site oficial do governo brasileiro, que fornece dados sobre a balança comercial brasileira e taxa de câmbio.

c) Análise de dados

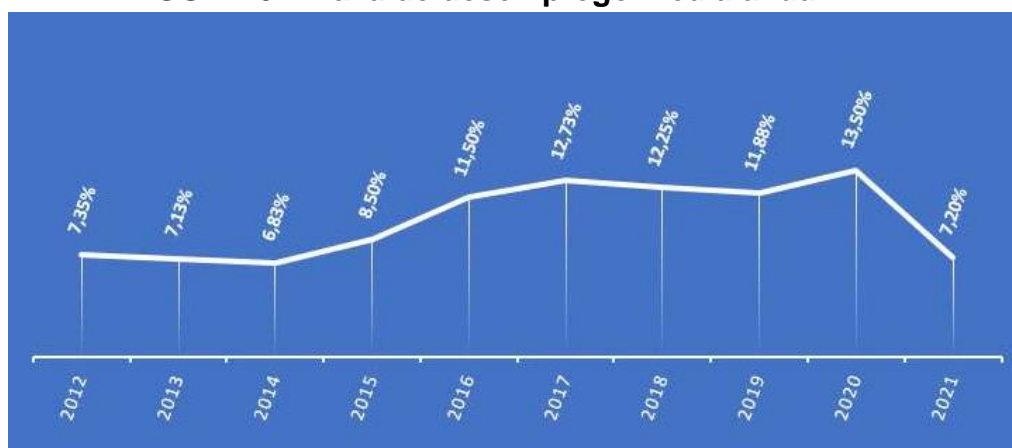
Após a coleta dos dados, a análise foi desenvolvida de acordo com os seguintes parâmetros: Compilação em planilhas do Microsoft Excel a fim de preparar o banco de dados para análise; Análise descritiva dos dados obtidos.

4 Discussão, Análise e Avaliação dos Resultados

Apresenta-se nesta seção informações levantadas através da coleta de dados e relatórios nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Banco Mundial e do Governo do Brasil (GOV) com o objetivo de explorar a relação entre insuficiência alimentar, renda, exportação de commodities, taxa cambial e inflação no Brasil.

Antes de adentrarmos nas variáveis selecionadas para o estudo, o primeiro indicador que merece atenção no debate é o desemprego, pois reflete diretamente na renda das pessoas. Quanto mais pessoas desempregadas, menor a renda das famílias, conseqüentemente, há interferência na alimentação dos indivíduos. Segundo o IBGE, o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que estão disponíveis no mercado de trabalho, com exceção de estudantes que dedicam seu tempo somente aos estudos, donas de casa que não trabalham fora do ambiente doméstico e empreendedores, que possuem seu próprio negócio, que nesse caso são considerados ocupados. A figura 02 mostra as taxas de desemprego entre 2012 e 2021.

FIGURA 02: Taxa de desemprego média anual

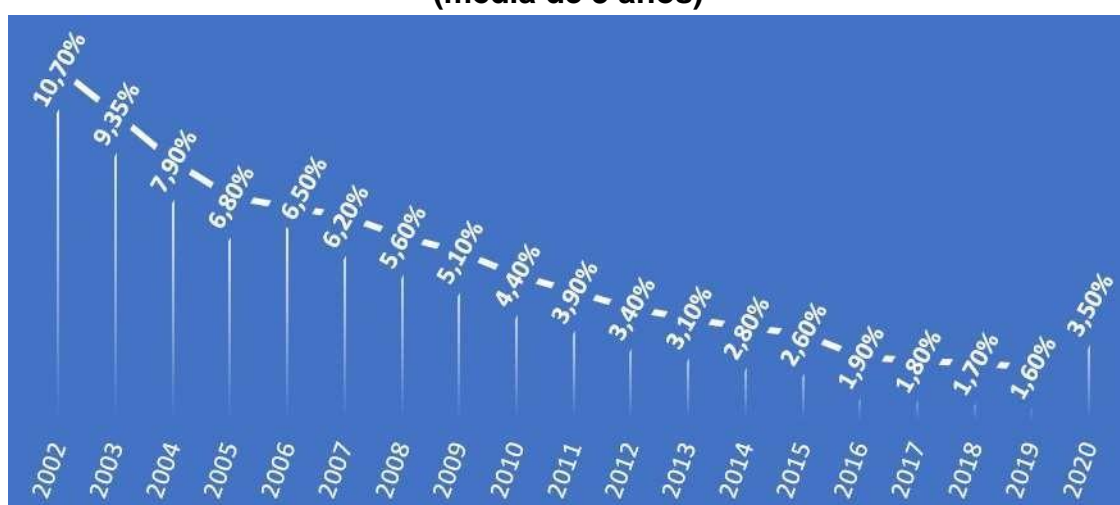


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021

Desde 2016 a taxa de desemprego vem aumentando, ficando sempre próximo aos 12%, porém em 2019 essa taxa começou a cair, fechando o ano com a taxa em 11%. Em 2020, ano que iniciou as restrições devido à pandemia, a taxa de pessoas desempregadas voltou a aumentar, chegando ao pico no 3º trimestre 2020 e 1º trimestre 2021, com respectivamente 14,6% e 14,70%.

A figura 03, por conseguinte, traz dados acerca da insegurança alimentar. Os dados nos mostram que de 2002 a 2019 houve constante queda no índice de prevalência de insegurança alimentar grave na população total, saindo em 2010 do Mapa da Fome. Neste período houve a criação de programas de assistência social, como o Bolsa Família, com o objetivo de promover, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e social do país e o fortalecimento do capitalismo, utilizando de políticas neodesenvolvimentistas (SOUZA; HOFF, 2019). Entretanto, em 2020, esse índice duplicou de valor chegando a 7,5 milhões de pessoas, ano que iniciou a pandemia.

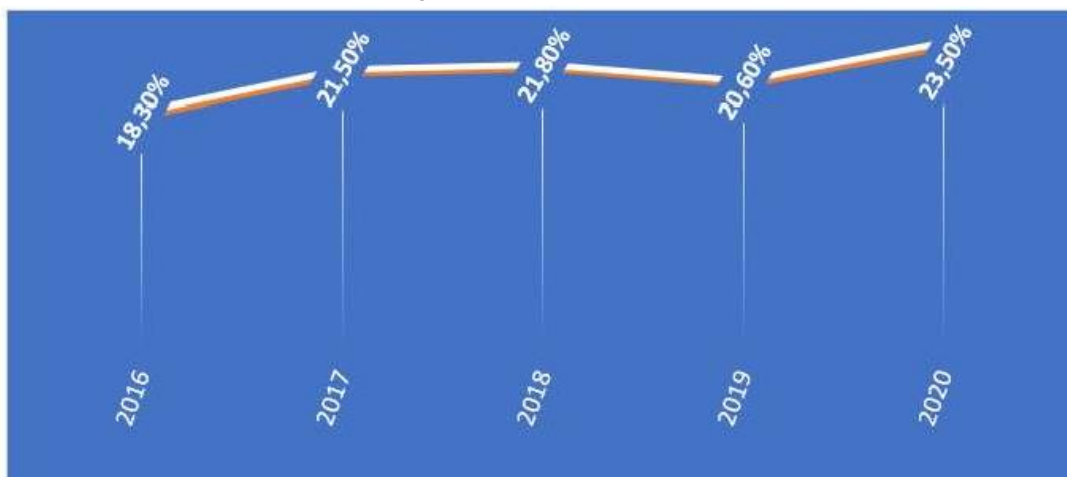
FIGURA 03: Prevalência de insegurança alimentar grave na população total (média de 3 anos)



Fonte: Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

O Mapa da Fome é um levantamento feito e publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação global de carência alimentar. Um país entra nesse levantamento quando a insegurança alimentar grave afeta 5% ou mais de sua população (LIMA, 2021). Como em 2020 o país apresentou a 3,5 %, abaixo de 5%, não estamos no Mapa da fome. Entretanto, o nível de pessoas com insegurança alimentar moderada ou grave aumentou consideravelmente de 2016 a 2020, como mostra a figura 04, o que pode ocasionar em 2021 um aumento na insegurança alimentar grave, ainda mais com o aumento da taxa de desemprego e dos índices inflacionários.

FIGURA 04: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total (média de 3 anos).



Fonte: Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU).

Como os dados mostram, o Brasil viveu um período de superação do problema histórico da fome no país. E, como estudos desenvolvidos pelos próprios formuladores de política pública do Governo Federal mostram, o problema da fome no país nunca foi falta de alimentos, mas sim, distribuição de renda (SILVA, 2021).

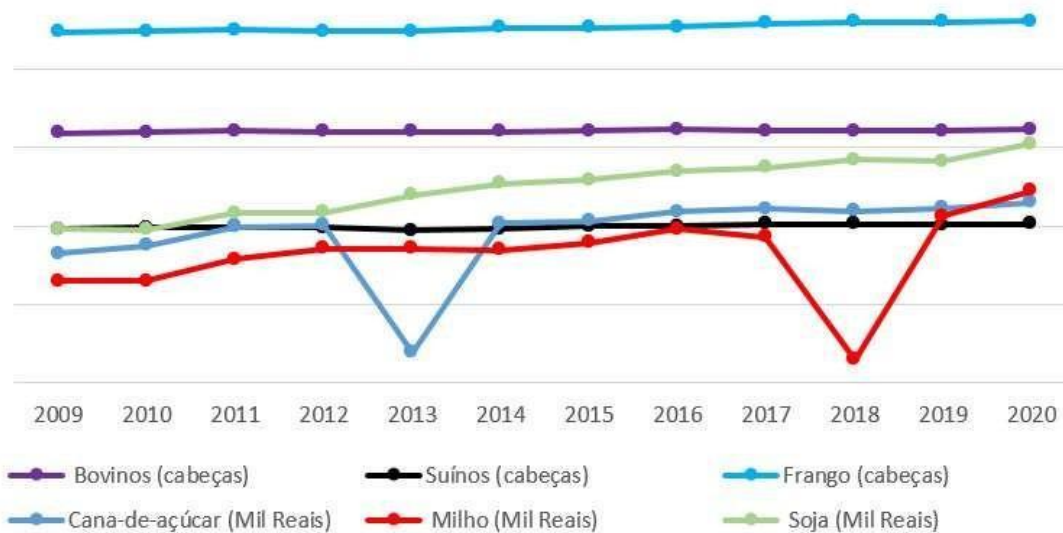
A figura 05 traz elementos que corroboram com essa premissa, mostrando que a produção não é o problema, pois esta continua crescendo. Entretanto, a exportação. Como os dados analisados correspondem até 2020, naquele momento os números não permitem afirmar que o Brasil estava no Mapa Mundial da Fome. Porém, a situação continuou se agravando ao longo de 2021, o que permite afirmar que o Brasil está de volta ao Mapa Mundial da Fome.

Para a análise de produção, a figura 05 apresenta uma cesta com alimentos que estão entre os mais exportados do país e com o preço elevado nos supermercados.

Nesta cesta contém 6 alimentos, sendo eles: milho, bovinos, suínos, frango, cana de açúcar e soja. O aumento da produção de soja é o fato que mais se destacou. Em 11 anos houve um aumento de 445%, saindo de R\$37.988.045,00 em 2009 para

R\$ 169.100.228,00 em 2020. A soja, é, portanto, a commodities mais exportada do país.

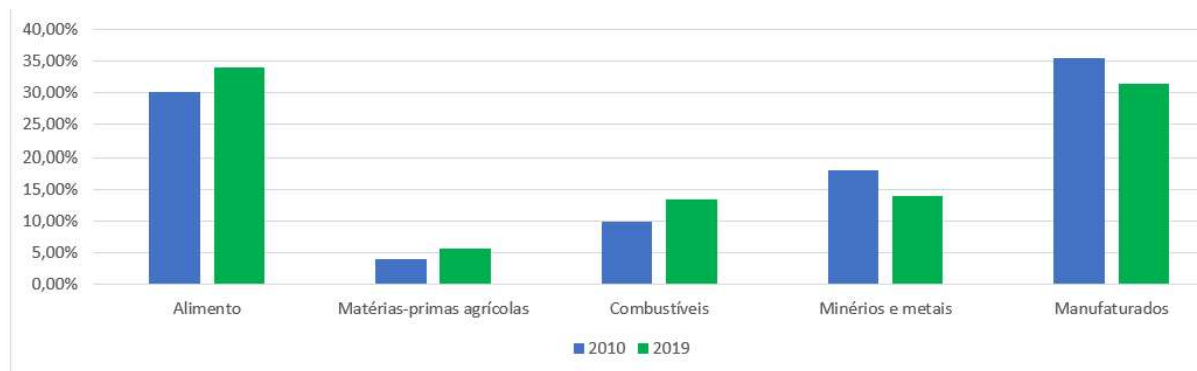
FIGURA 05: Produção no Brasil



Fonte: Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU)

Já a figura 06 é um comparativo de 2010 e 2019 sobre a estrutura dessas exportações. Os alimentos, matérias primas agrícolas e combustíveis, tiveram aumento de respectivamente 12,62%, 46,15% e 36,73%, sendo os causadores do aumento do total de exportações. Entretanto os minérios e metais, bem como os produtos manufaturados, tiveram uma queda de 22,78% e 11,02% respectivamente, o que fez com que as exportações aumentassem no total, mas não como o esperado.

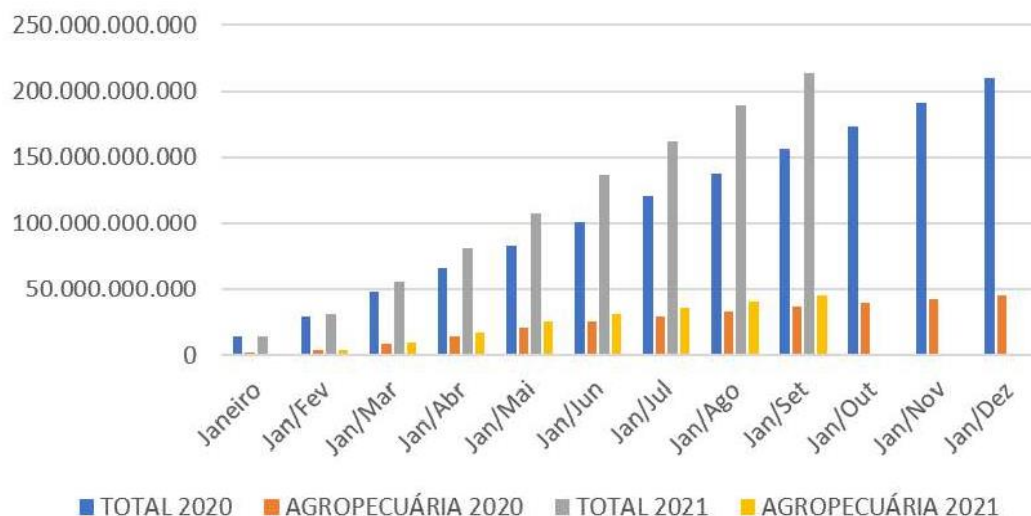
FIGURA 06: Estrutura de exportações



Fonte: Banco Mundial

Os pesquisadores também fizeram um comparativo das exportações entre o ano de 2020 e 2021 (apenas até setembro), os quais são apresentados na figura 07.

FIGURA 07: Exportações 2020 e 2021

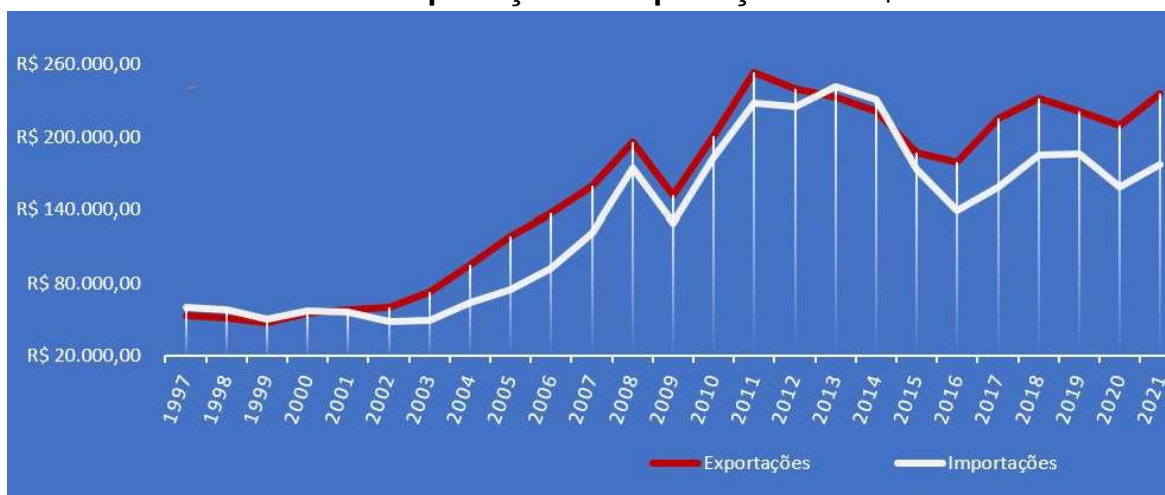


Fonte: Governo do Brasil

Comparando o total de exportações de setembro de 2020 com 2021, temos um aumento total de 37%, e na agropecuária teve aumento de 21,17%. O comércio exterior brasileiro de bens apresentou forte desempenho no primeiro semestre de 2021 ao crescer 31,2% frente ao mesmo período do ano passado.

A figura 08, por sua vez, mostra a acumulação anual de 1997 até 2021. Porém o ano 2021 consta os dados somente até outubro/2021, mesmo assim ele está maior que o total anual da maioria dos anos, com exceção de 2011 e 2012.

FIGURA 08: Exportações e Importações - US\$ Milhões

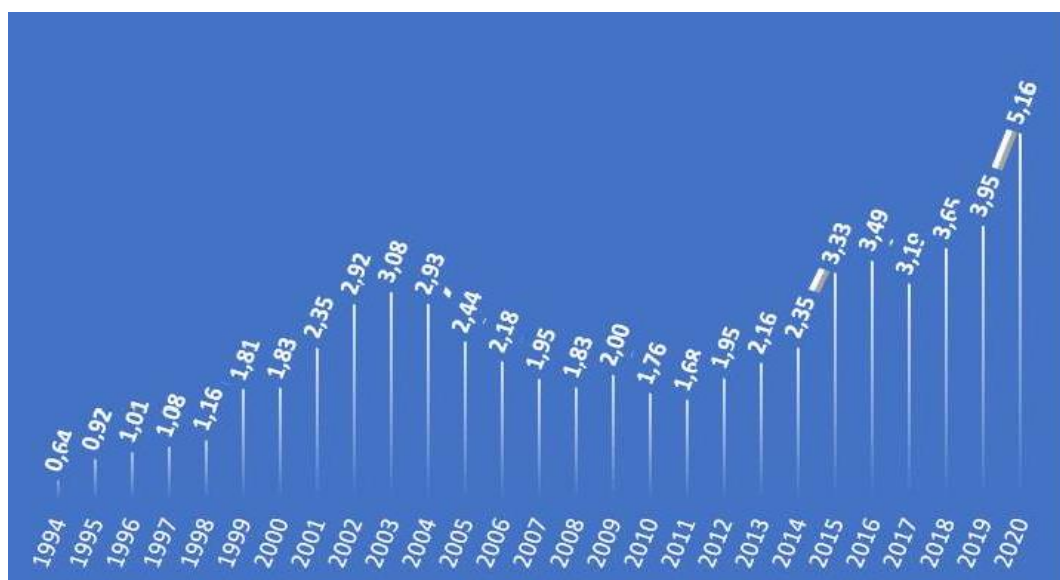


Fonte: Governo do Brasil

O site do Governo do Brasil (GOV) emite trimestralmente um relatório da Balança comercial brasileira, segundo o relatório emitido em julho de 2021, o alto valor das exportações no primeiro semestre de 2021 decorre do crescimento principalmente dos preços, mas também com aumento significativo dos volumes exportados. Isso

levou a recordes nas receitas de exportação de soja em grão e farelo, minério de ferro, petróleo bruto e óleos combustíveis, carne bovina e suína ,aço semiacabado, algodão, ouro, minério de cobre, dentre outros.Em seguida, a figura 09 corresponde aos valores de taxa de câmbio. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em relação à moeda nacional. Em 1994, com a implantação do Real, a taxa de câmbio estava próxima de 0, a cada US \$1 dólar valia R \$0,64 reais,mas este valor teve constante aumento até 2003, em 2004 começou a diminuir,ficando sempre abaixo dos 3%. Entretanto, em 2015 o mesmo voltou a aumentar, e desde 2015 ficou acima de 3%. Em 2020 chegou ao maior valor desde 1994, a cada 1 dólar equivale a 5,16 reais, mostrando que a moeda brasileira se desvalorizou muito neste ano.

FIGURA 09: Taxa de câmbio - R\$ / US\$ média anual



Fonte: IPEADATA

A análise, todavia, não estaria completa se os pesquisadores não explorassem dados acerca da inflação, outro problema que voltou a rondar a vida dos brasileiros. Segundo o IBGE, a inflação é o nome dado ao aumento geral dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação, sendo o IPCA o índice oficial de inflação do Brasil, pois este engloba uma parcela maior da população, apontando a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários-mínimos. O resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro, e verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto: arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar, médico, cinema, entre outros. Sendo assim os índices, levam em conta não apenas a variação de preço de cada item, mas também o peso que ele tem no orçamento das famílias. A figura 10 demonstra a variação da inflação acumulada por ano, desde 1995 período do plano Real até 2020.

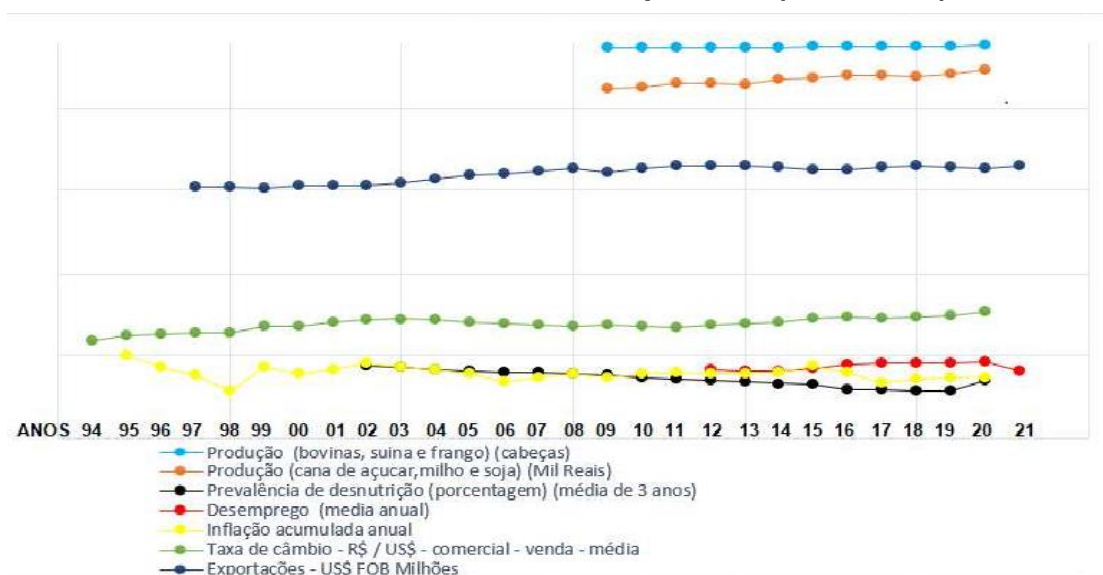
FIGURA 10: Inflação variação acumulada no ano



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Como explica o parágrafo anterior, a inflação é consequência dos preços e renda. Vinculando a figura 10 com os períodos políticos, podemos observar uma queda brusca de 1995 a 1998, primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Já no seu segundo mandato, houve uma alta na inflação no ano de 1999, mas que voltou a diminuir. Já em 2002 teve outro pico da inflação, primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, mas ela também voltou a cair, mantendo até 2014 com pouca oscilação, em comparação aos outros anos. Entretanto, de 2014 para 2015, a inflação teve um novo pico, mesmo ano em que foi aberto o processo de impeachment de Dilma Rousseff, visto que o país estava com grande instabilidade política. Nos anos 2016 e 2017 ela voltou a cair, e após isso teve crescimento constante. Por fim, a figura 11, apresenta é uma junção dos dados apresentados nas figuras.

FIGURA 11: Análise comparativa (1994-2021).



Fonte: Elaborado pelos autores através da junção das figuras 02, 03, 05, 08, 09 e 10.

O desemprego foi avaliado por refletir diretamente na renda das pessoas, e na inflação, pois quanto maior a renda maior o preço dos produtos, conseqüentemente maior a inflação, como podemos observar na figura 11, quando o desemprego (vermelho) caía a inflação (amarelo) subia, o mesmo acontece ao contrário, entretanto, outros fatores afetam. a)

Em 2020, ano que iniciou as restrições devido à pandemia da COVID-19, o desemprego subiu muito, muitas empresas pequenas fecharam. E com isso teve aumento nos preços de muitos produtos básicos, como combustíveis, desencadeando uma produtiva aumentam seus preços, e com isso os preços de todos os seus derivados inflação de oferta, isto é, quando produtos básicos da cadeia sobem, bem como os preços dos produtos que dependem dessa matéria-prima (MOREIRA, 2011 apud PAULA et al, 2010/2011). Com preço de produtos mais caros e menos renda em circulação, devido ao aumento de desemprego, ocasiona aumento no índice de insegurança alimentar grave e moderada. Apesar de em 2020 ter duplicado o valor deste índice, não estamos no Mapa da Fome, entretanto, temos probabilidade que isso aconteça em 2021.

Ainda no que tange os dados apresentados na figura 11, é possível observar que mesmo com as baixas oscilações na produção ainda não se justifica a falta de alimentos para o país. Por outro lado, a taxa de câmbio subiu 30,63% entre 2019 e 2020. Tal aumento fez com que muitos produtores exportassem ao invés de deixar no país. Em 2021, tivemos recorde de exportação tanto em volumes quanto em preços, este pela alta taxa de câmbio. Comparando o número de exportações de setembro de 2020 com 2021, temos um aumento total de 37%, e na agropecuária teve aumento de 21,17%, o que gera impacto na diminuição da oferta de alimentos no país.

5 Considerações Finais

O Mapa da Fome é um levantamento feito e publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação global de carência alimentar. Um país entra nesse levantamento quando a subalimentação (insegurança alimentar grave) afeta 5% ou mais de sua população (LIMA, 2021).

No referencial teórico foi apresentada uma breve retrospectiva dos governos brasileiros da industrialização, nos anos de 1930 ao processo de redemocratização no pós-1985. A análise da história econômica buscou trazer elementos explicativos para compreender os indicadores observados neste estudo: fome, inflação e exportação, de acordo com os autores mencionados. Para responder a pergunta do problema de pesquisa - Como um país que ocupa o 3º lugar entre os 10 países que mais produzem alimentos no mundo pode ter tantas pessoas vivendo algum tipo de insegurança - foram coletados e analisados dados acerca da fome, inflação, produção de alimentos e balança comercial, os quais foram extraídos dos seguintes bancos de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Banco Mundial; e Governo do Brasil (GOV).

Com base nos dados coletados, fizemos um estudo longitudinal, para avaliar as mudanças ao longo do tempo que influenciaram na diminuição do índice de insegurança alimentar. Nosso interesse era o início do plano Real (1994) até a atualidade (2021), entretanto, alguns dados não forneciam análise em todo esse período. Essa foi, portanto, uma dificuldade encontrada pelos pesquisadores. Analisamos seis variáveis, sendo elas: Insegurança alimentar - dados obtido desde 2002 no banco de dados do FAO; Desemprego - dados obtidos desde 2012 no banco de dados do IBGE; Produção alimentícia - dados obtidos desde 2009 no banco de dados do FAO; Exportação de alimentos - dados obtidos desde 1997 nos bancos de dados Banco Mundial e Governo Federal; Taxa de câmbio - dados obtidos desde 1994 no banco de dados do Governo Federal; e taxas de inflação - dados obtidos desde 1995 no Banco de Dados do IBGE. O objetivo da pesquisa foi relacionar o problema de insegurança alimentar com a produção alimentícia do país e as taxas de exportação. As outras variáveis foram analisadas para complementar a pesquisa, pois elas têm efeito diretamente nas demais.

Com os dados analisados conseguimos demonstrar que a taxa de câmbio alta refletiu no aumento das exportações e, com isso, no aumento de preços no país, devido à diminuição da oferta de alimentos, o que reflete também no aumento da inflação e na alteração dos índices de insegurança alimentar. A situação do país é preocupante, apesar de manter alta taxas de produção e balança comercial em superávit, registrou-se grande aumento na insegurança alimentar grave em 2020, saindo de 1,6% em 2019 para 3,5% em 2020. Se o mesmo se repetir em 2021, considerando a alta taxa de desemprego e a alta taxa de inflação, temos grande probabilidade de voltarmos ao levantamento do Mapa da Fome.

Esta pesquisa pode auxiliar com estudos futuros sobre um assunto bastante abordado no país, a fome, o que entendemos ser de relevância já que existem poucos estudos acadêmicos atuais relacionados a ele, o que pode contribuir com análise de outras variáveis e resultados.

A finalidade desta pesquisa foi social e econômica, e mostra que o maior problema do Brasil é a distribuição de renda, e isso interfere diretamente na quantidade de pessoas em subalimentação.

Referências

- ALEGRETTI, Lais. 'Bolsocaro'? O que explica inflação mais alta para os mais pobres durante a pandemia. BBC NEWS BRASIL. mar, 2021
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o sistema de Bretton Woods: instituições e políticas em perspectiva histórica, 1944-2002. In: Valério de Oliveira Mazzuoli e Roberto Luiz Silva (orgs.). O Brasil e os acordos econômicos internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 30-64, 2003.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história. Revista Direito GV. Vol. 10, nº 2, jul-dez, 2014.
- ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. PIB do Brasil cresce 1,1% em 2019, menor avanço em 3 anos. G1. São Paulo/Rio de Janeiro, 04 mar. 2020.
- ANDERSON, Perry; SOUZA, Alexandre Barbosa de; COSTA, Bruno. O Brasil de Lula. CEBRAP. São Paulo. nov, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, dez. 2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, set,1994.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista De Sociologia e Política*. Curitiba, v. 19, n. 1, p.31-44, nov. 2011.

BEZERRA, Juliana. Industrialização no Brasil. Toda matéria.

BRICS. Brasil 2019. O que é o BRICS. <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics> Acesso em:10 mai. 2021.

BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaque Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALACIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. *Revista Visa em debate*. p. 54-63, abr. 2020.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. São Paulo, p. 30 - 47, abr, 2021.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*. Florianópolis, p. 209 - 223, jun, 2020.

CARNEIRO, Anna Claudia Mancini da Silva. Análise de dados longitudinais através de modelos marginais. *Juiz de Fora*, jul. 2012.

CASTRO, Saulo de Souza Guerra Ferreira de; BARBOSA, Renato Castro de Faria;LIMA, Marcus Flávio Sousa; SILVA, Thiago Henrique Cardoso da. Balança comercial brasileira: boletim trimestral. GOV.BR. out, 2021.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. 2011.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da; AMBROZIO, Antonio Marcos Hoelz; PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage de; NASCIMENTO, Marcelo Machado. A Economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro. BNDES. 2012.

DELGADO, Gabriela de Oliveira; NASCIMENTO, Giovane do; SILVA, Renata Maldonado da. O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional. *Revista Marx e o Marxismo*. v. 8 n. 15, jan. 2020.

EGLER, C. 2008. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais do Brasil. In: Castro I. de. (org). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. (5 ed). Bertrand Brasil. Rio de Janeiro-Brasil.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira Cunha. A pandemia do Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia. *FCE UFRGS*. mar. 2020.

FERRARI, Hamilton. Real é a 7ª moeda que mais se desvalorizou em 2021. *PODER360*.

FRAGA, Erica. Combate rigoroso à pandemia pode melhorar economia, sugerem dados. *Folha de São Paulo*. fev,2021.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. *Estudos Avançados*, v. 23,n. 66, 2009.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. *Economia brasileira contemporânea (1945- 2004)*. 3 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, p. 2016-344.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Bolsonaro, Brasil 2019-22: Cenários. IE-UFRJ. Rio de Janeiro. nov. 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marcos A. Sandoval de; JUNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v. 15,p. 49-61. 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*. n. 9, ago. 1994.

IANONI, Marcus. *Políticas Públicas e Estado: o Plano Real*. Lua Nova. São Paulo. 2009.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. IBGE. 2021.

KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy. *Democratic Brazil divided*. University of Petersburg Press, 2017.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. Economia internacional. 10° ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. p. 421-442.

LIMA, Mário Sérgio. Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome. CNN Brasil. abr. 2021.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. Revista Cadernos de Economia. Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013.

MACARINI, Jose Pedro. A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). UNICAMP. Campinas, n. 157, mar. 2009.

MACHADO, Marlon Wander; MATSUSHITA, Thiago Lopez. Globalização e blocos econômicos. DIGE. v. 1 n. 1. 2019.

MADUREIRA, Maria Luíza Nóbrega de Melo. A Adoção de Políticas Econômicas Neoliberais no Brasil: Uma Analogia entre o Governo Bolsonaro e a Ditadura Chilena Âmbito Jurídico. out. 2020.

MAGALHÃES, Thamiris Laure. A Industrialização Brasileira Diante das Transformações no Capitalismo Global Entre as Décadas de 1930 a 1960. Conferência internacional de história de empresas. Niterói, n.13, ago. 2017.

MARTINS, Rodrigo. A fome é uma vergonha a menos para o Brasil. Universidade Federal de Juiz de Fora. , 2014.

MATTOS, Ely José de; BIANCHI, Lorenzo; TOIGO, Camila Horst. Avaliando a insegurança alimentar no Brasil: a questão dos efeitos não simétricos. Nova Economia, vol. 30, n. 3, fev, 2020.

MELO, Clayton. Como o coronavírus vai mudar nossas vidas: dez tendências para o mundo pós-pandemia. EL PAÍS. abr, 2020.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Claudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente Nunes. Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

MORAES, Vinícius Silva de. Industrialização brasileira: de Vargas a FHC.

MORTATTI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. Economia Aplicada. Ribeirão Preto, v.15, n. 2, jun. 2011.

MOTA, José Aroudo. Impacto da Covid-19 nas exportações das principais commodities brasileiras. RADAR 65. abr. 2021.

NOGUEIRA, Thulio Guilherme Silva. O impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência. VirtuaJus. Belo Horizonte, v.12-n.28, p. 244-253, 2016.

PAMPLONA, Nicola. Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação. Folha de São Paulo. mar, 2021.

PAULA, Denis de; SOUZA, Guilherme Fernandes de; FERNANDES, Melquisedeque Martins; FALCO, Gláucia De Paula. A inflação na economia brasileira. Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior. Projeto de Iniciação Científica, Juiz de Fora, v2 n°1, p. 54-90, 2010/2011.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. A nova contabilidade social: uma introdução a macroeconomia. 5° ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PELLEGRINI, Aline. Qual o quadro de insegurança alimentar no Brasil da pandemia. Nexa. abr. 2021.

PORTO, Maria Célia da Silva. Estado e neoliberalismo no brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas.

RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MARQUES, Francisca Luseni Machado. Classificação da pesquisa científica. UNIDIS.

ROSSI, Pedro. Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: teoria institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2016.

SANTIAGO, Abinoan. Alta dos alimentos não é culpa do isolamento social, dizem especialistas. UOL. Florianópolis. mar. 2021.

SANTOS, André Luiz Passos. Análise: de volta ao vergonhoso Mapa da Fome. CartaCapital, abr. 2021.

SANTOS, Marcelo A. Jr. Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista de Política Internacional*, v. 2, n.50, p. 42-59, 2007.

SILVA, José Grazi FAO. SINGER, Júlio M.; NOBRE, Juvêncio S.; Rocha, Francisco Marcelo M. Rocha. Análise de dados longitudinais. Departamento de Estatística Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. Governo Temer e a voltado neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. *RURBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. V. 11, p. 1-14, 2019.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. *Saúde soc. São Paulo* jan, 2003.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DWECK, Esther. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Unicamp. IE, Campinas*, n. 303, jun. 2017.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. *ECONOMIA MICRO E MACRO*. Editora Atlas, 4ª edição, 2010.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do -1973): Uma Análise Empírica. *RBE. Rio de Janeiro*, v. 62 n. 2, p. 221-246. jun, 2008.

VIEIRA, Aiane. A "nova" direita brasileira: Uma análise do mercado político no pós-impeachment. Orientador: Gabriel Casalecchi. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2021.

VIEIRA, Rafaela. Crise do governo Dilma: a crise econômica internacional e o ENPES. *Vitoria*. dez. 2018.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, nº.5, mai, 2020.

WIDONSCK, Carlos. O Aumento nos Preços dos Alimentos. *Bolsa brasileira de mercadorias*. set. 2010.

WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. World health organization. mai. 2021.

ZIMMERMANN Carlos Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo Lula no Brasil. *Revista internacional de direitos humanos*. p. 145-159. 2006.

CAPÍTULO 3

CAPITALISMO DE LIVRE MERCADO: OS EFEITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA SOBRE O DESEMPENHO DOS PAÍSES, 2008-2015

Aiane de Oliveira Vieira
Adanair José de Oliveira Neto
Mateus de Souza Amaeing
Marcus Vinicius Tomaz Alencar
Paulo Henrique Ferreira de Sá
Tayara Michel de Oliveira

Resumo: Existe uma importante discussão econômica a respeito dos efeitos da intervenção estatal na economia e conseqüentemente, no bem estar da população, o que coloca de lados opostos o intervencionismo e o capitalismo de livre mercado. O capitalismo, que surgiu no século XVIII e sem um planejamento central, trouxe solução para problemas recorrentes como desemprego, pobreza e fome nunca antes vistos nos sistemas econômicos anteriores. Por outro lado, o intervencionismo estatal foi um fator importante na recuperação em momentos de crise econômica, como visto na crise global de 1929. Diante destes fatos, este trabalho tem como objetivo apontar se existe uma correlação entre os indicadores de liberdade econômica e melhoria no desenvolvimento humano. Buscou-se analisar quantitativamente, qual o impacto que a liberdade econômica e a iniciativa privada possuem no indicador de melhoria da qualidade de vida da população, considerando as dimensões do desenvolvimento humano - saúde, educação e padrão de vida. Para tanto, utilizou-se um método econométrico, e foi feito um levantamento de informações e indicadores, a saber: o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Liberdade Econômica e o Doing Business de 127 países no período de 2008 a 2015, configurando assim um modelo clássico de dados em painel. Para apresentação das teorias, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do tema abordado, bem como seus efeitos na história. A partir da revisão de literatura empírica foram elaborados os modelos utilizados nesta pesquisa, cujos resultados apontaram que tanto o Índice de Liberdade Econômica, quanto o Doing Business possuem correlação positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, à medida que se incrementa o grau de liberdade econômica e o ambiente de negócios para pequenos e médios empresários, tem-se uma melhoria substancial no desenvolvimento humano da nação.

Palavras-Chave: Capitalismo, Intervencionismo, Desenvolvimento Humano, Liberdade econômica.

1 Introdução

O Capitalismo de Livre Mercado é um sistema fundamentado na organização da economia por meio do indivíduo. É uma organização espontânea específica para solução de problemas de natureza econômica, que se vale ao máximo das decisões individuais e ao mínimo necessário do processo político de decisões coletivas. Teoria

que surgiu no século XVIII em contraposição ao Feudalismo, é baseada na concorrência, na divisão do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção, nas liberdades econômica e individual (PAIM, 2019).

Contudo, muito se discute a respeito dos resultados alcançados nas economias onde o sistema é adotado, seja em maior ou menor grau, na maioria dos países ao redor do mundo. Von Mises (2018) afirma que a substituição dos modelos econômicos anteriores, pelos modelos de capitalismo de livre mercado multiplicou os indicadores populacionais e aumentou, de uma forma nunca antes vista, o padrão médio de vida das sociedades onde se propôs aplicar. Conforme Bragança (2019), apenas um sistema econômico que se baseia no livre mercado oferece meios para a acumulação de capital e, portanto, é o único capaz de tornar o indivíduo e a nação rica. Vale ressaltar que a teoria define o capital não apenas como dinheiro, mas inclui também: crédito, máquinas, móveis, imóveis, matéria prima, marcas, patentes e etc.

Segundo Smith (2019), o papel do Estado fica limitado à garantia da segurança da sociedade, da justiça e o dever de instituir e manter certas obras públicas. Apenas quando o Estado se limita, é possível gerar as condições em que os atos individuais, que visam aumentar a satisfação de cada agente, gerem o progresso da sociedade. Ou seja, os governos devem se limitar apenas a proteger a vida, a propriedade privada e a liberdade individual, para que assim prevaleça o ambiente de cooperação que representa o processo de livre mercado (VON MISES, 2018).

Por outro lado, existem linhas de pensamento que defendem o oposto disso. O ponto máximo da defesa ao intervencionismo estatal na economia, se deu no século XX, após a crise de 1929, quando as teorias de John Maynard Keynes ganharam força. Keynes (1936) defendia que o Estado deveria intervir na economia, aumentando seus gastos a fim de estimular a demanda agregada e conseqüentemente, aumentar o nível de emprego, renda e bem-estar na sociedade.

Enquanto Adam Smith (2019) defendia que o papel do Estado deveria ser limitado à garantia da segurança da sociedade, da justiça e o dever de instituir e manter certas obras públicas. A ideia básica de Keynes (1936) é de que o Governo tinha o dever de utilizar massivamente a intervenção para destravar a economia. De acordo com o Índice de Liberdade Econômica de 2020 o Brasil ocupa a 144ª posição em um ranking de 180 países. O resultado consideravelmente negativo mostra que o país está mais perto de ditaduras como Cuba (178ª), Venezuela (179ª), Coreia do Norte (180ª) do que do nosso vizinho Chile (15ª). O Índice de Liberdade Econômica é um guia produzido pela The Heritage Foundation e divulgado anualmente em parceria com o The Wall Street Journal. Utilizado há 27 anos como base para pesquisas acadêmicas e para o delineamento de políticas econômicas, o índice fornece análises criteriosas sobre os avanços em liberdade econômica, prosperidade e oportunidades ao redor do mundo.

Com bases nesses elementos, o presente trabalho visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o impacto da Liberdade Econômica e do ambiente de negócios no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países desenvolvidos e em desenvolvimento no período entre 2008 e 2015?

O objetivo da pesquisa consiste em analisar se existe uma correlação entre Liberdade Econômica (ILE), Ambiente de Negócios (Doing Business) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando a divisão entre 28 países desenvolvidos e 99 países em desenvolvimento no período que vai de 2008 a 2015, contemplando, desse modo, 1016 observações.

A hipótese admitida neste trabalho é de que existe uma relação positiva entre a liberdade econômica e desenvolvimento humano. Onde o crescimento e desenvolvimento econômico seriam fundamentais para ganhos na qualidade de vida da população. Assim, o estudo se faz necessário para identificar se melhorias no ILE e Doing Business, ou seja, se a liberdade econômica e o ambiente de negócios influenciam o IDH. Ou seja, o menor intervencionismo estatal na economia, pode proporcionar melhoria no desenvolvimento humano nacional. Além da presente introdução, o trabalho se divide em outras três seções.

No subcapítulo 2 são apresentados os argumentos teóricos que embasam a pesquisa. Em seguida, o subcapítulo 3 descreve a metodologia utilizada na análise do problema de pesquisa, além dos indicadores utilizados e os cálculos econométricos. Por fim, são apresentados os resultados dos cálculos realizados e as análises referentes. Como serão apresentados a seguir, os resultados apontaram que tanto o Índice de Liberdade Econômica, quanto o Doing Business possuem correlação positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, à medida que se incrementa o grau de liberdade econômica e o ambiente de negócios para pequenos e médios empresários, tem-se uma melhoria substancial no desenvolvimento humano da nação.

2 Fundamentação Teórica

A partir dessa etapa são apresentados os conceitos econômicos e os argumentos teóricos a respeito do tema proposto, que foram utilizados como fundamentação da pesquisa.

2.1 Contextualização sobre a origem do capitalismo.

Antes do advento do capitalismo, em meados do século XVII, a sociedade se encontrava dividida. Era, naquele momento, uma sociedade de status, divisão que em alguns lugares são chamadas de “castas”. O status social de uma pessoa permanecia inalterado desde o seu nascimento até a morte. A pessoa que nascia pobre, assim seria pelo resto da vida; se nascia rica – lorde ou duque –, manteria a riqueza e a propriedade o acompanhava até o fim dos seus dias (VON MISES, 2018). O sistema social nesse período era composto, por um lado, por uma minoria de proprietários de bens, terras e riqueza, e por outro lado, por uma maioria que nada tinha como propriedade. No período que conhecemos como Feudalismo, essa maioria dependia basicamente do trabalho rural. Antes da Revolução Industrial, a única forma de uma pessoa subsistir era se fosse empregada no campo. O proprietário dividia suas terras aos camponeses para o trabalho, e de forma compulsória, transferia-se a maior parte da produção para o dono da terra, e o trabalhador precisava viver com o que sobrava (OLIVEIRA; GENNARI, 2017).

Além da produção rural, existiam as indústrias de beneficiamento que também eram propriedades dos nobres. Eles utilizavam o excesso de produção obtida através do trabalho dos camponeses, para produzir bens que serviam para o comércio. Porém, os bens produzidos tinham como público alvo, principalmente as classes mais altas da sociedade. Ou seja, era a produção da elite, para a elite. Os Camponeses então, além de não terem condição de adquirir os produtos industrializados da época, também não possuíam outras opções de trabalho. Para obter as mínimas condições pra si próprio e sua família, a única forma era se sujeitar ao trabalho braçal no campo e sob as condições já mencionadas (PAIM, 2019).

A partir do século XVIII, a Europa começou a perceber um fenômeno que passou a ser considerado como um verdadeiro problema à preservação do sistema socioeconômico da época. A população rural começou a aumentar significativamente, criando assim um excesso de gente no campo. Essa população excedente, composta basicamente por gente pobre, e sem propriedade, representava a maioria da população e se transformou em um grande problema.

Por exemplo, na Inglaterra naquele período, vivia uma população de aproximadamente 7 milhões de pessoas, sendo que quase 2 milhões eram compostos por pessoas consideradas indigentes (VON MISES, 2018). A classe governante da época não sabia o que fazer em relação às medidas de assistência à essa população, como alimentação, vestuário, aquecimento e abrigo dos deserdados. Frente a isso, problemas sanitários, e alta mortalidade advinda de pestes, assolavam a população e preocupavam os governantes e a elite pensadora daquele período.

A teoria populacional malthusiana, representa bem essa preocupação. Malthus (2000) defendeu que o crescimento populacional deveria ser evitado, pois, enquanto a população cresce em progressão geométrica, a produção de alimentos cresce em proporção aritmética. Assim, no limite, essas circunstâncias levariam à escassez de alimentos e, conseqüentemente, à fome. É exatamente nesse contexto de grave condição social e sem o planejamento central do Estado, que o capitalismo moderno nasceu. Em meio à essa massa de miseráveis, surgiram alguns movimentos formados por pequenos grupos de pessoas com o objetivo de estabelecer pequenos negócios para estimular a produção.

Eles não visavam produzir bens para as classes mais altas, pelo contrário, produziam bens baratos para satisfazer as necessidades de todos. Este é o início da produção em massa, base da indústria capitalista. A produção em massa para atender às necessidades do excedente populacional (MEADWAY, 2012). E esta é a fundamentação do capitalismo como conhecemos hoje, em todos os sistemas econômicos onde se tem de forma desenvolvida a produção em massa: todas as empresas, de todos os tamanhos, produzindo bens para satisfazer às necessidades da maioria.

Analisando esse contexto, percebe-se que existe uma criação de riqueza e uma distribuição de capital acumulado. Foi dado acesso às oportunidades e aos meios de produção, que antes pertenciam a poucos privilegiados. Obviamente existe, e sempre existirá a concentração de renda e dos meios de produção nas mãos de poucos, mas

é inegável que o capitalismo possibilita o acesso às oportunidades que permitem a ascensão social (BRAGANÇA, 2019).

Muito se fala das condições de trabalho que existiam nas primeiras fábricas durante a Revolução Industrial. Óbvio que o padrão de vida do trabalhador no início do capitalismo era absolutamente precário, mas isso não era culpa das recém criadas indústrias capitalistas. Afirmar isso é ignorar que as pessoas contratadas pelas fábricas já viviam em condições subumanas, pessoas que não tinham renda, moradia e comida. O comércio capitalista permitiu mudar essa situação, criando emprego e renda para as famílias, onde os produtos manufaturados eram exportados em troca de alimento e matérias-primas de outros países e onde pela primeira vez na história o comércio tinha como público alvo, a classe trabalhadora (WALLACE, 2012).

Foi visto então, que o capitalismo surgiu da necessidade de produção em massa, e que tal forma de produção trouxe consigo diversos outros benefícios socioeconômicos. Quando se trata do assunto, precisamos abordar os efeitos da divisão do trabalho. Sobre isso, Adam Smith em seu livro A Riqueza das Nações, reservou os primeiros capítulos do Volume I para tratar exclusivamente sobre a divisão do trabalho na produção em massa e seus efeitos na atividade geral da sociedade.

Enquanto numa pequena manufatura, diversas funções poderiam ser exercidas por uma só pessoa, visando atender a um número reduzido de indivíduos, quando consideramos suprir grandes carências de um elevado número de pessoas, é necessário empregar uma grande quantidade de trabalhadores para cada função distinta. Assim a divisão do trabalho gera em todos os ofícios, quando possível aplicá-la, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho (SMITH, 2019).

Como consequência da produção em massa e, especificamente, da divisão do trabalho, surgiram novos meios de subsistência para o excedente populacional que, até aquele momento, só tinha como opção o trabalho no campo. Foi neste mesmo período, entre os séculos XVIII e XIX, que aconteceu a Primeira Revolução Industrial na Europa, um movimento que impactou diretamente o mundo, uma vez que houve uma transição das formas artesanais, para processos de produção através de máquinas (OLIVEIRA; GENNARI, 2017).

A partir daquele momento, foi possível perceber os primeiros benefícios do capitalismo. Esse fenômeno, que surgiu da inovação, com o intuito de suprir as necessidades dos mais pobres, criou um efeito que sustenta o crescimento e a melhoria na qualidade de vida da população. Como afirma o Nobel em Economia de 1995, Robert Lucas Jr: Pela primeira vez na história o padrão de vida das pessoas comuns começou a se submeter a um crescimento sustentado ... Nada remotamente parecido com este comportamento econômico é mencionado por economistas clássicos, até mesmo como uma possibilidade teórica. (LUCAS JR., 1995, p. 109-10).

Os empregados das novas fábricas passaram a ser eles próprios, os maiores consumidores dos bens nelas fabricados. Fica clara então, a diferença entre o modelo feudal e, o recém surgido, modelo capitalista de produção (MEADWAY, 2012). Durante a Revolução Industrial Inglesa, de 1760 a 1830, a população dobrou, ou seja, as centenas de milhares de pessoas que morriam pelos mais diversos motivos causados pela miséria, sobreviveram, cresceram e a partir de então tiveram uma oportunidade

de mudar seu status. Além disso, começou a se observar um êxodo da população, do campo para as cidades. Os salários pagos pela indústria, atraíram a mão de obra dos camponeses, que até então trabalhavam para entregar toda a produção ao dono das terras, e, em troca recebiam o que sobrava para se manterem (VON MISES, 2018).

Como os salários da indústria atraíram a mão de obra do campo, os proprietários de terras se viram forçados a pagar os mesmos salários à mão de obra agrícola. A aristocracia fundiária começou então a atacar a indústria, e o novo padrão de vida que o capitalismo industrial proporciona aos trabalhadores (OLIVEIRA; GENNARI, 2017).

2.2 Acumulação de capital

O termo “capitalismo” surgiu no século XVIII antes do estabelecimento do novo sistema econômico, e apesar de ter sido usado de forma pejorativa por pensadores que o consideravam como o pior de todos os sistemas históricos, não existem motivos para rejeitar essa designação, pois representa claramente os progressos ocasionados pela acumulação de capital (PAIM, 2019).

Conceitualmente o termo capital define o conjunto de bens materiais destinados à geração de lucro. Segundo Bragança (2019) o capital não é apenas dinheiro, inclui também crédito, máquinas, móveis, imóveis, estoque de produtos, matéria prima, marcas, patentes e etc. A totalidade de bens que um homem, empresa ou país possui por sua vez se divide em duas partes. A primeira parte é a que supre seu consumo imediato, enquanto que a segunda é a que se espera que possa proporcionar lucro. Essa, por conseguinte, é dividida em capital circulante – matéria-prima, bens e produtos manufaturados vendidos a dinheiro para obtenção de lucro –, e capital fixo – estruturas, máquinas e instrumentos que geram lucro conservando-o sob sua posse.

Conforme Smith (2019) existem duas diferentes formas de empregar o capital para produzir riqueza. Primeiro é possível aplicar o capital na criação, produção ou compra de bens, e na sua posterior venda. A segunda forma é aplicar o capital para produzir melhorias na terra, compra de máquinas e instrumentos de comércio que gerem rendimento ou lucro sem mudarem de donos. Nas duas maneiras, o objetivo central é a obtenção de lucro e acumulação de poupança.

Uma pessoa acumula certa quantidade de capital e, em vez de gastá-lo, emprega-o para produzir mais riqueza. Esse capital gera benefícios não só para quem deseja produzir, mas também para o trabalhador que deseja receber salários. O capital aplicado, permite viabilizar um projeto que pode consistir na contratação de trabalhadores e compra de matéria-prima – o que promove uma demanda adicional de trabalhadores e matérias-primas, e uma tendência de elevação dos salários e preços desses insumos. Ou seja, antes do poupador ou empresário obter de volta seu lucro, o trabalhador e o fornecedor da matéria-prima já desfrutaram dos benefícios da poupança acumulada (FRIEDMAN, 2019).

O incentivo à acumulação de capital foi o motor para o desenvolvimento de técnicas cada vez mais modernas que acarretaram desde o aumento na produção de bens e alimentos até o avanço da medicina. Esses fatores afetam diretamente qualidade e expectativa de vida da população, que além de gerar emprego e renda

para o trabalhador, solucionou o problema da pobreza do excedente populacional, bem como reduziu consideravelmente a mortalidade existente. Refutando, desse modo, a teoria populacional malthusiana.

Outro aspecto importante a se considerar sobre o capitalismo, é a possibilidade que o sistema cria sobre a mudança do status social. Apesar da chance de um homem enriquecer ser menor que as daquele que herdou sua riqueza, somente no capitalismo de livre mercado essa chance é possível (VON HAYEK, 2010). Visto que é um sistema de concorrência onde o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos – como se via nos sistemas anteriores ao capitalismo, onde o homem que nascia pobre, pobre morria. Numa sociedade capitalista, onde impera a livre concorrência e o mérito, pobres podem enriquecer e descendentes de gente rica podem perder suas fortuna e se tornarem pobres (VON MISES, 2018).

A melhor qualidade de vida é conquistada quando o crescimento populacional é acompanhado de um aumento correspondente do montante de capital investido no país. De acordo com Von Mises (2018, p.91) “quanto mais se eleva o capital investido por indivíduo, mais próspero se torna o país”. É verdadeira a afirmação de que hoje, mesmo com a população mundial sendo consideravelmente maior que no século XVIII, o padrão de vida geral nas grandes cidades supera, e muito, a situação daquela época.

Quando se estuda a divisão mundial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entretanto é necessário considerar que para essa classificação são levados em conta vários aspectos econômicos e sociais. Esse trabalho parte do princípio de que ambos são importantes, mas que do ponto de vista histórico, é necessário que haja uma evolução econômica para que existam as condições necessárias da evolução social. Ou seja, os efeitos sociais são uma consequência dos efeitos econômicos. Os chamados países desenvolvidos atualmente são aqueles cujo nível de riqueza é elevado e conseqüentemente o bem-estar social também. Os critérios considerados incluem renda da população, crescimento econômico (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, por sua vez, é subdividido em saúde, educação e riqueza.

Um fator em comum entre os países desenvolvidos, de acordo com a teoria econômica clássica, é a forte industrialização. Smith (2019) explica que mesmo países com pouca mão de obra disponível, pode suprir as necessidades da população, e gerar riqueza se a indústria for amplamente desenvolvida. Isso explica o fato de que hoje, países como Suíça, Irlanda e Noruega apresentam resultados econômicos tão positivos quanto Estados Unidos e Japão, mesmo os primeiros possuindo apenas uma fração populacional destes últimos.

Conclusão que também possui respaldo na teoria neoclássica conforme Froyen (2013), quando afirma que a mudança tecnológica na indústria de uma nação é o principal determinante da taxa de crescimento da renda per capita, e as taxas de poupança e formação de capital possuem efeitos permanentes sobre a taxa de crescimento de uma nação. Por isso, cabe ressaltar que uma das variáveis que explica o fato de o padrão de vida nos países em desenvolvimento ser inferior aos países

desenvolvidos, está ligada aos salários médios que nestes países, são mais baixos que nos mesmos segmentos dos países desenvolvidos.

Essa diferença não se explica pelo pressuposto de que os empresários nos países ricos são superiores aos outros países, tão pouco se pode considerar que nos países em desenvolvimento existe capital humano inferior. A diferença está simplesmente na disponibilidade e acessibilidade aos bens de capital. O montante de capital investido per capita é maior nos países desenvolvidos que nos em desenvolvimento (VON MISES, 2018).

2.3 O intervencionismo

O final do século XIX e início do século XX foi um período de hegemonia absoluta da economia neoclássica, que tinha como ponto central a crença de que o mercado deixado por sua própria conta, sem nenhuma interferência, seria capaz de promover o equilíbrio estável e duradouro. Foi um longo período de hegemonia do *laissez-faire*, ou seja, da crença na existência de um mercado capaz de se autorregular. (OLIVEIRA; GENNARI, 2017). No entanto diversos problemas sociais e econômicos desse período, eram constantemente relacionados ao livre mercado.

Alguns críticos defendem que somente a intervenção do governo na economia seria capaz de proporcionar o crescimento sustentado da nação. Ao analisar o final do século XIX, o autor afirmou: “O fato de que países como a Alemanha, a Itália e o Japão só conseguiram suas industrializações através do constante apoio e incentivo estatal, é indiscutível.” (REZENDE, 1992, p. 159).

Outro problema associado ao livre mercado, era a formação de monopólios e oligopólios. De acordo com John Kenneth Galbraith (apud Oliveira e Gennari, 2017,p.238),nas economias ocidentais, os mercados são dominados por grandes firmas. Estas estabelecem preços e procuram garantir demanda para o que tem pra vender”. O autor, se referindo ao início do século XX, defende que essa situação, no limite, levaria ao fim os pequenos empresários.

O debate sobre o papel do Estado e a defesa da intervenção na economia, em contrapartida, ganhou força após a crise de 1929. Conforme Wallace (2012), no ano que ocorreu a quebra de grandes instituições financeiras de Wall Street, ações despencaram e milhares de empresas faliram, 13 milhões de americanos ficaram desempregados e durante grande parte da década, muitos países ao redor do mundo entraram em grave depressão. A capacidade do livre mercado de dar estabilidade e crescimento ficou abalada, sendo necessário então, encontrar um modo de estimular a economia.

Ganharam destaque neste período as idéias do economista britânico John Maynard Keynes, que apontou as falhas de um mercado totalmente livre, e desenvolveu sua obra em defesa da intervenção estatal, mais especificamente, sobre como gastos públicos poderiam estimular a demanda e tirar as economias da depressão (MEADWAY, 2012).

O economista britânico Keynes, o mais influente defensor do intervencionismo de todos os tempos, publicou em 1926 o ensaio “O fim do *laissez-faire*”, advogando explicitamente a superação do liberalismo clássico, considerado por ele um sistema

antiquado. Com o lançamento de “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” em 1936, Keynes daria sua grande contribuição teórica ao intervencionismo e criou a escola econômica mais influente no mundo até hoje (BORGES, 2018).

Enquanto Adam Smith, pai do liberalismo econômico, defendia que o papel do Estado deveria ser limitado à garantia da segurança da sociedade, da justiça e o dever de instituir e manter certas obras públicas, a idéia básica de Keynes era de que o Governo tinha o dever de utilizar massivamente a intervenção para destravar a economia.

A teoria keynesiana faz uma contundente crítica aos fundamentos neoclássicos, que visavam que para compreender a microeconomia e as relações entre compradores e vendedores, era necessário abordar os problemas macroeconômicos. Segundo Paul Hugon (1959) Keynes ultrapassou o ponto de vista microeconômico, para considerar o problema em termos mais gerais de ‘rendimentos globais’, ‘procura global’, ‘emprego global’.

Segundo Keynes (1936), as flutuações de demanda efetiva e no nível geral de emprego ocorriam porque o momento era de incertezas, e quando o futuro é incerto e desconhecido, os agentes preferem reter moeda, por isso suas decisões de gastos e investimentos são postergadas. Ele defendia que o papel do governo é essencial para a determinação da demanda agregada, e, portanto, o nível de emprego. Ou seja, se o governo efetuar gastos em obras públicas, esse investimento estatal acaba por distribuir renda em forma de salários, o que permite estimular o consumo.

Para exemplificar a visão keynesiana sobre a atuação do Estado, o autor defendia que o governo deveria cavar buracos no chão às custas da poupança para que, assim, aumentasse não apenas o nível de empregos, mas também a renda nacional em bens e serviços úteis. Gastos inúteis provenientes de empréstimos poderiam, apesar disso, enriquecer no fim de contas a comunidade. A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras poderiam contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica fosse um empecilho a uma solução melhor. (KEYNES, 1936).

O debate sobre os efeitos da teoria keynesiana para o século XX, e especificamente, sobre a recuperação econômica pós crise de 1929, se mantém até os dias atuais. Porém, viu-se que no mesmo período, grande parte da Europa foi dominada por regimes totalitários que aplicavam de forma contundente a doutrina intervencionista, os quais só foram depostos ao final da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA; GENNARI, 2017).

2.4 O livre mercado

O conceito de livre mercado conforme Von Mises (2018) é um processo, uma maneira pela qual, ao vender e comprar, ao produzir e consumir, cada indivíduo contribui para o funcionamento global da sociedade. E segundo Boudreaux (2019) é o sistema que melhor assegura que os recursos sejam usados da maneira mais eficiente possível. Tendo como base os direitos de propriedade privada, liberdade contratual, estado de direito e soberania do consumidor. Ou ainda conforme afirma

Friedman (2019) o livre mercado garante a liberdade de escolher como utilizar nossa própria renda, liberdade de possuir e liberdade de escolher.

O termo “Estado” que data do século XVIII representa o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação tendo como braço fundamental a burocracia – que por sua vez é a estrutura formada por regras, procedimentos e regulações divididas em responsabilidades e especialização de trabalho, hierarquia e relações impessoais (BRAGANÇA, 2019). Enquanto o Governo representa o grupo de pessoas que são eleitas para administrar essa máquina estatal durante determinado período.

Como visto no contexto histórico, o capitalismo surgiu sem a intervenção do Estado, sendo então, essencialmente uma iniciativa individual gerada para satisfazer as necessidades de uma classe que nunca antes havia encontrado oportunidades para melhorar suas condições. Emprego, renda, alimento e saúde foram logo percebidos como os primeiros resultados do capitalismo. Nesse contexto, as ideias do liberalismo econômico que defende o livre mercado, o interesse pessoal e a divisão social do trabalho são as bases para o desenvolvimento material tanto do indivíduo quanto da sociedade (FRIEDMAN, 2019).

Mas é inegável que o Estado possui um papel fundamental para a manutenção do livre mercado, pois é a atuação estatal que garante as liberdades individuais, econômicas, de propriedade e a livre concorrência. Conforme Smith (2019) o Estado deve se limitar a garantir a segurança da sociedade, da justiça e o dever de instituir e manter certas obras públicas. Porém, muito se discute sobre os efeitos da intervenção estatal nas economias, sobre o quão prejudicial pode ser a interferência demasiada e o controle econômico.

A teoria clássica, através do pensamento de Adam Smith, demonstra os benefícios para a sociedade que são provenientes da busca de cada indivíduo por satisfazer seus próprios interesses, sem que haja o controle central do Estado para atingir tal objetivo. O que o autor chama de “mão invisível” que leva a promoção de um benefício geral e, que não era a intenção do indivíduo.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses [...] O indivíduo empenha incessantemente seus esforços em descobrir o mais vantajoso emprego para o capital de que dispuser. De fato, é seu próprio benefício, e não o da sociedade, que tem em vista [...] Ao buscar seu interesse em particular, não raro promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente se prestasse a promovê-lo. (SMITH, 2019, p. 564,567).

Partindo desse pressuposto, não é possível acreditar que o planejamento central da economia através do Estado, possa surtir o mesmo efeito de bem-estar social. Cada indivíduo sabe qual a maneira mais eficiente de empregar os recursos que possui, para satisfazer seus anseios. E seria impossível o pequeno grupo que utiliza da máquina estatal, possuir todas as informações necessárias para produzir todos os produtos que vão satisfazer uma população formada por milhões de indivíduos. O livre mercado representa a economia onde não existe nenhuma interferência legal sobre como, quando e quanto produzir, e nenhum tipo de controle sobre os preços praticados.

Conforme Friedman (2019), onde cada indivíduo é livre para tomar essas decisões de acordo com suas necessidades – liberdade de escolher qual profissão seguir, abrir uma empresa, comprar ou vender para qualquer pessoa, desde que seja feito de modo estritamente voluntário, para que o livre mercado funcione da forma mais eficiente possível é necessário que os agentes econômicos atuem livremente sem interferência de poderes particulares ou estatais, onde todos estejam sujeitos às mesmas regras legais. Também é preciso que os preços praticados devam necessariamente refletir o grau relativo de escassez de bens e serviços. Além disso, cada agente deve ser livre para internalizar seus lucros e responsável por assumir seus custos (PAIM, 2019).

Ainda se tratando da eficiência, em geral, as empresas privadas apresentam resultados superiores às empresas estatais ou de economia mistas (empresas que possuem parte da organização societária pertencente ao Estado e outra parte ao setor privado). O motivo para essa diferença é o fato de o investidor privado ter que necessariamente oferecer os melhores bens e serviços a fim de satisfazer o consumidor, tanto pela qualidade superior quanto pelo melhor preço. E a responsabilidade de arcar com os prejuízos, caso os resultados do seu negócio não sejam bons, é somente do empresário. Enquanto uma empresa estatal, além de não atuar em geral, de maneira tão eficiente, ainda pode financiar os maus resultados, repassando o custo da má administração à população (BRAGANÇA, 2019).

Outro aspecto importante é que no limite, a liberdade econômica significa liberdade individual. Quando um poder central detém o controle da atividade econômica, esse poder tem o controle dos meios para a realização de todos os nossos fins (VON HAYEK, 1944). Pessoas sem liberdade possuem menos alternativas para colocar em prática os conhecimentos e habilidades a seu favor.

Como argumenta Belloc (2007, p. 11). “o controle da produção da riqueza é o controle da própria existência humana”. Adicionalmente, conforme Mises (2018) num sistema desprovido de mercado, onde o governo determina tudo, todas as liberdades são ilusórias, ainda que postas em formas de lei inscritas em constituição.

3 Metodologia

Nesta etapa são apresentados os métodos e procedimentos para a realização da pesquisa. Em seguida são apresentados indicadores utilizados e por fim, a descrição da análise econométrica.

3.1 Método

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que tem como finalidade gerar conhecimento para aplicação prática voltada à solução dos problemas levantados.

Em relação ao objetivo, a pesquisa é caracterizada como descritiva, pois pretende se descrever estatisticamente, a relação entre as variáveis no objeto de estudo. Além disso, quanto às técnicas e procedimentos, foram utilizados materiais bibliográficos disponíveis em diferentes fontes.

O êxito da pesquisa e da análise econométrica aqui pretendida, dependeu da disponibilidade dos dados apropriados e de uma abordagem quantitativa do problema. Aqui são observados especificamente três indicadores, os quais foram coletados para diversos países ao longo de um número de anos - dimensão longitudinal, configurando um modelo clássico de dados em painel. De acordo com Gujarati e Porter (2011), dados em painel longitudinais são um tipo especial de dados combinados, onde uma ou mais variáveis são observadas ao longo do tempo.

Ou seja, as observações são a unidade amostral e o tempo. A base de dados utilizada nesta pesquisa é composta por 127 países e, foi dividida em duas amostras: 1) Amostra restrita, composta por 28 países considerados desenvolvidos; 2) Amostra ampla, composta por 99 que formam o grupo de países em desenvolvimento. Esta divisão leva em conta o grau de desenvolvimento econômico e o nível de riqueza per capita, observados anualmente no período de 2008 a 2015. A classificação dos países como desenvolvidos ou em desenvolvimento foi feita de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgado no relatório World Economic Outlook Database (WEO).

3.2 Metodologia dos indicadores

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi coletado a partir do Human Development Index Data Center. O IDH é um índice divulgado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, é uma medida comparativa usada para classificar países pelo seu grau de desenvolvimento humano. Diz respeito à expansão da riqueza da vida humana, que tem como foco as pessoas, suas oportunidades e escolhas (ONU, 2021).

Ao contrário do Produto Interno Bruto (PIB) que considera apenas a dimensão econômica quantitativa, o IDH pretende ser uma medida geral do desenvolvimento humano, que visa mensurar o aspecto qualitativo de melhoria de vida da sociedade.

O índice é produzido em parceria com diversas instituições mundiais, como por exemplo, UNICEF, UNESCO, OCDE, FMI, Banco Mundial, etc. Esse indicador resume a medida de realização em três dimensões-chave de desenvolvimento humano: saúde (vida longa e saudável), educação (acesso a conhecimento) e padrão de vida (renda per capita). É calculado por uma média geométrica dos índices normalizados para cada uma das três dimensões, e utiliza uma escala que vai de 0 a 1 para a classificação no ranking anual.

O Índice de Liberdade Econômica (ILE), por conseguinte, é um guia anual produzido pela The Heritage Foundation e divulgado em parceria com o The Wall Street Journal. Há 27 anos o índice fornece análises criteriosas sobre os avanços em liberdade econômica, prosperidade e oportunidades ao redor do mundo. Os princípios que movem o progresso econômico são medidos pelo índice.

O Índice de Liberdade Econômica avalia quatro categorias, que considera como base da liberdade econômica, e cada uma delas se subdivide em outros 3 fatores qualitativos e quantitativos, sendo eles: Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade do governo, eficácia judicial); tamanho do governo (gastos do governo, carga tributária, saúde fiscal); eficiência regulatória (liberdade de

negócios, liberdade de trabalho, liberdade monetária); mercados abertos (liberdade comercial, liberdade de investimento, liberdade financeira).

Esses fatores servem para medir e expressar os resultados que são graduados em uma escala que vai de 0 a 100. A pontuação geral de um país é derivada pela média dessas doze liberdades econômicas, com peso igual sendo dado a cada uma.

O último indicador é o Ambiente de Negócios, que tem como fonte o Relatório Doing Business. Este é um projeto do Banco Mundial lançado em 2002, que examina as pequenas e médias empresas nacionais e analisa as regulamentações aplicadas a elas durante o seu ciclo de vida. Assim, este estudo serve de ferramenta para se medir o impacto das regulamentações sobre as atividades empresariais ao redor do mundo.

Tendo como foco o ambiente econômico para pequenas e médias empresas, o Relatório Doing Business cobre onze conjuntos de indicadores de 190 economias e utiliza uma escala de 0 a 100 e analisa os seguintes indicadores: abertura da empresa, licenças e alvarás, infraestrutura, registros, disponibilidade de crédito, segurança ao pequeno empresário, legislação tributária, comércio internacional, contratos com o governo, segurança jurídica e resolução de insolvências. Esses estudos fornecem dados sobre a facilidade de fazer negócios, e a capacidade de geração de riqueza dentro do país. Com base nos três indicadores descritos, a próxima sessão foca na análise econométrica dos dados extraídos a partir das três bases de dados.

3.3 Análise Econométrica

Este trabalho busca analisar se existe relação entre a liberdade econômica e o ambiente de negócios nos resultados de melhoria na qualidade de vida da população, representado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E para isso foi utilizada uma análise de regressão.

Para Gujarati e Porter (2011), a análise de regressão é a principal ferramenta da econometria. É um estudo que visa definir a relação entre duas ou mais variáveis. A análise busca estudar a dependência de uma variável, a variável dependente, em relação às variáveis explicativas. O objetivo da análise de regressão é mensurar em termos quantitativos, a dependência estatística da variável dependente, em relação à variável explicativa, estimando o valor médio da variável dependente, a partir dos valores da variável explicativa. Ou seja, pretende-se determinar o quanto a variável dependente se altera, a partir de mudanças nos valores das variáveis explicativas.

Conforme Gujarati e Porter (2011) nos modelos de regressão, a variável dependente é expressa como função linear de uma ou mais variáveis explicativas. Julga-se que existindo as relações causais entre a variável dependente e as explicativas, elas ocorrem em uma direção apenas, de maneira mais específica, das variáveis explicativas para a dependente.

Para o cálculo da regressão, foi utilizado o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Este método é uma técnica de análise de regressão muito utilizada na econometria, que procura maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados

observados, tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados.

O presente trabalho se baseia numa análise de regressão linear múltipla, porque pretende estimar a relação entre uma variável dependente IDH, duas variáveis explicativas (Índice de liberdade econômica (ILE) e o ambiente de negócios (Doing)). Assim, a função é representada pela seguinte equação: $Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2$ (1.1) em que $Y = \text{IDH}$, $X_1 = \text{ILE}$ e $X_2 = \text{Negócios}$. Conhecidos como parâmetros do modelo, os valores de β_0 representa o intercepto, β_1 e β_2 são coeficientes angulares estimados.

Além disso, esse trabalho considera que a divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é consideravelmente relevante na definição do IDH. Assim, é necessário acrescentar essa diferenciação à equação. De acordo com Gujarati e Porter (2011), a Variável Dummy, é uma variável binária, que representa basicamente se o indivíduo pertence ou não pertence a um grupo. No caso analisado, a variável binária define quais países são desenvolvidos e quais estão em desenvolvimento. Assim, a equação pode ser definida como: $Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3$ (1.2) onde β_3 é o coeficiente angular para X_3 , a Variável Dummy.

Vale ressaltar que as relações entre as variáveis econômicas geralmente são inexatas, o que significa dizer que, ao coletar os dados sobre o IDH, índice de liberdade econômica e ambiente de negócios de 127 economias diferentes, dividi-los entre desenvolvidos e em desenvolvimento e traçar uma reta dada pela Equação (1.2), não se deve esperar que todas as observações se situem exatamente na reta. Isso ocorre, porque, além do índice de liberdade econômica e ambiente de negócios, outras variáveis afetam os resultados do IDH, como por exemplo, renda per capita da nação, despesas com saneamento básico, políticas públicas e etc. Assim, levando em conta as relações inexatas entre as variáveis econômicas, a Equação (1.2) deve ser modificada do seguinte modo:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \varepsilon \quad (1.3)$$

Onde o ε conhecido como termo de erro, é uma variável aleatória que possui atributos probabilísticos conhecidos. O termo de erro ε representa bem, todos os outros fatores que afetam o IDH, que não serão levados em conta claramente na análise desse trabalho específico. Portanto, a Equação (1.3) representa o modelo de regressão linear a ser utilizado nesta pesquisa. É o modelo econométrico que se baseia na hipótese de a variável dependente Y (IDH) se relaciona linearmente com as variáveis explicativas X_1 (liberdade econômica) e X_2 (ambiente de negócios), considerando a divisão dos grupos desenvolvidos e em desenvolvimento.

A tabela 01 descreve as variáveis utilizadas no estudo, dividindo-as pelo nome, tipo e a fonte de onde foram tiradas.

Tabela 1 - Descrição das Variáveis

NOME DA VARIÁVEL	TIPO	FONTE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Dependent	Organização das Nações Unidas (ONU)
Índice de Liberdade Econômica (ILE)	Explicativa	<i>The Heritage Foudation</i>
<i>Doing Business (Doing)</i>	Explicativa	Banco Mundial
Em Desenvolvimento e Desenvolvidos (Desenv)	<i>Dummy</i>	Fundo Monetário Internacional (FMI)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

4 Discussão, Análise e Avaliação dos Resultados

Após a execução dos cálculos econométricos para mensurar a relação entre as variáveis Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Liberdade Econômica e Ambiente de Negócios – os resultados serão apresentados a seguir. Primeiro serão apresentados os resultados de correlação entre as variáveis e os gráficos de dispersão para ilustrar a correlação.

Os cálculos realizados tiveram como objetivo, medir a relação que existe entre duas variáveis dentro de uma mesma escala métrica. Conhecido como coeficiente de correlação de Pearson, tem como função, determinar qual é a intensidade da relação que existe entre conjuntos de dados ou informações conhecidas (BUSSAB; MORETIN, 2017).

O valor do coeficiente de correlação pode variar entre -1 e 1 e o resultado obtido define se a correlação é negativa ou positiva. Para interpretar o coeficiente é preciso saber que 1 significa que a correlação entre as variáveis é perfeita positiva e -1 significa que é perfeita negativa. Se o coeficiente for igual a 0 significa que as variáveis não dependem uma da outra (BUSSAB; MORETIN, 2017).

A tabela 02 apresenta o resultado dos cálculos estatísticos de correlação entre as variáveis, onde foram utilizadas as 1016 observações que compõem a base de dados coletada para realizar o trabalho. Analisando a correlação Doing x IDH temos o valor 0.7448, e para ILE x IDH temos 0.6996. A ambos resultados positivos, o que de acordo com a escala da correlação de Pearson representa uma correlação positiva forte. Ou seja, esse resultado indica que o aumento de uma variável reflete, em média, o aumento da outra.

Tabela 2 - Correlação IDH, Doing e ILE – 127 países

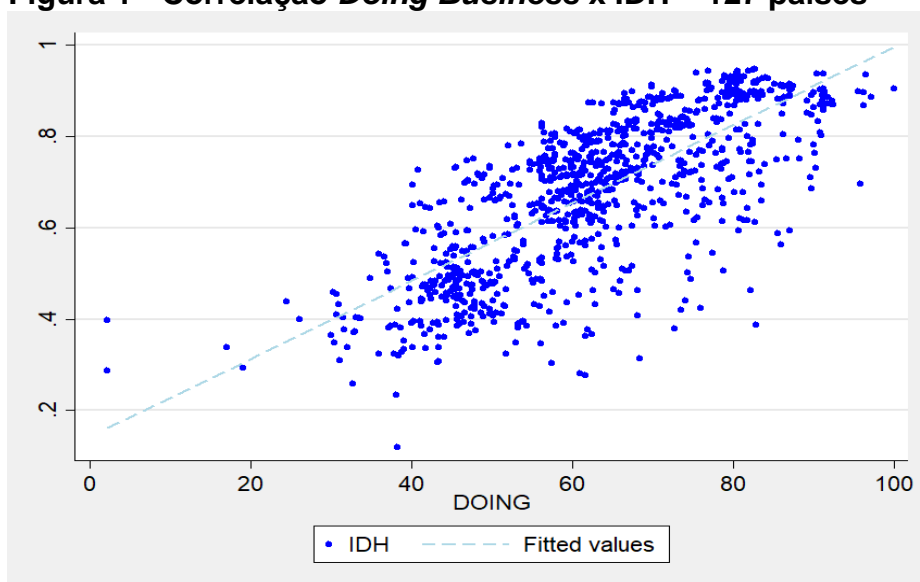
	IDH	<i>Doing</i>	ILE
IDH	1.0000		
<i>Doing</i>	0.7448	1.0000	
ILE	0.6996	0.7368	1.0000

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A figura 01 mostra o diagrama de dispersão da relação Doing x IDH, em que, no eixo Y (vertical) temos o IDH como variável dependente e no X (horizontal) o Doing Business como variável explicativa. O gráfico demonstra que para cada aumento do Doing Business, existe em média, um aumento no IDH na escala de 0.7448.

Reforçando que o Doing representa o ambiente de negócios para pequenos e médios empresários, podemos interpretar que a melhora nesse indicador tem relação direta com a melhora no desenvolvimento humano dos países analisados.

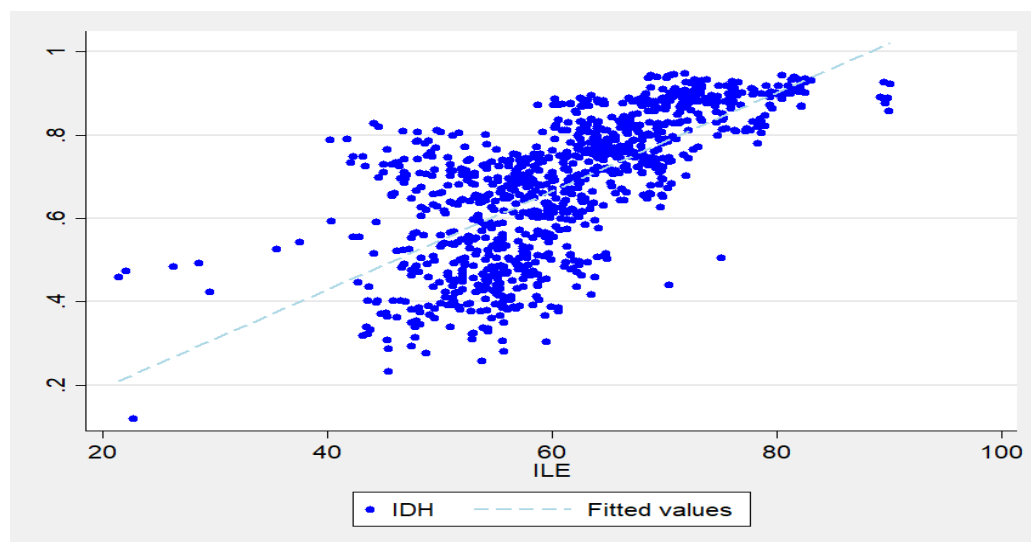
Figura 1 - Correlação *Doing Business* x IDH – 127 países



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A figura 02 apresenta o gráfico de dispersão que demonstra a relação entre o IDH e a ILE. No eixo Y (vertical) temos o IDH como variável dependente e no X (horizontal) o ILE como variável explicativa. Desse modo, é possível visualizar a correlação positiva forte apresentada na tabela 02, o que vale dizer que para cada aumento unitário no ILE existe em média um aumento no IDH numa escala de 0.6996. Sendo assim, pode-se considerar que o aumento no Índice de Liberdade Econômica dos países, representa melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano.

Figura 2 - Correlação ILE x IDH – 127 países



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Pela análise gráfica, percebeu-se que, quando postas e calculadas dentro de uma mesma escala métrica, as variáveis possuem correlação entre si. Conforme os cálculos estatísticos realizados, as variáveis explicativas possuem correlação forte e positiva com a variável dependente. Confirmando a hipótese de Smith (2019), onde o acúmulo de capital através do livre mercado permite a cada indivíduo, buscando seu interesse em particular, promover o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente tivesse intenção de promovê-lo. E ainda como Von Mises (2018), afirma que o capitalismo proporcionado pelo livre mercado é capaz de aumentar o padrão de vida da sociedade.

A partir de agora são apresentados os resultados da análise de regressão que utilizou o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Aqui, diferente dos cálculos de correlação que traçam a relação entre duas variáveis, busca-se mensurar estatisticamente a influência das duas variáveis explicativas em relação a variável dependente. Esses são os resultados dos cálculos realizados utilizando uma base contendo três indicadores de 127 países diferentes, que foram identificados como desenvolvidos (28 países) e em desenvolvimento (99 países).

A tabela 03 apresenta os resultados iniciais da regressão que serão explicados a seguir.

Tabela 3 - Análise de Regressão com método MQO entre IDH, ILE e Doing

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	1016
Model	18.2933333	3	6.09777777	Prob>F	=	0.0000
Residual	10.3600944	1012	.010237247	R-squared	=	0.6384
Total	28.6534277	1015	.028229978	Root MSE	=	.10118

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Além do número de observações calculadas – 1016 -, a tabela acima apresenta como principal indicador o Coeficiente de Determinação (R-squared) com valor 0.6384. Ele indica que aproximadamente 64% da variação do Índice de Desenvolvimento Humano pode ser explicada pelas variáveis Doing e ILE. A tabela 04 contém os resultados das variáveis explicativas em função da variável dependente.

Tabela 4 - Análise de Regressão com método MQO entre IDH, ILE e Doing – 127 países de 2008 a 2015

IDH	Coef.	Std.Err.	t	P> t	95% Conf.	Interval
<i>Doing</i>	.0049314	.0003313	14.88	0.000	.0042812	.0055816
ILE	.0038117	.0005052	7.55	0.000	.0028203	.004803
Desenv.	.1000071	.0102483	9.76	0.000	.0798968	.1201174

Cons	.1139529	.0243191	4.69	0.000	.0662314	.1616745
------	----------	----------	------	-------	----------	----------

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A primeira análise dos coeficientes estimados (Coef.) determina que todos os valores são positivos, confirmando então os cálculos de correlação demonstrados anteriormente. Agora, de maneira mais específica, o modelo determina que para o aumento de uma unidade do Doing Business, o IDH aumenta 0,005 aproximadamente. Para o aumento de uma unidade do Índice de Liberdade Econômica, o IDH aumentou aproximadamente 0,004%. Além disso, conforme descrito, os países desenvolvidos possuem em média 0,1 ponto no IDH a mais do que os países em desenvolvimento. Aqui, vale ressaltar que o IDH utiliza uma escala que vai de 0 a 1, afirmando então que os resultados encontrados são estatisticamente significativos. E por fim, a constante com valor 0,1140 é o número que representa o intercepto, ou seja, o valor no qual a linha ajustada cruza o eixo Y no diagrama.

O próximo indicador é o desvio padrão, representado na tabela como “Std.Err.”. Os resultados obtidos mostram que cada uma das variáveis possui um desvio padrão muito próximo de 0. Esse indicador mostra o grau de dispersão de cada conjunto de dados analisados. Em outras palavras, calcula a distribuição e o quanto os dados se distanciam em torno da média, por isso, quanto mais próximo de 0, mais homogêneo são os dados (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para o teste t, a regra geral em estatística diz que para uma amostra com mais de 20 observações à um nível de 5% de significância, os valores de maiores que 2 confirmam que os coeficientes são estatisticamente significantes (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

Conforme o P-valor ($P > |t|$), é possível perceber que os resultados estão bem abaixo de 0,05 (nível de significância). Assim, pode-se dizer que a 5% de significância, o modelo rejeita a hipótese nula (H_0 : as variáveis explicativas não alteram a variável dependente). Ou seja, todas as variáveis explicativas possuem sim, influência na variável dependente.

Portanto, confirma-se a hipótese de que onde se desenvolve um ambiente econômico livre de regulação e interferência estatal, tem-se os meios para o desenvolvimento material tanto do indivíduo quanto da sociedade (FRIEDMAN, 2019). O capitalismo de livre mercado assegura que os recursos sejam usados da maneira mais eficiente possível, respeitando direitos de propriedade privada, liberdade econômica e ambiente de negócios. Gerando então, a possibilidade de mudança do

status social do indivíduo, e conseqüentemente, a melhora no bem estar global da sociedade (VON MISES, 2018).

5 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar se existe correlação entre os indicadores de liberdade econômica e o desenvolvimento humano. Desse modo, a pesquisa testou a hipótese de que o Índice de Liberdade Econômica e o Doing Business possuem influência no Índice de Desenvolvimento Humano.

A partir da revisão da literatura foram levantados elementos teóricos e empíricos a respeito do capitalismo, intervencionismo e o livre mercado. Foi mostrado, desde o surgimento sem planejamento governamental do capitalismo no período pré-Revolução Industrial, os benefícios da acumulação e emprego do capital para a mudança de status social, o crescimento da ideia intervencionista após a crise de 1929, e por fim, a defesa do livre mercado como meio de desenvolvimento econômico e liberdade individual.

Em seguida foram coletados dados referentes aos 3 indicadores selecionados em 127 países entre os anos de 2008 a 2015, para formar dados em painel. A coleta dos dados permitiu que os pesquisadores estimassem a regressão utilizando o método MQO, aplicasse os cálculos econométricos e analisasse os resultados.

Realizados os procedimentos metodológicos, a pesquisa confirmou a hipótese inicial, ou seja, indicadores de liberdade econômica possuem correlação positiva com o desenvolvimento humano. Quando comparados com o IDH, individualmente, verificou-se que o Doing Business possui uma correlação de 0,7448 e o ILE 0,6996, o que significa, conforme a escala de correlação de Pearson, uma correlação positiva forte. Esses números mostram que, o aumento no indicador de liberdade econômica promove o aumento no indicador de desenvolvimento humano.

Além disso, os principais resultados se deram pela análise econométrica de regressão linear utilizando o modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários. O coeficiente de determinação com valor 0.6384, mostrou que juntos, o ILE e o Doing, explicam em aproximadamente 64% da variação no IDH, conforme os dados analisados. E os coeficientes estimados, confirmando que para o ganho em cada indicador de liberdade, tem-se um ganho no IDH.

Alguns pontos limitantes da pesquisa se deram pela dificuldade de encontrar os índices, tanto pela falta de recorrência na divulgação do IDH e Doing Business,

quanto pelo acesso aos dados, o que acabou limitando o período de análise. Mas acredita-se que para pesquisas futuras seja possível aumentar a base de dados, adicionar mais variáveis e aplicar métodos mais sofisticados de análises econométricas. Vale destacar que o período deste estudo engloba dentre outros eventos adversos, a crise econômica internacional, causada pela crise do subprime nos EUA, o que afetou diretamente nos anos seguintes, o desempenho econômico e social de diversos países ao redor do mundo. Por isso, a importância de analisar o maior período possível, para que esses efeitos afetem o mínimo as variáveis dos estudos.

Este trabalho não busca encerrar a discussão sobre o tema levantado. Os pesquisadores não pretenderam defender exclusivamente o livre mercado para o bem estar social, tampouco defender a inexistência do Estado. Buscou-se, apenas iniciar o debate sobre os níveis de intervenção, níveis de liberdade econômica, individual e o papel de cada um na sociedade. Buscou-se mostrar que em países onde o indivíduo possui maior liberdade de empregar seu próprio capital como deseja, ou países com menor controle estatal na economia, há melhores indicadores de desenvolvimento humano.

Não se rejeitou o papel do Estado para a garantia da segurança da sociedade, da justiça e o dever de instituir e manter certas obras públicas. Porém, o controle demasiado da economia não necessariamente proporciona bem estar social, e no limite, o controle da economia é o controle da vida do indivíduo.

Referências

- BELLOC, Hilaire. *The Servile State*. São Paulo: Editora Biblio Bazaar, 2007. 202 p.
- BOUDREAUX, Donald J.. *Menos Estado Mais Liberdade: o essencial do pensamento de f.a. hayek*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. *Por que o Brasil é um país atrasado?: o que fazer para entrarmos de vez no século xxi*. 2. ed. São Paulo: Maquinaria Editorial, 2019.
- BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro. *ESTATÍSTICA BÁSICA*. 2017. 9 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Universitário Alves Faria (Unialfa), São Paulo, 2021.
- FRIEDMAN, Milton. *Livre Para Escolher: uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019. Tradução: Ligia Filgueiras.
- FROYEN, Richard T.. *Macroeconomia: teorias e aplicações*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Tradução: Cecília Bertalotti.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C.. *Econometria Básica*. 5. ed. São Paulo: Amgh Editora, 2011. Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg e Maria Lúcia Rosa.
- HERITAGE. *Index of Economic Freedom*, c2021. About the Index. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/about/> Acesso em: 16 de maio de 2021.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1959.
- KEYNES, John M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- MALTHUS, Thomas Robert, *An Essay on the Principle of Population: Library of Economics (description)*, Liberty Fund, Inc., 2000, EconLib.org webpage: EconLibMalPop.

MEADWAY, James. O Livro da Economia. 4. ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 2012. 1 v. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa.

OLIVEIRA, Roberson de; GENNARI, Adilson Marques. História do pensamento econômico. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. 1 v.

ONU. Human Development Reports, c2021. About. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/humandev/>> Acesso em: 16 de maio de 2021.

PAIM, Antonio. Evolução Histórica do Liberalismo. 2. ed. São Paulo: Lvm, 2019.

REZENDE, Cyro. História Econômica Geral. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992. 1 v.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019. Tradução: Alexandre Ostrensky.

The World Bank. Doing Business, c2021. About us. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/en/about-us/>> Acesso em: 16 de maio de 2021.

VON HAYEK, Friedrich August. O Caminho da Servidão. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Tradução: Anna Capovilla, José Stelle e Liane Ribeiro.

VON MISES, Ludwig. A Mentalidade AntiCapitalista. 5. ed. São Paulo: Lvm Editora, 2018. Tradução: Carlos dos S. Abreu.

VON MISES, Ludwig. As Seis Lições: reflexões sobre política econômica para hoje e amanhã. 10. ed. São Paulo: Lvm Editora, 2018. Tradução: Maria Luiza Borges.

VON MISES, Ludwig. Liberdade e Propriedade: ensaios sobre o poder das ideias. 2. ed. São Paulo: Lvm Editora, 2018. Tradução: Evandro F. e Claudio Téllez-Zepeda.

WALLACE, Christopher. O Livro da Economia. 4. ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 2012. 1 v. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa.

CAPÍTULO 4

“INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA” SOB TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS CRISE DE 1929 E 2008 EM RELAÇÃO A 2020 NO BRASIL

Aurélio Ricardo Troncoso
Danilo Abreu Scanapieco
Jussara Dos Santos Fernandes
Lucas Carvalho Ferreira
Marici Tolvai De Souza

Resumo: O Mundo vivenciou diversas crises que impactaram a vida social e econômica dos países em geral, crises essas que se originaram em diferentes âmbitos, financeiro, sanitário ou por disputas entre países. Historicamente foram abordadas três crises importantes e impactantes no mundo: a crise de 1929, causada pela superprodução seguida da quebra da bolsa de Nova York que se originou no Estados Unidos da América; a crise em 2008, do subprime (empréstimos hipotecários podres, ou subprime mortgage) e a crise de 2020, que se iniciou da pandemia do COVID 19 e está projetando uma profunda recessão econômica em todo o mundo. E foi a partir deste cenário que políticas (Monetária, Cambial, Fiscal) e outras ações interventivas do Governo brasileiro e mundiais foram analisadas neste trabalho. Partindo do princípio que outras crises a de 1929 e 2008 tiveram forte influência da Teoria Keynesiana para solucionar os problemas econômicos e sociais, este trabalho objetivou-se analisar a influência da teoria Keynesiana no contexto de três importantes crises mundiais. Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa descritiva, baseada em estudo bibliográfico que tem como questão a aplicação da teoria keynesiana no cenário de crise. Como resultado mostra-se a importância da regulação do governo para manter o equilíbrio econômico. Conclui-se que ambas as crises citadas neste trabalho tiveram, no apoio governamental e em políticas públicas de enfrentamento, os fatos essenciais para suas respectivas soluções.

Palavras-chave: Keynes. Crise econômica. Recuperação.

Introdução

A estrutura econômica mundial vem se desenvolvendo durante os séculos, com a integração dos países nos aspectos econômicos faz com que qualquer crise em um país desenvolvido ou em desenvolvimento afete a todos. A cada dia que passa as crises se tornam cada vez mais parecidas, sejam elas econômicas, financeiras ou sanitárias (KROTH, 2020).

A maioria das crises mundiais dos últimos tempos surgiram em países considerados ricos, pode-se destacar a crise Econômica de 1929 nos Estados Unidos, a crise Financeira de 2008 também nos Estados Unidos e a crise Sanitária e Econômica em 2019 na China (LEMOS; ALENCAR, 2020).

A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920. Marcou a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, e teve como causas a superprodução e especulação financeira (SILVA, 2022).

Em 1929, o capitalismo passou pela maior crise de sua história, cuja recuperação só se iniciou em 1933. Com um ritmo de produção extremamente elevado após a Primeira Guerra Mundial por parte dos Estados Unidos e uma muito. Isso fez com que se acumulasse grandes estoques de produtos, que trouxe como resultado a queda dos preços. O acontecimento, que gerou desconfiança pela redução da demanda por esses produtos, as exportações americanas diminuíram parte dos investidores, provocou a quebra da bolsa de Nova Iorque e teve sérias consequências para a economia mundial.

Para salvar o mercado, o governo adotou o plano New Deal, rompendo com a não intervenção do estado na economia e adotando o pensamento Keynesiano, do economista John Maynard Keynes, que defende que o estado deve intervir na economia para evitar as crises ou acelerar a recuperação. Isso ficou conhecido como estado de bem-estar social, ou Welfare State (CARVALHO, 2018).

Em 2008 outro acontecimento, iniciado também nos Estados Unidos, levou muitos a acreditarem que seria o fim da economia mundial. A Crise do Subprime, como ficou conhecida, teve como base o mercado imobiliário americano. Com uma grande oferta de financiamentos sem garantias, em sua maioria com taxas variáveis, a inadimplência disparou, já que muitos americanos não conseguiam mais pagar as novas parcelas que sofreram alteração em razão do aumento dos juros e da inflação, as hipotecas neste momento não tinham mais a liquidez esperada e isso resultou na falência de grandes instituições financeiras, o mercado entrou em descrédito generalizado. Com a finalidade de salvar a economia americana, o governo interveio mais uma vez, com um resgate financeiro de 700 bilhões de dólares (ALBUQUERQUE, 2020).

A crise mais recente, do Coronavírus, ocorreu em 2020. Com a finalidade de frear a contaminação com o vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde do mundo todo, os governos seguiram as recomendações da OMS e se iniciou o isolamento social. Lojas e shoppings foram fechados. Alunos começaram a estudar de casa. Voos pelo mundo todo foram cancelados. E quem podia, começou a trabalhar de casa. Os setores como turismo e aviação foram um dos mais afetados.

O temor foi tão grande que em apenas uma semana, a Bolsa de Valores brasileira teve seis circuit breakers, mecanismo de segurança utilizado pela própria bolsa que suspende as negociações por um determinado tempo. Governos do mundo inteiro tiveram que intervir em suas economias, que só foram voltando para a normalidade após o desenvolvimento das vacinas por parte das indústrias farmacêuticas e que possibilitou a abertura total do comércio novamente (ALBUQUERQUE, 2020).

A crise causou uma forte queda do comércio e flutuações significativas nas taxas de câmbio, porém uma redução limitada dos déficits e superávits mundiais em conta corrente. Como ainda é muito recente existem perspectivas altamente incertas,

pois ainda pairam no horizonte riscos de novas ondas de contágio, inversão dos fluxos de capital e um novo declínio do comércio internacional (FMI, 2021).

Partindo desta premissa, a pergunta que fica é: as ferramentas utilizadas pelo Governo Brasileiro para recuperar a economia, após a pandemia de COVID19, apresentam características Keynesianas? Considerando que, assim como os demais regimes econômicos, o capitalismo não é perfeito, tem-se como objetivo analisar se as medidas para recuperação da economia, adotadas pelo Governo Brasileiro, no enfrentamento da crise causada pela pandemia de COVID-19, em 2020, apresentam características Keynesianas, como as medidas adotadas pelos governos mundiais nas crises de 1929 e 2008.

Analisando as crises econômicas recorrentes e a recuperação posterior, este estudo comparou e analisou os fatos que se assemelham entre as crises expostas e também suas diferenças históricas, causais e comportamentais relacionadas ao mercado.

O fator econômico das crises e quais ferramentas utilizadas foi o enfoque principal, para buscar a compreensão dos acontecimentos e da assertividade nas ações que buscaram a solução da crise vivenciada em cada momento histórico. O estudo trará contribuição inovadora a academia ilustrando a comparação dentre essas crises vivenciadas no capitalismo, e incentivará posteriores estudos sobre as medidas econômicas e sua eficiência em uma recuperação pós crise, é importante salientar que decisões assertivas em momentos cruciais dentro da macroeconomia trazem uma mais breve recuperação econômica.

A metodologia utilizada nesta pesquisa, é o método de pesquisa descritiva consistindo em pesquisas feitas em livros, artigos e trabalhos acadêmicos com o objetivo de descrever o assunto estudado, apresentando as características e conceitos, a finalidade da pesquisa é básica, voltada para o avanço da ciência, com abordagem qualitativa e concluindo com a análise da relação entre as variáveis definidas no tema.

Espera-se que este trabalho contribua com a ciência através da análise das informações históricas, O trabalho pode impactar na área de conhecimento, auxiliar na tomada de decisões e também pode acarretar novas discussões. Este trabalho está subdividido em introdução do tema, fundamentação teórica, metodologia, análise e avaliação dos resultados, conclusão e referências.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Teoria Keynesiana

A partir da década 30 começa a desenvolver uma nova interpretação da economia baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes. Esta foi uma solução usada diretamente na crise econômica de 1929 nos EUA, que logo ficou conhecida como a grande depressão. Keynes abandonou a teoria de que a taxa de juros era determinada pela oferta de poupança e a procura por investimentos e passou a defender que a taxa de juros junto com um marginal do capital eficiente determina o investimento, contrariando a teoria clássica (BRESSER,1974).

Durante a Grande Depressão, Keynes sugere que o Estado atue aumentando o investimento público e o protecionismo como forma de proteger seu país, a Inglaterra, da crise. Ao contrário do que autores clássicos propunham, Keynes defendia que mercado não se ajusta sozinho a todo tempo e que, em momentos de crise, seria necessária a intervenção do Estado na economia das nações e que, somente assim, poderiam sair das crises com segurança e rapidez (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Um dos mais importantes livros de Keynes foi publicado em 1936: “Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda” e, desde a sua publicação, economistas debatem com muito fervor as competências da teoria e as políticas de Keynes. Enquanto debatiam, em 1939, aconteceu na Europa a segunda guerra mundial e o governo norte americano começou a produzir uma grande quantidade de armas, além de produzir navios cargueiros e de guerra, tanques, caminhões, aviões entre outros suprimentos. E esse aumento de demanda, com conseqüente geração de emprego e renda, apoiou a eficácia das idéias de Keynes, consolidando-o como um autor “neo-liberal” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

O maior interesse de Keynes era solucionar as atribulações da instabilidade econômica a curto prazo, para isso rastreou quais eram as causas das oscilações econômicas, analisando também o nível de renda e de emprego. Keynes criticou a lei de Say que diz existir um equilíbrio eterno entre oferta e demanda, para ele o período pós grande depressão teve problemas pois não havia demanda suficiente para tirar a economia americana da depressão e que para ter uma economia de pleno emprego seria necessário reduzir a taxa de juros; aumentar os gastos públicos e aumentar o volume de empréstimos por parte do governo (RODRIGUES, 2015).

Keynes também fala sobre a instabilidade econômica, alterações no nível de emprego, renda e investimentos. Durante os ciclos econômicos a economia passa por fases, são elas: expansão, recessão e depressão. A passagem de um momento de auge da economia para um estado de recessão acontece de forma rápida e inesperada e deve ser evitada. Já a recuperação dessas mesmas economias é um processo lento e gradual, o tempo de recuperação vai depender das ações políticas utilizadas para sanar os problemas deste fenômeno (MATTEI; SILVA, 2018).

Uma parte da teoria keynesiana foca em entender os ciclos econômicos, onde fundamenta a importância da intervenção do estado na economia em um momento de crise, com o propósito de estabilizar a macroeconomia através de políticas fiscais, monetárias, controle de capitais para melhor administração dos volumes de capitais especulativos. Através do aumento dos gastos fiscais, o governo estará estimulando a demanda agregada na intenção de manter o nível de produção e a oferta de emprego. Keynes acredita que para a economia se manter estável é necessário investir em algo que dê produtividade e não guarde o dinheiro “embaixo do colchão”. Quando o dinheiro não é usado a economia tende a ser instável (MATTEI SILVA, 2018).

2.2 A Grande Depressão Crise de 1929 e o Programa New Deal

Até o ano de 1929, os Estados Unidos viviam em ares de euforia. O país de maior potência capitalista do globo comemorava os recordes de fabricação e o êxito nas transações comerciais. A população foi instigada a adquirir ações na Bolsa de Valores, empregando suas economias. O *american way of life*, ou então, o “modo de vida norte-americano”, tornou-se sinônimo de sucesso e do total desenvolvimento da nação. O alto consumo aumentou a produção industrial e agrícola. Esse consumo desenfreado se baseou em compras de eletrodomésticos e automóveis (VAZ, 2009).

O entretenimento também teve participação nesse momento de prosperidade experimentado pelos norte-americanos. O teatro e o cinema passaram a ganhar lugar e a se tornar uma das principais práticas culturais do período. O sucesso dos Estados Unidos foi atirado para as propagandas e a família trabalhadora, alegre e consumista fez-se referência no país (VAZ, 2009).

O boom da economia norte-americana tornou o país responsável pela produção de 42% de todos os bens fabricados no mundo. Grande parte dos países tinham dívidas com os Estados Unidos, empréstimos feitos a países europeus que estavam sendo reconstruídos (após a Primeira Guerra Mundial). Em assuntos de importação, 40% das matérias-primas vendidas pelos 15 países mais comerciais do mundo eram compradas pelos Estados Unidos (PARKER, 2009).

Esse êxtase econômico refletiu na população a partir de um consumo frenético, compravam carros e eletrodomésticos de forma desenfreada. Esse consumismo se baseou em parte na expansão do crédito que ocorreu no país sem regulação ou intervenção estatal. Essa expansão também foi responsável pelo financiamento de diversas atividades econômicas. Esse período influenciou no pleno emprego e rápido crescimento industrial, A produção de automóveis aumentou em 33%, os números de indústrias tiveram um aumento de 10%, e venderam cinco vezes mais (CHANCELLOR, 1999).

Isso fez com que as pessoas investissem pesadamente no mercado financeiro, levando à especulação cambial, elevando os investimentos nas ações na Bolsa de Valores. Aumento também na especulação financeira, em que pessoas compravam ações de empresas, esperando que elas valorizassem para em seguida revendê-las. Esse processo fez com que os preços das ações subissem e tinha muitos compradores, com isso criou-se uma falsa sensação de riqueza. Esse falso cenário de prosperidade financeira e superprodução resultou no colapso da economia norte-americana (CHANCELLOR, 1999).

Pode-se verificar que essa prosperidade foi sustentada por alicerces extremamente frágeis. O crédito desregulado e o aumento da especulação financeira geraram uma bolha de falsa prosperidade iminente. A sociedade não pode perceber o que estava prestes a acontecer.

Este processo é descrito por Hobsbawm, 1995 da seguinte forma: O que acontecia, como muitas vezes acontece nos booms de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema

industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso (HOBSBAWM, 1995).

Os aumentos da produção não foram acompanhados de um aumento salarial, que permaneceram estagnados. Assim, o mercado dos Estados Unidos não conseguiu absorver o volume de bens produzidos (nem os EUA nem outros países). Isso acabou com as esperanças de uma rápida conquista de prosperidade de muitos que possuíam ações de empresas americanas (HOBSBAWM, 1995).

Mas a quebra da Bolsa de Nova Iorque, no ano de 1929, embrenhou a economia norte-americana em uma drástica crise, causando pobreza e desemprego. Milhares de pessoas decidiram vender suas ações em 24 de outubro de 1929, a chamada “Quinta-feira Negra”. Mais de 12 milhões de ações foram colocadas à venda naquele dia, causando pânico no mercado. Esta situação durou vários dias, e na segunda-feira, dia 28, mais 33 milhões de ações foram vendidas, as ações caíram imediatamente e bilhões de dólares desapareceram. A economia dos EUA quebrou. E além disso, outros países também foram atingidos e em consequência suas economias entraram em colapso. Ao passo que o mundo capitalista estava em crise, a então União Soviética não sentiu diretamente os impactos e pôde se colocar como uma opção ao modelo econômico predominante no Ocidente (GAZIER, 2009).

2.2.1 Consequências da Crise de 1929

Rossini (2010) relata que a crise teve impacto imediato na economia norte americana e se espalhou como um efeito dominó por todo o país. O período mais crítico foi entre 1929 e 1933; pouco tempo depois, os efeitos da crise abrandaram, principalmente devido à intervenção do governo na economia através do New Deal.

Tabela 1 – Impactos da crise de 1929 na economia Americana

Areas afetadas	Percentual
Queda PIB nominal dos Estados Unidos	De 50%
Aumento taxa de desemprego	De 27%
Queda Importações	De 70%
Queda Exportações	De 50%
Queda nos empréstimos internacionais	De 90%
Queda produção industrial	De 1/3
Queda produção de automóveis	De 50%
Queda salário médio na indústria	De 50%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ROSSINI (2010).

Os efeitos da crise se espalharam pelo mundo, com vários países em recessão e o desemprego subindo vertiginosamente em todo o mundo. A situação era tão crítica que o desemprego atingiu níveis muito elevados nos seguintes países, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Países com maior nível de desemprego durante a crise de 1929

País	Nível de desemprego
Grã-Bretanha	23%
Bélgica	23%
Suécia	24%
Austria	29%
Noruega	31%

Dinamarca	32%
Alemanha	44%

Fonte: Produzido pelos autores a partir de ROSSINI (2010).

O Brasil também sentiu os efeitos da crise de 1929. A desaceleração econômica atingiu a produção de café, principal produto de exportação do país. Cerca de 70% do café vendido no mundo era produzido no Brasil e seu principal consumidor eram os Estados Unidos (compravam cerca de 80%). Com a recessão, o café ficou preso no mercado brasileiro e o preço do produto despencou. Os fabricantes de café sofreram enormes perdas. Em meio à crise, o país enfrentava profundas mudanças políticas em decorrência da revolução de 1930. Getúlio Vargas assumiu a presidência interina do país (MARTINS, 2015).

As mudanças políticas ocorridas nesse período já são consideradas pelos historiadores como uma consequência indireta da recessão. Além disso, as exportações brasileiras de café caíram cerca de 60% e os preços internacionais do café caíram por volta de 90%. Com isso, o governo brasileiro decidiu agir. A medida de Vargas na economia foi proteger o principal produto do país. Para tanto, foi criado em 1931 o Conselho Nacional do Café (CNC). Para conter a desvalorização do café, o governo decidiu comprar as sacas estagnadas para aumentar o valor do café no mercado internacional. As sacas compradas pelo governo foram incendiadas. Essa prática durou treze anos, resultando na destruição de 78,2 milhões de sacas de café (MARTINS, 2015).

2.2.2 Programa New Deal

Ao decorrer das primeiras eleições presidenciais subsequentes à crise teve-se como discussão principal os possíveis caminhos a serem seguidos pelo próximo governante dos EUA para reorganizar a economia que se encontrava em crise e auxiliar as pessoas a saírem do estado de pobreza e desemprego. Então, venceu Franklin Delano Roosevelt, que sugeriu a intervenção do estado na economia como uma medida urgente a ser executada para tirar os Estados Unidos da crise. Criou-se o New Deal um programa de restauração econômica feito pelo então governo Roosevelt (COGGIOLA, 2011).

De acordo com Neves (2020) o New Deal ampliou a intervenção do estado na economia, ao regular as transações econômicas e a produção, como também criar obras públicas para incentivar a criação de empregos, seguindo as ideias econômicas recomendadas por Keynes. Os efeitos do programa colocaram em xeque as ideias liberais e fortaleceram a presença do Estado na economia. Ele começou a ser aplicado logo após a posse de Roosevelt à presidência dos Estados Unidos, em 1933. As principais características desse programa de recuperação econômica foram descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Característica do New Deal

A Intervenção do Estado na economia através da fiscalização das transações bancárias e instituições financeiras.
Também teve a criação de sindicatos para favorecer as negociações entre os trabalhadores e patrões.
Construção de diversas obras de infraestrutura para criar novos empregos e gerar renda, estimulando o mercado consumidor. A Concessão de empréstimos para pequenos agricultores.
Criação da Previdência Social, que asseguraria um salário-mínimo para desempregados, idosos e inválidos.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Neves (2020).

Ao contrário do que foi feito nos governos anteriores, quando não havia nenhuma interferência e regulamentação governamental nas transações econômicas, o New Deal ampliou a ação do Estado na economia, controlou a produção de bens, realizou obras públicas para empregar aqueles que perderam seu trabalho por conta da crise. Aos poucos, o programa começou a dar resultados, e a economia norte-americana voltou a apresentar dados positivos (HEILBRONER, 1996). E assim o liberalismo entrou em crise e os conceitos de livre mercado tiveram que ser reavaliados. De outro lado, as ideias econômicas embasadas na participação efetiva do Estado na economia receberam força não somente nos Estados Unidos, mas em todo globo (SANDRONI, 2008).

2.3 Crise do Subprime 2008

Com a economia americana se recuperando, impulsionada principalmente pelas baixas taxas de juros após 2000, o mercado de trabalho e a renda voltaram a crescer. Com isso, mais e mais famílias estavam dispostas a aceitar a grande oferta de crédito no período para realizar o sonho de ter a casa própria. Ou até mesmo especular com a alta nos preços (ALBERINI; DEEK, 2008).

O crédito se tornou tão acessível que em determinado momento não era mais necessária a apresentação de garantias. Pessoas sem renda e sem emprego estavam conseguindo financiar um imóvel sem nenhuma dificuldade. Outro fator que contribuiu para a crise foi o aumento no preço dos imóveis. Isso ocorreu não pela valorização das áreas, mas porque mais pessoas estavam procurando adquirir esses ativos. O gatilho que desencadeou a crise ocorreu em 2004, quando o governo começou a subir as taxas de juros. Com o reajuste das prestações, as pessoas não estavam conseguindo mais honrar com suas dívidas (DAMASCENO; NAVES, 2013).

Como os bancos estavam vendendo bilhões de dólares em títulos lastreados a essas hipotecas, quando a inadimplência subiu, o sistema financeiro mundial entrou em colapso. No dia 15 de setembro de 2008, o tradicional banco americano Lehman Brothers quebrou. Com diversas outras empresas falindo, uma corrida bancária pressionando os bancos, desemprego no maior nível desde 1983, queda de 25% na renda das famílias e uma redução drástica no consumo, o Governo anunciou o

Troubled Asset Relief Program (Programa de Alívio de Ativos Problemáticos), TARP. Esse programa consistia em um socorro financeiro inicial de 700 Bilhões de dólares, que posteriormente foi reduzido para 475 bilhões (RICARDO, 2021).

Encerrado em 2013, a maior parte dos recursos do TARP foi utilizada para comprar ações de bancos, seguradoras e montadoras de automóveis. E para emprestar fundos para instituições financeiras e proprietários de casas. O programa recuperou um total de 441,7 Bilhões de dólares em fundos, evitou a falência da indústria automobilística americana, salvou mais de 1 milhão de empregos e ajudou a estabilizar os bancos, restaurando a disponibilidade de crédito para pessoas físicas e jurídicas (RICARDO, 2021).

No setor privado, as demissões se concentraram principalmente em atividades da construção civil, algo que já era esperado, uma vez que o que desencadeou a crise foi justamente o problema relacionado ao financiamento de moradias. A atividade manufatureira também foi uma das que mais sofreu, algo que também era previsível, já que com o aumento de desemprego, ocorreu uma retração no consumo por parte das famílias. Isso resultou em menos encomendas para as indústrias e menos investimentos, pois o período foi caracterizado por uma deterioração das expectativas. Essas duas atividades responderam por cerca de 54% de todos os postos de trabalho eliminados no setor privado, entre dezembro de 2007 e dezembro de 2010, nos EUA. Na construção civil foram cerca de 1.86 milhões e nas atividades manufatureiras, 2.1 milhões (BASTOS, MATTOS, 2011).

A queda foi proporcionalmente menor no setor público. Isso ocorre, pois, a lógica de determinação no nível de emprego é diferente. Enquanto no setor privado ela se baseia na produção visando lucros, no setor público ela se baseia na oferta de serviços. Nesse setor, o corte foi mais expressivo na esfera local, seguido pela esfera estadual. No âmbito local, nos três anos, ocorreu uma perda de 222 mil postos, com os cortes sendo mais expressivos em 2010 (BASTOS, MATTOS, 2011).

Contudo, não foram apenas as pessoas que ficaram desempregadas que sofreram com a crise. Em um cenário de recessão como esse, até os cidadãos que mantiveram seus postos, sofreram com o não reajuste em seus pagamentos, corte de horas trabalhadas (e conseqüentemente do salário) e inflação. A renda pessoal dos norte-americanos sofreu uma queda de 25% no período, voltando a se recuperar apenas em 2010. Como consequência, foi um período de retração muito forte no consumo por parte das famílias (CAMPOS, 2010).

2.4 Crise de COVID- 2019/2020

A sociedade moderna já foi afetada por inúmeras crises econômicas que, na maior parte das vezes, tinham a guerra como fato gerador. Entretanto estas não são as únicas responsáveis, podendo-se destacar também as crises com caráter sanitário e de saúde.

Pandemias de Gripe Espanhola (1918-1920), a Gripe Aviária (2003-2004), Gripe A (2009), dentre outras, também produziram impactos na economia das nações que atingiram, ainda que em menor escala. E no mês de dezembro de 2019 na província de Hubei (República Popular da China), foi detectado um novo vírus que

posteriormente ficou conhecido como “coronavírus”. Em março de 2020 a doença causada por este vírus se tornou endêmica e seus efeitos atingiram os campos sociais, da saúde, e a economia (TÁVORA, 2020).

Com o avanço da Covid-19 os estados e municípios brasileiros, bem como diversos países se viram obrigados a tomar medidas de emergência. Determinando o isolamento social, obrigando empresas a pararem suas atividades econômicas, o que afetou diretamente o emprego e a renda da população. Dessa forma a crise chegou primeiro para os trabalhadores informais, já aqueles que trabalhavam sob regime de CLT conseguiram manter seus empregos por um tempo, devido aos custos de demissão e de contratação. Porém quem mais tem sofrido são as micro e pequenas empresas, que demonstram dificuldades em gerir o fluxo de caixa. Diante disso, os setores de turismo, transporte, e os de alimentação fora de casa foram mais afetados do que outros (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Este evento inesperado nos encaminhou a uma diversidade de quebras com as rotinas habituais, e seus efeitos tomaram proporção global gerando um ciclo econômico. E nos primeiros momentos levou o país a uma retração econômica, com diminuição de empregos, diminuição de renda e conseqüentemente de consumo. Exceto o consumo básico designado à sobrevivência do indivíduo (alimentos, produtos de higiene e limpeza). Os impactos da pandemia foram avassaladores em todo o globo afetando as importações e exportações (ORNELAS, 2020).

Diante destas circunstâncias em que o meio social precisava de ajuda por terem sido atingidos pelo problema de saúde pública e o declínio dos indicadores econômicos, era necessário proteger e reestruturar não só as condições sanitárias, mas também os níveis de produção, emprego e renda. Em mente a quebra de tendência neste quadro, desencadeado pelos prejuízos ocorridos pela pandemia, exigia uma série de “possíveis soluções” para a retomada da estabilidade do sistema econômico.

E contrariando alguns, as medidas deviam estar longe do conceito de mínima intervenção, deixando de lado o liberalismo com suas ferramentas de auto ajuste de equilíbrio de pleno emprego Nunes, Carvalho e Souza (2021) dizem que: Para afastar a economia de uma depressão, Keynes (1996) acreditava que o Estado deveria intervir por meio de uma política macroeconômica administrada contando com aumentos dos gastos fiscais e redução da carga tributária, além de atuar na esfera psicológica dos mercados estimulando a recuperação do estado de confiança dos agentes econômicos(...) nesse caso, soluções do tipo redução da taxa de juros, como intuito de estimular os investimentos, não adiantaram se a incerteza permanecer. Somente depois de recuperada a confiança, uma queda na taxa de juros poderia estimular o retorno dos investimentos.

Foi instituída uma medida arrojada em termos econômicos no País, o auxílio emergencial foi uma medida idealizada para socorrer pessoas e famílias que se tornaram mais vulneráveis mediante a crise sanitária. Esta medida passou por algumas fases: a primeira foi planejada para perdurar três meses, porém o auxílio foi sendo modificado conforme a necessidade se estendendo até 2021. Pode-se analisar esta injeção de capital na economia como um socorro emergencial financeiro ou como

uma tentativa de recuperação da economia, já que a medida devolveu o poder de compra a milhões de famílias e foi direcionado diretamente ao consumo. Causando assim um efeito em cadeia: consumo, investimento e renda. Este programa foi uma parte importante neste novo momento de crise sanitária e econômica, pois trouxe de volta a confiança na recuperação do mercado (NUNES; CARVALHO; SOUZA, 2021).

O governo federal brasileiro também apoiou as empresas privadas, com medidas para manutenção e estabilização de emprego e renda. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou a expansão de uma linha de crédito para empresas com até R\$300 milhões de faturamento anual durante o período de isolamento social. Isso inclui as micro e pequenas empresas que têm acesso a juros mais baixos e prazos mais longos, esta medida foi adotada para garantir os salários e evitar a inadimplência pelas empresas. Gerando assim uma maior confiança dos empresários em continuar a produzir, esta ação foi de primordial importância para a manutenção do mercado e socorro às empresas (BNDES, 2020).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Caixa Econômica Federal organizaram ainda uma linha especial de crédito de R\$12 bilhões, garantido pelo próprio SEBRAE com ajuda do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE). Possibilitando os microempreendedores individuais (MEI) e empresas de pequeno porte a atender as garantias exigidas pelos bancos. Mas para ter acesso ao financiamento é exigido que as empresas tenham no mínimo 12 meses de faturamento, e não podem ter nenhum tipo de restrição de CNPJ ou CPF (SEBRAE, 2020).

3 Metodologia

Com o objetivo de investigar e extrair as informações relacionadas ao tema será utilizado diversos métodos exploratórios e descritivos, a fim de registrar e descrever os dados observados dentro do período delimitado na proposta de pesquisa (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008). Para abordar o tema proposto neste trabalho, que tem por finalidade básica o avanço científico, serão realizadas pesquisas bibliográficas a partir de materiais já publicados e disponíveis em diferentes fontes, para observar fatos mais amplos e fornecer amparo na coleta de dados dispersos, como no caso de estudos de dados históricos. (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008).

Quanto à abordagem do problema será de forma qualitativa que tem vias a analisar os fatos de uma forma objetiva e subjetiva, o que não poderia ser visto apenas em uma visão numérica. Esse modelo de pesquisa busca uma interpretação dos fatos e também verificar os respectivos significados. Analisando a relação entre os elementos e os acontecimentos estudados. Será observado os fenômenos propostos em seu ambiente a fim de buscar fatos que demonstrem a realidade e semelhanças entre eles (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008).

4 Discussão, Análise e Avaliação dos Resultados

Este subcapítulo expõe o resultado das pesquisas feitas durante o trabalho, nas quais foram identificadas ações governamentais utilizadas pelos governos mundiais e brasileiro durante o período de crise nos anos de 1929, 2008 e 2020, esses

dados serão comparados com as ações criadas pelo economista John Maynard Keynes dentro da teoria Keynesiana para solucionar crises econômicas e estabilizar o mercado.

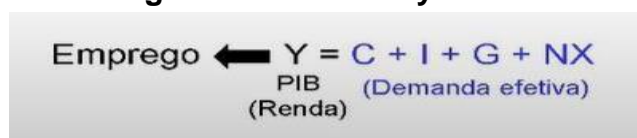
4.1 O que é a Teoria Keynesiana

Para economistas liberais a solução era deixar o mercado fluir sozinho, através do livre mercado, livre concorrência, acreditando eles que a própria economia se ajustaria "A melhor política é sempre deixar as coisas andarem seu curso normal" (SMITH, 1983).

Porém, durante a grande depressão, essa teoria não funcionou para solucionar a falta de emprego que começou nos EUA e se estendeu por vários outros países. Nessa mesma época Keynes criou a sua teoria que explica a causa do desemprego e propôs ações diferentes das que os liberais propunham para combater a falta de oferta de emprego. Keynes criou uma base macroeconômica, desenvolveu vários conceitos do ramo e hoje é considerado o pai da macroeconomia (BRESSERPEREIRA, 2019).

Para Keynes (1936) a causa básica do desemprego é a carência da demanda efetiva, que é a soma dos componentes do PIB de uma economia. Ele explica que existe uma relação direta entre renda e emprego e que a demanda efetiva são as somas dos gastos de consumo das famílias, os gastos de investimentos de empresários, os gastos do governo e as exportações líquidas conforme figura 1.

Figura 1 – Teoria keynesiana



Fonte: Keynes (1936)

Consumo das famílias; são os gastos da família em bens e serviços. O que afeta o consumo das famílias é a renda. Famílias com renda maior gastam mais em valores absolutos e também poupam mais. Famílias com renda baixa tendem a gastar toda sua renda. Um outro fator é a propensão a consumir: famílias com renda maior, consomem uma porcentagem menor de sua renda se comparadas com a famílias que têm uma renda menor (MENDES, C et al. 2012).

Gastos com Investimento: é o que as empresas gastam para ampliar a capacidade de produção no futuro. Para Keynes o empresário antes de investir, irá comparar o retorno esperado do investimento, com a taxa de juros do mercado financeiro, pois se o retorno do investimento for menor, não compensa investir no negócio, mas sim deixar rendendo o juros do mercado financeiro. Entretanto, durante um momento de grande incerteza, como foi na crise da grande depressão, o empresário não investe mesmo com taxas de juros muito baixas (MENDES, C et al.2012).

Gastos do governo: É o aumento dos gastos governamentais é o que Keynes propõe para sair da crise. Essa estratégia era utilizada apenas nos momentos de crise. Na teoria keynesiana em um momento de incerteza o governo deve participar ativamente da economia, realizando mais gastos públicos. Para isso acontecer o governo pode captar o dinheiro que não foi gasto e está parado na economia, também pode emitir títulos públicos, que seria pegar dinheiro emprestado das empresas, após esse empréstimo o governo gasta. Exemplo de gastos são: construção de escolas, hospitais, estradas e em situações específicas até dava dinheiro para as pessoas. Os gastos do governo fazem o dinheiro voltar a circular na economia, alcançando as famílias e as empresas (MENDES, C et al. 2012).

Auxílio do governo: Em uma situação de crise quando há uma redução na propensão a consumir, em função do desemprego, as circunstâncias geram incertezas extremas em relação ao futuro e não incentivam as pessoas que possuem dinheiro parado a gastar. Segundo Keynes, para solucionar é necessário uma intervenção do governo. O governo vai intervir fazendo modificações necessárias com o objetivo de estimular o crescimento econômico, essas modificações podem ocorrer dentro da política fiscal e taxa de juros (MENDES, C et al. 2012).

Variações na política fiscal: o indivíduo e as empresas necessitam de incentivos para consumir. Por vezes, através de investimentos para melhoria de seus negócios. Os incentivos dado pelo governo auxiliam as pessoas e empresas e aumentam a confiança dos cidadãos em gastar e isso é um fator de muita importância para reerguer o mercado. O auxílio dado às empresas é uma estratégia utilizada para manter o emprego e renda, vindo através de políticas fiscais (CALZOLAIO, 2011).

Taxa de juros: a demanda de bens de consumo depende em primeiro lugar da renda dos agentes econômicos e logo em seguida vem a taxa de juros. Com a taxa de juros reduzida, existe uma tendência maior ao consumo e ao investimento nas empresas, mas para isso também é necessário que o Estado faça um déficit orçamentário emitindo títulos para extrair dinheiro não utilizado do setor privado (SILVA,1996).

Geração de empregos: Keynes (1936) diz que o Estado pode gerar emprego através de obras, aumentando a infra estrutura e assim contratando mão de obra. Com a geração de renda aumenta a propensão a consumir e isso causa um efeito multiplicador de produção, emprego, renda e tudo que é necessário para o desenvolvimento econômico.

Quando os componentes da demanda efetiva estão funcionando corretamente, acontece um efeito que se chama efeito multiplicador. O efeito multiplicador é um investimento inicial que gera gastos adicionais na economia, mas que resulta em um aumento na renda nacional, maior que o investimento inicial (MENDES, 2009). Keynes contribui no sistema macroeconômico ensinando que o Estado deve agir no sistema capitalista utilizando os meios da política econômica. Essa ação do Estado é um ingrediente necessário para um bom funcionamento do sistema, com ele é possível maximizar o nível de emprego e por tanto da renda e um bem estar coletivo (SILVA, 1996).

4.2 Auxílios e gastos Governamentais 1929

A Crise de 1929 colocou em xeque a viabilidade das medidas econômicas liberais, que apontavam o mercado capitalista como o instrumento ideal para se alcançar o equilíbrio econômico e social, sem a intervenção maciça do Estado. A resposta à crise foi encontrada nos Estados Unidos e depois nos demais países do capitalismo ocidental na ampliação da intervenção do Estado, com o planejamento econômico. Nos EUA, essas medidas foram implantadas no governo do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e receberam o nome de Novo Acordo (New Deal) (PINTO, 2018).

O plano articulou investimentos estatais e privados, reformas para adequar diversos setores da economia e estimular o consumo, aquecendo assim a economia daquele país. O New Deal foi levado a cabo entre 1933 e 1937 nos Estados Unidos, com vistas a recuperar a economia estadunidense da crise de superprodução e especulação financeira ocorrida em 1929. As medidas tomadas nesse período buscaram, acima de tudo, a geração de empregos. Com isso, o governo pretendia aumentar o consumo dos trabalhadores assalariados, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento (BEZERRA, 2017).

Conforme Ramos 2020, o New Deal se caracterizou por um forte investimento estatal, principalmente na construção de infraestruturas. Essas medidas eram essenciais para geração de empregos, visto que após a crise de 1929 o número de desempregados estava alto. O governo dos EUA também aplicou uma reforma do sistema bancário e monetário. Através da modificação e criação de leis, passou a ter poderes de controle e fiscalização sobre o mercado financeiro. As empresas também passaram a ter seu estoque controlado pelo governo, evitando acúmulo de estoque e preços inflacionados. Enquanto na parte agrícola diversas medidas incluindo subsídios e empréstimos foram direcionados para aumentar a produção desse setor.

Ocorreu concessão de empréstimos aos fazendeiros para que eles conseguissem pagar suas dívidas e reordenar a produção. Produtos básicos como carvão, petróleo e cereais tiveram fixação dos preços. Além dos diversos empregos criados em obras públicas também houve aumento do salário dos empregados, e criação de um salário desemprego para aliviar a situação dos desempregados (COTRIM, 1955). Vale ressaltar que este programa não liquidou totalmente a crise econômica, mas manteve a estabilidade. A partir de 1935, a economia do país voltou a se estabelecer, mas só se restabeleceu totalmente com a Segunda Guerra Mundial.

4.2.1 Consumo, emprego e Renda

Nos períodos que antecederam a crise de 1929, tinha-se a visão de que a economia dos Estados Unidos parecia ser inabalável e todo o dinheiro investido na bolsa de Nova York voltaria com retornos substanciais. Foi com essa visão que a concessão de créditos para os americanos, a política expansionista e a especulação na bolsa atingiram proporções altíssimas, sem nexos com a realidade por trás da especulação (AUSTO, 2013). Com a fácil concessão de créditos bancários e lucros

certeiros na bolsa de Nova York, os bancos emprestavam mais dinheiro, e os americanos gozavam cada vez mais desse crédito. A esperança de pagamento baseava-se na especulação criada na inabalável economia americana.

O cenário perfeito para a grande crise foi criado, e em outubro de 1929 toda bolha se rompeu. As ações não tinham mais demanda e aqueles que tinham queriam se livrar a todo custo. A depressão que se seguiu à crise da bolsa perpassou os três anos subsequentes (HOBSBAWM, 1995). Durante esses anos, centenas e centenas de empresas fecharam as suas portas e milhares de pessoas perderam os seus empregos, vivendo em condições de total miséria. Sem condições de pagar os aluguéis e sem proteção social, os despejos e as filas para distribuição de alimentos e agasalhos eram comuns (MAZZUCHELLI, 2008).

Quando se confronta os anos de 1929 versus 1932 nota-se que a queda da atividade econômica dos EUA foi enorme. A produção industrial diminuiu pela metade e a produção de bens e equipamentos encolheu 75%. Durante a grande crise, o número de desempregados jamais ficou abaixo dos 8 milhões. Em 1933, um quarto (1/4) da força de trabalho americana estava sem emprego. Conseqüentemente, os salários caíram drasticamente. Grandes contingentes populacionais perambulavam de cidade em cidade em troca de qualquer opção de trabalho ou um prato de comida (GALBRAITH, 2010).

No pico da grande depressão, em 1932, cerca de 40 bancos faliram por dia em todo o país. As falências bancárias contribuíram para paralisar as decisões de investimento. Entre 1929 e 1932, a incrível marca de 5.096 bancos suspendeu seus pagamentos (NEVES, 1995). A grande crise americana também prejudicou o restante do mundo, incluindo o Brasil. Por um lado, pelo fato de haver enorme assimetria dos EUA com o restante do mundo. E por outro, a restrição do comércio internacional decorrente do repatriamento maciço dos capitais norte americano investido no estrangeiro, do protecionismo ascendente a partir de 1930 e do desmoronamento do sistema monetário nacional (AUSTO, 2013).

O protecionismo e o regionalismo ganharam força, como por exemplo as decisões tomadas frente à queda dos preços agrícolas, gerada pela superprodução originada do aumento substancial da produção mundial. A maioria dos países protegeu sua agricultura e tentava-se exportar o desemprego, restringindo as importações e estimulando as exportações. Em 1929 a produção industrial dos Estados Unidos correspondia a quase metade de todo o planeta e suas importações eram apenas 12,5%. No bojo do esmorecimento econômico geral, a queda da produção industrial mundial foi de 37%, ao passo que o comércio mundial diminuiu 25% (HOBSBAWM, 1995).

Os países mais pobres sofreram com o preço das commodities que exportavam ocasionando uma desvalorização em série. Na América Latina a crise dos Estados Unidos fez com que suas exportações diminuíssem mais de 40% além de interromper o fluxo de investimento estrangeiro. No Brasil, a área que mais sofreu com a crise foi a produção do café. O Brasil era responsável por cerca de 70% do café exportado para o mundo e cerca de 80% era comprado pelos Estados Unidos. Nesse período a exportação reduziu cerca de 60% (GALBRAITH, 2010).

A procura e os preços do café caíram drasticamente, causando gigantescos prejuízos. A fim de evitar uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro criou o Conselho Nacional do Café (CNC), que comprava e queimava o excedente de café. Assim, diminuía a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro na época (ROSSINI, 2012). A crise do café, impulsionada pela crise americana, estimulou os cafeicultores a investir no setor industrial, alavancando a indústria brasileira (GALBRAITH, 2010).

.4.3 Consumo das famílias durante o período de 2008

O desemprego nos Estados Unidos entre dezembro de 2007 e março de 2010 atingiu níveis que não eram vistos desde 1983, chegando a 10%. O número total de demissões em massa (com ajuste sazonal) foi de 54.937. Em alguns estados, o desemprego ultrapassou os 14%. Diversas áreas foram atingidas, como a bancária, automobilística, imobiliária e até grandes lojas. O ritmo de queda no emprego acelerou principalmente após a quebra do Lehman Brothers (CAMPOS, 2010).

Com o aumento do desemprego e queda na renda era esperado que o consumo fosse afetado. Não apenas para as empresas, mas também para as famílias. O gasto que mais impacta no bolso dos americanos é o gasto com transporte. Por ser um país muito grande, os cidadãos que moram em metrópoles podem contar com o transporte público. Em cidades menores isso nem sempre é possível, o que faz com que seja muito comum nos Estados Unidos as pessoas terem carros. Por outro lado, os consumidores foram impactados principalmente pelo aumento no preço do petróleo, o que fez com que o preço do galão de gasolina alcançasse o pico de 4 dólares em 2008. Como ter um carro estava pesando cada vez mais no bolso dos americanos, a venda de veículos também caiu muito. Isso explica por que a indústria automobilística foi tão afetada, gigantes como a GM tiveram que buscar ajuda governamental para atravessar o período. Só no ano de 2009, a GM teve uma queda de 52,9% nas vendas de automóveis (FILHO, FERRASSA, ORTEGA, 2013).

O segundo maior gasto dos americanos era com a moradia. O que era normal, já que em um cenário de taxas de juros baixas e oferta enorme de crédito, os americanos estavam financiando várias casas, muitas até sem comprovar renda. Essa despesa foi a que mais sofreu redução durante a recessão por um motivo óbvio: quando a taxa de juros subiu, a maioria das pessoas simplesmente não conseguiam mais honrar suas hipotecas, que foram reajustadas. Isso deixou muitas pessoas sem teto. A indústria de construção civil, tanto as construtoras como as próprias empresas que fabricavam cimento e premoldados, por exemplo, foram impactadas pela redução da demanda por imóveis. Durante a crise, a venda de imóveis reduziu mais de 80% em todo o país (CRIVELLI, 2021).

O terceiro maior gasto, que passou a assumir o segundo lugar temporariamente no início de 2010 era com a alimentação. Aqui observou-se um fator interessante. Os americanos mudaram seus hábitos para gastar menos. Muitos deles passaram a fazer mais refeições em casa. As redes de comida rápida e barata que conseguiram adaptar seu menu o mais rápido possível para oferecer valor aos clientes se saíram melhor do que os restaurantes chamados “full service dinner”, que são aqueles mais sofisticados

e com menus mais caros. Muitos desses fecharam suas portas ou acabaram entrando em concordata. As redes de fast food perderam clientes e faturamento, enquanto Walmart e outros do mesmo ramo haviam incrementado as vendas na área de alimentos. Segundo o National Restaurant Association (NRA), o setor encolheu 2,8% em 2008. O pior resultado em 30 anos (CAVALCANTI, 2012).

A Europa também sofreu bastante no período, principalmente os países fora da Zona do Euro. Grécia e Espanha tiveram anos consecutivos de aumento de desemprego, com a taxa passando de 25% em determinados momentos. Por outro lado, os países da Zona do Euro sofreram um impacto muito menor, com a taxa ficando na média de 12% (BONATTO, 2018).

O Brasil estava em um momento favorável quando foi atingido pela crise. Na época, a taxa de desemprego estava em 7,8% no terceiro trimestre de 2008, segundo o IBGE, e chegou a 8,6%. Com esse pequeno aumento, observa-se que os impactos da crise no Brasil foram menos intensos, se comparado com outros países. O setor mais afetado foi o da indústria. Segmentos como metalurgia, equipamentos e produtos de metal tiveram uma perda de mais de 10% dos postos de trabalho. Pessoas ligadas a esses setores foram as que mais sofreram com a queda na renda (SILVA, 2014).

4.3.1 Investimentos Governamentais

Assim que a crise de 2008 começou o governo norte-americano, em uma série de reformas, identificou quais grandes empresas e práticas que levaram ao colapso eram responsáveis pelas principais ações, que foram punidas e revogadas, tanto nacional quanto internacionalmente. O governo dos EUA tomou outras medidas para tentar evitar uma crise que afetasse a maior economia do planeta, reduzindo as taxas de juros de empréstimos de recursos de curto prazo a bancos em dificuldades financeiras e injetando US\$ 2 bilhões em recursos no Bank of America para evitar uma liquidez o sistema fornece financiamento (CASTRO, 2008).

Sob pressão de todas as partes, o Federal Reserve reduziu inesperadamente a taxa básica de juros dos EUA em 0,50 ponto porcentual, para 4,75% ao ano. Durante esse período, o presidente George W. Bush anunciou um plano federal para congelar os juros das hipotecas por cinco anos. A medida só se aplica a hipotecas consideradas de alto risco, as chamadas "hipotecas subprime" no centro da crise financeira. No final de 2007, o Fed, juntamente com os outros quatro bancos centrais do mundo, o Banco da Inglaterra, o Banco Central Europeu, o Banco do Canadá e o Banco Nacional Suíço, anunciaram uma série de medidas a serem tomadas em resposta à crise de crédito. Entre eles, os recursos são injetados por meio de operações de curto prazo (CASTRO, 2008).

No início de 2008, a Casa Branca e o Congresso dos EUA anunciaram um acordo para aprovar um pacote de resgate fiscal para estimular a economia dos EUA e evitar que o país entrasse em recessão. O pacote incluía um reembolso de US \$300 a US \$1.200 e dedução de impostos. O objetivo era reverter o ritmo de desaceleração da economia e fazer com que as pessoas, que são a base da economia dos EUA, voltem a crescer. Em março de 2008, o Federal Reserve anunciou US \$200 bilhões em assistência em dinheiro para instituições financeiras em dificuldades e cortou as

taxas de empréstimos de emergência para os bancos em uma reunião especial. O Fed também ampliou o escopo de garantias de empréstimos e prazos de pagamento. Além disso, emitiu empréstimos de curto prazo para instituições financeiras por meio de leilões, liberando mais de US \$510 bilhões no sistema bancário (JARDIM, 2013).

Também em 2007, o presidente George W. Bush criou um programa do governo para ajudar as famílias americanas que lutavam para pagar hipotecas de alto risco. O governo propôs garantias de empréstimos para proprietários em dificuldades com mais de 90 dias de atraso, incluindo refinanciamento de dívidas a taxas mais baixas. O governo de George W. Bush também resgatou o sistema bancário ao assinar um pacote de US \$700 bilhões conhecido como Tarp, que é fortemente aprovado pelo Congresso contra a oposição. O Federal Reserve emitiu US \$20 bilhões em empréstimos a bancos comerciais por meio de leilões como parte de medidas para aliviar o impacto da crise de crédito nos EUA e em outros lugares. Foi o primeiro de uma série de leilões das autoridades monetárias dos EUA para evitar uma crise de liquidez no sistema bancário local (CONTRI, 2013).

O governo também resgatou empresas em dificuldades. As montadoras General Motors (GM) e Chrysler, por exemplo, receberam cerca de US \$62,5 bilhões no total. Os fundos foram usados para manter as empresas à tona e para tornar os Estados Unidos o dono de algumas delas. Ao longo dos anos, o governo retirou fundos à medida que as empresas se recuperaram. No caso da AIG, os EUA tiveram que injetar mais recursos depois de US \$85 bilhões. No total, a empresa economizou US \$182 bilhões. Quando o cashback terminou em 2012, o governo vendeu sua participação na seguradora. No resgate, a GM recebeu US \$50 bilhões em financiamento público (MAAHS, 2014).

Em seu governo, Bush cortou impostos para estimular a demanda privada e assinou um projeto de lei no Congresso que previa US \$152 bilhões para esse fim. Em fevereiro de 2009, Obama propôs um controverso plano de estímulo para infraestrutura, energia e escolas para acelerar a economia do país e criar empregos. O documento foi revisado no Congresso e sua versão final incluiu uma injeção de US \$787 bilhões na economia, que foi revisada para US \$831 bilhões nos anos seguintes. Assim como os EUA, as autoridades europeias anunciaram um pacote de resgate maciço para instituições financeiras em outubro de 2008 – quase US \$700 bilhões no Reino Unido e mais de US \$2,5 trilhões na zona do euro (UCHOA, 2018).

Também em 2008, a UE anunciou um plano de recuperação em que as medidas de estímulo totalizaram mais de 1,5% do PIB do bloco. Para a China, cuja economia depende em grande parte das exportações, a queda na demanda global causada pela crise significa um enorme risco de desaceleração econômica. Por causa disso, o governo anunciou um pacote de estímulo de US \$585 bilhões em 2008 – o equivalente a 12% do PIB na época – focado em projetos de infraestrutura e expansão monetária para estimular o consumo das famílias.

As políticas do Brasil durante a crise de 2008 se concentraram inteiramente na redução da taxa Selic, bem como no estímulo ao investimento privado para expandir as operações de crédito para bancos públicos, além do banco central aumentar as

linhas de crédito para exportadores, em dólares, e para algumas indústrias, principalmente nas indústrias automotiva e de materiais de construção, foram introduzidas isenções fiscais (UCHOA, 2018).

4.4 Consumo das Famílias e gastos do Governo em 2020

A economia mundial apresentava nítidos sinais de desaceleração no final de 2019 e se encaminha para uma nova fase de recessão pela primeira vez desde o fim da crise de 2008 (CORSI, 2020). Esta tendência foi se concretizando nos primeiros meses de 2020, quando se iniciou a emergência global da pandemia de Covid-19 rompendo as principais cadeias de comércio mundial, além de trazer uma série de medidas de distanciamento social que influenciou de forma negativa diretamente na cadeia produtiva em diversos países (MATTEI; HEINEN, 2021).

Os efeitos no Brasil foram sentidos rapidamente após o fechamento do comércio/estabelecimentos, restrições logísticas, encarecimento dos insumos e da queda da demanda de forma generalizada. Os impactos negativos já salientados por uma economia fragilizada que ainda sofria efeitos de crises anteriores como a de 2014. A pandemia em 2020 selou mais uma década de declive na economia ou mesmo de uma não ascensão esperada, O PIB per capita, que acumulou retração de 0,8% de 2011 a 2019, fechou a década com a queda de 5,5% (IBGE, 2021).

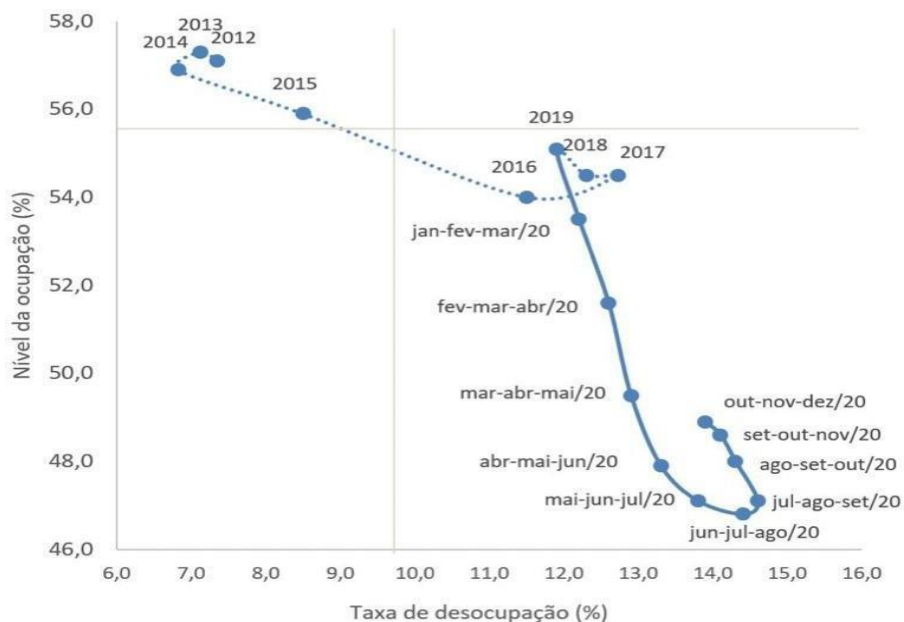
Em 2020 a preocupação com emprego e renda das famílias se mostrava uma das maiores importâncias a serem atendidas, em março de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para o rápido impacto da crise sobre o mercado de trabalho, mostrando três principais dimensões: a quantidade de emprego (com um aumento exponencial na desocupação e na subocupação); a qualidade do emprego (queda na renda e no nível de proteção social); e a desigualdade consequente (efeito mais evidente em grupos que são vulneráveis a retração do nível de emprego e renda) (ILO, 2020).

No mercado de trabalho brasileiro, os efeitos se potencializam pelos índices de desemprego elevados, baixa poupança das famílias e baixos níveis de investimento em proteção social ou transferência direta de renda. Neste cenário as mudanças ou consequências inevitáveis da crise da Covid-19 tendem a ser mais severas sobre os trabalhadores. Este momento levou ao encerramento de muitas atividades econômicas ou redução de suas jornadas de produção, impactando de forma abrupta as pequenas e médias empresas, em ramos de intensiva mão de obra pode se verificar um desmonte pois o distanciamento social exigia medidas drásticas para aplacar o contágio. Por outro lado, empresas de grande porte de segmentos diversos responderam se reestruturando, modificando as atividades e ampliando a produção pela redução do número de trabalhadores empregados (VELOSO;MATOS; PERUCHETTI, 2020).

A crise de Covid-19 pode ter gerado a pior crise histórica no mercado de trabalho nacional. Uma parte da dimensão gerada pelo flagelo é captada pelo comportamento da taxa de desocupação, que atingiu 13,5% em 2020, maior patamar do índice da série histórica. Porém, a intensidade e velocidade com que os efeitos da crise sanitária e econômica inflamaram sobre o mercado de trabalho fizeram com que

apenas esse indicador não seja suficiente para verificar toda a extensão do desemprego gerado ao longo deste período (BACCIOTTI, MARÇAL, 2020; PNADC/T, 2021).

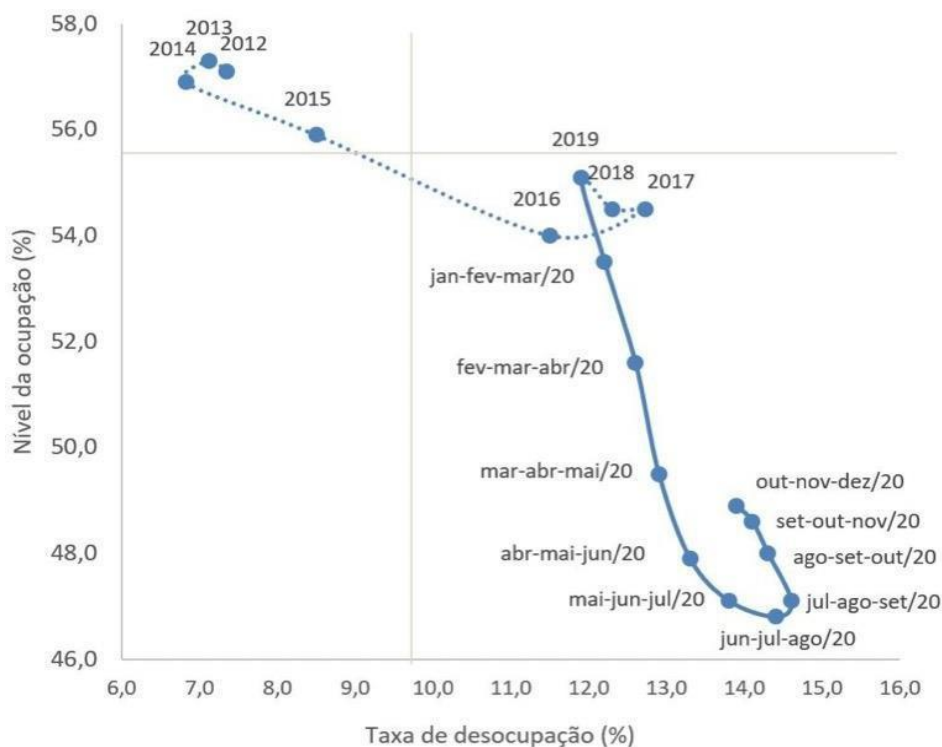
Figura 2 - Taxa de desocupação (1978-2020, em %).



Fonte: (MATTEI; HEINEN, 2021).

Com isso, mesmo que o nível de produção e atividade econômica prévio a crise seja recuperado, o mesmo não pode ser afirmado quanto ao emprego, pois também o nível de informatização foi elevado a níveis nunca vistos antes impulsionado pelas restrições a fim de atender a necessidade do momento. Na metodologia da PNAD Contínua, a taxa de desocupação é dada pela razão entre a população desocupada e a força de trabalho. A população desocupada é o contingente de pessoas não ocupadas que estavam aptas a trabalhar na semana de pesquisa e que realizaram alguma busca efetiva por trabalho dentro do período de 30 dias. A pandemia dificulta bastante o cumprimento destas condições de pesquisa, então o mercado de trabalho nacional pode ser melhor analisado se verificarmos não apenas os dados de desocupação, mas também os próprios dados de ocupação no mesmo período (IBGE, 2020). Essa relação entre os dados pode ser verificada na figura 3.

Figura 3 - Evolução do nível de ocupação e a taxa de desocupação (2012-2020, em %)



Fonte: (MATTEI; HEINEN, 2021).

Com estes dados pode-se verificar o impacto gerado no ambiente de trabalho na economia nacional, e podemos salientar a consequência gerada por esse aumento exponencial na desocupação, que em termos gerais é bastante relevante economicamente falando; renda, este indicador é o responsável por gerar o maior desconforto na economia das famílias e indivíduos, podemos ver baseados nos dados apresentados que a renda sofreu um grande declive nesse período. Algo importante a ser ponderado é que os índices de trabalho não irão acompanhar o ritmo de recuperação da economia assim como citado anteriormente, então podemos dizer que o índice de renda irá sofrer um duro golpe em que levará tempo para alcançar o percentual pré-pandemia e pode não ter o mesmo nível de crescimento que anteriormente detinha, pois as mudanças impostas pela crise estabelecida, podem ser permanentes (MATTEI; HEINEN, 2021).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou dados após o momento em que as medidas restritivas já se abrandaram em todo o País, cenário em que as empresas e estabelecimentos em geral podiam vislumbrar um novo normal na economia, negócios e sociedade. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da Covid-19 a massa de rendimentos efetivo e habitualmente recebidos mostra um decréscimo destes rendimentos efetivamente recebidos pelos indivíduos com importância percentual de -6,3%, na tabela 4, estes dados ilustram o período de setembro a novembro de 2020.

Tabela 4 - Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação (set-nov/2020).

	Efetiva		Habitual		Efetiva		Habitual		Taxa de crescimento da massa salarial efetiva
	Novembro		Outubro		Setembro				
	Total	181,9	194,2	181,4	195,7	178,2	196,8	0,23	
Formal	110,3	113,1	110,5	113,8	110,1	114,3	-0,25		
Informal	19,1	20,6	19,4	21,0	18,4	20,4	-1,14		
Conta própria	38,9	45,5	37,9	45,6	36,3	46,1	2,54		
Empregador	13,6	15,0	13,7	15,3	13,4	15,9	-1,20		

Fonte: produzido pelos autores a partir de (MATTEI; HEINEN, 2021).

Os valores mostram que a diferença da massa efetiva e habitualmente recebida pelos trabalhadores que atuam por conta própria representam a metade da diferença total, apesar do número de trabalhadores e por sua vez a massa efetiva de atuação independente ter crescido mais de 2,5% neste intervalo apresentado, os mesmos receberam efetivamente R\$ 38,9 bilhões, e anteriormente recebiam habituais R\$ 45,5 bilhões (Diferença de R\$ 6,6 bilhões cerca da metade da diferença do total de R\$12,3 bilhões).

Estas importâncias mostram que houve um prejuízo geral na renda dos trabalhadores e empresas causando o empobrecimento dos indivíduos e famílias. Forçados por este embate sanitário e econômico, os trabalhadores migraram de ocupações formais para informais. Lembrando que esta migração não é meramente opcional, mas sim uma imposição pela situação atual de mercado que levou metade da população brasileira a desocupação e insuficiência de renda. Medidas adotadas para frear o evento sanitário massacraram a economia e a renda das famílias; assim foi possível ver a reinvenção de modelos de renda e trabalho para driblar o inevitável curso econômico (CARVALHO, 2021).

A partir da crescente de casos confirmados de Coronavírus no Brasil e o início das medidas restritivas na maioria dos estados e cidades, iniciou-se debates sobre uma possível ajuda emergencial. Debate este impulsionado por medidas tomadas inicialmente por alguns países mais desenvolvidos. Esta ajuda visava atender às camadas mais afetadas da população. Além do mais, ações macroeconômicas visando minimizar demissões neste período também foram discutidas. Como políticas de crédito e incentivos fiscais direcionados (FEIJÓ et al, 2020). A proposta inicial oriunda do governo federal Brasileiro visando distribuir uma renda básica emergencial foi de R\$ 200,00 (equivalente a 20% do salário mínimo naquele momento) para as classes que incluíam desempregados, beneficiários do bolsa família, microempreendedores individuais, mães solas e outros. Além desta proposta estava em debate a possibilidade de redução de carga horária ou jornada de trabalho com redução proporcional dos rendimentos (FEIJÓ et al, 2020).

As propostas iniciais levavam em consideração equilíbrio de gastos e uma grande preocupação com déficit orçamentário, desta forma muitas consideram este

pensamento como neoliberal e isso pode ser visto com bons olhos se percebida a preocupação com as contas públicas que inevitavelmente são pagas pela população de uma forma ou de outra. A renda emergencial sobre a análise dos parlamentares e opositores de governo, estava demorando muito a ser implementada, e críticos apontava tentativa de redução de salários dos servidores públicos extremamente danosa, o que divide bastante opinião pois os servidores em extrema maioria têm maior rendimentos que trabalhadores do mercado (SCHAEFER et al, 2020).

O Congresso Nacional aprovou, em março de 2020 o projeto de Lei que institui um auxílio emergencial de R\$ 600,00 para a população vulnerável e baixa renda com exceção de famílias as quais o arrimo seja mulher e essa tenha filhos, neste caso o auxílio seria R\$ 1200,00.

Também foi aprovada uma linha de crédito subsidiada pelo Estado as pequenas e médias empresas para que seja atendido a folha de pagamento a fim de preservar empregos, nessa medida a empresa se vê obrigada a não demitir o funcionário cujo salário está vinculado ao empréstimo (SERRA; LEONAL, 2020). Uma outra proposta foi a possibilidade para os empregadores do setor privado realizar o afastamento dos funcionários sem o pagamento dos salários, porém abrindo a possibilidade desses empregados recorrerem ao sistema de seguro desemprego. Neste caso, os funcionários que forem desligados e recorrerem ao seguro desemprego terão uma diminuição na renda de acordo com as regras do seguro, mas o intuito no momento é que os mesmos não ficassem sem rendimento algum para seu sustento (SERRA; LEONAL, 2020).

As medidas adotadas pelo governo são de grande importância para mitigar os efeitos gerados pela crise, porém jamais foram suficientes para proporcionar o bem estar anterior. Esta ação tem por fim abrandar o mal já estabelecido pela crise imposta. As restrições à mobilidade intensificam os danos à economia, e o auxílio emergencial abrange uma parcela insuficiente da população pois pelos dados já apresentados a economia nacional verificou a metade da população em desocupação; mal assim não poderia ser alcançado por um auxílio governamental ,verificando desta forma que a intervenção do Estado em momentos de crise é de extrema importância para que a população seja atendida e socorrida.

A mão do estado pode trazer proteção a população e um impulsionar na recuperação econômica, caso este que os auxílios implementados tiveram papel exponencial para a recuperação da economia e um vislumbrar da credibilidade econômica geradas por estas ações, podemos salientar o auxílio emergencial dado a população como o papel expressivo no movimentar monetário que traz um fôlego a economia já dilacerada pela crise (SERRA; LEONAL, 2020).

Em uma tentativa de estabilizar os danos e proteger o emprego e a renda da população, o Estado continuou a intervir na economia. Criando medidas emergenciais de acesso ao crédito, liberando verbas para os ministérios de economia, turismo e educação. Além de priorizar o micro e pequeno empreendedor custeando os pagamentos de funcionários. Foram reduzidas as taxas de importações e zerando os impostos federais sobre diversos produtos básicos (CARVALHO, 2021).

A liberação do saque do FGTS, além de isenção do IOF, bem como suspensão de pagamentos, suspensão de atos de cobrança, redução a zero do IPI, renegociação de dívidas, crédito especial para produtores rurais, e as ampliações de programas sociais trouxe mais renda às famílias durante o período mais obscuro da crise (GOV, 2020).

Desta forma, a importância da atuação do governo central em manutenção da renda dos trabalhadores deve ser incisiva pois a redução deste indicador gera um impacto negativo com efeitos em cadeia, redução no poder de compra das famílias e indivíduos e conseqüentemente o agravamento de problemas sociais já existentes e o iniciar de novos prejuízos sociais, uma redução inevitável no PIB nacional e isso nos mostra que os efeitos no decréscimo de renda trazem um prejuízo grave com força exponencial. A manutenção da renda pode mitigar os efeitos em cadeia que a falta de demanda pode gerar na economia (FEIJÓ et al, 2020).

Dentro do modelo de intervenção incisiva do Estado em momentos de crise o seu endividamento não é um problema e passa a ser uma necessidade para socorrer a economia e não deixar que ela seja sufocada pela falta de demanda. Considerando que o PIB tenha seu crescimento interrompido ou até tenha decréscimo em relação ao período anterior pode levar a ter um efeito negativo ainda maior para a dívida pública nacional, dado que quanto menor o PIB maior será o peso da dívida quando visto a relação dívida pública/PIB. Desta forma o modelo expansionista em momentos de crise, colabora para a realidade social, considerando as camadas mais pobres, além disso irá mitigar os efeitos negativos gerados sobre o endividamento público (FEIJÓ et al, 2020).

O Governo Federal dispõe de mais instrumentos para atuação em uma política fiscal expansionista visando a manutenção do emprego e da renda. Porém é importante verificar a importância dos governos locais na atuação conjunta e mais próxima da população, os governos locais podem complementar as ações já adotadas pelo governo central como também podem aplicar políticas que visam atender sua realidade, pois desta forma as ações se tornam mais acertadas. A proximidade com empresas locais também é benéfica para a manutenção do emprego e renda, esta ação conjunta torna as políticas emergenciais mais eficientes (SCHAEFER et al, 2020).

4.5 Ferramentas da Teoria Keynesiana utilizadas nas crises de 1929/2008/2020

As ferramentas utilizadas nas três crises estão bem fundamentadas na teoria Keynesiana de acordo com o quadro 3. E a seguir serão apresentadas algumas características comuns nas três crises estudadas.

Quadro 4 – Ferramentas utilizadas pelo Governo Brasileiro para a recuperação das crises de 1929/2008 e 2020

FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE ACORDO COM TEORIA KEYNESIANA NAS CRISES 1929/2008/2020			
FERRAMENTAS	CRISE DE 1920	CRISE 2008	CRISE 2020
Consumo das famílias	Redução de tarifas alfandegárias	Cortou impostos para estimular a demanda privada	Distribuição de renda, por meio do auxílio emergencial
	Redução de impostos sobre produtos	Redução de juros	Medidas para promover emprego e renda
	Distribuição de renda	Redução de impostos sobre produtos	Redução de impostos sobre produtos
Gastos com Investimento	empréstimos para pequenos agricultores	Resgate de empresas em dificuldades	Linha de crédito para pequenas e médias empresas com juros mais baixos
	Investimentos na indústria	Remessa de capital	Investimentos na indústria
	Investimentos estatais e privados	Empréstimos para bancos comerciais	Aumento do prazo de pagamento de financiamentos
Gastos do governo	Gastos com infraestruturas	Assistência para instituições financeiras em dificuldades	Liberação de verbas para os estados
	Criação de obras públicas	investimentos em infraestrutura, escolas e energia	Crédito para os setores da economia mais afetados pela pandemia
Auxílio do governo	Salário mínimo para idosos e inválidos	Resgate fiscal com reembolso e dedução de impostos	Isenção da taxa de energia para famílias carentes
	Compra de mercadorias paradas	Ajudou famílias a pagar hipotecas de alto risco.	Auxílio emergencial para desempregados e vulneráveis
	Salário desemprego		
Variações na política fiscal	Reforma do sistema bancário e monetário	Redução da taxa básica de juros	Redução de impostos

	Fiscalização das transações bancárias	Estímulos ao investimento privado	Zerou os impostos sobre transações financeiras
	Fiscalização das instituições financeiras		
Taxa de juros	Aumento da taxa de juros	Redução da taxa básica em 0,50 ponto percentual	Redução da taxa de juros
	Fixação de preços em produtos básicos	Congelou os juros das hipotecas de alto risco por 5 anos	Redução dos juros sobre financiamentos de longo prazo
	Linha de crédito a baixo custo	Cortou as taxas de empréstimos de emergência	Linha de crédito a baixo custo
Geração de empregos	Construção de obras públicas		Construções de obras públicas
	Criação de sindicatos (não-empregado)		financiamentos para custear folha de pagamentos

5 Conclusão

Através dos relatos descritos pode-se ver que a teoria de Keynes e suas ferramentas foram aplicadas na crise de 1929, para solucionar a crise, através do New Deal implantado por Franklin D. Roosevelt. Houve a Intervenção do Estado na economia através da fiscalização das transações bancárias e instituições financeiras, criação de sindicatos para favorecer as negociações entre os trabalhadores e patrões, a construção de diversas obras de infraestrutura para criar novos empregos e gerar renda e com isso estimulando o mercado consumidor, concessão de empréstimos para pequenos agricultores criou a Previdência Social, que assegura um salário-mínimo para desempregados, idosos e inválidos.

Semelhantemente aconteceu na crise do Subprime em 2008, onde teve um alto nível de desemprego nos EUA e também em outros países. E novamente o Estado atuou de forma massiva para conter os estragos causados pela bolha imobiliária. Mas dessa vez a intervenção se concentrou na redução das taxas de juros, mas o estado também resgatou empresas, liberou crédito, aumentou seus gastos com obras públicas.

Na crise mais recente em 2020 que inicialmente começou com uma crise sanitária e então desencadeou uma crise financeira mundial. Aqui foi possível ver o Estado intervindo diretamente na economia, e isso numa tentativa de não deixar o país entrar em um colapso.

A maioria dos países tomaram medidas para garantir a subsistência das famílias mais vulneráveis como também das empresas que tiveram suas atividades paralisadas. Desta forma então no Brasil, adotou medidas emergências como o auxílio emergencial que visava distribuir renda aos grupos vulneráveis e desempregados, bem como ajuda a médias e pequenas empresas e também mudanças no calendário de pagamento de diversos impostos, para evitar demissão

em massa o Estado subsidiou parte do salário dos funcionários das empresas autorizando a redução da carga horária e suspensão de contratos.

Observou-se que as ferramentas utilizadas nas três crises, como política monetária, política fiscal, política cambial, geração de emprego/renda, criação de políticas assistenciais foram usadas nas três crises (1929, 2008, 2020). Observou-se também que entre as crises citadas a intervenção do Estado foi essencial para o atendimento das famílias mais vulneráveis, das instituições e da própria economia. Dentro da teoria de Keynes de demanda efetiva por emprego vem sendo atendida gradativamente conforme o aquecimento da economia. Pode - se afirmar que as ferramentas da teoria Keynesiana foram aplicadas com sucesso, nos países afetados como EUA e Brasil também, nas duas primeira crises (1929 e 2008).

Em relação à crise de 2020 ainda não se pode afirmar que tudo foi resolvido, pois a crise ainda não passou, apenas deu trégua temporária à economia. Com esta compreensão pode-se analisar parcialmente que as medidas expansionistas adotadas pelo Estado brasileiro como acertadas, pois, mesmo que tais medidas causem um endividamento e déficit primário, medidas assim são necessárias e essenciais em momentos de crise, tanto para recuperação econômica como para o início de uma nova fase de crescimento.

O objetivo do estudo foi alcançado pois foi possível verificar a utilização de ferramentas da teoria Keynesiana dentro da Economia visando a recuperação em momentos de crise. A captação dos dados para a pesquisa se mostrou mais desafiadora referente aos dados da crise de 1929 pelo fator tempo. Sugerem-se novos estudos, principalmente com os resultados das ações em cada momento de crise, a fim de verificar sua efetividade e, conseqüentemente, manutenção. Também uma mensuração sobre os impactos nos cofres públicos e recuperação em momentos de crise se mostram necessários para contribuir na compreensão acadêmica das implicações de tais ações, a fim de elevar o conhecimento comum da melhor estratégia a ser tomada em momentos tão desafiadores. A compreensão de temas tão relevantes se mostra com grande importância para que decisões acertadas sejam tomadas em momentos de oportunidade ou mesmo de necessidade.

Referências

- AUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013. ALBERINI, Daniel Vinícius e DEEKE, Leonardo Bugoszewski. Por Dentro do Subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. 2008.
- BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas:retropolação da PNAD contínua de 1976 a 2016. Textos para Discussão, São Paulo:FGV, nº 522, fev/2020
- BARREIRAS, Daniel de Pinho. Crise Econômica e Retomada do Crescimento: Regulação, Intervenção e Investimento Público nos Estados Unidos (1929-1939). 2007.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. BNDES Crédito Pequenas Empresas.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld e MATTOS, Fernando Augusto Mansor. Crise do Subprime nos Estados Unidos: a reação do setor público e o impacto sobre o emprego. Revista Tempo do Mundo. 2011.
- BONATTO, Felipe Bernardes. Zona do Euro e a Crise de 2008: um estudo sobre a

relação entre integração monetária e recuperação econômica em países selecionados. São Paulo, SP. 2018.

CAMPOS, Catherine Fernandes. A Crise do Subprime e seus efeitos sobre os Estados Unidos e reflexos no Brasil. Araraquara, SP. 2010.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. 2021.

FEIJÓ, Carmem et al. Covid 19 e os desafios do desenvolvimento. Boletim Finde. 2020.

CAVALCANTI, Miguel da Rocha. O Consumo nos EUA em números, muitos números. CASTRO,

CALZOLAIO, Aziz Eduardo. Política fiscal de incentivo à inovação no Brasil: análise do desempenho inovativo das empresas que usufruíram dos benefícios da lei nº11.196/05 (lei do bem). 2011.

CONTRI, André Luis. A recuperação da economia norte-americana diante da crise econômica mundial. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 31-40, 2013.

CORAZZA, Gentil. Estado e liberalismo em Adam Smith. Ensaios FEE, v. 5, n. 2, p.74-94, 1984.

CORSI, F. L. O capitalismo global e a pandemia. Mundo e desenvolvimento, Franca/SP, v. 1, n. 4, p. 212-233, set/2020.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. FGV, EBAP. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. O craque de 1929 e a grande depressão da década de 1930. Crise, Revolução e Contra-Revolução. São Paulo. 2011.

CRIVELLI, Cesar. O novo boom imobiliário nos EUA.

CHANCELLOR, Edward. Salve-se quem puder. Uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DAMASCENO, Thaís Lima e NAVES, Larissa Deus. A Crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. 2013.

DE PAULA, Luiz Fernando. Sistema financeiro, bancos e financiamento da economia: uma abordagem keynesiana. 2014.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

FILHO, Mário Januário. FERRASSA, Rodrigo e ORTEGA, Luciane Meneguim. O Impacto da Crise Econômica Mundial no Setor Automotivo: um estudo de caso na General Motors. 2013.

GAZIER, Bernard. A Crise de 1929. Porto Alegre, L&PM, 2009.

HELLER, Claudia. O modelo simplificado de A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda segundo James Meade. Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política, 2001.

HEILBRONER, Robert. A história do pensamento econômico. Editora Nova Cultural, 1996.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNADC:

ILO – Internacional Labour Organization. COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses. ILO Monitor, 1ª ed., mar/2020.

SERRA, Allan Carlo Viégas; LEONEL, Antônio Carlos Bezerra. Perspectivas Da Política Econômica Brasileira Em Tempos De Pandemia Do Covid-19. 2020.

SILVA, A. D. (1996). Os Economistas: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

JARDIM, Maria Chaves. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do Emprego do Juro e da Moeda. 1936.

KROTH, Darlan Christiano. A Economia Brasileira Frente A Pandemia Do Covid-19: Entre As Prescrições E As Propostas Do Governo. 2020.

LEMOS, Nathalia Gabrielle; Alencar, Douglas. As Crises De 2008 E Covid-19: Uma Análise Comparativa A Partir Da Teoria Pós-Keynesiana. 2020.

MAAHS, Fabiane. A crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e no Brasil. 2014 MARTINS, Luis Carlos dos Passos e KRILOW, Leticia Sabia Wermeier. A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do Crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. 2015. Disponível. MATTEI, Lauro e SILVA, Katiane Medeiros Santos. Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana. 2017.

MATTEI, Lauro; SILVA, Kattiane Medeiros Santos. Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, p. 13-13, 2018.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. 2021.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008.

NEVES, Filipe Peixoto. A Grande Depressão Americana: Exposição dos discursos divergentes sobre a crise que abalou o século XX. Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 2, p. 184-201, 2020.

ORNELAS, Eduardo Brandão, A teoria keynesiana, o Brasil e a narrativa "economia versus saúde" diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas? 2020.

PARKER, Selwyn. O Crash de 1929: as lições que ficaram da grande depressão. São Paulo: Globo, 2009.

RICARDO, Javier. O Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (TARP) salvou a economia? 2021.

PEREIRA, Bresser - Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.

ROSSINI, G. A. A. A crise de 1929: um evento de proporções épicas e efeitos duradouros - Resenha. Revista de Economia da PUCSP, v. 2, p. 280-285, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS- SEBRAE. Pequenos negócios em números. 2022.

SILVA, Daniel Neves. "Crise de 1929"; Brasil Escola. 2022.

SILVA, Fábio José Ferreira e NETO, Fernando de Aquino Fonseca. Efeitos da Crise Financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. 2014.

SILVA, Roseli Basso. Crise do subprime no Brasil: Marola ou tsunami econômico.

SCHAEFER, Bruno Marques et al. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. 2020.

UCHOA, Pablo. Como 5 economias reagiram à crise mundial – e como estão 10 anos depois. BBC News Brasil, 2014.

VELOSO, F.; MATOS, S.; PERUCHETTI, P. Dados do terceiro trimestre indicam que persiste a incerteza sobre os indicadores de produtividade no Brasil. Indicadores trimestrais de produtividade do trabalho, IBRE/FGV. 2020.

CAPÍTULO 5

RELAÇÃO DE PREÇOS ENTRE CRIPTOMOEDAS E COMMODITIES AGROPECUÁRIAS: ANÁLISE ECONOMETRICA

Heverton Eustáquio Pinto
Luís Henrique Moreira Lima
Maryllia Elias Muniz
Nágyla dos Santos Silva

Resumo: O objetivo do estudo foi verificar a relação entre as commodities agropecuárias e as principais criptomoedas do mercado financeiro. Para tal, a estrutura metodológica teve por finalidade, uma pesquisa básica. Quanto ao objetivo, considera-se exploratória e descritiva, em relação a abordagem do problema, tem-se, uma pesquisa quantitativa e quanto às técnicas e procedimentos utilizados, a bibliográfica. O estudo foi realizado através de coletas diárias, semanais e mensais no prazo de 7 anos e analisados através do software Stata. Como resultado, conclui-se que, esses mercados guardam relações fracas e dispersas, a partir de condições estatísticas específicas entre si.

Palavras-chave: Agropecuárias. Criptomoedas. Bitcoin. Ethereum. Commodities

1 Introdução

Criado em 2008 por um cyberpunk anônimo de pseudônimo Satoshi Nakamoto, a primeira criptomoeda, a Bitcoin consiste em uma moeda digital descentralizada e que não envolve quaisquer intermediação de instituições financeiras, o que promove importantes ganhos competitivos, como menores custos de transação, possibilitando o pagamento online em curto espaço de tempo, através de qualquer lugar do mundo (NAKAMOTO, 2008).

Seguida da Bitcoin (a primeira e a mais importante criptomoeda do mundo), surge a Ethereum, a segunda maior do mundo, lançada em 2015, que tem como diferencial o uso da tecnologia do Blockchain (também utilizado nas transações com bitcoin, livro contábil público que registra todas as transações de moeda virtual em cadeias de blocos) para qualquer tipo de informação que possa ser armazenada digitalmente, além das tradicionais transferências financeiras no mundo das criptomoedas (ETHEREUM ORG, 2019).

Há vasta literatura e discussões sobre a capacidade e consistência das criptomoedas se tornarem ativos capazes de influenciar outros mercados (YERMACK, 2013). Contudo, pouco se sabe sobre os efeitos destas nos mercados de commodities, que tem importante papel financeiro, econômico e social no desenvolvimento das economias modernas, o que demanda esforços científicos em conhecer se há um certo grau de associação entre os principais ativos dos dois mercados, commodities e criptomoedas.

Já as commodities na língua inglesa e quando traduzida para o português: presentes nas bolsas de valores e mercados acionistas. Por possuírem características como, produção em larga escala, padrões mundiais de qualidade e capacidade de estoque, possuem cotações baseadas em sua oferta e demanda, onde a maior referência para a determinação de preço entre os produtores está presente na Bolsa de Chicago, onde está concentrada a sua maior negociação. Não existem diferenciações de preços das commodities entre produtores, exceto quando há interferências de fatores políticos, econômicos e eventos climáticos (FAO, 2018).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2017), um único estado brasileiro, o Mato Grosso, é responsável por 13% do efetivo de rebanho bovino do país, 23% da produção de milho e 31% da produção nacional de soja em 2014. Já em 2019, o mesmo estado responde por quase 28% da safra nacional de grãos, estimada em 241,3 milhões de toneladas, e por 61,15% do total previsto para a região Centro-Oeste, de 110,2 milhões de toneladas. Mantendo-se a liderança nacional na produção de soja e milho (SECOM MT, 2019). Os mercados do boi gordo, do milho e da soja apresentam características que permitem a inferência de inter-relação, tanto em nível produtivo (integração lavoura e pecuária), quanto em nível comercial, visto que a produção de milho e soja constitui matéria prima para produção de ração animal (SANTOS et al, 2007).

Relacionando assim, as commodities que são matérias-primas de âmbito mundial e mercadorias imprescindíveis para o mantimento de nações e a criptomoedas que são consideradas um fenômeno recente e em crescimento, descentralizado e com baixos custos, o problema de pesquisa consistiu em verificar a existência de relação de médio e longo prazo entre os preços de criptomoedas e contratos futuros agropecuários. O presente trabalho tem como objetivo geral verificar qual a relação de médio e longo prazo entre os mercados das criptomoedas: Bitcoin e a Ethereum e as commodities agropecuárias: milho, soja e boi gordo.

Avaliar se há relação de equilíbrio entre preços dos dois mercados através do método de teste de integração de Johansen. Estimar a causalidade entre os dois mercados através do cálculo de Engle Granger. Esta pesquisa justifica-se na relação entre commodities agropecuárias e criptomoedas, pois implica no processo de formação dos preços, impactando diretamente a gestão financeira-empresarial dos diversos segmentos de negócios agropecuários. Sendo assim, é importante verificar se existe relação a médio e longo prazo e também a relação de causa entre eles. Se caso exista, passa a ser imprescindível o estudo e análise do comportamento e transmissibilidade de preços das principais criptomoedas, Ether e Bitcoin, e seus efeitos que podem vir a afetar o preço das commodities, a fim de procurar a solução e estratégias para a comercialização, geração de renda e disponibilidade de alimentos.

A complexidade da formação de preços no setor agropecuário é um grande problema para a rentabilidade e sustentabilidade da cadeia produtiva, o que justifica

investigar fatores que podem contribuir com a determinação de preços do setor, principalmente em contratos futuros, que tem como papel a proteção (Hedge) da volatilidade de preços inerentes aos mercados agropecuários. O trabalho contribui com políticas públicas e agentes das cadeias produtivas em testar a associação entre os dois mercados para um planejamento mais eficiente dos agentes da cadeia produtiva agroindustrial, já que a formação de preços das commodities aqui tratadas é impactada por vários fatores políticos, sanitários, macroeconômicos, tecnológicos entre outros (BATALHA, 2021).

Para alcançar os objetivos delineados, foi utilizada a metodologia exploratória combinada com a pesquisa descritiva, cujo objetivo é fornecer mais informações para uma investigação mais precisa. Faz-se necessária a pesquisa básica que se propõe a analisar se existe relação entre os mercados de criptomoedas e o de commodities agropecuárias e a abordagem quantitativa, que tem como principal objetivo, verificar estatisticamente uma hipótese através da coleta de dados. De forma mais específica, são coletados dados na Bolsa de Chicago, no site do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, na B3, Bovespa e no site da Investing.com.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Criptomoedas

Antes do surgimento das criptomoedas surgiram as moedas (não digitais), devido à necessidade de se ter algo para troca de bens. A Casa da Moeda do Brasil (2019) afirma então que a ideia de pagamento surgiu nos primórdios da vida humana, com a evolução do homem primitivo, que por sua vez começou a buscar e itens para sua necessidade pessoal, dando início às trocas. As relações comerciais não existiam, já que tudo o que era produzido, destinava-se a própria subsistência. Com o aumento da população, havia o excesso da produção de certos produtos específicos, assim viu-se a necessidade de trocas entre tribos, dando início ao Escambo (ANGLO, 2014).

Com a intensificação dessas transações comerciais, havia muitas trocas injustas (ANGLO, 2014). Foi então que algumas mercadorias passaram a servir como referências para as negociações, sendo chamadas de moeda-mercadorias (NASCIMENTO, 2014). No decorrer do tempo com o crescimento das comercializações, foi necessário que tais moedas fossem feitas de materiais duráveis e de tamanhos que facilitasse o transporte.

Deste modo, constata-se que a moeda é um ativo financeiro aceito em todos os lugares, utilizado como meio de pagamento imediato, tendo ela o poder de administrar a compra e venda e controlar as reservas de divisa internacional (VASCONCELLOS, 2015). Suas três funções básicas, de acordo com Vasconcellos (2015) são: meio de troca, unidade conta (visando agregar valor qualquer a mercadoria comercializada) e reserva de valor. Em concordância com tal afirmação, Sampaio (2018) afirma que a moeda pode reunir todos os bens que uma

determinada economia produziu em unidade monetária, permitindo então que os bens da mesma possam ser avaliados monetariamente.

De acordo com Vasconcellos (2015) a moeda pode ser considerada como meio de troca pois evita que um determinado indivíduo possa fazer a compra de algo sem precisar ofertar ou se desfazer de outra mercadoria que também é de seu interesse para quem está vendendo. Assim, a moeda é utilizada como meio de troca ao ser trocada por algo de interesse sem que seja necessário se desfazer de algo próprio, permitindo a compra de vários produtos.

Desse modo, as criptomoedas também podem ser consideradas como um são focadas na compra e venda de criptomoedas pelo mundo. No entanto, essa questão se encontra em processo de aceitação no mercado, pois as mesmas ainda são meios de troca, de modo com que sua troca ocorre através de diversas bolsas que a moeda é considerada como uma unidade de conta pois descreve que o valor de um determinado produto não pode ter vários valores de medida. Só é permitido haver apenas um valor, que por sua vez possa expressar todos os outros valores. Sendo assim, uma moeda deve possuir para um produto mais barato o mesmo valor que possui para um produto mais caro, sem distinções.

Assim, o BTC, bem como as outras criptomoedas também devem possuir a unidade de conta, em que seu valor pode ser compreendido como um só. Elas só podem ser trocadas dentro de uma região sem que haja dois valores distintos para o BTC, sendo seu valor o mesmo para todo o território nacional. Vasconcelos (2015) considera que uma das funções básicas da moeda consiste em reter o valor da venda consigo naquela moeda, deste modo, o produto possui seu valor, e ao ser vendido ele fica retido naquele bilhete de moeda, desde modo ele pode ser guardado ou transportado com mais segurança. Além disso, em períodos de inflação ele pode ser trocado por títulos, visando render juros e correções monetárias.

Assim, as criptomoedas podem possuir a reserva de valor, pois podem ser trocadas por outros produtos ou outras moedas correntes regulamentadas por uma entidade como o banco central. Logo, é possível concluir que as características de moeda apontadas por Vasconcelos (2015) abrangem não apenas às moedas físicas, mas também às criptomoedas, que devem possuir unidade de conta, reserva de valor e meio de troca, possuindo assim as mesmas características de moeda, e podem ser utilizadas como forma de pagamento de produtos e serviços.

Considerando o avanço rápido da tecnologia, surgiram novos modelos de transações, resultando assim na emissão do papel moeda, com as chamadas cédulas, que perpetuam contemporaneamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Posteriormente, surgiu então o processamento de dados, e a principal função dos meios de pagamento eletrônicos passou a estar relacionada com a transferência de informações de forma rápida, daí veio o surgimento dos cartões de crédito e débito (FUZITANI, 2007). E finalmente, em 2008 houve o surgimento das criptomoedas, que para Nakamoto (2008) podem ser definidas como uma série de assinaturas digitais que permitem o envio de pagamentos online de uma parte

para outra sem a necessidade de um intermediário, cuja finalidade é basicamente desempenhar a mesma função dos papéis monetários - como dólares, reais - mas em formato eletrônico, trazendo assim, inovação para o sistema financeiro.

Em 1979, David Chaum, pioneiro na aplicação de técnicas criptográficas, traz a primeira descrição de um potencial sistema criptográfico de pagamentos. Michelle cegas e redes destinadas à proteção da privacidade do usuário. Foi em 2008, baseado na tecnologia tratada por Chaum, que Satoshi Nakamoto, criou a primeira e, até o presente momento, a maior moeda digital em funcionamento, o Bitcoin. Segundo ULRICH (2014), as criptomoedas são totalmente digitais e descentralizadas, isto é, não há regulamentação ou controle de determinado órgão ou governo, principais fatores que as diferenciam da moeda convencional. MENDES (2017), descreve que, por não haver um órgão central regulamentador, traz liberdade econômica, reduzindo a corrupção.

Com o avanço da tecnologia e visando atender diferentes necessidades dentro do mercado financeiro, surgiram inúmeras criptomoedas distintas, segundo o site CoinMarketCap (2021), há cerca de 9.615 criptomoedas em circulação, sem contar as moedas não listadas e/ou em desenvolvimento, cada qual tendo suas próprias características, utilizando protocolos próprios em suas transações e definindo assim as suas características, como por exemplo o método de se obter e de transferir.

Destaca-se: Bitcoin, Ethereum, Tether, USD Coin, BNB, XRP, Binance USD, Cardano, Solana e Dogecoin, como sendo atualmente as criptomoedas mais utilizadas. Todavia, a título de definição deste trabalho, serão analisadas as criptomoedas BTC e Ethereum, por serem as maiores, mais importantes e mais utilizadas no mercado.

2.1.1 Bitcoin (BTC)

Nesse contexto, foi possível perceber a criação de diferentes possibilidades para movimentar a economia, e em 2008 se deu o surgimento das criptomoedas, que foram aliadas à criptografia para que essas transações se tornem seguras tendo assim validação entre seus usuários (SASSON, 2014). Assim, a primeira moeda digital global descentralizada criada foi o Bitcoin, em 2008 através de Satoshi Nakamoto, constituído por um sistema de pagamento eletrônico ponto a ponto, baseado em provas criptografadas, as quais tornam possíveis duas partes interessadas transacionarem diretamente uma com a outra, sem a necessidade de um intermediário confiável (NAKAMOTO, 2008).

Desta forma, o Bitcoin não é controlado por nenhum Banco central regulamentador, podendo ser obtido apenas através de um processo de mineração realizado por computadores com alto poder de processamento, onde os mesmos resolvem e processam dados que geram fragmentos dessa moeda (ANTONOPOULOS, 2014). Esse processo de mineração do Bitcoin ocorre através da resolução de problemas matemáticos complexos segundo tentativa e erro.

Esses problemas são criados por uma tecnologia denominada Proof-of-Work (POW) ou prova de trabalho (GERVAIS et al., 2016). Apesar de tudo, a mineração não ocorre de maneira fácil, ela foi projetada para ser complexa, visando limitar a quantidade de blocos encontrados, cujo objetivo principal é a definição dos históricos de transação. Deste modo, ao descobrir um bloco, o minerador recebe certa quantidade de Bitcoins, que varia de acordo com a quantidade de blocos minerados na rede, e taxas pagas pelos usuários que fazem transações (BITCOIN WIKI, 2019).

Se tratando de mineração, é necessário discutir acerca do Blockchain, que pode ser facilmente confundido com Bitcoin. No entanto, compreende-se que o Bitcoin é o ativo financeiro transacionado na Internet, enquanto o Blockchain é a tecnologia base para as transações (TAPSCOTT, 2017).

Mattila (2016) discorrendo acerca do Blockchain afirma que tal tecnologia tem potencial para impactar todos os setores e camadas da sociedade, pois é transparente e redefine a segurança nas relações de troca de informações e valores. Deste modo, o Blockchain é considerado tanto uma base para a moeda digital quanto para diversos outros fins. Aragon (2018) complementa comparando o Através da utilização de tais elementos, a moeda digital pode ser definida como uma cadeia de assinaturas digitais, na qual cada proprietário transfere a moeda para o próximo assinando digitalmente o hash da transação anterior e a chave pública do próximo proprietário (NAKAMOTO, 2008). Considerando a eficiência do Bitcoin, é possível afirmar que ultimamente a criptomoeda tem ganhado bastante visibilidade, considerando a sua grande valorização, já que segue a lei da oferta e demanda. Deste modo, se a procura pela mesma for maior, sua cotação também será.

Nesse contexto, o site Coinmarketcap (coinmarketcap.com, 2018), voltado para a negociação de criptomoedas, avaliava o Bitcoin em US\$ 0 quando foi lançado no mercado (2009). No entanto, no ano de 2010, o BTC estava custando US\$ 0,39. Com o passar dos anos, o Bitcoin chegou a ser negociado em 2013 por US\$1.200,00. Cinco anos depois, em 2018, o Bitcoin chegou ao ápice de sua valorização, e foi comercializado por mais de US\$ 20.000,00 em algumas corretoras.

Deste modo, a transação dos Bitcoins ocorre diretamente para qualquer outra carteira de Bitcoins através do esquema de chaves duplas sendo uma delas pública e outra privada. A chave pública é utilizada para receber Bitcoins, enquanto que a chave privada é utilizada para enviar (NAKAMOTO, 2008). Assim, ao transferir os Bitcoins eles vão de uma carteira Bitcoin para outra, sendo que cada uma possui um endereço composto por 26 caracteres que envolvem tanto letras quanto números. Além disso, esse endereço pode ser obtido através de um QRcode, sendo que para receber, é necessário apenas comunicar o número da carteira, já para enviar Bitcoins, é necessário digitar a quantidade e o endereço de destino.

Aragon (2018) explica que a valorização chamou a atenção de mídias especializadas e de algumas grandes empresas, como a Dell e a PayPal, que passaram a aceitá-lo como meio de pagamento. De acordo com o site Coinmap (coinmap.org, 2018), mais de 13.000 locais já o aceitam como meio de pagamento. Devido à grande popularização da moeda, alguns países já reconhecem o Bitcoin como meio de pagamento legítimo, como por exemplo a Alemanha, onde as pessoas podem utilizar o Bitcoin para realizar suas transações sem pagar impostos (ARAGON, 2018, p. 17)

Assim, fica evidente que o surgimento das criptomoedas foi considerado um avanço significativo para a evolução dos meios de pagamento, facilitando e diminuindo os custos de transações de fundos financeiros. Logo, quando se fala em criptomoedas, pensa-se diretamente no Bitcoin, por ser a primeira criptomoeda, no entanto, de acordo com o site CoinMarketCap (2019), atualmente, existem mais de mil criptomoedas em circulação.

Com o passar do tempo e o surgimento de novas criptomoedas houve a necessidade de verificar se há relação entre esses criptoativos e outros ativos diversos, para melhor tomada de decisões e ações estratégicas. O trabalho acadêmico BITCOIN X MERCADO DE AÇÕES: uma análise da variação dos índices das bolsas de valores tradicionais diante da maior alta histórica da criptomoeda, por Mota, Alves (Novembro, 2019), traz que os coeficientes obtidos entre o Bitcoin e os indicadores em diferentes períodos, não apontam um padrão de correlação comum considerando os coeficientes positivos e negativos, fortes e fracos, de maneira que não é determinada uma relação de dependência entre os mercados de criptomoedas e os mercados de ações.

Apesar da não relação entre Bitcoin e mercado de ações, e considerando que não foram identificados estudos entre criptoativos e commodities, este trabalho visa apresentar resultados estatísticos entre as duas variáveis.

2.1.2 Ethereum

Dentre essas criptomoedas, é possível destacar-se a moeda Ether, que é considerada uma das maiores em questão de capital de mercado, de acordo com o site CoinMarketCap (2019), com aproximadamente US\$ 18,2 bilhões. No entanto, faz-se necessário compreender que o Ethereum não é apenas uma moeda digital, ele se trata também de um blockchain programável, que permite aos desenvolvedores criarem e implantarem aplicativos descentralizados, denominados DApps (ETHEREUM ORG, 2019).

Buterin (2014) explica que a intenção do Ethereum é fundir o potencial de scripting, altcoins e meta-protocols existentes no blockchain, tornando possível que os desenvolvedores criem aplicativos que unam paradigmas, como escalabilidade, funcionalidade e facilidade, ao mesmo tempo. Logo, é possível afirmar que o Ethereum busca construir um blockchain com uma linguagem de programação completa e integrada, proporcionando que qualquer pessoa escreva contratos inteligentes e DApps.

Para tanto, para se escrever contratos inteligentes ou desenvolver aplicativos, faz-se necessário que o usuário faça parte da rede Ethereum. Lewis (2016) afirma então que para se conectar a essa rede, explorar seu blockchain, fazer transações ou minerar novos blocos precisava executar um cliente Ethereum, fazendo com que o computador do usuário se torne um nó e participando da rede.

Acerca das semelhanças entre o Ethereum e Bitcoin, os autores Neto e Matarazzo (2020) afirmam que, como outros blockchains, o Ethereum tem sua criptomoeda nativa, o Ether (ETH), se assemelhando ao Bitcoin, pois é um criptomoeda ponto a ponto que pode ser negociada sem um terceiro envolvido no processo, sendo descentralizada e sem um órgão regulamentador. Outra semelhança é o processo de mineração, onde os moradores competem entre si para descobrir blocos novos e ganhar recompensas. Quanto maior o preço da moeda digital, mais mineradores ela atrai e mais difícil é minerar. Através dos avanços da tecnologia a moeda evoluiu do metal para o papel, evoluindo para os cartões e, posteriormente para as criptomoedas. As mesmas conquistaram com o passar dos anos a supervalorização, evoluindo de modo com que o número de criptomoedas existentes já ultrapassa 2 mil, cuja obtenção não pode ser considerada fácil, no entanto, a transação se dá de maneira fácil, rápida e eficiente.

2.2 Commodities

De acordo com XP Investimentos, o termo commodities, palavra de origem inglesa, significa mercadoria, referindo-se a um determinado bem ou produto de origem primária que é comercializado, mercado formado por recursos agrícolas, vegetais, minerais entre outros. Segundo Cronon (1991), trata-se de uma invenção surgida nos Estados Unidos, em meados do séc. XIX, que possui uma forte expressão geográfica e política, aumentando a especialização no campo de produção, enfraquecendo e submetendo o produtor a uma lógica única ou global em situações que ele tem pouco ou nenhum controle.

Segundo Martins (2009), commodities são mercadorias em estado bruto ou de simples industrialização, que podem ser estocadas e produzidas em grandes quantidades. Caso a qualidade dos produtos seja prejudicada ou afetada, são negociadas em escalas mundiais, de origem primária que servem como matéria prima para a fabricação de outros produtos. De natureza igual, Sandroni (1999) alega que commodity em âmbitos de relações internacionais, são como uma particularidade da mercadoria em seu estado bruto, sendo assim, considerado um produto primário e de importância comercial, como por exemplo o caso do café e soja.

As principais características das commodities consistem em: qualidade e traços uniformes de produção, pouca industrialização, fungibilidade, alto nível de comercialização, produtos de origem primária, liquidez, grande importância mundial e heterogeneidade (EXPERT XP, 2019). Ao citar Williamson (1988), Souza (1999) salienta uma característica importante das commodities, que é a inelasticidade, a curto prazo, de sua oferta e demanda.

2.2.1 Classificação das Commodities

Para os autores Secomandi e Seppi (2014), às commodities podem ser separadas em três classes básicas, como: produtos agrícolas, metais e fontes de energia. Cada uma dessas classes inclui algumas espécies, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias Básicas das Commodities

Agrícolas	Metais	Fontes de Energia
Grãos: arroz, aveia, trigo e milho Óleo e farelo: óleo de soja e soja e óleo de farelo Alimentos: laranja, batatas, açúcar, cacau e café Têxteis: algodão Florestais: celulose e madeira	Ouro, cobre, prata, platina e alumínio.	Gases naturais, gasolina, gás de propano, petróleo em estado bruto e eletricidade

Fonte: Adaptado de SECOMANDI; SEPPI (2014).

Ainda conforme as categorias acima, os autores alegam que as commodities são consideradas conforme o tempo do trajeto, nível de qualidade, potencial de armazenagem em locais distintos, estações de cada commodity, bem como os insumos utilizados na produção, fornecimento e consumo.

Pinheiro (2001) aponta algumas das características necessárias para commodities em mercados futuros, tais como: disponibilidade de produtos; facilidades de armazenamento; oferta e demanda; padronização; facilidade de acesso à informação e volatilidade de preços. A autora ainda apresenta uma tipologia abrangente de commodities compreendendo as de natureza física, consideradas ativos não financeiros e ativos financeiros, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2. Tipologia das Commodities

Categorias	Exemplos
Ativos não financeiros: Alimentícios, Metais e Energia	Arroz, milho, aveia, trigo, bovinos, suínos, aves, soja e girasol
Ativos financeiros: Ações e Moedas	Certificado de Depósito Bancário (CDB); Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa Referencial (TR), Ibovespa, Criptomoedas, dólar, euro.

Fonte: Adaptado de PINHEIRO (2001).

Nota-se, que Secomandi e Seppi (2014) e Pinheiro (2001) possuem considerações parecidas quanto a classificação, contudo, Pinheiro aborda commodities com uma visão além de produtos, correlacionando assim, também como ativos financeiros. Já para a Global Association of Risk Professionals (GARP, 2015), podem classificar as commodities como: Commodities de extração:

acontecem de forma natural no solo e são adquiridas por meio da perfuração e mineração, como o cobre, ouro e prata do grupo de metais e através do gás natural e petróleo, do grupo de hidrocarbonetos; Commodities renováveis: são colhidas por meio da agricultura, como o milho, soja e trigo, grupo classificado como grãos, do porco (pecuária), do leite e queijo, que são os laticínios, e da madeira.

Dentro dessas duas classificações, as commodities ainda podem ser divididas em: commodities primárias e secundárias. A primária, são produtos não processados como o ouro, milho e petróleo e a commodities secundária como a gasolina, que é um produto processado.

2.3 As commodities agropecuárias no Brasil

As commodities agropecuárias têm importância significativa na participação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), de 1995 até 2015 os produtos agropecuários representaram mais de 20% do PIB no país.

Segundo Pinazza e Araújo (1993), o Brasil já mostrou sua competência em várias cadeias do agronegócio, como por exemplo, no complexo de soja, papel e celulose, no açúcar, na cadeia de frangos e suínos, com um potencial de desenvolvimento para uma série de outras cadeias agroalimentares. Um setor, no qual o país possui grandes perspectivas, com possibilidade de se tornar um dos principais fornecedores mundiais de alimentos (NEVES; CHADDAD; LAZZARINI, 2000).

O agronegócio brasileiro, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2004), foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estimou-se que o PIB do setor atingiria US\$180,2 bilhões em 2004, contra US\$165,5 bilhões alcançados em 2003, sendo que entre os anos de 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. Em 2003, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$36 bilhões, com superávit de US\$25,8 bilhões. Em dez anos, o Brasil dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

De acordo com o Portal Embrapa (2021), o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários, liderando o ranking das vendas externas de soja. Nos últimos anos, a exportação da soja ganhou destaque, ultrapassando a do café e tornando o Brasil o maior exportador de soja a nível mundial e o segundo país em maior produção, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 65% das exportações brasileiras são commodities. Essas exportações equivalem a 6,7% do Produto Interno Bruto brasileiro, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (WARREN, 2021).

2.3.1 Milho e Soja

Um dos maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários no mundo, é o Brasil. Principalmente quando se trata de grãos como o milho e a soja, que confirmaram o acelerado crescimento da produção e da produtividade, em virtude da adoção e propagação das inovações tecnológicas no país e a expansão geográfica na região Centro-Oeste (BORLACHENCO; GONÇALVES, 2017; SOUZA et al. 2011). As tecnologias, como fertilizantes, sementes, produtos químicos, físicos ou biológicos, máquinas e equipamentos, foram primordiais para o crescimento da produtividade desses grãos (HERRENDORF; SCHOELLMAN, 2015; SILVEIRA; BORGES; BUAINAIN, 2005).

Na agricultura brasileira o milho é tido como um produto de grande importância, uma vez que, o Brasil é o terceiro maior produtor de milho do mundo, com estimativa de 101.497 milhões de toneladas na colheita de 2022/2023. Conforme a Cogo Inteligência de Agronegócio, para a produção de milho, juntando a primeira e segunda colheita, espera-se um aumento de 11,9%, com 132,1 milhões de toneladas em 2022/23, em uma região de cultivo que pode atingir 22,1 milhões de hectares (CANAL RURAL, 2022). Em 1978 a produção do milho alcançou aproximadamente 15 milhões de toneladas, já no ano de 2018 esta produção atingiu cerca de 92 milhões de toneladas (CONAB, 2018).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (2017), a primeira produção de milho corresponde a 37% do total de grãos produzidos no Brasil. Indicando um aumento nos últimos anos, com acréscimo de 86,28% de 1997 à 2016. Ainda no ano de 2016, foi visto que a produção de milho se concentrou nas regiões Sul e Centro-Oeste, sendo os estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás os maiores produtores da commodity.

No cenário mundial, a produção e o cultivo do milho estão concentrados, sobretudo, nos países como Brasil, China e Estados Unidos, que somados, caracterizam em quase 55% da área e 66,4% da produção mundial da commodity (FAOSTAT, 2017).

Uma das culturas de maior relevância econômica do agronegócio brasileiro e mundial, é a soja. Esse acontecimento pode ser atribuído tanto ao desenvolvimento e à organização do mercado nacional, quanto ao efeito de tornar a soja como fonte de proteína vegetal e à formação de novas tecnologias que propiciem a ampliação da exploração desta em várias regiões do mundo (HIRAKURI; LAZZAROTTO, 2014).

Nos dias de hoje, a soja é o terceiro grão mais cultivado no mundo. Na colheita de 2010/2011 ocupou mais de 10% da área mundial cultivada com grãos e seu elevado teor de proteínas faz dela a primeira matéria-prima na fabricação de rações para alimentação animal e, apesar de seu baixo teor de óleo, disputa com o dendê a posição de maior produtora de óleo vegetal (PORTAL EMBRAPA, 2012). As exportações geradas pelo complexo da soja atingiram um valor de US\$25

bilhões em 2016, este valor representou, cerca de 35% das exportações do agronegócio nacional (BRASIL, 2016).

2.3.2 Boi Gordo

O Brasil tem o maior rebanho bovino comercial do mundo, com cerca de 218 milhões de cabeças segundo o censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Além disso, o Brasil é também o segundo maior consumidor mundial de carne bovina, 7,7 milhões de toneladas e o maior exportador com 1,7 milhões de toneladas de equivalente carcaça por ano de acordo com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2017).

Outros importantes exportadores de carne bovina são a Índia, a Austrália e os Estados Unidos da América (EUA). A Índia e o Brasil atualmente disputam o primeiro lugar nesse ranking, porém a maior parte da carne indiana é basicamente advinda do abate de bubalinos, uma vez que os bovinos são considerados sagrados na maior parte do país e seu abate enfrenta grande restrição. Austrália e EUA vêm logo em seguida na lista, ocupando a terceira e quarta posição em exportação de carne bovina, respectivamente. As exportações desses quatro países representaram no ano de 2017, mais de 65% de todo o mercado internacional de carne bovina (USDA, 2017).

As Regiões que apresentam maior destaque segundo IBGE (2016) são Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que, em conjunto, são responsáveis por 85,10% do total do Brasil. A Região Norte também passa a ocupar lugar de destaque, representando 8,6% do total, sendo que os Estados do Pará e Rondônia estão entre os dez maiores parques frigoríficos de bovinos do País, com dez empresas registradas no SIF cada um.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada CEPEA (2011), estimou em projeto de pesquisa que a receita da cadeia produtiva da pecuária de corte é a maior entre as cinco mais importantes agroindústrias brasileiras: algodão, cana-de-açúcar, soja, leite e pecuária de corte.

Já o setor brasileiro de carne bovina destaca-se no cenário internacional em virtude do Brasil deter o maior rebanho comercial do mundo, 187 milhões de cabeças, e a produção de 9,1 milhões de toneladas de carne por ano, além do país ser o maior exportador do produto no mundo, cerca de 1,9 milhões de toneladas por ano (FAO, 2011).

A produção de bovinos de corte é composta por três fases: cria, recria e engorda. A primeira fase vai da reprodução até o desmame do bezerro. A segunda fase começa quando o bezerro é desmamado e termina com o gado indo para engorda ou para a criação como reprodutores ou matrizes. Nesta fase, o boi é chamado de boi magro. Na última fase, a da engorda, os bois são engordados até chegarem ao ponto ideal de abate. Neste caso, os bois gordos são vendidos aos frigoríficos, que abastecem o mercado consumidor. Para cada fase, um produto é consequentemente, o preço é definido (SACHS; PINATTI, 2007).

Segundo Vital (2018), como a carne bovina brasileira em sua maioria é produzida em sistema extensivo, pode sofrer diversos tipos de influências, como por exemplo: clima, solo, sanidade, manejo das pastagens e genótipos. A atividade pecuária brasileira vem crescendo gradativamente, exibindo um altíssimo desempenho dos produtores nacionais. A quantidade efetiva de bovinos existentes em território brasileiro, no ano de 2009, foi de aproximadamente 205 milhões de cabeças, segundo o IBGE, considerando, de forma conjunta, a pecuária de corte e de leite. A taxa anual de crescimento, de 1945 a 2009, foi de 2,37%.

Segundo dados da Anualpec (2004), em oito anos, as exportações de carne bovina saltaram do montante de US \$436.391 milhões para US \$2.457.268 bilhões. Em 2004, o crescimento foi da ordem de 62,76% em relação a 2003, chegando a superar países com tradições na pecuária de corte como Estados Unidos e Austrália.

Um dos fatores mais importantes na formação do preço do boi gordo é o nível dos estoques mundiais. Pode-se notar, claramente, que quanto menores os estoques, mais altos são os preços. Outro fator que interfere nas cotações do boi gordo é a própria produção mundial, pois quanto maior ela for, menor serão os preços. Cada uma dessas variações tem um mecanismo próprio de influenciar o nível de preços (BARROS et al, 1997).

2.4 Os preços das Commodities Agropecuárias

Geman (2005) aponta que os preços de commodities agrícolas em geral apresentam sazonalidade e possuem alta volatilidade. Destaca-se a alta volatilidade de preços de commodities que se deve a fatores relativos à deterioração de produtos agrícolas, ao clima, armazenagem, entre outros. Além dessas questões, as estratégias de proteção, barreiras alfandegárias em mercados internacionais e a própria evolução tecnológica, são fatores que afetam o comportamento dos preços. As transações com commodities podem ser realizadas física, com a entrega do produto, ou financeiramente, através de transações monetárias, sem a entrega do bem, ao contrário dos mercados de ações ou de títulos, cujas transações são todas realizadas financeiramente (GEMAN, 2005).

Para Barros (1987), a formação de preços ocorre em virtude do grau de competitividade do mercado, como a oferta e a demanda, e pelo grau de intervencionismo governamental, como o controle de preços. O preço final do produto agropecuário leva em consideração um mecanismo de transmissão de preços do consumidor ao produtor e vice-versa, através do setor de intermediação.

Assim sendo, um modelo que pretende explicar o comportamento dos preços agropecuários deve considerar que os seguintes fatores podem levar a variações no preço de um determinado produto agrícola da seguinte forma: Produtor: mudanças tecnológicas, preços dos fatores e produtos alternativos, financiamento, clima; Intermediário: variações nos custos dos insumos de comercialização, como transporte, armazenamento, condições de financiamento; Consumidor: variações na renda, população, preços de outros bens.

Para Lozardo (1998), existe uma série de fatores que exercem influência sobre o preço de uma determinada mercadoria. No caso das commodities, principalmente as agropecuárias, os seguintes fatores devem ser considerados: a inflação, o nível de preço de commodities substitutas, as mudanças na taxa de câmbio e o nível de oferta do produto em questão.

2.4.1 Mercados Futuros

Na maioria dos casos, a lei da oferta e procura tem grande influência na formação de preços, pois uma oferta demasiada impulsiona os preços para baixo, já uma demanda maior que a oferta faz com que os preços subam. Conforme Lozardo (1998), no século XIX, os produtores rurais norte-americanos enfrentavam grandes problemas para comercialização de sua produção, devido ao excesso de oferta na época da safra, perante o potencial de consumo do mercado, fazendo com que os valores dos produtos caíssem, e nos demais períodos do ano, como a oferta era mínima se comparada como consumo, os preços subiam significativamente.

Os primeiros tipos de commodities a serem comercializadas no mercado futuro foram os produtos agrícolas. Segundo Holihan (2008), o primeiro futuro sobre um produto agrícola negociado aconteceu no Japão, no século XVII, no qual os comerciantes japoneses depositavam o arroz em armazéns para desfrutarem no futuro. Visando aumentar o número de comerciantes naquela época, vendiam os bilhetes de arroz, com esses bilhetes foram aceitos como uma opção de moeda comercial onde todas as pessoas entendiam seu valor e seguia as regras postas no mercado. Segundo Amaral (2003), por volta de 1730, surgiu a primeira bolsa organizada, a Bolsa de Arroz de Osaka. Em 1898, surgiu a Chicago Mercantile Exchange e, desde aquela época, outras Bolsas foram surgindo pelo mundo.

Autores como Figueiredo (2002), Bessada, Barbedo e Araújo (2007), entre outros, destacam os agentes econômicos que fazem com os derivativos, incluindo os agropecuários. Para eles, há; o hedger, cuja finalidade é se proteger contra as oscilações dos preços, procurando diminuir seus riscos; o especulador, participante que busca obter ganhos com a compra e venda de derivativos, arriscando em tendências, nos valores segundo suas crenças de alta ou de baixa, assumindo os riscos dados dos hedgers; e o arbitrador, cujo propósito é o de obter ganhos com as distorções de preços entre mercados distintos, comprando o derivativo no local mais barato e simultaneamente vendendo-o no local em que o mesmo esteja mais caro. Existem aproximadamente trinta bolsas para comercializar as commodities no mundo todo, sendo que a maior parcela acontece na China, Estados Unidos, Japão e Reino Unido (FABOZZI; FUSS; KAISER, 2008).

Para a autora Holihan (2008), os mercados futuros atuam da mesma maneira: são mercados cujo ativo implícito ao contrato efetuado é adquirido ou vendido para compra ou entrega em uma data futura. Cada contrato deste, de compra e venda, é realizado em mercados estruturados e ordenados e em que ambas partes se forçam a comprar ou vender um ativo em quantidade, qualidade e

valor combinado, em uma data e local pré-estabelecido. Quando os contratos de futuros são combinados nada é comprado ou vendido no momento imediato.

Conforme Pinto (1999), os preços são estruturados por meio da relação competitiva entre vendedores e compradores em sistemas eletrônicos ou rodas de negociações. Os preços demonstram as expectativas do mercado quanto ao valor de uma mercadoria ou de um ativo no futuro. Com a alta volatilidade dos mercados, os preços podem variar durante o mesmo dia e/ou de um dia para o outro. Ainda segundo o autor, nas operações do mercado futuro não se recebe ou paga-se nenhum valor adiantado, apenas ajustes diários, que são acertos das diferenças dos valores anteriores e atuais entre os preços futuros. Entre as várias funções desempenhadas pelo mercado futuro, existe a facilitação da administração de risco, o auxílio para as empresas preferem preços dos contratos a termo, o provimento de meios para a firma levantar capital adicional e o serviço como fonte de informação para tomadas de decisões (MARQUES;MELLO; MARTINES FILHO, 2008).

Já para Teixeira (1992), uma função dos mercados futuros é a de possibilitar àqueles que possuem interesse comercial por determinada commodity, que se protejam contra variações adversas nos preços que possam ocorrer no futuro. A intenção é que os mercados futuros tornem os mercados físicos mais eficientes por proverem informações confiáveis sobre o comportamento futuro dos preços.

Diante disso, percebe-se a importância de analisar a existência de relação entre os mercados agropecuários. Tendo em conta que o Brasil é um forte produtor de commodities, foram identificados estudos mencionando tais ativos, como por exemplo o trabalho: Análise da transmissão de preços nos mercados de boi gordo, milho e soja de Mato Grosso (SANTOS; DALLEMOLE; MANSO, 2017), que propôs analisar a transmissão de preços entre os mercados mencionados, onde o teste aplicado de Cointegração de Johansen apontou a existência de relação de longo prazo entre os preços nos mercados físicos do boi gordo, da soja e do milho em Mato Grosso.

3 Metodologia

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise de integração e relação de causalidade entre os mercados de criptomoedas e as commodities agropecuárias. Nesta seção estão apresentados as caracterizações, métodos e procedimentos para a realização da pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

Segundo Appolinário (2011, p.146), a pesquisa básica tem como objetivo a presente pesquisa pode ser classificada como básica, pois apresenta a relação inicial entre as principais criptomoedas e commodities agropecuárias. Principal finalidade desenvolver esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para 28) ainda específica que há alguns tipos de as variáveis, pretendendo autor, a pesquisa

descritiva objetiva reunir e analisar muitas informações sobre o assunto estudado. Portanto, pretende-se na pesquisa investigar se há uma causalidade entre as criptomoedas e as commodities agropecuárias, classificando-se como pesquisa exploratória. Classifica-se também como descritiva, pois pretendeu-se descrever através de análises econométricas a relação entre os ativos do objeto de estudo.

Tratando-se da abordagem do problema, classifica-se como pesquisa quantitativa, uma vez que foram utilizados dados quantitativos, cuja análise será feita por meio de estatística econométrica. Appolinário (2011, p.150) afirma que, na As variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente. Os resultados também são analisados com o uso preponderante de métodos quantitativos, por quanto a técnicas e procedimentos utilizados, será utilizado o método de pesquisa bibliográficos e visa a coleta de informações, de dados secundários, publicados e disponíveis para o público em geral, através de por exemplo: artigos, periódicos, teses, livros e sites (SEVERINO, 2007).

3.2 Descrição dos métodos adotados

Os dados que serão apresentados nesta pesquisa são dados secundários e tratam de séries temporais de preços. A estratégia empírica para avaliar a relação entre dois mercados consiste nas análises de correlações e integrações entre as principais criptomoedas e as commodities agropecuárias, através dos métodos de GARCH (Generalized Conditional Heteroskedasticity), o teste de Cointegração de Johansen (1991) e o teste de Causalidade de Engle-Granger (1987).

3.3 Lócus de Pesquisa

Os dados referem se a série de preços de contratos futuros agropecuários negociados na Bolsa de Chicago (considerada a principal Instituição Financeira relacionada às commodities agropecuárias) e na B3 (Atual Bolsa de Valores brasileira, desde 2017), coletados no portal financeiro Investing.br. Os dados serão observados no período de 7 anos (2014/2 2022/1), período de grande capitalização no mercado de criptoativos. Adicionalmente vale ressaltar que nesse período ocorreram eventos que influenciaram nos valores dos ativos no Brasil, como por exemplo: Impeachment, denúncias de corrupções governamentais e Covid-19, assim como outras ocorrências marcantes. Sendo assim, foram coletadas 2.031 amostras diárias.

3.4 Métodos de Aplicações dos Dados

3.4.1 Método de GARCH (Generalized conditional Heteroskedasticity)

O modelo GARCH, desenvolvida por Bollerslev (1986), descreve a volatilidade com menos parâmetros que o seu modelo base, modelo ARCH, com a adição de um termo de média móvel, medindo a volatilidade das séries temporais, sejam elas por motivos especulativos ou como cobertura de riscos, sendo mais prático e considerado um dos modelos mais apropriados para dados financeiros.

Segundo Alexander (?), o modelo GARCH (1,1) denominado a variação mais simples do modelo GARCH, é composta por um único erro ao quadrado defasado e um termo autorregressivo. Este termo autorregressivo é adicionado como (q) ao modelo de ARCH (p) formando assim a seguinte equação da variância:(1)

$$\sigma_t^2 = \alpha_0 + \alpha_1 \varepsilon_{t-1}^2 + \dots + \alpha_p \varepsilon_{t-p}^2 + \beta_1 \sigma_{t-1}^2 + \dots + \beta_q \sigma_{t-q}^2 \quad (1)$$

$\alpha_0 > 0, \alpha_1, \dots, \alpha_p, \beta_1, \dots, \beta_q \geq 0$.

Também pode ser escrito da seguinte forma:(2)

Sendo: As dimensões dos parâmetros que determinam as interações de curtos prazos das séries de tempo da volatilidade obtida; indica uma volatilidade persistente; de erro alto indica a volatilidade que reage intensamente as variações de mercado; Ainda segundo Alexander (2005), espera-se dos coeficientes estimados de defasagem acima de 0,8 e dos coeficientes de erros de 0,2. Para investigar a relação direta entre retorno das criptomoedas e o retorno das commodities agropecuárias, usa-se:

$$= 0 + 1 \quad 1 + 2 \quad + 3 \quad 3 \quad 1 + (4)$$

Sendo que:

AGR é o retorno dos contratos futuros agropecuários no tempo t;

BTC é o retorno do Bitcoin no tempo t e t-1;

ETH é o retorno do Ether no tempo t e t-1;

É o sinal e a significância dos coeficientes que identificam que o ativo deve ser utilizado como recursos de hedge ou de diversificação.

3.4.2 Método de Cointegração de Johansen

A integração é um modelo econométrico que surgiu em 1981 que assegura a existência de uma relação de equilíbrio ao longo prazo, sendo sua função essencial o teste de integração que consiste em verificar se há relação entre a combinação linear estável entre conjuntos de séries temporais não estacionárias. Segundo Wang (2016), caso exista a combinação linear, será chamado de equação= (+ 2 1 + 2 2 + 2 2 3 +) (3) de integração que reflete a relação de equilíbrio a longo prazo entre as variáveis não estacionárias.

Assim, este método será utilizado para testar as relações de longo prazo entre as criptomoedas e as commodities agropecuárias dentro dos mercados de ações mundiais. Johansen (1991) desenvolveu testes de cointegração com base no VAR (vector autoregressive) sendo o seguinte modelo geral:

3.4.2.1 Modelo VAR (vector autoregressive)

Segundo Sims (1980) o modelo VAR tem como característica principal considerar todas as variáveis como endógenas, sendo que cada variável é explicada pelos seus próprios valores defasados (passados) e pelos valores defasados das outras variáveis não impondo restrições a sua dependência ou independência.

Para Bueno (20012) e Wooldridge (2012) tal modelo representa para a economia o entendimento do comportamento passado; dar o conhecimento a dinâmica do comportamento; identificação das relações de causalidade; indicar que comportamentos inesperados influenciam a economia.

O modelo VAR considerando três variáveis:

$y_t =$

$$= \alpha_1 + \alpha_2 y_{t-1} + \alpha_3 y_{t-2} + \epsilon_t \quad (6)$$

$$= \beta_1 + \beta_2 y_{t-1} + \beta_3 y_{t-2} + \epsilon_t \quad (7)$$

$$= \gamma_1 + \gamma_2 y_{t-1} + \gamma_3 y_{t-2} + \epsilon_t \quad (8)$$

Sendo:

α, β, γ = Vetor de constante

α, β, γ = matrizes de coeficientes

α, β, γ = Número ótimo de defasamentos

ϵ_t = Resíduo branco da equação

3.4.3 Método de Causalidade de Engle Granger

Proposto por Granger (1969), o teste de causalidade de Granger é útil para mensurar se uma variável X é capaz de Granger-causar alterações em uma variável Y. Utiliza sentido endógeno de causalidade, e sim ao sentido de precedência temporal que a variável X pode ter em relação a variável Y. Fundamentado na ideia de que acontecimentos futuros não explicam eventos presentes ou passados, somente acontecimentos passados podem causar eventos presentes ou futuros. Supondo duas séries temporais, X e Y, que sejam estacionárias, é possível dizer que a variável X causa Y se os valores defasados de X tem alguma influência no valor presente de Y, na presença dos valores defasados de Y. Da mesma maneira, diz-se que Y causa X se os valores atrasados de Y podem ajudar a explicar o valor atual de X, mesmo considerando valores defasados de X. Para testar tais hipóteses são usadas as seguintes equações:(9)

(10) ϵ_{1t} e ϵ_{2t} são variáveis aleatórias independentes e identicamente distribuídas, sendo ambas sem autocorrelação.

A causalidade é o evento que liga dois processos, sendo um a causa e o outro o efeito, desse modo o segundo evento torna-se consequência do primeiro, mesmo que em parte, já que um efeito pode ter mais de uma causa. Nas análises de regressões, há a dependência de uma variável à outra, mas a relação existente entre variáveis não determina que há de fato a causalidade, desta forma, é

realizado testes a fim de saber quem influencia quem é de que forma. O teste sugerido por Engle e Granger (1987), busca determinar o sentido causal entre duas variáveis, tendo como hipótese nula, os coeficientes defasados iguais a zero, não existindo causalidade à Granger; e como hipótese alternativa, diferentes de zero, onde a hipótese nula não é verdadeira.

O teste sugerido por Engle e Granger (1987) leva em consideração dois passos: o primeiro passo, leva em consideração a equação através dos OLS (Ordinary Least Squares) que busca estimar os parâmetros não conhecidos em um modelo de regressão linear. O OLS escolhe dois parâmetros da equação pelo princípio dos mínimos quadrados, que consiste na abordagem em análise de regressão aproximando a solução de sistemas sobre determinados, minimizando a soma dos quadrados dos resíduos feitos nos resultados de cada equação de forma individual. O segundo passo, se rejeitar a hipótese nula, significa que Y e X estarão integrados. Caso a hipótese não seja rejeitada, então Y e X serão regressão espúria, ou seja, não integrados.

Se cointegradas, terão o teorema da representação de Granger (11)

No presente trabalho busca-se verificar se há relação de Granger causa entre os criptoativos (Bitcoin e Ether) e contratos futuros agropecuários (Boi gordo, Soja e Milho).

Espera-se que, em vista da forte capitalização do mercado de criptomoeda e popularização de seu uso, haja relação de Granger por causa das criptomoedas unidirecionais aos contratos futuros agropecuários.

4 Discussão, Análise e Avaliação dos Resultados

4.1 Apresentação dos resultados

Busca-se através deste trabalho relacionar o Bitcoin com as commodities através dos métodos: de Garch, que visa estabelecer um valor para a variância condicional em um determinado período, em outras palavras, é a fórmula para prever a variação futura entre as criptomoedas e as commodities agropecuárias; método de cointegração de Johansen, visa avaliar a relação de equilíbrio entre preços dos dois mercados; método de Granger possibilita analisar a causa entre os dois mercados e suas variáveis, sendo que os dados apresentados se dão no período de 7 anos (1 de julho de 2014 a 1 de julho de 2022), totalizando 2.031 amostras diárias. Diante disto, o trabalho de Santos, Dallemole e Manso (2017).

Apresenta resultados de que há relação e transmissão de preços no mercado do Mato Grosso. Ao passo que os resultados obtidos no trabalho de Mota (2019), apontam não haver relação entre o Bitcoin e o mercado de ações. Porém, não foram encontrados trabalhos que tenham se debruçado a entender se os preços das commodities agropecuárias e criptomoedas possuem relação entre si, por isso, este trabalho, é considerado pioneiro na área.

Caso haja relação independente do resultado específico, que cada método entrega, os agentes da cadeia deverão levar em consideração para o estudo da

formação de preços. À vista disto, os dados neste presente trabalho, serão apresentados através de uma análise estatística descritiva, que tem como objetivo descrever os dados trabalhados na pesquisa (UERJ, 2019).

Na tabela 1, está presente o índice de variância, e dentre os ativos analisados, o Bitcoin é o mais arriscado, como já esperado e reforçado na literatura, pois tem uma amplitude de preço significativamente maior, visto que, é um ativo novo e não está atrelado a um ativo real, como por exemplo, os contratos de commodities agropecuárias estão.

Tabela 1. Índice de Variância

Item	Min.	Máx.	Média	Variância	Desvio-Padrão
Bitcoin	U\$ 767,90	U\$ 67527,90	U\$ 6149,90	13434338,44	3665,29
Ether	U\$ 7,12	U\$ 4808,38	U\$ 228,20	63788,57	252,56
Milho	U\$ 301,50	U\$ 818,25	U\$ 365,50	466,15	21,59
Boi Gordo	U\$ 83,83	U\$ 171,00	U\$ 124,53	375,62	19,38
Soja	U\$ 791,00	U\$ 1769,00	U\$ 983,63	1295,75	87,24

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Ou seja, as criptomoedas apresentam medidas de riscos maiores dentro da análise de ativos financeiros, enquanto os contratos agropecuários guardam lastros com a economia real, o que guarda menor volatilidade de preços em relação às criptomoedas.

Tabela 2 Índice da Correlação entre as variáveis

Correlação	
Bitcoin - Milho	-0,001411
Bitcoin - Boi Gordo	-0,5572109
Bitcoin - Soja	-0,3419427
Ether - Milho	-0,0546239
Ether - Boi Gordo	-0,248068
Ether - Soja	-0,367075

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Além da variância citada anteriormente, se faz importante analisar a correlação entre os mercados, presente na tabela 2. Embora possam coexistir, não significa que a correlação não implica causalidade. A causa se aplica sem restrições a casos em que uma ação causa o resultado em outra, ou seja, não implica, necessariamente, em precedência de efeito. Sendo assim, a correlação é um relacionamento entre as variáveis, mas não significa que um evento faz com que outro ocorra.

Tendo em vista as análises básicas realizadas na tabela 2, observa-se a não existência de uma correlação forte, visto que, quanto mais próximo dos extremos do intervalo -1 ou +1 mais forte é o índice e quanto mais próximo ao centro, no caso 0, mais fraca é a correção linear, podendo essa, afetar inversamente ou não. No que se refere a correlação observada entre as variáveis investigadas, percebe-se que as variáveis mantêm uma correlação negativa e moderada e em algumas variáveis chega observa-se uma correlação fraca, como por exemplo, entre a bitcoin e a soja.

4.1.1 Teste de raiz unitária (ADF)

Para verificação da hipótese de relação a longo prazo, aplicou-se o teste de Dickey-Fuller (ADF), com a finalidade de verificar a presença ou não de raiz unitária, assim como a verificação de ordem de integração entre as séries de preços, conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Teste de raiz unitária de Dickey-Fuller aplicado nos preços do Bitcoin e Ethereum, e nos preços das commodities milho, boi gordo e soja

Série de	Equação	Estatística				Valores Críticos
		ADF	ADF	1%	5%	10%
Preços Bitcoin	N	-1.063	-3.430	-2.860	-2.570	0.7297
	I	-2.442	-3.960	-3.410	-3.120	0.3574
	IT	-1.063	-2.328	-1.646	-1.282	0.1440
	1ª Dif	-46.634	-3.430	-2.860	-2.570	0.0000
Ethereum	N	-1.303	-3.430	-2.860	-2.570	0.6279
	I	-2.276	-3.960	-3.410	-3.120	0.4475
	IT	-1.303	-2.328	-1.646	-1.282	0.0964
	1ª Dif	-48.859	-3.430	-2.860	-2.570	0.0000
Milho	N	-3.025	-3.430	-2.860	-2.570	0.0326
	I	-2.512	-3.960	-3.410	-3.120	0.3222
	IT	-3.025	-2.328	-1.646	-1.282	0.0013
	1ª Dif	-45.862	-3.430	-2.860	-2.570	0.0000
Boi Gordo	N	-1.791	-3.430	-2.860	-2.570	0.3847
	I	-2.492	-3.960	-3.410	-3.120	0.3318
	IT	-1.791	-2.328	-1.646	-1.282	0.0367
	1ª Dif	-43.337	-3.430	-2.860	-2.570	0.0000
Soja	N	-2.282	-3.430	-2.860	-2.570	0.1777
	I	-1.364	-3.960	-3.410	-3.120	0.8712
	IT	-2.282	-2.328	-1.646	-1.282	0.0113
	1ª Dif	-46.092	-3.430	-2.860	-2.570	0.0000

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Notas: (N) equação do teste em nível, (I) equação do teste com intercepto, (IT) equação do teste com intercepto e tendência linear, (1ª Dif) equação do teste na primeira diferença, (Z (t)) significância estatística.

De acordo com o teste de raiz unitária ADF, que se trata de um teste de evidência determinística importante para o presente trabalho, considerado de

natureza em série temporal, onde o comportamento desta, é determinado por algum fator não aleatório.

Apresentado na tabela 3, tanto em nível, quanto em intercepto e com tendência linear, o valor da estatística t apresentou resultados menores que o valor crítico ao nível de 1%, 5% e 10%, ou seja, rejeitou a hipótese nula de presença de raiz unitária, o que indica que as séries são estacionárias. Em seguida, verificou-se que essas séries possuem raiz unitária na primeira diferença, ou seja, quando transformada em retornos, as séries são estacionárias e integradas de primeira ordem.

4.1.1.1 Método de GARCH

O modelo de GARCH, elaborado por Bollerslev (1986) permite analisar neste trabalho, os comportamentos das respectivas variâncias ou volatilidades de séries entre os mercados de commodities agropecuárias e de criptomoedas, além de ser um dos modelos mais apropriados e recomendados para dados financeiros.

Segundo Alexander (2005), o GARCH (1,1) é a variação mais simples do modelo de GARCH, composto por um único erro ao quadrado defasado. Na tabela 4, após a identificação da estacionariedade das séries para rodar o presente modelo, foi realizado um tratamento nos dados coletados e depois da primeira diferenciação logarítmica, foram realizados testes para que se pudesse observar as estatísticas resumidas, matriz de correlação e por último o teste GARCH (1,1).

A seguir são apresentados os resultados encontrados quanto ao método, considerando o efeito da volatilidade das criptomoedas para com as commodities agropecuárias e assim vice-versa. Podendo assim ser um Hedge ou diversificador.

Tabela 4 - Teste de Volatilidade entre criptomoedas e commodities agropecuárias

MILHO	Coeficiente	Erro Padrão	p-valor
Bitcoin	-.0010088	.0007494	0.178
Ethereum	.000521	.0004952	0.293
Bitcoin D1	-1.33e-07	3.76e-07	0.722
Ethereum D1	-.0013366	.0068067	0.844
_cons	.005518	.0040936	0.178
BOI GORDO	Coeficiente	Erro Padrão	p-valor
Bitcoin	-.0014914	.0006148	0.015
Ethereum	.000925	.0004664	0.047
Bitcoin D1	-5.32e-08	3.30e-07	0.872
Ethereum D1	.0041201	.0047529	0.386
_cons	.0078645	.003241	0.015
SOJA	Coeficiente	Erro Padrão	p-valor
Bitcoin	-.0002572	.0006171	0.677
Ethereum	-.0002703	.0004804	0.574

Bitcoin D1	-2.17e-07	3.08e-07	0.481
Ethereum D1	.0023779	.005291	0.653
_cons	.0037792	.0032447	0.244

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Para o presente método é considerado a hipótese-nula em que o parâmetro deve conter o p-valor inferior a 0,05 para que haja relação de volatilidade entre os ativos. É levado em consideração também o sinal do coeficiente, onde o qual definirá se o mesmo será hedge, se negativo e diversificador, se positivo. A diversificação busca ativos com correlação baixa, para que as oscilações de um ativo não sejam capazes de afetar todos os contratos futuros. Enquanto o hedge possui como objetivo anular e/ou reduzir parte das variações consideradas não favoráveis, assim busca ativos com correlação negativa. Considerando os resultados da tabela 4 e as orientações acima citadas sobre o método, conclui-se que, o bitcoin em relação ao milho é considerado um hedge, porém fraco, já que não apresenta significância estatística.

A volatilidade não afeta os eventos dos contratos futuros agropecuários. A relação das volatilidades condicionais às criptomoedas, não devem ser levadas em consideração nem com hedge e nem como diversificador, pois não houve significância estatística, sendo impossível comprovar estatisticamente que existe uma relação a partir desse método.

Quanto à volatilidade do contrato futuro da soja, não é condicionado a volatilidade do bitcoin e do ethereum, tendo assim como o milho, não apresenta significância estatística. Já em relação ao boi gordo, é relevante levar em consideração o retorno ou a volatilidade da bitcoin, tendo em vista a observância da relação estatisticamente significativa como um hedge e no ethereum, uma relação significativa a 5% quanto ao boi gordo. Sendo assim, conclui-se que a bitcoin serve para hedgear, o ethereum serve como um meio diversificador. E os setores defasados não foram significativos, apesar de guardarem o mesmo sinal. Então, é indicado para quem opera nos mercados de boi gordo, o bitcoin como um hedge como meio de proteção e o ethereum como um ativo diversificador em seu portfólio.

4.1.1.2 Método de Cointegração de Johansen

As análises de integração de Johansen consiste na realização de testes de eficiência de mercado de maneira a utilizar a integração por meio do método de Máxima Verossimilhança. Cointegração significa que, a despeito de serem individualmente não estacionárias, uma combinação linear entre duas ou mais séries temporais pode ser estacionária (GUJARATI; PORTER, 2011).

Segundo Johansen (1991, 1995), o teste objetiva verificar se duas ou mais variáveis são sincronizadas. Se tais séries forem integradas, significa que ocorre a relação a longo prazo entre elas. Caso não ocorra tal integração, pode-se sugerir a possibilidade de competição entre os mercados integrantes da análise (GAIO et

al,2005). Assim, esse método será utilizado para verificar as relações a longo prazo entre os criptoativos e as commodities.

Após realizar o teste de raiz unitária e verificar a ordem de integração entre as séries de preços, define-se o número ótimo de defasagens para o teste de cointegração de Johansen (1988) para verificar o equilíbrio dos termos de relacionamento de longo prazo entre as séries de preços do Bitcoin e Ethereum e as commodities milho, boi gordo e soja.

Portanto, após a realização do teste de estacionariedade para demonstrar o conjunto de dados, os dados podem ser trabalhados numa regressão.

Tabela 5 - Teste traço para verificação de cointegração entre os preços do Bitcoin e Ethereum em relação aos preços das commodities milho, boi gordo e soja

Variável de	Série de	Vetores de	Eigenvalue	Teste	
Cointegração	Preços	Cointegração	Traço	Valor Crítico (5%)	
Bitcoin	Milho	0	.	42.2077	47.21
		1	0.00887	24.1383	29.68
		2	0.00487	14.2479	15.41
		3	0.00445	5.2005	3.76
	Boi Gordo	0	.	42.2077	47.21
		1	0.00887	24.1383	29.68
		2	0.00487	14.2479	15.41
		3	0.00445	5.2005	3.76
	Soja	0	.	42.2077	47.21
		1	0.00887	24.1383	29.68
		2	0.00487	14.2479	15.41
		3	0.00445	5.2005	3.76
Ethereum	Milho	0	.	44.7537	47.21
		1	0.01158	21.1355	29.68
		2	0.00479	11.4016	15.41
		3	0.00357	4.1560	3.76
	Boi Gordo	0	.	44.7537	47.21
		1	0.01158	21.1355	29.68
		2	0.00479	11.4016	15.41
		3	0.00357	4.1560	3.76
	Soja	0	.	44.7537	47.21
		1	0.01158	21.1355	29.68
		2	0.00479	11.4016	15.41
		3	0.00357	4.1560	3.76

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Uma vez determinado o número ótimo de defasagens, foi realizado um teste traço para verificação de integração, conforme apresentado na tabela 5, com significância estatística definida em 5% como base para rejeitar ou não a hipótese de integração. Ao observar o valor crítico e o valor de teste do traço, não rejeita a hipótese nula, ou seja, não existe uma relação de integração entre os preços dos contratos futuros de commodities e os de criptomoedas. Ressalta-se que a condição para uma tendência aleatória comum entre as séries de preços é a existência de um vetor de integração (rejeitando assim a hipótese de vetor nulo de que existe pelo menos um vetor de integração). Portanto, os resultados da tabela 5 sugerem que a série de preços não guardam uma relação de equilíbrio comum de longo prazo.

4.1.1.3 Método de Causalidade de Engle Granger

O presente método busca determinar o sentido causal entre duas variáveis, neste caso, buscar a existência de precedência temporal de uma variável sobre a outra (Granger, 1969), desde que essa precedência seja estatisticamente significativa, ou seja, podem ocorrer três situações: relação bicausal, quando os efeitos ocorrem nas duas direções; ausência de causalidade quando se apresenta não significativo para as duas equações; relação unicausal, quando o efeito ocorre em uma só direção. Neste trabalho, considera-se as variáveis criptomoedas e commodities agropecuárias. Abaixo serão apresentados os resultados da causalidade do milho, bitcoin.

Para análise Granger, é considerado uma hipótese nula de não relação causal. Neste caso, a hipótese nula é variável x não causa Granger variável y. Se menor que 0,05 rejeita-se a hipótese nula, se maior que 0,05 não rejeita-se a hipótese nula. Os resultados podem ser observados na tabela 6.

Tabela 6. Teste de Causalidade Granger Bitcoin

Variável X	Variável Y	Prob>chi2
Milho →	Bitcoin	0,010
Bitcoin →	Milho	0,394
Boi Gordo →	Bitcoin	0,550
Bitcoin →	Boi Gordo	0,183
Soja →	Bitcoin	0,009
Bitcoin →	Soja	0,794

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Os cálculos realizados considerando o Bitcoin e as commodities apontam que há existência de causa Granger unilateral das commodities para o criptoativo, no entanto, as commodities que apresentam causa Granger são Bitcoin (0,010) e dá Sendo assim, é possível constatar que as commodities Milho e Soja influenciam diretamente nos preços futuros do Bitcoin; já na análise inversa, do BTC para as commodities, constata-se que não há causa Granger. Haja vista que, a criptomoeda não influencia nos preços de contratos futuros das commodities. Quanto ao Ether, têm-se a causa Granger unilateral nas commodities Milho Ether (0,000) e Soja Ether

(0,002), entretanto, a relação causal dessas commodities para o Ether é mais intensa quando comparado ao Bitcoin, conforme mostrado na tabela 7.

Tabela 7 - Teste de Causalidade Granger Ethereum

Var. Esq.	Var. Dir.	Prob>chi2
Milho	Ether→	0,000
Ether	Milho→	0,469
Boi Gordo	Ether→	0,685
Ether	Boi Gordo	0,746
Soja	Ether→	0,002
Ether	Soja →	0,726

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022)

5 Considerações Finais

Esse trabalho buscou verificar a relação entre criptomoedas e os principais contratos futuros de commodities agropecuários, para justificar-se, na suposta relação entre os dois mercados, que, além de ser importante para o desenvolvimento de novos negócios, implica no processo de formação de preços, impactando diretamente a gestão financeira-empresarial dos diversos segmentos de negócios agropecuários.

A partir da revisão da literatura, foram levantados elementos teóricos e empíricos a respeito da origem das moedas não digitais, utilizadas para trocas, devido a necessidade de se ter algo para troca de bens, até a criação das criptomoedas. As criptomoedas se diferem das moedas virtuais por possuírem uma estrutura descentralizada e por empregar uma tecnologia criptográfica que garante a validade de cada transação realizada, como é o caso das duas principais criptomoedas: Bitcoin e Ethereum, que funcionam através de blockchain. Foram levantados elementos teóricos também acerca do conceito, funções e classificações de Commodities e das principais commodities agropecuárias brasileiras consideradas com importância significativa na participação do PIB brasileiro e responsáveis por fazer do Brasil, um dos maiores exportadores e produtores do mundo, são elas: milho, soja e boi gordo.

Para se atingir uma compreensão acerca do objetivo geral de verificar qual a relação de médio e longo prazo entre os mercados das criptomoedas: Bitcoin e a Ethereum e as commodities agropecuárias: milho, soja e boi gordo, definiu-se três objetivos, nos quais foram utilizados três modelos econométricos básicos procurando tais evidências de relação e para que os modelos pudessem ser aplicados, foi necessário a coleta de dados no período de 7 anos (2014/2 2022/1) totalizando assim, 2.031 amostras diárias. O primeiro utilizou-se o modelo de Garch, que buscou identificar a relação de volatilidade nos retornos das criptomoedas em relação aos contratos futuros, diante disso, verificou-se que o único contrato futuro que guardou uma significância estatística, foi o boi gordo.

Depois, utilizou-se o método de integração de Johansen, onde a análise permitiu concluir que não houve quaisquer tipos de relação de equilíbrio a longo prazo entre os mercados de criptomoedas e o de commodities agropecuárias. Quanto ao

terceiro método utilizado, o teste de causalidade de Engle Granger, foi apurado que, os contratos futuros de milho e soja guardam sim uma causalidade unidirecional apontada para o mercado de criptomoedas, sendo capazes de influenciar diretamente nos preços futuros da bitcoin e de maneira mais forte ainda no ether.

Sendo assim, diante do problema de pesquisa apresentado e dentro do conjunto de métodos utilizados para responder aos objetivos, conclui-se que, esses mercados guardam relações fracas e dispersas, a partir de condições estatísticas específicas entre si, e que, a partir do resultado, recomenda-se aos gestores de investimentos e operadores das cadeias, que continuem a investigar essas relações através de outros métodos e/ou outras causas para nortear as suas decisões, levando em consideração os estudos estatísticos de criptomoeda em relação ao portfólio de contratos futuros agropecuários e assim vice-versa. Sugere-se, pesquisas que identifiquem os determinantes que possam afetar os preços das variáveis, assim como, a análises de transmissão de preços entre os mercados.

Quanto a limitações da pesquisa, obteve-se resultados não esperados inicialmente, pois, esperava-se que as variáveis que tiveram relações, fossem ao menos relações mais relevantes, ou seja, que fossem fortes entre si. Outra limitação quanto ao trabalho, foi a dificuldade em encontrar embasamento teórico sobre tema abordado, como por exemplo, artigos, livros, publicações e entre outros que abordassem estudos quanto ao tema e quanto aos métodos aplicados presentes neste trabalho.

Referências

- ALMEIDA, José Afonso. Análise da relação entre o Bitcoin e o Mercado Acionista: estudo de preços, rendibilidades e transferência de volatilidade. Evorá 2020.
- AMARAL, Carlos Antônio Lopes Vaz. Derivativos: o que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 71-80, 2003.
- ANTONOPOULOS, Andreas M. Mastering Bitcoin: unlocking digital cryptocurrencies. " O'Reilly Media, Inc.", 2014.
- ANUALPEC. Anuário da pecuária brasileira. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2004.
- ARAGON. Matheus. Criptomoeda: uma análise da utilização do Bitcoin na sociedade contemporânea. Florianópolis. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Origem e evolução do dinheiro. 2019
- BESSADA, Octavio; BARBEDO, Claudio; ARAÚJO, Gustavo. Mercado de Derivativos no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BORLACHENCO, Natascha Góes Cintra; GONÇALVES, Ariadne Barbosa. (2017). Expansão agrícola: Elaboração de indicadores de sustentabilidade nas cadeias produtivas de Mato Grosso do Sul. Interações, v.18, n.1, p. 119-128.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2016). Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro.
- BUTERIN, V. A next generation smart contract & decentralized application platform. Ethereum White Paper, p. 1-36, 14 jan. 2014.
- CANAL RURAL. Consultoria prevê safra recorde de grãos superior a 320 mi de toneladas em 2022/23. 2022.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. Origem do Dinheiro. Brasil, 2019.

CEPEA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Desenvolvimento metodológico e cálculo do PIB das cadeias produtivas do algodão, cana de açúcar, soja, pecuária de corte e leite no Brasil. Relatório, 2011.

COIN MARKET CAP. Top 100 Cryptocurrencies by Market Capitalization. 2019.

COINMARKETCAP. Todas as Criptomoedas.2021

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. (2017). Séries históricas de área plantada, produtividade e produção.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Importância econômica do milho. Dados Conab, 2018.

CRONON, Willian. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

EXPERT XP. O que são as commodities? 2019.

FABOZZI, Frank J; FUSS, Roland; KAISER, Dieter G. The Handbook of Commodity Investing. 2008. Mercados Financeiros e Gestão de Portfólio 22(4), p. 405-406.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. FAO: O Brasil é o maior exportador do mundo de carne bovina. 2011.

FAOSTAT, Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2017).

FIGUEIREDO, Antônio Carlos. Introdução aos Derivativos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FUZITANI, E. A. Meio eletrônico de pagamento e desempenho no varejo: estudo comparativo de setores na adoção de um cartão de loja como meio de pagamento. Orientador: Antonio Carlos Aidar Sauaia. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP) - USP,2007.

GARP, Global Association of Risk Professional. Financial Risk Manager (FRM) Exam Parte I: Financial markets and products. 2015 (5nd ed). Boston. Pearson Education. 2015.

GEMAN, Hélyette. Commodities and commodity derivatives: Modeling and pricing for agriculturals, metals and Energy. 2005. Chichester. John Wiley & Sons

GERVAIS, A. et al. On the Security and Performance of Proof of Work Blockchains. p. 3 16, 2016.

GUIA DO BITCOIN. Bitcoin e Blockchain para leigos.

HERRENDORF, Berthold; SCHOELLMAN, Todd. (2015). Por que a produtividade medida é tão baixa na agricultura? 2015. Review of Economic Dynamics, 18(4), 1003-1022.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi, LAZZAROTTO, Joelsio José. (2014). O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro. Documentos, (349), 1-70. Londrina: Embrapa Soja, 2014.

HOLIHAN, Mary. The complete guide to investing in commodity trading and futures: How to earn high rates of returns safely. 2008. Florida. Atlantic Publishing Group, Inc.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM 2010: Rebanho Bovino nacional cresce 2,1% e chega a 209,5 milhões de cabeça. 2010

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PPM 2020: rebanho bovino cresce 1,5% e chega a 218,2 milhões de cabeças. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida. 2016.

LOZARDO, Ernesto. Derivativos no Brasil Fundamento e Práticas. 1998. São

Paulo: BM&F, 1998.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agronegócio Brasileiro: O que é? 2004.

MARQUES, Pedro Valentim; MELLO, Pedro Carvalho; MARTINES FILHO, João Gomes. Mercados futuros agropecuários. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008.

MARTINS, Talita Mauad. Ciclos e previsão cíclica dos preços das commodities: um modelo de indicador antecedente para a commodity açúcar. 2009. 151 p. São Paulo, 2019.

MATTILA, J. The blockchain phenomenon - The Disruptive Potential of Distributed Consensus Architectures. BRIE Working Paper 2016-1, v. 2420, n. May 2016, p. 1 25, 2016.

NAKAMOTO. Satoshi. 2008. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2008.

NETO, Angelo Pisani; MATARAZZO, Gustavo. Bitcoin, ethereum e xrp: uma análise histórica das criptomoedas e suas tecnologias. Revista Ciência em Evidência, v. 1,n. 1, p. 27-41, 2020.

NEVES, Marcos Fava; CHADDAD, Fabio Ribas; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Alimentos: novos tempos e conceitos na gestão de negócios. 2000. São Paulo: Pioneira.

PINAZZA, L. A.; ARAÚJO, N. B. Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness. São Paulo: Globo, 1993.

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2001.

PINTO, Edemir. Mercados Derivativos, São Paulo, 1ª ed., 1999.

PORTAL EMBRAPA. Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. 2021.

PORTAL EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2012.

SACHS, Raquel Catellucci Caruso; PINATTI, Eder. Análise do comportamento dos preços do boi gordo e do boi magro na pecuária de corte paulista, no período de 1995 a 2006. 2007. Revista de Economia e Agronegócio, v. 5, n. 3.

SAMPAIO e Luiza [2018], Macroeconomia esquematizado®, 3rd edição,[pinheirosSP]. Disponível em: Minha Biblioteca. SASSON, Eli Ben et al. Zerocash: Decentralized anonymous payments from bitcoin. In: 2014 IEEE Symposium on Security and Privacy. IEEE, 2014. p. 459-474.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos / Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CAPÍTULO 6

A INCLUSÃO DOS FORMADOS IMIGRANTES DA GUINÉ-BISSAU NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2010 – 2020

Gean Pablo Azara Sousa
Haimilton Raimundo da Silva

Resumo: Nas últimas décadas, houve um crescimento de imigrantes da Guiné-Bissau no Estado de Goiás, e esse aumento se dá com a finalidade distintas entre as quais: trabalho, estudo, viver e a procura de uma ambição e perspectivas diversas. Nessa mesma ocasião, distingue-se a integração de alguns em instituição de ensino brasileiro e para posteriormente desenvolver atividades laborais. Mais certamente, alguns portadores de diploma de formação acadêmica trabalham de acordo com suas áreas de formação, porém a predominância de outros formados em atividades precárias e informais. Por isso, questiona-se quais as dificuldades destes formados imigrantes da Guiné-Bissau para ingressarem no mercado de trabalho conforme as suas áreas de formação? Nesse sentido, realiza-se a presente pesquisa sobre a Inclusão dos formados imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho brasileiro do estado de Goiás, entre 2010 e 2020, com intuito de identificar a inclusão desses imigrantes africanos no mercado de trabalho. Para tanto, é necessário descrever o breve historial da Guiné-Bissau e a relação para com o Brasil. Ainda, localizar as cidades de Goiás com maior concentração dos guineenses, sobretudo abordando-se as teorias do mercado de trabalho, os aspectos conceituais da migração (emigrante e imigrante) e a captação de elementos em relação à inserção desses. Este estudo baseia-se no método estatístico, com abordagem qualitativa sob o tipo descritivo, onde se põe em prática os procedimentos bibliográficos e levantamentos de dados tanto por parte das entidades competentes para regulamentação da situação migratória no Brasil em destaque na polícia federal, assim como dos entrevistados. Com isto, obteve-se resultados positivos oriundos dos entrevistados, dentre os principais prova-se que há escassez dos formados no mercado de trabalho no que diz respeito às suas áreas de qualificação acadêmica, concluindo-se que o preconceito e racismo estrutural brasileiro contribuíram preponderantemente na complexidade da inclusão desses formados imigrantes nas atividades laborais.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Migração. Guiné-Bissau. Goiás. Brasil.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo identificar a inclusão dos formados imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no Estado de Goiás. Especificamente, procura descrever o breve historial e as características da Guiné-Bissau e as relações no processo migratório guineense para o Brasil, como também busca localizar as cidades do Estado de Goiás com maior concentração dos imigrantes desse país africano. Além disso, trazemos as diferentes abordagens estudadas sobre a teoria do mercado de trabalho e conseqüentemente a captação de dados da situação desses imigrantes em relação ao mercado de trabalho brasileiro.

Justifica-se com observância, nas últimas décadas, o crescimento dos imigrantes da Guiné-Bissau no estado de Goiás. Nesse meio tempo, como integrante do grupo, nota-se que essas pessoas entram no Brasil com finalidades diferentes para trabalhar, viver, estudar e desenvolver as suas ambições e perspectivas. Nessa mesma ocasião, distingue-se a integração de alguns em alguma instituição de ensino e para posteriormente desenvolver atividades no mercado de trabalho brasileiro.

Percebe-se que alguns guineenses portadores de diploma de formação acadêmica, provenientes de diferentes instituições do ensino superior do Brasil se encontram nas situações de emprego conforme as áreas de formação, do mesmo modo a predominância dos outros formados em atividades precárias e informais devido às dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho, sobretudo nas suas áreas de formação.

Além disso, tem verificado que muitos precisam de emprego, uma ocupação em serviço público ou privado para realizarem as suas atividades mediante uma remuneração com vista suprimir as suas necessidades ou adquirir mais conhecimentos práticos e crescimento profissional. Neste sentido, o Psicólogo americano Abraham H. Maslow (2018) estabelece a base de ideia que cada ser humano esforça-se muito para satisfazer as suas necessidades tanto pessoais quanto profissionais, onde fez a seguinte divisão hierárquica das necessidades que são, necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto-realização.

Este estudo pode auxiliar a título de produção acadêmica e o Estado de Goiás, sobretudo as localidades estudadas, criar as políticas públicas voltadas para os formados imigrantes da Guiné-Bissau. Do mesmo modo, pode promover um mapeamento para identificar as maiores concentrações dos guineenses e as principais atividades desenvolvidas por eles nestas localidades, para uma possível criação de campanha de orientação, apoio e incentivo às pessoas face ao mercado de trabalho.

Com base na opinião desse autor americano, questionamos quais as dificuldades dos formados imigrantes da Guiné-Bissau para ingressarem no mercado de trabalho conforme as suas áreas de formação? Possivelmente, a conjuntura de preconceito e racismo estrutural vivenciado no brasileiro é um dos fatores preponderantes de complexidade na inclusão dos formados imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho. Ou eventualmente, a vitimização de percepção negativa de falta de competências e complexidade linguística são paradigmas de incertezas de construção de oportunidades face ao mercado de trabalho formal conforme a área de formação.

A presente pesquisa baseia-se no método estatístico, com abordagem quali-quantitativa sob o tipo descritivo, onde pomos em prática os procedimentos bibliográficos e levantamentos de dados tanto por parte das entidades competentes para regulamentação da situação migratória no Brasil em destaque polícia federal, assim como as respostas do questionário com 13 perguntas submetidas aos 52 imigrantes da Guiné-Bissau que são atuais residentes no Brasil tal qual os outros não residentes atualmente no estado, porém já viveram no Estado durante o

período delimitado na pesquisa, entre 2010 a 2020.

A primeira sessão enquadra-se na decifração da metodologia usada no estudo. Em seguida do breve histórico da Guiné-Bissau desde a sua divisão político-administrativa, a cultura religiosa, linguística, a invasão colonial portuguesa, a luta nacional pela independência, o processo da democratização até a relação bilateral e trilateral da Guiné- Bissau para com o Brasil.

A segunda sessão traz um conhecimento sintético do Brasil, isto é, a sua situação geográfica, religiosa, descoberta por Portugal e a divisão dos estados e unidades federativas. Nesse sentido, como o nosso estudo centraliza-se no estado de Goiás, damos a conhecer as características e o surgimento do Estado de Goiás, esse nome que surgiu etimologicamente da tribo indígena “guaiás”, que por deformação da palavra originada se tornou Goiás.

A terceira sessão aborda as terminologias e teorias da migração e o mercado de trabalho, onde damos destaques nos aspectos conceituais da migração interna e internacional, sobretudo as distinções entre imigrantes e emigrantes. Do mesmo modo, destacamos as diferentes abordagens dos autores sobre inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho e enfatizamos a definição da integração, assimilação e aculturação. Já a quarta e última sessão apresenta o resultado da nossa pesquisa em simultaneamente com a discussão no que diz respeito ao cruzamento dos elementos fornecidos pelas nossas fontes bibliográficas e as realidades confortadas no terreno.

2 Metodologia

O presente artigo baseia-se no método estatístico que se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais. As explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras (GIL, 2008, p.36).

Quanto à natureza de pesquisa, utilizou-se o método de abordagem mista - quali-quantitativa. Isto, levando em consideração as duas abordagens paulatinamente em que primeiramente é necessário ter posse das informações e opiniões de fenômeno estudado por fase qualitativa. Em seguida da construção de questionário aplicado no setor e depois da tabulação, é realizada a análise dos dados com base nos instrumentos estatísticos por fase quantitativa (SILVA, 2014, p. 20).

A investigação desenvolve-se com base no tipo de pesquisa descritiva. Nesse tipo de pesquisa é exigida a descrição das veridades dos fatos de um determinado assunto sem que haja interferência de qualquer parte interessada. Além disso, o pesquisador descreve e caracteriza uma determinada população ou estabelecimento conforme a técnica de observação sistemática e do levantamento de dados (PRODANOV.; FREITAS. 2013, p.52).

Relativamente aos procedimentos técnicos, o trabalho procede-se de estudo Bibliográfico e do levantamento, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base nas obras ou materiais já publicados

nos quais destacam-se: livros, revistas, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, etc. com vista proporcionar ao pesquisador o material já escrito sobre o assunto semelhante da pesquisa que pretende desenvolver. Por outro lado, o levantamento é caracterizado pela pergunta direta ou indireta das pessoas com o comportamento que se deseja estudar. Basicamente, solicita-se às informações de um grupo de pessoas para, posteriormente conforme análise quantitativa, chegarem às conclusões dos dados coletados (GIL, 2002, p. 50).

Também, utilizamos os questionários que são os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados, principalmente apropriando dos meios disponibilizados nos aplicativos internauticos onde facilitam a participação dos guineenses atualmente residentes nos outros países que já viveram no Goiás-Brasil entre 2010 e 2020. Do mesmo modo, o Gil (2008, p, 140) definiu o questionário como a técnica de investigação constituída por diversas questões formuladas oralmente ou escritamente que são submetidas a pessoas com o intuito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. também, podem ser enviados por correio físico ou eletrônico, que, após o preenchimento, serão devolvidos pelo participante (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3 Breve Historial Da Guiné-Bissau

3.1 Contextualização

Percebe-se a necessidade de contextualizar e caracterizar a Guiné-Bissau em várias dimensões, desde a sua situação geográfica, administrativa, cultural e línguas, assim como a presença colonial portuguesa, luta da libertação nacional, independência e as relações da Guiné-Bissau para com o Brasil. Isso se tange na perspectiva de enquadrar sobre o objeto da pesquisa. Pois, antes de discutir sobre o tema escolhido para pesquisa da migração de determinado país, entende-se pertinente conhecer o país primeiro como ponto de partida para desenvolver as atividades de estudo.

Conforme Timóteo Saba M'bundé (2018, p. 61), este país, atualmente chamado República da Guiné-Bissau, cuja capital é Bissau, integrante da ex-colônia portuguesa, fica situado na costa ocidental da África, faz fronteira ao norte pelo Senegal, ao sul pela vizinha República da Guiné-Conacri e a oeste pelo oceano Atlântico. Em termos da dimensão territorial é um dos pequenos países africanos, a sua superfície geográfica terrestre é de 36.125 km², sendo a dimensão povoada estimada em 24.800 km² (REGNA, 2019, p. 10).

O país é constituído por uma parte de extensão continental e outra composta de ilhas, que formam os arquipélagos de Bijagós. Atualmente, são concebidos por mais de 88 ilhas ao largo da costa africana, dentre os quais somente dezessete delas são habitadas. Essa parte isolada é uma das zonas protegidas nacionalmente e internacionalmente como tal é classificado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1996 como reserva da biosfera, da qual, coexistem aves, macacos, crocodilos, hipopótamos, tartarugas

marinhas lontra e pernaltas, entre outras espécies (REGNA, 2019, p. 10).

3.2 Divisão Político-Administrativa

Em termos administrativos, baseado na tese do M'bundé (2018, p. 61), a Guiné-Bissau divide-se em três províncias nas quais Norte com três regiões: Cacheu, Biombo e Oio; Sul: Quinara, Tombali e Bolama; Leste: Bafatá e Gabú; e mais o setor autônomo Bissau, além de 38 setores. O setor autônomo Bissau, Capital do País, cidade político-administrativa, com maior concentração populacional que tem o comércio como atividade econômica principal, tinha 387.909 mil habitantes, em 2010, correspondendo a 25,51% dos habitantes do país (TEIXEIRA, 2015, p.130).

Por outro lado, um dos principais setores produtivos é o comércio de castanha de caju, vendida em estado bruto, no mercado internacional, representando 38% do PIB, perdendo apenas para o setor de manufaturas de madeira, que representa 49,5%, segundo dados do Guia de Negócios do Ministério das Relações Exteriores. O Produto Interno Bruto, riqueza produzida durante um ano, cifra em 884 milhões de dólares, com um crescimento, em 2013, na ordem de 2, 8% do PIB (FMI, 2013). O arroz é a base alimentar dos guineenses, tanto no campo, quanto nas cidades. No entanto, Guiné-Bissau importa mais de 90% de sua base alimentar por não possuir grandes indústrias de transformação e de produção (REGNA, 2019, p. 10).

Outrossim, constata-se o fluxo dos bens e a circulação de capital no ciclo de campanha e comercialização da castanha de caju, sobretudo na zona rural do país, onde reside a família que se considera de baixa renda. Além disso, nessa fase, pode-se observar o retorno dos nativos das zonas rurais para as suas respectivas aldeias, ora deixadas por razão da administração centralizada em Bissau.

3.3 Densidade Populacional, Étnica, Religiosa e Linguística

Conforme Teixeira (2015) baseado no censo 2009, a Guiné-Bissau tinha 1.520.830 habitantes, dos quais menos 1% são brancos ou mestiços, sendo 99% de negros. Ainda, esse país africano abriga várias religiões; conforme as estimativas dos últimos dez anos, 65% são animistas e/ou cristãos não praticantes, 33% são muçulmanos, e um pouco mais de 5% são cristãos praticantes (BORGES, 2009 *apud* M'BUNDÉ, 2018, p. 63).

As diversidades étnicas compõem o mosaico da riqueza cultural guineense. Os grupos étnicos são distribuídos das seguintes percentagens, Balantas (30%) da população, Fulas (20%), Manjacos (14%), Mandingas (13%), Papeis (7%) e os outros (16%) são grupos menores, Brames ou Mancanhas, Biafadas, Bijagós, cada um desses grupos preserva as suas identidades próprias, desde as formas de se comunicar, dançar, casar, assim como as particularidades de línguas e o sistema político-administrativo local das suas respectivas aldeias (TEIXEIRA, 2015, p.130).

Em termos linguísticos, português é a língua oficial da Guiné-Bissau, se aplica na escola, no trabalho formal, nos documentos oficiais, nas leis, etc. embora a língua guineense (Crioulo) tenha sido a idioma nacional e mais falada no país, ou seja, utiliza-se muito na comunicação cotidiana dos guineenses (M'BUNDÉ, 2018, p. 63).

Neste momento, português como língua oficial está ganhando espaço cada vez mais na sociedade guineense ao contrário dos tempos coloniais em que apenas uma minoria dominava o português, consideravelmente é a língua do colonizador, e a língua guineense surgiu no seio das diferentes etnias da Guiné-Bissau precisamente nas zonas urbanas, sobretudo na cidade de Cacheu, Bolama e Bissau.

Além disso, a língua crioula conheceu grandes expansões durante a luta de libertação, em que mensagens políticas revolucionárias eram transmitidas em Crioulo, dificultando os inimigos coloniais portugueses para entenderem as estratégias da guerra da libertação nacional guineense. Neste sentido, a Crioula foi entendida pelo PAIGC como a língua da unidade nacional. Nesta perspectiva, logo após a independência o crioulo teve a sua maior difusão nas cidades, afirmando-se cada vez mais e tornando-se uma língua de prestígio em número de falantes (REGNA, 2019, p. 12; M'BUNDÉ, 2018).

3.4 Chegada dos Portugueses a Guiné-Bissau

Segundo o M'bundé (2018, p. 63), os portugueses, por intermédio do navegador e explorador Nuno Tristão, foram os primeiros europeus a pisarem o solo guineense, em 1446, atribuindo posteriormente a esse território o estatuto de província ultramarina e chamava também de Guiné-portuguesa. Entretanto, Nuno Tristão, enviado pelo Infante D. Henrique com a missão de explorar a costa africana, recebeu grandes ataques dos povos indígenas logo a sua chegada, não resistindo e acabou por morrer nos rios da atual Guiné-Bissau (TEXEIRA, 2015, p.137).

Com o passar do tempo, registou-se a penetração portuguesa no solo guineense que se limitava, por muito tempo, a servir dessa região costeira como ponto estratégico de apoio para o comércio escravagista na Costa Ocidental Africana, mediante 16 instalações de feitorias, ao longo do rio de São Domingo e Rio Grande. Em 1588, foi construída a primeira fábrica da atual Guiné-Bissau, em Cacheu, com capital em Bolama (REGNA, 2019, p. 20).

Desde muito cedo existe uma ligação facilitada por Portugal entre a Guiné-Bissau e para com o Brasil como é confirmado pelo Teixeira (2015, p. 141), em 1755, surgiu a Companhia do Grão-Pará e Maranhão com o objetivo de explorar o comércio de importação de escravizados africanos para aquele estado de nordeste do Brasil. a Companhia serviu de motivo para muitas acusações dos empresários guineenses pelas precárias condições de vida da sua população.

3.5 Resistência Indígena Guineense

A Guiné-Bissau, desde a chegada dos portugueses, sempre foi considerada uma colônia de comércio e não a de assentamento ou povoação com o fato em decorrência da ausência dos colonos europeus. Do mesmo modo, outros países africanos invadidos por Portugal, caso de Moçambique e Angola eram vistos povos “não-civilizados” ou “primitivos”, tal qual o povo guineense.

Ao contrário disso, estes dois países colonizados também por Portugal, Cabo Verde e São Tomé que são partes insulares, abrangiam um estatuto distinto, isto é,

os povos desses países eram considerados “civilizados” devido a um modelo de colonização distinto do Estado colonial. Apesar disso, Portugal diz que foram anos de dominação territorial da Guiné-Bissau, mas não corresponde minimamente à verdade, porque foram anos de luta e resistência no território da Guiné-Bissau, a população indígena guineense nunca deixou de reagir à presença portuguesa, utilizando-se de diversos meios para neutralizar o desejo dos portugueses de controlar o território (TEXEIRA, 2015, p.137).

Com a realização da conferência de Berlim (1884-1885), os portugueses intensificaram suas campanhas de ocupação, que só terminaram com a conquista e ocupação da ilha de Canhabaque, no arquipélago dos bijagós, em 1936 (M'BUNDÉ, 2018, p. 61 e 62).

Importa-se dizer que entre os séculos XV e XIX, os colonizadores portugueses sequer se preocuparam ou criaram as estratégias viabilizadas para com o desenvolvimento da “Guiné-portuguesa”, tendo apenas as intenções exploradoras das suas riquezas. Enquanto desde sempre, o povo praticava as suas atividades artesanais e de agriculturas, isto é, o guineense era cultivador, criador de gado, apicultor, pescador e coletor dos produtos da terra, e, mesmo como sendo donos da terra, era obrigado a pagar impostos à administração do Estado colonial portuguesa na Guiné-Bissau (AMPAGATUBÓ, 2008 *apud* M'BUNDÉ, 2018, p. 62).

3.6 Luta da Libertação Nacional

Após vários anos sob administração colonial portuguesa, chegou o momento em que o povo decidiu pôr cobro às situações vividas há anos, razão pela qual surgiu-se o movimento da libertação nacional denominado Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde com a sigla (PAIGC). Esse partido da libertação do jugo colonial foi fundado por Amílcar Lopes Cabral e outros companheiros políticos e ideológicos, em 19 de setembro de 1956, em Bissau, com o desafio central da independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde (M'BUNDÉ, 2018, p. 64).

Embora, tenha sido criado o movimento da libertação, mas a ideia inicial não era a independência por via armada. Entretanto, em 1958, ocorre a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) - um movimento sindical que pautava pela defesa e pelo respeito aos povos guineenses que prestavam serviços a administração colonial em que levantava e reivindicava várias questões laborais, desde as melhores condições de trabalho, redução de jornada de trabalho, adoção de uma nova legislação que garantisse os direitos trabalhistas e melhores salários aos trabalhadores (REGNA, 2019, p. 15).

De acordo com Teixeira (2015, p. 181), essa reivindicação culminou com um massacre sangrento que ceifou as vidas dos guineenses cujo nome MASSACRE DE PINJIGUITI, em 3 de agosto de 1959, perpetrada e promovida por administração portuguesa contra esses trabalhadores. Esse massacre é apontado como fator culminante e inédito para que o PAIGC elege-se definitivamente a guerra por vias militares como método para alcançar a independência. (M'BUNDÉ, 2018, p. 65 e 66).

Segundo Teixeira (2015, p. 181), precisamente em 23 de janeiro de 1963, depois de uma ampla mobilização e consciencialização política das massas nas zonas rurais, foi desencadeada a luta armada para a libertação no território guineense, liderada por Amílcar Lopés Cabral, nas regiões sul e leste. Foram 11 anos que homens e mulheres pegaram nas armas, enfrentando todos os obstáculos encontrados nas matas da zona de confronto direto com as forças fascistas portuguesas, finalmente em 1973, o PAIGC proclamou a independência da Guiné-Bissau de forma unilateral e fundou o estado guineense consequentemente buscando o reconhecimento internacional (REGNA, 2019, p. 21).

Reconhecimento Da Independência Guineense Pelo Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países considerados de Ocidente a reconhecer a independência desse país africano em junho de 1974 e foi igualmente o pioneiro no estabelecimento da missão diplomática neste novo Estado, consideravelmente a partir desta data começou a boa relação entre a Guiné-Bissau e para com o Brasil (M'BUNDÉ, 2018, p. 65). Percebe-se que o ato brasileiro demonstrado logo nos primeiros momentos da fundação do novo estado guineense gerou uma influência significativa para que os outros países mundiais seguissem.

Meses depois desse reconhecimento brasileiro, em setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu a independência de Guiné-Bissau, entrou na história como a primeira ex-colônia portuguesa em África a alcançar a independência, em frente de Angola, Moçambique, Cabo-verde e São-tomé e príncipe (REGNA, 2019, p. 20).

Após a independência, as políticas e práticas administrativas do país são estruturadas e dirigidas por combatentes da liberdade de pátria face a liderança do PAIGC, onde, em 1973, o guineense Francisco Mendes mais conhecido por TCHICO TÉ, que exercia o cargo de comissário do partido, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e Luís Cabral também que era combatente foi escolhido Presidente da República pelo PAIGC (TEIXEIRA, 2015, p. 195).

3.8 Processo da Democratização na Guiné-Bissau

Há cerca de dezassete anos sob o regime do partido único na governação do país com base no sistema monopartidário. Em 1990, iniciou-se o processo de transição para a democracia, sobretudo de monopartidarismo para multipartidarismo. Após quatro anos, realizou-se a primeira eleição democrática na qual concorreram quinze partidos políticos, acabando com o monopólio do PAIGC, com a queda do artigo 4º da Constituição de 1983-84, que definia o PAIGC como força máxima da sociedade e do Estado (REGNA, 2019, p. 22).

De salientar que a Guiné-Bissau não podia escapar à regra de transição para a democracia, porque na altura houve necessidade de abertura democrática movida pela onda das democratizações em vários países de África. Por conseguinte, a Guiné-Bissau é um país democrático e de concerto das nações, um passo gigantesco para o estabelecimento de cooperação com outros países (CARDOSO, 1995 *apud* M'BUNDÉ, 2018).

3.9 Relação Bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau

A relação bilateral entre o Brasil e Guiné-Bissau começou desde a supracitada data do reconhecimento do novo estado guineense pelo Brasil que veio fundamentada e oficializada através do acordo básico de cooperação técnica entre os dois países com uma assinatura datada no dia 18 de maio de 1978. o intuito deste acordo é de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação de ambas as partes em temas definidos como prioritários pelos dois governantes, Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2022).

Ao final de 2011, o programa foi definido com oito projetos bilaterais para diversas áreas, dentre as quais destacam-se a formação profissional e direitos humanos. Importa-se reforçar a formação profissional que constitui-se um dos maiores projetos da cooperação prestada pelo Brasil através da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Essa parceria facilitou a operação dos centros de formação profissional nestes países africanos de língua oficial portuguesa, Angola, Cabo-verde e Guiné-Bissau, enquanto outros novos centros ficaram previstos as suas implementações em São Tomé e Príncipe e Moçambique (ABC, 2022).

Além disso, foi estabelecido o programa trilateral, composto por cinco projetos nas áreas de segurança pública e educação, cabe destacar a conclusão do projeto "Apoio na formulação e monitoramento do programa nacional para universalização do registro civil de nascimento em Guiné- Bissau". O êxito logrado com a execução do referido projeto, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, ensejou dois novos projetos, a saber: [i] fase II do projeto de Apoio na formulação e monitoramento do programa nacional para universalização do registro civil de nascimento em Guiné-Bissau; e [ii] projeto na área de Direitos Humanos visando o fortalecimento da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau. Ainda em 2011, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para implementação do Projeto "Implantação e implementação de unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais na Guiné-Bissau" e prospectados outros 03 (três) projetos, sendo 02 (dois) na área de saúde e 01 (um) na área de agricultura (ABC,2022).

Independentemente dos referidos ocorridos dos dois países, ambos partilham a mesma língua oficial, portugues, e comungam a mesma organização linguística, a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) foi fundada numa conferência de chefes de estado e de governo em Lisboa, nos dias 17 e 18 de julho de 1996 com vista reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que unem os países, para promoção do desenvolvimento econômico social dos seus povos. Essa organização lusófona engloba os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, aos quais se agregou o Timor-Leste (ABC, 2022).

4. O Brasil

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022), a República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto do mundo em termos da dimensão territorial, com uma superfície total de 8.514.876,599 km². Segundo o censo de 2010, o país tem mais de 206 milhões de habitantes, em que a maioria vive nas cidades. O português é o idioma oficial do Brasil, a oitava língua mais falada no mundo e a terceira entre os países ocidentais, atrás apenas do inglês e do espanhol.

A população brasileira foi constituída pela interação entre os povos europeu, africano e nativos indígenas. Posteriormente, após os escravizados negros se libertaram, o país recebeu varios desafios imigratórios (alemães, italianos, espanhóis, japoneses e sírio-libaneses) que contribuíram significativamente para a construção étnica atual da população. Ainda, em termos percentuais, a maioria dos brasileiros é negra (50,74%) enquanto os brancos correspondem a 47,73% dos habitantes. De forma global, o clima no país é tropical, esse que varia entre os estados (PNUD, 2022).

Divisão Geográfica e Religião Brasileira

O Brasil divide-se em cinco regiões, nelas são determinadas por grandes diferenças culturais além de 27 unidades federativas e seus Estados. A primeira região Norte é constituída por Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nessa região mais extensa do país, se encontram as grandes reservas indígenas e a Floresta Amazônica. O Nordeste é a área mais seca do Brasil, mas com grande número de praias na sua costa, onde estão Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Do Centro-Oeste fazem parte os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, onde fica a capital brasileira, Brasília.

O Pantanal, região que abriga uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, também está nessa região. O Sudeste compreende Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. É a região mais industrializada do país e tem o maior PIB do Brasil. O Sul brasileiro contém Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. É a região que reúne os melhores índices de desenvolvimento humano do país (PNUD, 2022).

A maior parte das crenças seguidas pelos brasileiros é cristã (católica, pentecostais, episcopais, metodistas, luteranas, batistas). Há também grande presença de kardecistas – seguidores da doutrina espírita – além de judeus, muçulmanos e budistas. Os cultos de origem africana, como a umbanda e o candomblé, também têm grande número de adeptos em todo o território nacional.

4.2 Breve Histórico Brasileiro

A partir da Guiné-Bissau, o Brasil sofreu a invasão portuguesa da época, os portugueses descobriram o Brasil em 1500 por meio de viagem marítima liderada por Pedro Álvares Cabral. A partir de então, o território originalmente habitado por

indígenas tornou-se colônia da coroa portuguesa, como confirma o PNUD (2022) que, entre 1555 e 1654, o país foi alvo de invasões da França e da Holanda, nos territórios hoje ocupados por Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Os invasores foram repelidos por revoltas populares, da qual tomaram parte tanto os colonizadores portugueses quanto os escravos negros e os nativos indígenas, bem como por acordos entre os reinos envolvidos.

Em 1808, a corte portuguesa foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, depois que as tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte invadiram Portugal. Em 1815, o Brasil passou a ser reino unido a Portugal. A independência se deu em 1822 e, a partir daí, o país se tornou monarquia constitucional parlamentarista com o nome de Império do Brasil. Dois anos depois, promulgou-se a primeira Constituição. O Brasil tornou-se república em 1889 por meio de um golpe militar.

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, Estados e municípios, nos quais o exercício do poder se atribui a órgãos distintos e independentes. O chefe de Estado é eleito pelo povo por um período de quatro anos. As funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo são acumuladas pelo Presidente da República. Os Estados têm autonomia política. O sistema político brasileiro é multipartidarista, ou seja, admite a formação legal de vários partidos políticos (PNUD, 2022).

4.3 Caracterizações do Estado de Goiás

Entende-se a necessidade de dar a conhecer o breve historial do estado de Goiás, uma vez que o tema da pesquisa especifica-se nesse estado brasileiro. Sendo assim, os estudos prossigam com a maior identificação e descrição das especificidades das cidades do estado de Goiás com relação à situação dos imigrantes da Guiné-Bissau residentes.

Segundo o Instituto Mauro Borges IMB (2017), Goiás faz parte dos 26 estados político-administrativos do Brasil, situando-se na região Centro-Oeste do país com uma superfície total de 340.106 km². Com essa dimensão, ocupa-se a posição geográfica privilegiada, posto em sétimo lugar dos estados brasileiros com maior extensão. Faz-se fronteira ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. O Estado de Goiás é constituído por 246 municípios e uma população de 6,921 milhões de habitantes.

4.3.1 Clima e Vegetação do Estado

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022), o clima nesta localidade do centro-oeste brasileiro é tropical com as duas estações do ano resumidamente verões chuvosos e invernos secos. Ainda, anualmente é anotada entre outubro e abril cerca de 95% de chuva caída pela terra. No entanto, entre maio e setembro é registrado menor quantidade de chuva por metro quadrado.

Enquanto as temperaturas médias anuais variam entre 23°C, ao Norte, e 20°C ao Sul. Neste sentido, entre agosto e setembro, meses de maior seca, normalmente regista um calor em torno dos 34°C, já de junho a julho é o período mais frio com

12°C, sobretudo nas regiões Sudeste e Sudoeste. Ora, pelo fato de ser situado no seio do Brasil, Goiás não poupa esforço de apresentar a sua essência lindeza do cerrado, o segundo maior bioma brasileiro do qual a vegetação é constituída por árvores e arbustos tortuosos, cascas grossas e raízes profundas (IBGE, 2022).

4.3.2 Breve Contextualização Histórico de Goiás

A verdadeira evolução e história de Goiás começou no final do século XVII e no início do XVIII, por descoberta das primeiras minas de ouro. Esta era, iniciada com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo em 1727, foi marcada pela colonização de algumas regiões. A cultura do estado foi formada através do contato com os nativos indígenas e com os negros. sendo assim, foi deixado como legado principal cidades históricas tal como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e mais tarde capital de Goiás. O nome do estado surgiu etimologicamente da tribo indígena “guaiás”, que por deformação da palavra originada se tornou Goiás. Esse termo "gwaya" que veio de tupi, uma das maiores tribos indígenas, significa indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça (IMB,2017, p. 5).

Goiás era conhecido e percorrido pelas Bandeiras já no primeiro século da colonização do Brasil. Mas seu povoamento só ocorreu em virtude do descobrimento das minas de ouro. Costuma-se dizer que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi o descobridor de Goiás. Mas isto não significa que ele foi o primeiro a chegar ao estado e sim, o primeiro a ter intenção de se fixar aqui. A Bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Em outubro de 1725, após três anos, os bandeirantes voltaram triunfantes a São Paulo,divulgando que tinham descoberto cinco córregos auríferos, minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação (IMB, 2017, p. 5).

Escreve-se que até nos anos 1749 o Goiás fazia parte da capitania de São paulo. Porém, a partir da mesma data até o momento atual tornou- se a capitania independente. Rapidamente o crescimento de Goiás foi registrado a partir de 1940, através da construção de Goiânia, do desbravamento do mato grosso goiano, a campanha nacional “marcha para o oeste”, que chegou na década de 50 com a construção de Brasília. Neste sentido, da década de 1960 para frente, o estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento.

Entretanto, em meio dessas transformações, precisamente em 1988, o norte do estado foi separado de uma parte, dando origem ao estado do Tocantins. Além disso, doravante, nas últimas décadas, o estado de Goiás se transformou num lugar de alto fluxo migratório, o fato que moveu o estado a tornar-se um dos estados com maior fluxo migratório líquido do Brasil. Essa posição foi conquistada pelas principais razões que são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econômico e também a proximidade com a capital federal - Brasília (IMB, 2017, p. 5).

5 Migração E Mercado De Trabalho Brasileiro

5.1 Aspectos Conceituais

Justifica-se a necessidade de trazer alguns assuntos conceituais que vão se destacar ao longo dessa temática, facilitando a maior familiarização dos conteúdos que contém as abordagens diversificadas e pertinentes. Sendo assim, os resultados dos estudos tornam mais fácil e didático a sua interpretação e conseqüentemente a sua compreensão.

Nesta perspectiva, desenvolvemos os aspectos ligados à terminologia e tipos da migração, os principais motivos de fluxo migratório, as relações dos migrantes face aos mercados de trabalho. Ou seja, o termo migração corresponde a capacidade e a facilidade de deslocamento espacial da população. Do mesmo modo, subentender-se a palavra migração como migrar que é mudar de um determinado país, de Estado, Região, Setor ou até de domicílio. Razão pela qual, esse processo ocorre desde o início da história da humanidade, segundo a Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF (2022).

Entretanto, para a Organização Internacional para as Migrações - OIM (2011) não há uma definição exata para o termo migrante. Essa expressão, geralmente, abrange todas as situações em que a decisão de migrar torna-se realidade, devido a uma ação ou a um processo de maneira espontânea. Dessa forma, esse termo se aplica aos indivíduos que vão de um determinado espaço para outro, por motivações pessoais, como por exemplo, a melhora das condições sociais e materiais.

Ora, perante as situações de deslocamento do espaço para outros lugares, sobretudo a transposição fronteiriça de um determinado país, fazem do indivíduo a ser chamado de um emigrante ou imigrante. Esses dois termos são utilizados cotidianamente, pode-se definir o emigrante como a pessoa que decide deixar ou sair de um lugar de origem com destino a outro lugar. Enquanto, o imigrante é a vice-versa do emigrante ou seja é o indivíduo que chega ou entra em um determinado lugar ou país para nele viver (UFJF, 2022).

Esse movimento de entrada e saída das pessoas que outra hora se denomina como os fluxos migratórios depende de diversos fatores. Dentre os principais fatores que impulsionam as migrações, destacam-se os fatores econômicos, políticos e culturais. Além disso, em termos de classificação dos tipos de migrações existem três destacadas variáveis: o espaço de deslocamento, o tempo de permanência do migrante e como se deu a forma de migração. Se no caso considerarmos a primeira variedade, o espaço de deslocamento do migrante, pode ser classificado por migração internacional e migração interna (UFJF, 2022).

Relativamente à migração internacional, a Ludmilla Nascimento Custódio (2016) considera que abrange os casos ou a decisão do deslocamento para um país diferente do atual, com intuito de fixar residência por um período de tempo, porém não é considerado pequenas viagens de férias ou trabalho como ação de migração. Esse ato tem por consequência a transposição de fronteiras internacionais. Por outro lado, a migração interna é submetida às seguintes divisões: Migração inter-regional que ocorre de uma região para outra. Migração intra-regional: acontece dentro da mesma região (UFJF, 2022).

No que tange o fator do tempo de permanência do migrante, pode-se

diversificar desta maneira: Migração definitiva: dá-se quando a pessoa passa a residir permanentemente no local para o qual migrou. Migração temporária: sucede quando o migrante reside apenas por um período pré-determinado no lugar para o qual migrou (UFJF, 2022).

Para além dos itens mencionados, se levarmos em consideração a forma como se deu a migração, vai se destacar como forma: Migração espontânea: quando o sujeito planeja de uma forma espontânea de sair do seu lugar de origem para outra região, seja por motivo econômico, político ou cultural. Migração forçada: Em que ocasião o indivíduo se vê obrigado a migrar de seu lugar de origem, geralmente dessa forma acontece por razão catástrofes naturais (UFJF, 2022).

No Brasil, o fator que exerce maior influência nos fluxos migratórios é o de ordem econômica, pois o modelo econômico vigente no país força indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e à procura de trabalho para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência (UFJF, 2022).

Além disso, segundo Solé, Cavalcanti & Parella (2011), o desenvolvimento econômico e social do país e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos, tem tornado a migração muito mais diversa. Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica pós 2007, nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Assim, o país volta a receber fluxos migratórios diversificados. constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro, nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial de 2007, em que os países emergentes não foram tão afetados como os chamados países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil. (SILVA, 1997).

5.2 Inclusão no Mercado de Trabalho

Não basta apenas permitir a possibilidade de entrada dos imigrantes no país assim como a necessidade da sua integração no mercado de trabalho como definiu a Integração (assimilação): Processo através do qual o migrante é aceito na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo. Adaptação do indivíduo ao novo grupo étnico ou social. A assimilação corresponde a uma subordinação à língua, às tradições, aos valores, ao comportamento, aos interesses e a uma alteração no sentimento de pertença. Nesse sentido, a assimilação vai mais longe que a aculturação. Aculturação: Processo de mudança, ou incorporação cultural, provocada pelo contato contínuo com uma cultura diferente da habitual do indivíduo ou do país (OIM, 2011).

Os imigrantes no Brasil seguem a tônica da incorporação laboral dos imigrantes nos países com tradição de recepção de fluxos migratórios. Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma

posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia (CAVALCANTI, 2015, p. 15).

Essa situação somente pode ser entendida a partir de uma classificação inseparavelmente técnica e social. Ainda que tecnicamente o imigrante tenha uma formação específica, socialmente será considerado um trabalhador sem qualificação, pois o imigrante somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa as suas fronteiras. Tudo o que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação técnica e os seus diplomas. Nesse sentido, o autor questiona se esse fato poderia ser traduzido em uma forma de etnocentrismo: só é conhecido e entendido o que se tem interesse em conhecer e reconhecer (SAYAD, 2001).

A condição de imigrante, as dificuldades com o idioma, a demora no reconhecimento dos títulos universitários - entre outros problemas que os imigrantes enfrentam na sociedade de destino - fazem com que essa população tenha que realizar o que os autores chamam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino. E, portanto, será necessário um tempo de acomodação para recuperar a posição de partida (CHISWICK, LIANG, MILLER, 2002, apud CAVALCANTI, 2015).

Devido ao limitado tempo de permanência desses novos fluxos no Brasil, a situação atual dos imigrantes, aponta mais a uma “curva em L”. Na atualidade podemos considerar a partir da diferença entre o nível de renda e as atividades desempenhadas pelos imigrantes, que os novos fluxos migratórios formados por haitianos, senegaleses, gambianos, bengalis, peruanos, dominicanos, entre outros, na sua maioria se encontram em atividades aquém ao nível de educação formal.

As políticas públicas de inserção laboral serão decisivas para que os imigrantes não fiquem estancados na “curva em L”, mas possam realizar a curva em U, atingindo uma mobilidade ascendente ou uma inserção mais horizontalizada no momento de chegada, inclusive com possibilidades de ascensão em relação à sociedade de origem desde o início. A promoção e realização de estudos longitudinais sobre imigração e trabalho serão fundamentais para compreender melhor as formas de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro (CHISWICK, LIANG, MILLER, 2002, apud CAVALCANTI, 2015).

Portanto, para facilitar um estudo melhor a OMI (2011) nós fornece outros conceitos importantes para a compreensão da migração: **Estrangeiro**: É o indivíduo não nacional (não natural) de um determinado país. Indivíduo que pertence (é natural) de outro país. **Fluxo migratório**: Apuração do número de migrantes que se deslocam para (ou de) um país. Total de indivíduos que efetivamente migrou durante um período de tempo específico (geralmente um ano). **Fluxos mistos**: Totalidade de movimentos populacionais, incluindo refugiados, requerentes de asilo, migrantes econômicos e outros migrantes. **Local de residência habitual**: Local onde o indivíduo residia continuamente, na maior parte dos últimos 12 meses, não incluindo ausências temporárias para férias ou trabalho. **Migração de retorno**: Movimento de indivíduos

que regressam ao seu país de origem (ou residência habitual) após um determinado período (em geral doze meses) em outro país. Com isso, fizemos o nosso resultado e discussão, igualando as duas palavras (imigrantes e estrangeiros).

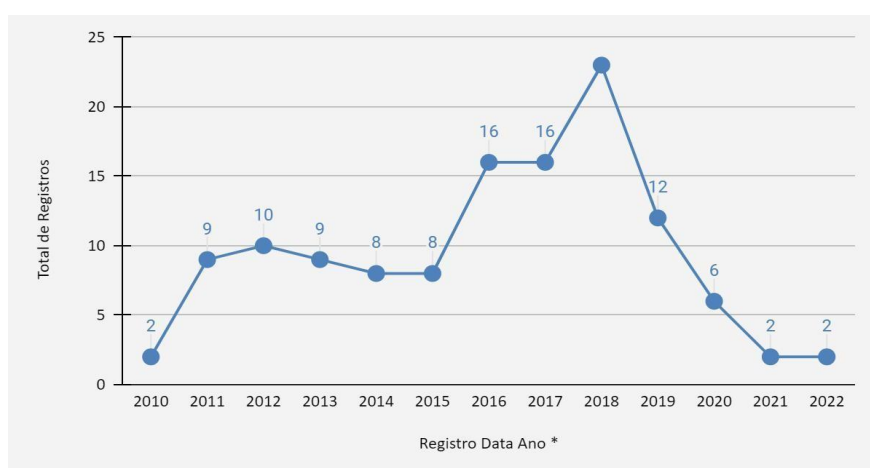
5 Resultado e Discussão

Na direção da realização da presente pesquisa, foi desenvolvido um questionário com 13 perguntas e aplicado aos 52 guineenses atualmente residentes tanto no Brasil assim como nos outros países que, porém, já viveram no Goiás-Brasil entre 2010 e 2020. Sendo assim, de maneira livre e consciente, cada colaborador emitiu a sua opinião, respondendo às perguntas conforme a realidade.

Além disso, foram submetidas séries de perguntas à polícia federal enquanto órgão competente para regularização dos assuntos de estrangeiros no Brasil, onde confirmou através dos elementos fornecidos pelo Setor de Análise de Dados de Inteligência policial que entre os anos 2010 até maio de 2022, foram registrados a entrada de (123) imigrantes da Guiné-Bissau no estado de Goiás distribuídos em diferentes municípios, compostos de homens e mulheres, cujos objetivos distintos.

Ainda de acordo com esses fatos, a entrada da maior parte de imigrantes da Guiné-Bissau no estado goiano foi registrada no ano de 2018 com 23 pessoas, superando com esse fato os anos 2016 e 2017 que registram 16 pessoas a cada, esse índice baixou para o ano 2019 com 12, de seguida o ano 2012 com 10, enquanto 2011 e 2013 igualaram por 9, um crescimento pouco maior dos anos 2014 e 2015 que se equilibram com 8 imigrantes, descendo para 6 pessoas no ano 2020 e o menor fluxo foi registrado nos anos 2010, 2021 e 2022 respectivamente com 2 entradas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Registro da entrada dos imigrantes da Guiné-Bissau no Estado de Goiás em 2010/2022.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

Nesta mesma perspectiva dos dados obtidos pela polícia federal, nota-se que mais da metade dos imigrantes guineenses eram do sexo masculino. 69,1% são os homens e 30,9% mulheres. Aparentemente as proporções são equivalentes com os nossos dados levantados durante a presente pesquisa pelo questionário em que 52

imigrantes guineenses entrevistados 34 deles correspondentemente 65,4% são homens enquanto que 18 equivalentemente 34,6% pertenciam às mulheres.

Em virtude de localizar as cidades de Goiás com maior concentração dos guineenses, para o departamento da coordenação da polícia federal de imigração desde 2010 a 2022, a cidade de Anápolis ocupa o topo das cidades de Goiás com maior concentração de imigrantes da Guiné-Bissau, ou seja 51,22% residem em Anápolis, 42,1% em Goiânia, 0,81% em mineiros e 2,43% em demais localidades. Enquanto a nossa investigação aponta 54,4% residentes em Goiânia, 37,9% em Anápolis, 3,9% em Mineiros e 3,9% em Itumbiara.

Em relação aos dois dados, é possível observar a diferença, mas o fato é que o nosso elemento saiu fora do papel para a realidade, isto quer dizer que a notoriedade de muitos residentes de Goiânia procura se registrar na superintendência de Polícia federal de Anápolis, tendo em conta a menor burocracia de ter acesso aos documentos reguladores a contrário de Goiânia. Porém, não deixam de ser residentes de Goiânia. Por isso, encosta na estatística de Anápolis no topo da maior concentração. Além disso, outro componente tem a ver com a mobilidade destes imigrantes de cidade menor para o maior.

No momento em que foram questionados dos seus objetivos de migrar para o estado de Goiás-Brasil, conforme os nossos dados obtidos, percebemos que (96,2%) dos entrevistados apontaram o estudo como objetivo de emigrar para o Brasil, por outro lado, (1,9%) responderam o refúgio e igualando assim o outro (1,9%) que declaram o Trabalho. Com isto, podemos afirmar que a maioria dos guineenses residentes no Estado de Goiás vieram para com o intuito de estudo.

Com vista identificar os nossos entrevistados que já trabalharam conforme as suas áreas de formação pelo menos entre 2010 e 2020, encontramos que 75% não chegaram a trabalhar nas suas áreas de formação e 25% já trabalharam. Neste sentido, o Calvacanti (2015) apontou que na maioria das vezes os imigrantes apresentam com uma formação profissional, porém no momento de inclusão no mercado de trabalho descendem na escala laboral e social. Por sua vez, Sayad (2001) acrescentou que esse fato ocorre mesmo que tecnicamente o imigrante tenha uma formação específica, mas socialmente passa a ser considerado como um trabalhador sem qualificação razão pela qual o estrangeiro somente existe aos olhos no seu próprio país, mas basta o dia que atravessar as suas fronteiras, toda antecedente dessa existência é desconhecida, sobretudo a sua qualificação acadêmica.

Quando questionados de quantas vezes tentaram trabalhar conforme as áreas de formação, (28%) dos colaboradores da pesquisa responderam que tentaram pelo menos (1) uma vez, (5,8%) disseram (2) duas vezes, (5,8%) subscreveram 3 vezes, (21,2%) falaram que tentaram maior ou igual (4) vezes e (38,5%) das pessoas deixaram claro que não tentaram nenhuma vez. Com base nesses dados, embora mais da metade fizeram várias tentativas de trabalhar, percebe-se também que boa parte não vai atrás do seu sonho, isto é, ficam à espera de tudo acontecer por acaso. Enquanto a oportunidade se constrói, não se espera. As pessoas com este perfil, não esperam as coisas caírem do céu, mesmo porque

isso não existe, e muito menos ficam sentadas esperando as oportunidades aparecerem, e enquanto não aparecem ficam reclamando Paulo Vieira (2015, p. 94).

Por outro lado, os 52 entrevistados foram perguntados de razão pela qual não conseguiram trabalhar conforme as suas áreas de formação, as respostas foram desiguais em que 29 correspondentemente 55,77% disseram por falta de oportunidade, 22 pessoas equivalente 40,38% não apontaram nenhuma das hipóteses, apenas 2 proporcionalmente 3,85% destacaram por razão de incerteza ou medo de construção de oportunidade. Entretanto, nenhum dos participantes desse estudo indicou como causa a complexidade da língua portuguesa ou por falta de competência como se segue na tabela 2.

Essa nossa preocupação foi levantada no estudo desenvolvido por Cavalcanti (2015, p.22), onde apontou que as políticas de imigração deveriam ser direcionadas às migrações na sua complexidade, capacidade de abrangência e incluí-las transversalmente nas diversas políticas públicas. As Políticas que possam dispor com ordem e carácter de permanência os imigrantes no mercado de trabalho formal, do ponto de vista de respeito pelos direitos humanos, contribuindo como um ativo para o desenvolvimento do país, não só nos aspectos econômicos, assim como cultural, social e político.

Por consequência de cada um responder se já chega a sofrer algum tipo de discriminação no Brasil, dentre as quais, se destacam o Preconceito, Racismo e Xenofobia. 15 pessoas afirmaram que sofreram as três referidas discriminações, 14 passaram por preconceito, 13 não apontaram nenhuma das mencionadas, 5 destacaram o preconceito ao mesmo tempo Racismo, 4 padecem de Racismo e 1 sofreu de preconceito e xenofobia. A par desses fatos, o Pellegrino (2003, p. 9) refere que não há dúvidas de que essas situações existem em certas frequências, são problemas de adaptação, discriminação e maltrato de imigrantes, fazem das maiores dificuldades dos migrantes de todos os continentes e épocas.

Ainda, se destacou que os transmigrantes passam por discriminação social e racial, perseguições e maus tratos por xenófobos, recebem tratamentos como cidadãos de segundo nível, o que leva frequentemente ao estresse psicológico. Outra sugestão de explicação veio na afirmação de Vainer (1995) de que a discriminação de forma desagradável é maior quando o país de origem se encontra em uma posição inferior (do ponto de vista econômico, político e simbólico) vis-à-vis o país receptor.

Na perspectiva dos que estão exercendo algumas atividades econômicas, quando foram questionados sobre as suas áreas de atuação, conforme a classificação de trabalho, dentre os quais destacam-se: Trabalho formal (segue as normas da consolidação das leis do trabalho, com contrato de trabalho e registro na carteira de trabalho). Trabalho informal (vice-versa do formal, não tem formalidade, registro de carteira e contrato de trabalho). Sendo assim, recolhemos os dados de 71,2% que exerciam o trabalho formal, superando os 28,8% que apontaram o trabalho informal.

Com vista a identificar entre as pessoas que trabalham por conta própria e quantas delas já abriram o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ),

encontra-se 76,2% que não formalizaram as suas atividades por CNPJ contra as 23,8% formalizadas normalmente pelo CNPJ. De acordo com esses dados podemos entender que a maior parte é trabalhadora/trabalhador autônomo, ou seja, autônomo também não tem CNPJ, razão pela qual, não atua como uma pessoa jurídica. Ainda, segundo Charles Gularte (2021), essa limitação de não atuar com CNPJ pode acarretar uma desvantagem, sobretudo quando trabalha com outras empresas, tendo em consideração que muitas fazem as exigências desse registro na hora de contratar um prestador de serviços.

6. Conclusão

A presente pesquisa com a finalidade de identificar os formados imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no estado de Goiás, no período de 2010 até 2020, (Esta) foi realizada com base na comparação e identificação de dados, tanto bibliográficos assim como levantados por questionário. De acordo com os fatos analisados, compilados e estudados neste trabalho, pode-se concluir que há escassez dos formados no mercado de trabalho no que diz respeito às suas áreas de qualificação acadêmica.

Em virtude dos elementos levantados durante a investigação, prova-se a hipótese de que o preconceito e racismo estrutural brasileiro contribuíram preponderantemente na complexidade da inclusão desses formados imigrantes no mercado de trabalho. Embora os entrevistados não apontaram a falta de competências e complexidade linguística como paradigmas de incertezas de construção de oportunidades face ao mercado de trabalho formal conforme a área de formação, todavia o estudo aponta um percentual alto das pessoas que nunca tentaram ingressar no mercado de trabalho, isto é, não vão atrás do sonho, mas com expectativas de tudo acontecer por acaso.

Com base nisso, percebe-se que boa parte precisa trabalhar para satisfazer suas necessidades básicas e profissionais, mas não tem oportunidade. Outrossim, esse estudo pode auxiliar o estado de Goiás, sobretudo as localidades estudadas, criar as políticas públicas voltadas para os formados imigrantes da Guiné-Bissau. Do mesmo modo, pode se basear nesta pesquisa para criação de campanhas de orientação, apoio e incentivo às pessoas face ao mercado de trabalho.

Em suma, posteriormente, pretende-se dar continuidade com estudos voltados à mão-de-obra dos estrangeiros africanos em prol do desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente no ramo de empreendedorismo. Bem como, o estudo apontou que alguns exercem atividades por conta própria, precisamente as mulheres africanas com fonte de rendimento oriundo das tranças africanas, produtos e assessores da África.

Referências

- CAVALCANTI, Leonardo et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório anual, 2015.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.

CUSTÓDIO, Ludmilla Nascimento et al. Imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período de 2002-2014. 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GULARTE, Charles. Como funciona o MEI para autônomos. Portal Contabilizei 2021. Disponível em: (contabilizei.com.br). Acesso em: 04 junho de 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/historico>>. Acesso em: 28 maio de 2022.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). Goiás em dados 2017. Disponível em: <Goiás em Dados 2017 (imb.go.gov.br)>. Acesso em: 30 maio de 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

M'BUNDE, Timóteo Saba. As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974/2014). Rio de Janeiro: Grama, 2018.

PELLEGRINO, A. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, Marzo 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REGNA, Rumano. Sobre as disputas entre as elites civis e militares na Guiné-Bissau: o caso de 7 de junho de 1998. Monografia (Curso de Humanidades) - Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 55 f: il. 2019.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 2001.

SILVA, Antônio João Hocayen da. Metodologia de pesquisa: conceitos gerais. 2014.

SILVA, S. Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

SOLÉ, C., CAVALCANTI, L., PARELLA, S., La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife, Editora Universitária UFPE, 2015.

CAPÍTULO 7

DIAGNÓSTICO E PREVISIBILIDADE DE CRIMES VIOLENTOS, LETAIS E INTENCIONAIS: ESTUDO DE CASO NO RIO GRANDE DO NORTE

Gean Pablo Ázara Souza

1 Introdução

Os fenômenos de criminalidade, delito e repressão vêm, cada vez mais, sendo explorados por estudos sociológicos, com abordagem que associa violência apenas ao quadro dos fenômenos decorrentes da produção e reprodução das desigualdades sociais.

A violência é temática que não pode ser banalizada, apenas oferecendo diferentes conceitos e opiniões, tanto sobre como deveriam ser as normas jurídicas e repressivas, como as ações de controle municipal ou ainda, sobre a importância do papel da cidadania e da sociedade civil nesse processo, conforme Araújo et al. (2008).

A chamada geografia do crime vem sendo abordada por diferentes autores das ciências sociais. Peixoto et al. (2004) enfatizam que essa terminologia tornou adequada, pois deslocou a análise dos processos as abordagens espaciais apropriadas à demonstração dos componentes racionais da atividade criminosa, bem como, no sentido de referendar modelos afins à teoria das oportunidades do crime”.

Os estudos municipais e estaduais sobre crime e violência necessitam de métodos adequados de gerenciamento, acompanhamento, e estratégias para desenvolver conhecimentos apurados para o planejamento e as ações. Desde a Constituição Federal (1988), os municípios adquiriram nas suas funções a competência de diagnosticar os seus ambientes e implantar ações para descrever tendências e movimentos.

As condições desiguais da descentralização urbana afetam principalmente os municípios que, mesmo ganhando novos recursos com a Constituição de 1988, não permitem o mesmo patamar dos encargos antes de responsabilidade da União ou dos estados. Um agravante a isto é a insuficiência dos mecanismos redistributivos existentes, sobretudo para o nível municipal (ABRUCIO, 1996).

Os recursos públicos municipais são ampliados buscando, segundo Caiado (2003), essas novas responsabilidades e atribuições, aumentando exigências de profissionalização da gestão municipal, bem como, da necessidade de instituição de controles democráticos e populares para a ação das políticas públicas.

As estratégias para a solução da criminalidade necessitam de pesquisa, diagnóstico metodológico adequado e mapeamento de suas causas e consequências, no sentido de propor alternativas para minimizá-las.

Nesse sentido, esse artigo centra-se nas ferramentas metodológicas de mapeamento da criminalidade, especificando as CVLI (crimes violentos

intencionais letais, causas e meio utilizado) como oportunidade científica de construção de um contexto, dos cenários que garantem o seu entendimento e da identificação dos dados e variáveis para compreensão do tema.

Nesse sentido, ao longo da história, tenta-se compreender um método que pode colaborar com a gestão na busca de alternativas interpretativas para a sociedade contemporânea.

Neste sentido, objetivou-se apresentar um método de apontamento estatístico para estudo de criminalidade urbana. Foram analisados os dados secundários Rio Grande do Norte, entre os períodos de 2015 e 2016, destacando as circunstâncias da regularidade das ocorrências relativas a crimes violentos letais intencionais nas subdivisões regionais.

2 Revisão Literária

No Brasil, de modo geral, com o advento da rápida urbanização, o rearranjo demográfico, muitas vezes ocorreu de forma mais acentuada do que a realocação dos recursos básicos para garantir vida digna a amplas parcelas da população, favorecendo grupos ou regiões em detrimento de outras.

Segundo Moura (2004), as áreas mais urbanizadas são as que possuem os mais expressivos indicadores de atividades econômicas, mas também as que ostentam indicadores sociais de desigualdade. Essa desigualdade inerente ao processo de crescimento das regiões deve ser combatida para gerar maiores e melhores benefícios a todos.

Além de a democracia não conseguir eliminar por completo o poder de oligarquia, não é capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce poder que toma decisões vinculativas para um grupo social (BOBBIO, 1986). Segundo essa afirmação, as forças de segurança pública devem desenvolver ações que minimizem ao máximo a sua possível ausência em determinados territórios ou em situações em que a força da lei se faça necessária para evitar a violência.

A análise do espaço urbano, para Gomes (2005), requer imediata consideração da questão da criminalidade, na medida em que o aumento desta se refletiu na configuração espacial, transformando consideravelmente a paisagem urbana. O cenário que vem se consolidando no Brasil e no Rio Grande do Norte está marcado pela segregação: condomínios fechados, muros altos e cercas elétricas. Assim, a criminalidade torna-se elemento-chave para a compreensão da crescente segmentação do espaço urbano e, logo, fragmentação das redes de relações sociais entre os moradores da cidade.

De acordo com Maricato (2000), um dos indicadores mais expressivos da piora nas condições de vida urbana é o aumento da criminalidade a patamares nunca vividos no Brasil. Dadas as suas dimensões, trata-se de um fenômeno desconhecido anteriormente a 1980 na sociedade brasileira, quando ganhou expressão significativa.

No Brasil, na perspectiva de Souza (2004), as condições de conquista de maior autonomia individual e coletiva, pré-requisitos para desenvolvimento da

sociedade no seu espaço autêntico, têm sido minadas pela violência, pelo crescente sentimento de insegurança e por aquilo que é o vetor resultante disso tudo, que é a deterioração do clima social no cotidiano, com a disseminação da desconfiança, do medo e de agressividade.

As disparidades sociais e espaciais (concentração de renda, segregação e auto-segregação) ajudam a formar o caldo de cultura da criminalidade urbana violenta, ainda que não a explicam de modo simples e linear.

Nas décadas de 1990 e 2000, observou-se melhora das condições de adequação dos domicílios no país. No entanto, o modelo de política habitacional alicerçado apenas no financiamento da compra de uma unidade nova - vigente desde os anos do BNH - não atingiu parcela significativa da população, entre zero e três salários mínimos que é a classe social mais afetada pela violência, e onde se concentra mais de 90% do déficit habitacional, (ROLNIK, 2011). Tampouco se equacionou a dimensão urbanística deste modelo; a expansão urbana continua ocorrendo de forma fragmentada e desestruturada, gerando um padrão precário de mobilidade, além de vulnerabilidades sociais.

Sem qualquer política associada de fortalecimento da capacidade e do poder de gestão sobre o território e na ausência de qualquer constrangimento em relação à transferência das mais valias geradas coletivamente sobre o preço da terra, parte dos recursos, inclusive dos subsídios públicos é transferida sobre os preços dos terrenos, provocando espraiamento ainda maior das cidades e reiterando o processo de exclusão para rendas mais baixas, aglomeração populacional em regiões sem infraestrutura, e conseqüentemente o aumento da violência.

Os custos sociais e econômicos da violência e criminalidade no Brasil vêm sendo estudados por várias instituições, como o Banco Mundial, OMS, ONU e, conforme posição adotada pelo Ministério da Justiça, se dividem em custos diretos, ou seja, - bens e serviços públicos e privados gastos no tratamento dos efeitos da violência e prevenção da criminalidade no sistema de justiça criminal, encarceramento, serviços médicos, serviços sociais e proteção das residências; e custos indiretos, que consistem em perda de investimentos, bens e serviços que deixam de ser captados e produzidos em função da existência da criminalidade e do envolvimento das pessoas (agressores e vítimas) nestas atividades.

De acordo com Kahn (2005) esses custos podem ser classificados em preventivos e curativos, diretos e indiretos, perdas materiais e perdas humanas, tangíveis e intangíveis, econômicos e financeiros, custos para a sociedade ou para o cidadão de curto ou de longo prazo, perdas pelo que se gasta ou pelo que se deixa de ganhar e assim por diante. E ainda em três diferentes categorias:

- Gastos feitos pelo cidadão indiretamente, através de impostos e que são alocados direta ou indiretamente no combate ao crime;

- Gastos feitos diretamente pelos indivíduos ou empresas para a compra do bem “segurança” ou perda de patrimônio direta em função do crime;

- Valores que deixam de ser produzidos ou ganhos pela sociedade em razão do medo da violência/outros custos intangíveis.

A abordagem dos meios de comunicação estabelece uma dimensão para o problema que faz com que a ansiedade da população também se eleve e passe a exigir do poder público o recrudescimento de medidas repressivas, o que pouco contribui para o aprimoramento da política pública de combate à violência e a criminalidade.

O modelo de policiamento orientado à inteligência busca perspectiva diferenciada, baseada na análise de dados, na obtenção de informação e geração de inteligência, a fim de instruir a tomada de decisão por parte dos gestores das organizações policiais. Em razão dos recursos escassos, materiais e humanos, a utilização da informação é básica à otimização da ação policial, razão pela qual o esforço em direção à reorientação da polícia no exercício da sua autoridade e competências únicas, pode ser melhorado por meio da inteligência (RATCLIFFE, 2008).

Segundo Sampson e Scott (2000), outro objetivo da análise criminal é auxiliar na avaliação dos processos organizacionais. Por exemplo, a distribuição de recursos, programas de prevenção ao crime, redefinição de fronteiras geográficas, necessidades de equipe de trabalho e o desenvolvimento de medidas de desempenho para a polícia.

3 Metodologia

O conhecimento científico, proposto por essa pesquisa, possui pressupostos que valorizam o questionamento e o processo reconstrutivo, objetivando alicerces para relacionar a teoria com a prática. Segundo Demo (2007, p.39) não se tem na cabeça a realidade externa tal qual ela é, mas uma interpretação biológica e historicamente contextualizada. Essas novas formas de entender a reconstrução do conhecimento real vêm alterando os argumentos dos novos paradigmas da ciência. Assim, os procedimentos metodológicos aqui apresentados buscaram captar ou se aproximar da realidade.

A pesquisa tem por objeto o Estado do Rio Grande do Norte, constituiu-se de análise de dados provenientes de fontes secundárias período 2015-2016.

Inicialmente realizou-se pesquisa bibliográfica com o intuito de contextualizar a violência e ilustrar conceitos, posteriormente, a coleta de informações secundárias (ocorrências) junto aos órgãos competentes.

Segundo Furasté (2008), este tipo de pesquisa baseia-se no uso de obras literárias, acrescentando que quanto mais abrangentes forem as fontes bibliográficas consultadas, maior será a qualidade desta pesquisa.

Os procedimentos de pesquisa são descritivos com enfoque quantitativo e qualitativo. As técnicas utilizadas para estabelecimento de categorias e classificação consolidaram procedimentos e variaram em séries estatísticas, representação escrita, tabelas e gráficos.

A fim de determinar e classificar a criminalidade estabeleceu-se ponderação das frequências de ocorrências relativas às CVLI. Para o cálculo desse índice, dividiu-se o número de ocorrências pelo número de habitantes do estado, assim,

obteve-se o indicador de crimes per capita. Posteriormente se dividiu o estado em 4 regiões, Leste Potiguar, Oeste Potiguar, Agreste Potiguar e Central Potiguar, e repetiu-se o processo de calcular a criminalidade per capita de cada região.

Deve-se salientar que esta forma encontrada aproximou os índices de CVLI a um denominador comum, no caso, o número de habitantes. Assim, os dados referentes aos percentuais adotaram-se faixas dos dados ponderados, dividindo-se em quatro, conforme amplitude do intervalo geral.

Os agrupamentos efetuados para análise mantiveram a segmentação original, divulgada em diagnósticos, em crimes contra a vida e com letalidade. As ponderações das ocorrências oficiais consideram a população do estado no momento do estudo. Após se determinar a criminalidade per capita foi usado o cálculo de probabilidade estatística:

$$P = EF/EP$$

Onde,

P corresponde à probabilidade,

EF corresponde a eventos favoráveis

EP corresponde a eventos possíveis

Assim determinar as probabilidades de onde os crimes CVLI terão mais ocorrências, possibilitando maior atenção dos responsáveis pela segurança pública nessas determinadas áreas, podendo agir com atuações antecipadas a pratica de tais atos.

A análise e interpretação dos dados coletados permitiram estabelecer respostas ao problema em ações preventivas.

De acordo com Lakatos (2010), os processos estatísticos permitem obter, a partir de conjuntos complexos, representações simples e constatar-se essas verificações simplificadas têm relação entre si. Por este motivo, nesta pesquisa, o tratamento estatístico de dados espaciais de crimes CVLI pode permitir a comprovação das relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre sua natureza e significado.

Dessa forma, o método estatístico fornece uma descrição quantitativa dos dados de ocorrências policiais para compreender a distribuição espacial do crime na área de estudo.

4. Resultados E Discussões

Estado e mesorregião do estado do Rio Grande do Norte conta com população de 3.166,210 habitantes, dividido em quatro mesorregiões (Figura 1).

Figura 1 – Separação das cidades por regiões de Natal (RN)/ 2015 – 2016.

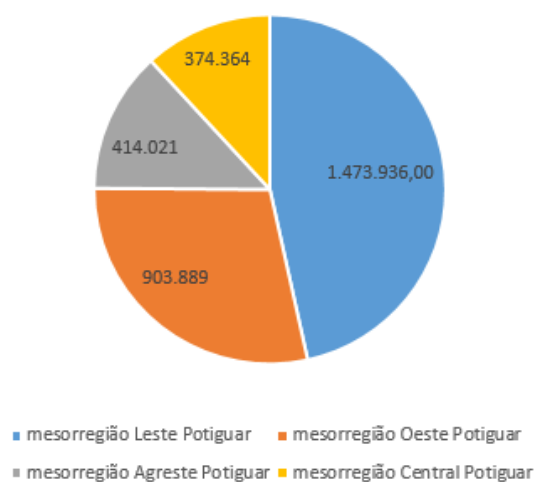


Fonte: IBGE 2016.

Na figura 2 consta a divisão regional e a população humana. Percebeu-se que existem 4 mesorregiões bem definidas, a região Leste Potiguar conta com 1.473,936 habitantes é a mais populosa do estado, seguido pelas mesorregiões Oeste mesorregião, Agreste e, finalizando com a mesorregião central.

Figura 2 – População das regiões equivalentes de Natal-RN

População das mesorregiões

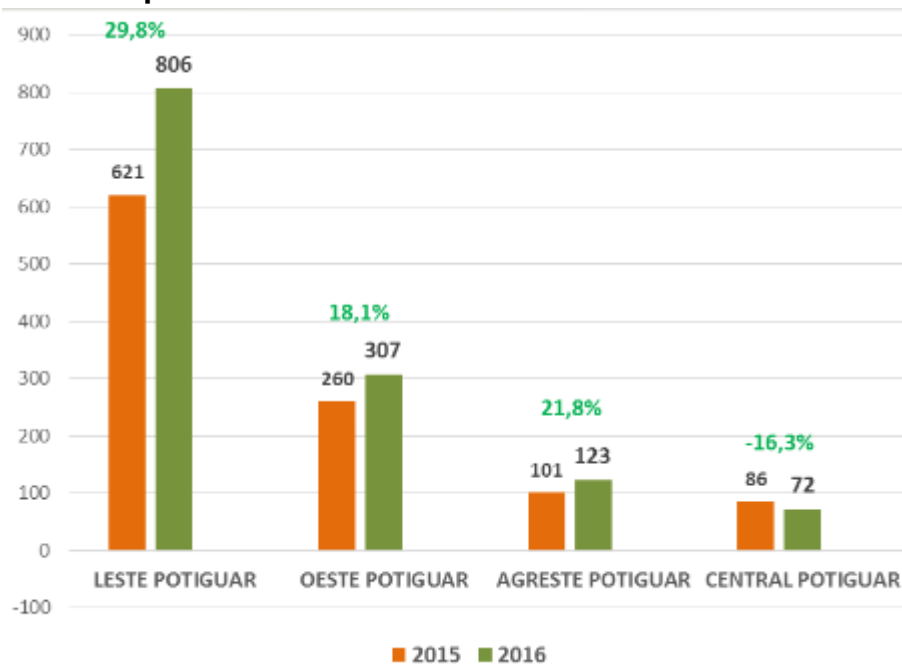


Fonte: adaptado da SEMURB-2016

A mesorregião leste Potiguar sozinha representa quase 50% da população do Estado do Rio Grande do Norte. Quanto acrescida da mesorregião oeste, aproxima-se de 70% da população do Estado.

Diagnóstico dos Crimes CVLI Para comparação, na figura 2 mostrou-se as variações da criminalidade CVLI entre os anos de 2015 e 2016, apontando o percentual para cada região.

Figura 3 – Comparativo de criminalidade CVLI 2015-2016 Natal-RN



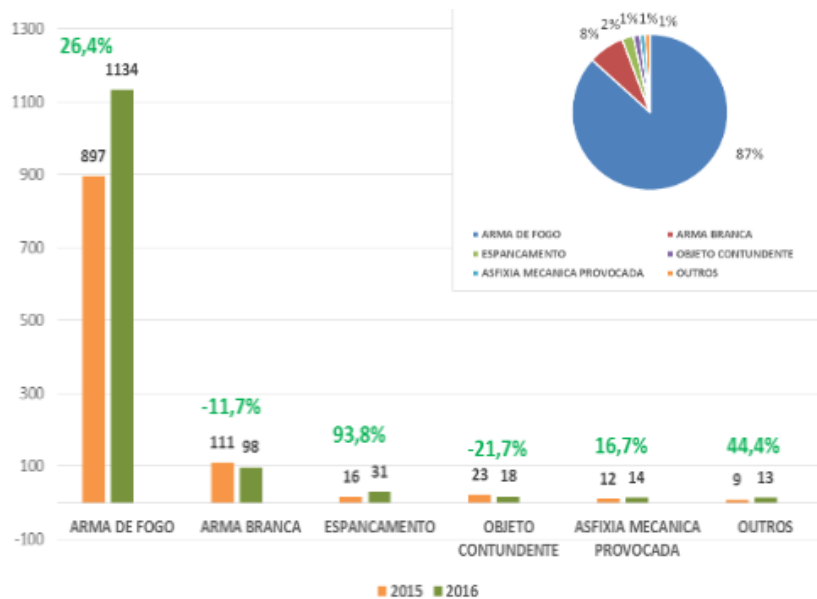
Fonte: adcon

O comparativo apresentou aumento de 29,8% de crimes CVLI na região Leste Potiguar; 18,1% na região Oeste; 21,8% no Agreste e diminuição de 16,3% na região Central. A criminalidade demonstrada em números evidencia que quanto maior o contingente populacional de cada região maior a criminalidade CVLI, pois nas regiões mais povoadas é onde acontece o maior número de casos. Observa-se que somadas as mesorregiões oeste, agreste e central não atingem o patamar da mesorregião leste, a qual destaca-se como a de maior criminalidade CVLI em 2015.

Segundo Moura (2004), as áreas mais populosas são as que possuem os mais expressivos indicadores econômicos, mas também as que demonstram indicadores sociais de desigualdade e violência. Essa desigualdade inerente ao processo de crescimento das regiões deve ser combatida para gerar maiores e melhores benefícios para todos.

A figura 4 apresenta a forma mais empregada para a prática do CVLI, destacando-se as armas de fogo.

Figura 4 – Comparativo de meio empregado na criminalidade CVLI 2015-2016 Natal-RN



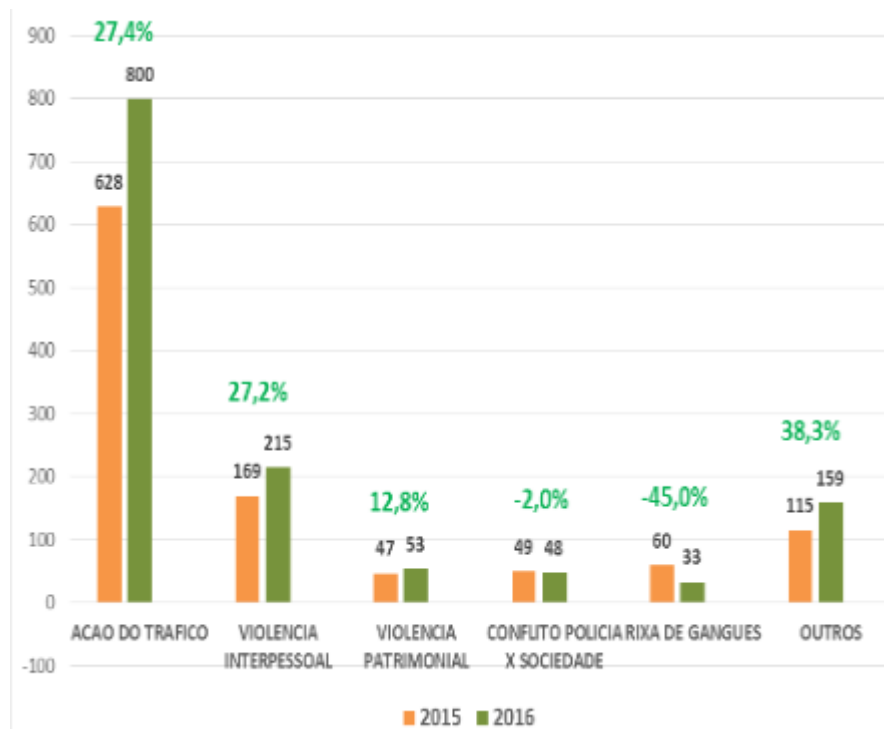
Fonte: adcon

Notou-se que mesmo com leis de inibição do porte de armas no país, as armas de fogo correspondem a mais de dois terços do meio empregado para a prática do crime CVLI e as armas brancas vem em um distante segundo lugar. Os dados mostram que as mortes com armas de fogo subiram exponencialmente em 26,4% de 2015 a 2016, no estado do Rio Grande do Norte.

Para Maricato (2000), um dos indicadores mais expressivos da piora nas condições de vida em sociedade é o aumento da criminalidade a patamares nunca vividos no Brasil. Dadas as suas dimensões, trata-se de um fenômeno desconhecido anteriormente a 1980 na sociedade brasileira, quando ganhou expressão significativa.

Na figura 5 constam as causas que desencadearam o CVLI – Crime violento, letal e intencional.

Figura 5 – Comparativo da motivação criminal – CVLI 2015-2016 Natal-RN



Fonte: adcon

Percebeu-se que a principal causa de CVLI é pela ação do tráfico, sendo responsável por mais da metade dos crimes ocorridos no período, seguido pela violência interpessoal. Chama a atenção que a criminalidade denominada violência patrimonial que seria latrocínio (roubo seguido de morte) ganha destaque, isso demonstra que crimes contra a vida por motivos banais são comuns.

Bobbio (1986) cita que o poder estatal escolhido pela maioria não consegue eliminar por completo o poder de oligarquia da violência, como também não é capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce poder que toma decisões vinculativas para um grupo social.

De acordo com Lakatos (2010), os processos estatísticos permitem obter, a partir de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relação entre si. Por este motivo, neste artigo, o tratamento estatístico de dados espaciais de crimes CVLI pode permitir a comprovação das relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre sua natureza e significado.

Esse conceito estatístico foi calculado e mostrou a criminalidade CVLI per capita, utilizando-se a soma dos crimes no estado em 2015 e 2016 dividido pelos números de habitantes, conforme mostrado na tabela 1:

Tabela 1 – Probabilidade de crime CVLI em Rio Grande do Norte

População do Rio Grande do Norte	Ano 2016	3.166.210 hab
Crimes	CVLI 2015 + CVLI 2016	2.377
Criminalidade	CVLI Per capita de RN	0,00075074

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) a partir de ADCON (2017)

Os dados da tabela 1 mostraram que 0,00075074% da população do Rio Grande do Norte cometeu crime violento letal intencional entre 2015 e 2016. Com esse dado estatístico foi possível utilizar a fórmula da probabilidade e fazer projeção das chances que uma pessoa aleatória sofresse atentado CVLI no estado do RN nesse período:

Tabela 2 – Probabilidade de crime CVLI em Rio Grande do Norte

Eventos favoráveis	0,00075074
Eventos possíveis	3.166.210
Probabilidade CVLI	0,000000023710998%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Da mesma forma, foi utilizado o cálculo da probabilidade para determinar a possibilidade probabilística de um indivíduo aleatório sofrer um crime CVLI em cada uma das quatro regiões distintas de Rio Grande do Norte, conforme tabela 3:

Tabela 3 – Probabilidade de crime CVLI em Rio Grande do Norte

Região	População (hab)	CVLI (n.)	CVLI per capita	Probabilidade CVLI (%)
Leste	1.473.936	1.427	0,000968157	0,000000065686
Oeste	903.889	567	0,00062729	0,000000069399
Agreste	404.021	224	0,00055443	0,000000137223
Central	374.364	158	0,00042205	0,000000112738

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados analisados mostraram a resolução estatística da criminalidade das quatro regiões de RN, a criminalidade per capita e a probabilidade futura de crimes CVLI em cada uma delas, evidenciando Sampson e Scott (2000), que descreve como objetivo da análise criminal o de auxiliar na avaliação dos processos organizacionais, como a distribuição de recursos, programas de prevenção ao crime, redefinição de fronteiras geográficas, necessidades de equipe de trabalho e o desenvolvimento de medidas de desempenho para a polícia.

Quando se pode antever a criminalidade, o estado também pode direcionar recursos de forma mais efetiva desonerando a máquina pública, conforme Kahn (1999, p.43) que afirma que esses custos podem ser classificados em preventivos e curativos, diretos e indiretos, perdas materiais e perdas humanas, tangíveis e intangíveis, econômicos e financeiros, custos para a sociedade ou para o cidadão de curto ou de longo prazo, perdas pelo que se gasta ou pelo que se deixa de ganhar e assim por diante.

5 Considerações Finais

A investigação sobre violência e criminalidade nos dias atuais é significativa, pois ela deixa de ser um ato circunstancial para transformar-se numa forma de ver e de viver no mundo. Para explicar a violência é importante compreender as transformações sociais. Não há um único caminho.

Essa consideração se respalda na análise dos dados quantitativos existentes nos principais órgãos do estado e que ofereceram informações sobre as ocorrências para comparação realizadas a partir desses levantamentos.

É importante lembrar que a pesquisa realizada foi exploratória e descritiva, e o enfoque quantitativo apontou tendências significativas para análise da violência.

O estudo proporcionou compreensão de todo o processo que foi diagnosticado e, portanto, para entender a violência, além dos dados pesquisados, sobre tudo das causas e do modo empregado em cada região para relevâncias das autoridades públicas, destacando que a maioria dos crimes foi por intermédio do tráfico e porte ilegal de armas de fogo.

Para verificar possíveis soluções a curto e médio prazo buscou-se no plano de governo 2019-2023 do estado do RN, ações sobre segurança pública, porém não foram constatadas descrições com metas ou planejamento no sentido de diminuir a criminalidade.

A realidade mostrou que há muito ainda a ser feito, para que o estado do RN possa melhorar seus indicadores. Possuindo informações sobre violência, suas causas e consequências é possível fomentar ações adequadas.

Muitas são as tecnologias que podem ser utilizadas, objetivando inibir os problemas decorrentes da criminalidade e a gestão estadual deve ter presente, que metodologias de análise de problemas sociais, aliadas com o fomento junto a educação podem trilhar caminhos novos. Buscar tais metodologias de pesquisas em áreas sociais é sobre limites, permitindo novos agentes propulsores de mudança.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz & COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. São Paulo Perspec., vol. 10, nº 3, jul./set., 1996, p 40-47.

ADCON. Mesorregião Rio Grande do Norte 2015/ 2016 comparativo, disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SESED_RN/DOC/DOC000000000127084.PDF

ARAÚJO, Margarete Panerai. et. al. Violência urbana em Novo Hamburgo: notas introdutórias. Revista Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo: número 44, p.199 -207, setembro a dezembro, 2008.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 27

Brasil. Constituição de República Federativa de 1988 (1988). **Constituição Brasileira**. Brasil: [s.n.], 1988. 80 p.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Pesquisa municipal unificada: instrumento para o estudo da gestão municipal. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, número 3-4, volume 17, Julho a dezembro, 2003.

DEMO, Pedro. *Educar Pela Pesquisa*. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

European Journal on Criminal Policy and Research, v. 10, n. 1, 2004.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação: com explicitação das normas da ABNT. 14. Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008. LUBAMBO

GOMES, C. A. C. 2005. Espaço urbano e criminalidade : uma breve visão do problema. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 7, n. 11, p. IBGE. Mapa de Rio Grande do Norte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>

KAHN, T. 2005. Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. *In* : SENTO-SÉ, J. T. (org.). *Prevenção da violência : o papel das cidades*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7 ed. S. Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

MARICATO, E. 2000. Urbanismo na periferia do mundo globalizado : metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out.-dez. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>. Acesso em : 1.dez.2009.

MOURA, R. 2004. Paraná : meio século de urbanização. *Revista RA'E GA*, Curitiba, n. 8, p. 33-44.

PEIXOTO, Betânia Totino; LIMA, Renato Sérgio de; DURANTE, Marcelo Ottoni. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, número 18, volume 1, p.13-21,2004.

RATCLIFFE, J. H. *Crime Mapping and the training needs of law enforcement*.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos estudos – CEBRAP*, 2011.

SAMPSON, R. and SCOTT, M.S. *Tracking Crime and Other Public Safety Problems: Case Studies in Problem-Solving*. US Department of justice, Office of Community Oriented Policing Services; Washington DC. (2000)

SOUZA, M. J. L. 2004. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. *In* : FERNANDES, E. & VALENÇA, M. (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro : Mauad.

CAPÍTULO 8

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS DOS ESTADOS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Ana Paula Moraes da Silva
Denise Fernandes Nascimento
Jessé Pereira de Carvalho
Priscilla Hestefany Pereira
Raphael Alves Peixoto
Thais Sanches Barbosa

Resumo: As informações contidas nos orçamentos públicos são de extrema importância para a população em geral que, através do controle social, efetua certo tipo de controle externo sobre os gastos públicos de modo a verificar como e em quais programas os gestores públicos realizam as receitas que foram arrecadadas e suas respectivas despesas. A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar o nível de variação da arrecadação tributária ocorrida nos orçamentos das capitais brasileiras no contexto da pandemia de Covid-19. A metodologia aplicada na pesquisa foi através da pesquisa qualitativa e quantitativa que apresentou a variação ocorrida na arrecadação tributária, utilizando-se de análise bibliográfica na qual a finalidade básica é apresentar os fenômenos relevantes e os seus fundamentos. A análise documental foi realizada com base em três objetivos principais, apresentando as variações ocorridas na arrecadação tributária e detalhando quais foram as variações que ocorreram na arrecadação de receitas tributárias nos períodos de 2019 e 2020, destacando quais estados sofreram maior variação e estabelecendo um ranking dos entes federativos, inclusive o Distrito Federal. Os principais dados utilizados na pesquisa foram coletados na Secretaria do Tesouro Nacional, no Portal da Transparência e nos sites oficiais dos governos estaduais.

Palavras-chave: COVID-19. Tributos estaduais. Orçamento Público. Governo Estadual.

1 Introdução

A pandemia de COVID-19, teve origem em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Segundo (MCKIBBIN; FERNANDO, 2020), o epicentro do surto foi na China com casos notificados no país ou trazidos por viajantes. Em 1º de abril de 2020, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), foram identificados surtos de contaminação em diversos países: EUA (203.608 casos e 4.476 mortos), Itália (110.574 casos e 13.155 mortos), Espanha (102.136 casos e 9.053 mortos), França (56.989 casos e 4.032 mortes), China (81.554 infectados e 3.312 mortos) e Brasil (6.836 infectados e 240 mortos).

Devido ao grave risco à saúde pública causado pela COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública em março de 2020

em decorrência do novo coronavírus, chamado de Covid-19 ou Sars-Cov-2.

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2021), a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam a piorar gradualmente. Algumas pessoas infectadas apresentam apenas sintomas muito leves, porém, conforme verificado acima, milhares de mortes foram registradas em decorrência do novo coronavírus.

Ainda, de acordo com a Organização Pan-americana de Saúde, a maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e de pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes, no entanto, qualquer pessoa pode ser infectada pelo SARS-COV-2 e apresentar sintomas mais graves.

Em decorrência do risco de transmissão da Covid-19, os governos mundiais adotaram como medida de segurança para contenção do vírus, o isolamento social (OMS, 2020), porém, como já previsto por alguns especialistas em 2020, as empresas impossibilitadas de produzir ou prestar serviços poderiam gerar efeitos negativos na economia a nível global, sendo considerado “maior risco econômico global” dos últimos anos.

Para enfrentar os efeitos econômicos negativos, os países adotaram medidas, como: postergação e isenção de tributos, dentre outras medidas. No Brasil, foi possível sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também, foram prorrogados os prazos de recolhimento de impostos para empresas (BRASIL, 2020). Contudo, a medida adotada acarreta dificuldades em outras áreas, como: a capacidade fiscal dos governos, uma vez que foi necessário aumentar os gastos com a saúde, despesas sanitárias e sociais, dispendo de uma receita reduzida proveniente da postergação tributária.

Para cumprir com as novas exigências nas áreas da saúde e demandas sociais, foi preciso alterar o planejamento orçamentário dos governos a fim de manter o equilíbrio orçamentário dentro do possível. A principal alteração diz respeito à meta de resultado primário, que é o resultado da subtração de despesas das receitas sem considerar a contratação de dívidas públicas (AGÊNCIA SENADO, 2020).

A partir de uma visão global do orçamento público, o presente estudo visa responder ao seguinte problema: Qual o nível de variação na arrecadação tributária no orçamento público dos estados brasileiros no contexto da pandemia da COVID-19?

Alinhado ao problema de pesquisa, está o seguinte objetivo: analisar o nível de variação na arrecadação tributária no orçamento público dos estados brasileiros no contexto da pandemia da COVID-19.

A importância do presente estudo é contribuir para desenvolvimento de práticas

que estão ligadas diretamente aos processos decisórios de finanças públicas a nível estadual e distrital. Destaca-se que o estudo do orçamento público tem grande relevância por ser um instrumento importante de gestão, no qual, através desta ferramenta, é possível compreender quais recursos estarão disponíveis e em quais programas serão aplicados, sendo também, o orçamento uma ferramenta de planejamento que auxilia o equilíbrio das contas públicas confrontando as receitas com as despesas (GIACOMONI, 2017).

Por se tratar de um período de pandemia que se estende por todo o planeta, trazendo efeitos drásticos (mortes, isolamento social) para toda sociedade, destaca-se a importância de se estudar mais sobre o assunto orçamento público (OMS, 2020). Além de identificar os efeitos econômicos negativos acarretados pela COVID-19, tem-se a necessidade de buscar mecanismos de recuperação para melhorar tais cenários (HALEEM; JAVAID; VAISHYA; DESHMUKH, 2020).

Segundo o Portal da Transparência (2022) a partir do monitoramento dos gastos públicos com saúde, educação e segurança abre-se a possibilidade para reduzir gastos, apresentando um melhor custo-benefício aos serviços públicos que são ofertados aos cidadãos. É importante destacar que a gestão orçamentária requer do administrador público conhecimento abrangente sobre o equilíbrio orçamentário, o fluxo econômico e também, um gestor que saiba lidar com os efeitos dos impactos sociais.

De acordo com o Senado (2022), neste momento de calamidade pública a apresentação das reservas de contingência é importante, já que o atual momento proporciona incertezas. Assim, mostra-se de suma importância estudos mais detalhados do orçamento público em tempos de crises. Estudos sobre o atual cenário com base em dados consolidados são importantes para minimizar as consequências negativas que a falta de abordagem e informação específica sobre esse assunto causa em toda a população.

Este estudo aponta dados quantitativos e qualitativos da variação da arrecadação tributária nos orçamentos públicos dos entes federativos e, através dele pode-se fazer uma análise comparativa sobre o nível de variação nos orçamentos públicos dos estados brasileiros no contexto da pandemia.

A introdução compõe-se de contextualização do cenário atual com a Covid-19, problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa e organização da pesquisa. Logo mais, o referencial teórico subdivide-se em três itens correspondentes ao orçamento público, pandemia e estudos anteriores.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Orçamento Público

Segundo Carvalho (2006), a ciência contábil no Brasil vem passando por importantes mudanças rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade aplicada ao setor público tem como principal instrumento o orçamento público. A Constituição Federal (CF) de 1988 prevê que a competência é da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre o orçamento, de maneira a prever as receitas, estimar as despesas, e legislar sobre

execução e alterações orçamentárias.

Conforme proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o orçamento deve seguir metas de receitas e limites de despesas com pessoal, dívidas, operações de crédito e garantias (BRASIL, 2011). Assim, a LRF encontra-se associada aos conceitos de planejamento, controle, transparência e responsabilidade.

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil e é composto de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA), segundo §1º do Art.165 da CF, estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para os quatro anos do mandato do chefe do Poder Executivo, além de apresentar programas, projetos e atividades que o governo tem intenção de elaborar e concluir. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é o vínculo entre o PPA e a LOA. A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal dispendo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. E a Lei Orçamentária Anual (LOA), é o orçamento propriamente dito no qual se estima a receita e no qual é fixada a despesa para o período de um ano, visando alcançar os objetivos preestabelecidos no PPA e na LDO. Esses instrumentos orçamentários (PPA, LDO, LOA) devem seguir as regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento (MCASP, 2019).

A previsão é o estágio em que a receita é estimada e passará a constar na lei orçamentária. O artigo 12, da Lei Complementar 101/2000, dispõe que se deve observar as normas técnicas e legais, além de considerar as alterações na legislação assim como a variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante. O lançamento, conforme o artigo 53, da Lei nº 4.320/1964, verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. A arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos aos entes públicos pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas. E por fim, a última etapa da receita é o recolhimento que ocorre quando é efetuada a transferência dos valores arrecadados por meio dos agentes arrecadadores à conta específica dos entes públicos.

De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao setor público (2019), o registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e decorre do enfoque orçamentário dessa lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva.

Observa-se que, ainda conforme o (MCASP 2019) além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício. Nesse sentido, a contabilidade deve evidenciar,

tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador. O reconhecimento do crédito apresenta como principal dificuldade a determinação do momento da ocorrência do fato gerador. No entanto, no âmbito da atividade tributária, pode-se, também, utilizar o momento do lançamento como referência para o seu reconhecimento (MCASP, 2019).

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (MCASP, 2019). A execução das despesas previstas no orçamento público, seguem três estágios citados na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o empenho é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Dessa forma, auxilia o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado. A liquidação ocorre quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou ou quando o serviço é prestado. Ou seja, por exemplo, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado. Por fim, se estiver tudo em conformidade com as fases anteriores, o governo pode fazer o pagamento, repassando o valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.

Seguindo as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2019), a uniformização da classificação de receitas e despesas visa proporcionar maior transparência sobre as contas públicas. Além disso, o orçamento público constitui-se num instrumento eficiente de orientação aos gestores públicos mediante a consolidação, num único documento, de informações orçamentárias controladas pela sociedade através divulgação do orçamento público nacional, publicação dos relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal e disponibilização a qualquer pessoa, de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.

No caso da pandemia do COVID-19, o Congresso Nacional reconheceu o estado de calamidade pública, o que permitiu, de acordo com a LRF, a dispensa do cumprimento das metas e limites previstos, podendo o Governo Federal realizar operações de crédito que excedam as projeções para enfrentar as consequências sociais e econômicas (SENADO 2020).

2.2 Orçamento Público X Pandemia nos Estados Brasileiros

As finanças públicas estão conectadas à formação de leis orçamentárias, nas quais o Estado Moderno se propõe a desmembrar o tesouro do rei do tesouro do Estado. A partir do surgimento e regulamentação dessas leis, nasceram as expressões como despesas e receitas públicas, que concedem à sociedade o controle político do Estado, assegurando que os cidadãos pratiquem sua cidadania

(GARRIDO,2012).

Mesmo seguindo várias regulamentações, algumas decisões realizadas pelo Governo causaram e colaboraram para o aumento de déficits, atingindo diversos níveis do Governo os quais afetaram o controle dos gastos públicos, revelando certa incompetência quando se avalia maximizar a gestão dos recursos, trazendo limitações ao Estado na distribuição de recursos, influenciando a melhoria dos serviços públicos oferecidos à população (CARDOSO; GOMIDE; GOMIDE; MARTINS, 2013; COSTA; CASTANHAR; REYES; ALMEIDA, 2014).

A ausência de conhecimento a respeito dos possíveis impactos fiscais causados pela COVID-19 dificulta a busca de ferramentas que venham manter o equilíbrio orçamentário que está sendo comprometido pela diminuição de receitas e pelo crescimento de despesas decorrentes do momento de crise gerada pelas emergências econômicas e de saúde trazidas pela COVID-19 (MONTEIRO; RENGEL; ROSA; LUNKES; HASKEL, 2020).

Em casos de calamidade pública, há diversos fatores que podem influenciar para que haja um desequilíbrio orçamentário nos estados brasileiros. Desta maneira devem ser tomadas medidas na gestão que permitam tornar flexível e trazer melhorias no orçamento público, ao mesmo tempo em que são fornecidos serviços de emergências públicas nas áreas sociais e de saúde (MONTEIRO et al., 2020).

Analisando as receitas orçamentárias de 2017 nas regiões brasileiras, pode-se observar que normalmente são formadas por 65,99% resultantes de transferências, ao lado de 17,24% de receitas tributárias e 16,71% proveniente de outras receitas (BREMAEKER, 2018). Ao examinar a distribuição local de 2017 referente às regiões brasileiras, percebe-se que a região Sudeste exibe destaque global em seu resultado, que é esclarecida por meio da aglomeração populacional e que fortalece a ideia de maior proporção a ser distribuída nas capitais do Sudeste, onde se concentra cerca de 48,30% da quantia derivada das receitas orçamentárias, das quais 64,78% é resultante das receitas tributárias municipais e 42,34% de receitas de transferência (BREMAEKER, 2018).

As capitais da região Nordeste também apresentam destaque e revelam uma grande concentração populacional nesta região, cerca de 27,98% da população nacional, porém cerca de 21,60% das receitas orçamentárias ficam concentradas nos municípios da região Nordeste. As receitas tributárias geradas pelos municípios são cerca de 11,80%, já as receitas de transferência são cerca de 26,15% (BREMAEKER, 2018).

Baseando-se nos dados globais, e demonstrando-se que a região Sul fornece números referentes à concentração populacional, cerca de 14,49% da população nacional está nesta região, no entanto, está centralizado aproximadamente 17,06% do montante das receitas orçamentárias recolhidas de todos os municípios da região Sul. As receitas tributárias municipais geradas são aproximadamente 14,84%, sendo que 16,64% são oriundas de receitas de transferências (BREMAEKER, 2018).

Com resultados globais menores que a região Sul, a região Norte concentra cerca de 8,77% da população total brasileira, no entanto 6,46% das receitas orçamentárias são geradas nos municípios, sendo formadas por 3,30% de receitas

tributárias municipais e 7,75% são provenientes das receitas de transferência. Detentora de 6,27% da população nacional, a região Centro-Oeste concentra mais ou menos 6,58% da quantia das receitas orçamentárias entre os municípios desta região, são geradas aproximadamente 5,28% de receitas tributárias municipais e mais as receitas de transferência que ficam próximas de 7,02% (BREMAEKER, 2018).

O conjunto de finanças dos estados brasileiros é desproporcional, diversos estados já se apresentavam em situações financeiras instáveis antes mesmo da pandemia, conseqüentemente algumas capitais permanecem tendo dificuldades, principalmente com o aumento das despesas na área da saúde concebidas pelo combate ao vírus da COVID-19 (STN, 2021).

No ano de 2020 constatou-se que os estados e municípios com as estatais geraram um superávit no valor de R\$ 42,9 bilhões, finalizando o ano com um aumento relevante na quantia de R\$ 31,1 bilhões em estoque de caixa e equivalente de caixa. É possível notar que alguns estados brasileiros tiveram um desempenho satisfatório nas contas públicas, baseando-se em uma análise na qual o Governo Federal obteve o maior déficit da história (R\$ 745,9 bilhões) e que foi autorizado de acordo com acréscimo das receitas específicas dos recursos financeiros emprestados pela União no período da luta contra a COVID-19 (STN, 2021).

Nesta mesma época as despesas públicas geraram um aumento inferior ao esperado, já as aplicações com gastos à saúde foram compensadas com a baixa em despesas com demais funções. O resultado favorável precisa ser examinado com atenção, já que há diversas variações que podem impactar modificando os fatores conjunturais, como transferências provisórias realizadas pela União no combate à crise gerada pela pandemia (STN, 2021).

O motivo pelo crescimento constatado na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é gerado pelo confronto da crise sanitária com a inflação, já que o ICMS é a fonte de receita primária dos estados. A Lei Complementar 173/2020 assegura que até o final de 2021, haja vedação no aumento das despesas com gastos com pessoal (STN, 2021).

2.3 Política Fiscal

Há muitos anos questiona-se o papel do Estado na sociedade. De acordo com Fleury (1994), não se pode falar em Estado sem levar em consideração a Teoria Social de Marx, pois a manifestação do Estado através das políticas sociais é a manifestação da natureza contraditória do capitalismo que se origina na necessidade do Estado atuar para atenuar os efeitos maléficos do capitalismo sobre os fatores de produção, mas cuja intervenção torna-se um elemento potencial da contradição básica deste modo de produção entre a socialização das forças de produção e a propriedade privada.

A forma como o Estado intervém na vida das pessoas atualmente é diferente do que se via no passado, pois em cada período da história houve a busca para atender as necessidades da sociedade àquela época. Segundo Kritsch (2002), os poderes encontravam-se centralizados, porém dispersos na sociedade nas mãos de

instituições religiosas assim surgia uma nova concepção de centralização de poder cuja responsabilidade seria a distribuição da justiça e a defesa de um território.

Na visão de Caldas (2008), a intervenção estatal na sociedade passou por muitas transformações com o passar dos anos, levando o Estado a assumir diferentes papéis a favor da população. No século XVIII, o Estado foi considerado um protetor, pois seu principal papel era a segurança pública e a proteção da sociedade contra um ataque inimigo externo. Por outro lado, nas palavras de Silva e Ribeiro (1985), na década de 70, o Estado brasileiro mostrou-se como legitimador de necessidades e reivindicações da sociedade, levando a sociedade a vê-lo como um parceiro na busca por democracia.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu preâmbulo a concepção de estado democrático de direito, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. No texto constitucional pode-se conhecer os objetivos fundamentais do Estado brasileiro: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação. E, para atingir estes objetivos, os governantes utilizam das políticas públicas como forma de administrar o Estado.

Segundo Dye (1984), as políticas públicas abrangem as escolhas do que o governo deve fazer ou não fazer, definindo prioridades, determinando as ações (o que fazer) e suas intenções (o que pretendem). O conceito de políticas públicas é amplo e possui diversos pesquisadores cujos estudos era definir o que seriam as políticas públicas. Conforme Mead (1995), política pública é uma área que está inserida no estudo da política e que analisa o governo sob a ótica de questões públicas, ou seja, leva em consideração as questões importantes que podem impactar na sociedade.

Outra forma de definição para política pública encontra-se em Peters (1986) que a define como a soma das atividades governamentais que atuam diretamente ou indiretamente mediante concessão de serviços públicos ou delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Assim, observa-se que políticas públicas, segundo Marinho (2006), são as ações de responsabilidade do Estado que se estabelecem no processo de tomada de decisões e que resultam em normas e atos normativos que serão seguidos por toda população.

A luz dos ensinamentos de Albuquerque, Medeiros e Silva (2009), as finanças públicas mostram diversas explicações para o motivo pelo qual o Estado intervém na sociedade, como fundamento para tentar corrigir as imperfeições do mercado, todavia seu principal foco é o bem-estar da sociedade. Ainda nas palavras dos mesmos autores, pode-se relacionar como imperfeições do mercado à necessidade de existência de bens públicos, as falhas de competição, a existência de externalidades e a insuficiência de renda, desabastecimento, desemprego e desigualdade e outros motivos que ensejam a necessidade de intervenção do Estado na sociedade.

Dentre as políticas utilizadas pelo governo para intervir na sociedade, pode-se destacar a política fiscal que, segundo o Tribunal de contas da União (TCU, 2019), tem como objetivo promover a gestão financeira e equilibrada dos recursos públicos, assegurar a estabilidade e o crescimento econômico, o financiamento das políticas públicas e uma trajetória sustentável da dívida pública. As metas fiscais servem como parâmetros para aumentar a confiança da sociedade no governo garantindo as condições necessárias para estabilidade econômica e o controle do endividamento público.

Devido a importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas de resultado primário e nominal para o exercício a que se refere e para os dois seguintes. Em consonância com a Lei de Responsabilidade Social, conforme o artigo 9º, caso ao final de um bimestre, se for constatado que a realização da receita poderá não suportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

A Secretaria do Tesouro Nacional (Tesouro Nacional, 2018) esclarece que o resultado nominal representa a diferença entre as receitas e as despesas totais do exercício corrente. O resultado primário ocorre através da correlação entre as receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida. A apuração do resultado primário fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. Além disso, ainda consoante a Secretaria do Tesouro Nacional, os superávits primários contribuem para a redução da dívida líquida. Entretanto, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida que resulta do financiamento dos gastos primários (despesas não financeiras) que ultrapassam as receitas primárias (receitas não financeiras). Assim, tendo um resultado primário superavitário seria possível liquidar parte do saldo da dívida, porém o resultado deficitário contribuiria para o aumento da mesma, pois o governo ficará vulnerável à necessidade de custear as despesas interferindo na sociedade através de mecanismos, como por exemplo, reduzir gastos, aumentar a arrecadação de tributos e vender títulos da dívida pública através do Banco Central.

De acordo com a agência do Senado Federal (SENADO, 2015), o superávit primário é o resultado positivo do conjunto completo de receitas e despesas do governo, excluindo-se os gastos com pagamento de juros e, o déficit primário surge quando o resultado é negativo, além disso, ambos fazem parte do resultado primário. Assim, percebe-se que a formação do superávit é necessária para que o governo obtenha recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento no médio e longo prazo.

2.4 Estudos relacionados

Em estudos anteriores, expõe como foram tratados alguns reflexos no orçamento público no contexto da pandemia de Covid-19 analisando-se as receitas

tributárias previstas e arrecadadas, de forma a facilitar a análise dos dados que serão dispostos ao longo da pesquisa.

De maneira geral a pandemia ocasionou grande impacto sobre o Brasil e um dos principais aspectos afetados foi o PIB. O Setor Público Consolidado (SPC) informou que houve uma diferença nominal de 13,7% em 2020, sendo ele atribuído ao Governo Federal. Pela visão de receitas e despesas, as contas públicas tiveram, primeiramente pelo governo central, uma diferença de R\$743,1 bilhões em 2020, sendo que em 2019 foi de R\$95 bilhões, tendo uma grande queda entre os dois períodos referidos (LEVY; FERREIRA; MARTINS, 2021).

Essa grande divergência entre os períodos de 2019 e 2020 se deve ao fato de que o Ministério da Economia (ME) determinou que R\$ 620,5 bilhões fossem para cobrir os efeitos da Covid-19, sendo R\$ 26,2 bilhões, de redução de alíquotas de impostos e R\$ 549,2 bilhões de gastos. A diferença, de 122 bilhões de reais, seria o que faltou de 2020, considerando o “Ex-Covid”, sem analisar os efeitos indiretos (LEVY; FERREIRA; MARTINS, 2021).

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021) os impactos econômicos sofridos durante a pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045. De acordo com os pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA, 2021), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2021), o número de mortes causadas pela Covid-19 foi uma fonte de informação para compreender a extensão dos efeitos sobre a economia pois, no futuro, serão menos pessoas consumindo e gerando renda, no longo prazo gerando impacto econômico pela redução da população na economia. O emprego é afetado no curto prazo, porém, também gera efeitos no longo prazo.

Os efeitos indiretos da pandemia impactam nas atividades econômicas e na perda de arrecadação de impostos e outras receitas ligadas ao ciclo econômico. A arrecadação de impostos caiu 6,91% em 2020, sendo o imposto federal. Isso ocorreu por alguns motivos específicos, a produção industrial reduziu 5,32%, a venda de bens diminuiu 1,07% e as vendas de serviços recuou 7,41%; agravando a redução de dívidas públicas para o Brasil durante a pandemia da Covid-19 (MÁXIMO,2021).

Conforme o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021), em algumas regiões do País, a taxa de fatalidades por Covid-19 é maior e há diferenças entre o perfil etário das mortes. A configuração demográfica das fatalidades implica em impactos regionais diferentes. Em 2050, os impactos mais expressivos do PIB, no longo prazo, serão percebidos no Amazonas (-1,38%) e Acre (-1,35%), seguidos por Rondônia (- 1,20%) e Roraima (-1,10%). Já os estados que irão se recuperar mais rapidamente no longo prazo são Pará (0,34%), Tocantins (0,28%), Piauí (0,14%), Maranhão (0,12%), Minas Gerais (0,09%) e Espírito Santo (0,03%).

A meta dos governos mundiais desde 2019, quando eclodiu a crise sanitária em todo mundo, era encontrar alternativas para conter a contaminação e reduzir os casos de morte pela doença. Uma das estratégias adotadas, nos países europeus e posteriormente pelo restante do mundo, foi o distanciamento social e adoção de procedimentos de higiene.

Em 2020, estudos mostraram o impacto econômico do novo coronavírus na

economia: o agravamento das desigualdades sociais. Em tempos de crise, grandes empresas adotam medidas para proteger os lucros e minimizar os impactos da Covid, como cortes de salários, demissões de trabalhadores e, por outro lado, os trabalhadores são os mais atingidos por essas medidas. Segundo a análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação analisada no terceiro período de 2020 subiu em dez estados brasileiros, e ficou estável nos demais, sendo os maiores aumentos na Bahia (20,7%), Sergipe (20,3%), e em Alagoas (20%). Esses são os reflexos de medidas protetivas das empresas, e o isolamento social. Os estados com maior percentual de empregados com carteira assinada são Santa Catarina (90,5%), Paraná (85,1%), e Rio Grande do Sul (84,3%).

Ainda segundo o relatório do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19), é possível analisar o aumento de pessoas ocupadas, analisar o aumento pessoas afastadas do trabalho por motivo de isolamento social, havendo o aumento gradativo de maio até novembro do ano de 2020.

Segundo o relatório de riqueza global do banco Credit Suisse (2021), para os mais ricos do Brasil, a pandemia fez com que concentrasse 49,6% de suas riquezas, o que representa quase metade do PIB brasileiro e isso evidencia ainda mais a desigualdade social no país, a qual Covid não atinge igualmente todas as pessoas.

Segundo o banco BNDES (2020) para proteger as micro e pequenas empresas, o banco ofereceu uma linha de crédito para cobrir folha de pagamentos, um programa para manter empregos, e disponibilizou 40 milhões (20 milhões por mês) para financiar dois meses da folha de pagamentos. Para ser elegível ao financiamento, as empresas deveriam ter faturamento anual acima de 306 mil até 10 milhões, e como regra, não poderão demitir funcionários.

3 Metodologia

Esse tópico apresenta a metodologia empregada na análise da variação da arrecadação tributária dos orçamentos das capitais dos entes federativos no contexto da pandemia de COVID-19. O estudo foi baseado numa pesquisa descritiva acerca do assunto utilizando os dados coletados dos relatórios resumidos de execução orçamentária disponibilizados nos portais de transparência e sites oficiais dos estados.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa quanto à finalidade básica destina-se à investigação de fenômenos físicos e seus fundamentos sem se preocupar com aplicações práticas. Sendo assim, quanto à finalidade o estudo classifica-se como básico, tendo em vista que está “voltado para o avanço da ciência” (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008, p.41).

É possível classificar as pesquisas em três grupos: pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Considerando o presente estudo, o objetivo mostra-se com caráter descritivo, pois visa descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (GIL, 2002).

Quanto à abordagem, a pesquisa apresenta-se como qualitativa e quantitativa,

pois visa a compreensão do nível de variação na arrecadação tributária ocorrido no contexto da pandemia de Covid-19 no orçamento público dos entes federativos e à coleta de dados convertidos em índices que ofereçam uma forma de interpretação através de números, percentuais, tabelas e gráficos.

A pesquisa qualitativa implica destacar as qualidades das entidades, os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente quanto à quantidade, volume, intensidade ou frequência (DENZIN; LINCOLN, 2006). Segundo Pinheiro (2006) é caracterizada como um estudo não estatístico que identifica e analisa com profundidade dados não mensuráveis.

Quanto às técnicas e procedimentos, utiliza-se o método bibliográfico e documental. Segundo Gil (2002) quando a pesquisa é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, jornais, enciclopédias, anuários, almanaque, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet, constitui-se como pesquisa bibliográfica. Já a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, entretanto a diferença é que na pesquisa documental utiliza-se materiais que não receberam tratamento analítico (GIL, 2002).

O presente estudo mostra-se de relevante, pois a história é marcada por crises sanitárias de diferentes proporções e nem sempre a população, os gestores públicos e a sociedade de modo geral estão preparadas para enfrentar uma crise sanitária de proporções mundiais como a crise da pandemia de COVID-19. Assim, a análise orçamentária realizada neste estudo poderá servir de parâmetro informativo para outros estudos na área e como ponto de partida para enfrentamento de outros momentos de crises sanitárias globais que possam surgir futuramente.

3.2 Lócus da Pesquisa

O *Lócus* da pesquisa realiza-se através de análise qualitativa e quantitativa, empregando-se técnicas e procedimentos bibliográficos e documental, por meio da coleta de dados sobre os orçamentos públicos nos sites do Ministério da Economia, das Secretarias estaduais de finanças, no Portal da transparência, nos sites oficiais dos governos estaduais, tribunais de contas de cada estado e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), visando identificar se houve variação na arrecadação tributária dos orçamentos públicos de 2019 e 2020, quais foram essas mudanças e ainda, quais os entes federativos mais impactados com alterações orçamentárias no contexto da pandemia de Covid-19, estabelecendo um ranqueamento dentre todos os estados e ainda o Distrito federal.

3.3 Técnica da Coleta de Dados

A coleta de dados relacionados às receitas orçamentárias previstas e realizadas foi realizada no site da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), no qual foram coletadas informações orçamentárias dos vinte e seis estados brasileiros mais o Distrito Federal nos períodos de 2019 a 2020, comparando-se o que foi previsto com o efetivamente arrecadado e a variação ocorrida de um ano para o outro. O período em análise foi escolhido em razão da possibilidade de se coletar dados comparativos

da arrecadação tributária, destacando a variação ocorrida no contexto da pandemia de Covid-19. Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos através de análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de cada um dos entes federativos, incluindo o Distrito Federal.

3.4 Procedimentos de Análise

Posteriormente à coleta dos dados sobre a arrecadação tributária dos entes federados, organizou-se as informações orçamentárias em planilhas, procedendo-se a análise comparativa entre os orçamentos públicos nos períodos de 2019 e 2020. Assim, criou-se um ranqueamento entre os estados mais o Distrito Federal destacando quais foram os entes federativos que manifestaram menores ou maiores alterações segundo os níveis de variação preestabelecidos no contexto da pandemia de COVID-19.

3.5 Descrição dos Métodos Adotados para Análise de Discussão

Com o propósito de realizar-se tal pesquisa e análise, houve a apuração dos valores das receitas previstas e realizadas de todos os tributos estaduais informados nos relatórios resumidos da execução orçamentária dos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal, dentro do período de 2019 e 2020. Tais valores arrecadados encontram-se nos relatórios resumidos disponibilizados gratuitamente no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Orçamento Público Brasileiro (SICONFI), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Após apuração dos valores realizou-se o ranqueamento dos entes da federação, informando a arrecadação do ano de 2019 e a de 2020, em seguida, as variações na arrecadação destes anos. Por fim, realizou-se a classificação dos entes federativos com diferentes variações no contexto da pandemia da COVID-19 por meio da análise da arrecadação tributária.

A amostra utilizada na pesquisa consiste nos orçamentos dos entes federativos, num total de vinte e sete entes federativos, incluindo o Distrito Federal. Efetuou-se a escolha da análise de todos os entes federativos com intuito de observar a variação da arrecadação tributária usando-se a abrangência nacional em razão da representatividade da amostra escolhida e para melhor visualização dos níveis de variação no contexto da pandemia da COVID-19.

Os dados referentes aos orçamentos públicos foram obtidos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) nos períodos de 2019 e 2020. A escolha do SICONFI deve-se ao fato da sua relevante importância como fator de modernização das práticas contábeis aplicadas ao setor público que este sistema representa. Além disso, é um sistema que foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional, proporcionando a automação no processo de recebimento de informações qualificadas e confiáveis.

A apuração dos dados realizou-se através de tabelas para comparar as variações nas receitas previstas e as receitas arrecadadas no ano de 2019, e o que foi previsto com o que foi efetivamente arrecadado no ano de 2020. A fim de obter um

estudo mais aprofundado com uma visualização dos dados validados pelo SICONFI, foram ranqueados os entes federativos que mais sofreram variações na arrecadação de tributos no contexto da pandemia Covid-19.

O estudo utiliza-se de uma análise na qual realiza-se um comparativo dos dados coletados nos demonstrativos dos resultados fiscais retirados do SICONFI. A partir destes dados, realizou-se uma comparação dos resultados fiscais nos orçamentos públicos de 2019 gerando um confronto com orçamentos de 2020, utilizando-se dos dados da arrecadação tributária dos estados brasileiros nestes períodos, apoiado pelas receitas correntes baseadas nos tributos.

Desta forma, estabeleceu-se para os níveis de variações o seguinte parâmetro:

Quadro 3 – Níveis de variação da arrecadação tributária para análise

Nível de Variação	Variação
Baixo	< 2%
Médio	= 2%
Alto	> 2%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os níveis de variação acima foram calculados com base na média da variação da arrecadação tributária considerando-se os percentuais de variação de todos os entes federativos conforme a classificação da tabela quatro (4). Além disso, os níveis em questão foram de autoria dos autores da presente pesquisa visto que não há estudos ou pesquisas anteriores que analisem a variação percentual encontrada nas receitas tributárias, logo criou-se estes três níveis, considerando-se a média da variação das receitas tributárias e assim, utilizando-os para a análise dos resultados encontrados.

O intuito é realizar um detalhamento para identificar o nível de variação ocorrido na arrecadação tributária dos entes federativos, destacando esse nível de variação da observando as transformações ocorridas no contexto da pandemia.

A análise das informações sobre a variação na arrecadação tributária dos entes federativos foi realizada através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) divulgado no site do SICONFI, observando as receitas previstas e comparando com as receitas efetivamente arrecadadas.

Tabela 1 - Tributos Analisados na Pesquisa

TRIBUTOS	TIPO	DESCRIÇÃO
ICMS	Imposto	Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal de Comunicação

IPVA	Imposto	Imposto sobre Veículos Automotores
ITCD	Imposto	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direito
IRRF	Imposto	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
Contribuições Sociais	Contribuições	Contribuições Sociais
Contribuições Econômicas	Contribuições	Contribuições Econômicas
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	Contribuições	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

4 Análise E Discussão Dos Resultados

4.1 Arrecadação Tributária nos Orçamentos Públicos de 2019 e 2020.

As tabelas a seguir demonstram o Ranking da arrecadação tributária apurado em 2019 e 2020, levando-se em consideração o que foi previsto relacionado ao que foi arrecadado. A base de análise da pesquisa são os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, classificando-os em ordem decrescente do estado brasileiro que mais arrecadou o que estava previsto até o estado que menos arrecadou o que era esperado para o ano. Além disso, efetuou-se uma análise sobre o total de receitas previstas e as receitas arrecadadas de cada ente federativo, identificando quais entes apresentaram maior variação na arrecadação tributária em relação ao que foi previsto.

O Estado de Roraima, ficou no topo da lista, com a arrecadação de 28,76% acima do esperado, seguido pelo segundo lugar Piauí com 19,03% à mais do esperado, e em terceiro lugar Rio Grande do Sul, com 12,27% acima do esperado, esse resultado serve de análise para possíveis causas dessa diferença do que foi previsto.

Em último lugar, temos um dado expressivo no qual o estado do Maranhão ficou com um percentual arrecadado bem abaixo do previsto, e verificou-se também que sete Estados obtiveram resultado negativo para o ano, o que representa 30% dos Estados Brasileiros.

Na análise dos Estados em que o resultado da arrecadação não houve alteração significativa estão os estados da Paraíba, do Amapá, Amazonas e do Mato Grosso do Sul.

Tabela 03 - Arrecadação Tributária 2020

ESTADO	POSIÇÃO	ESPERADO EM 2020	REALIZADO EM 2020	VARIAÇÃO
RR	1º	R\$ 762.956.297,00	R\$ 1.058.523.237,31	38,74%
RO	2º	R\$ 3.056.948.889,00	R\$ 3.410.558.195,34	11,57%

TO	3º	R\$ 2.842.327.358,00	R\$ 3.105.306.617,52	9,25%
MS	4º	R\$ 7.549.081.400,00	R\$ 8.147.709.413,82	7,93%
SE	5º	R\$ 2.797.116.450,00	R\$ 2.911.684.475,54	4,10%
AM	6º	R\$ 10.284.546.421,18	R\$ 10.641.749.488,52	3,47%
AC	7º	R\$ 1.622.014.271,36	R\$ 1.669.408.725,41	2,92%
RJ	8º	R\$ 35.683.255.345,76	R\$ 36.565.486.724,67	2,47%
SP	9º	R\$ 182.365.303.620,50	R\$ 186.240.373.770,76	2,12%
AP	10º	R\$ 941.653.487,00	R\$ 956.209.074,25	1,55%
ES	11º	R\$ 8.796.439.770,08	R\$ 8.924.685.216,61	1,46%
MT	12º	R\$ 9.906.455.601,07	R\$ 10.045.648.136,02	1,41%
PB	13º	R\$ 4.752.010.962,00	R\$ 4.811.597.457,88	1,25%
AL	14º	R\$ 3.802.280.742,00	R\$ 3.826.835.842,60	0,65%
BA	15º	R\$ 26.272.377.373,00	R\$ 26.439.500.342,72	0,64%
MA	16º	R\$ 6.471.190.806,00	R\$ 6.497.618.086,41	0,41%
SC	17º	R\$ 18.585.074.824,00	R\$ 18.614.427.429,35	0,16%
PI	18º	R\$ 3.896.289.529,00	R\$ 3.882.141.943,61	-0,36%
GO	19º	R\$ 15.687.926.000,00	R\$ 15.580.206.854,53	-0,69%
DF	20º	R\$ 17.570.886.766,00	R\$ 17.324.345.159,49	-1,40%
PA	21º	R\$ 15.311.554.714,71	R\$ 15.087.210.464,21	-1,47%
MG	22º	R\$ 60.982.106.604,00	R\$ 60.034.021.870,83	-1,55%

RS	23º	R\$ 29.555.962.703,40	R\$ 28.989.865.654,22	-1,92%
PR	24º	R\$ 24.924.184.490,00	R\$ 24.329.882.019,27	-2,38%
RN	25º	R\$ 5.056.169.800,00	R\$ 4.931.657.712,05	-2,46%
PE	26º	R\$ 19.542.647.800,00	R\$ 18.729.552.644,66	-4,16%
CE	27º	R\$ 15.177.756.958,18	R\$ 14.232.658.859,05	-6,23%
TOTAL		R\$ 534.196.518.983,24	R\$ 536.988.865.416,65	0,52%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em 2020, temos novamente o estado de Roraima no topo da lista, com a arrecadação de 38,74 por cento acima do esperado, seguido por Rondônia com 11,57 por cento à mais do esperado, e em terceiro pelo Tocantins com 9,25 por cento acima do esperado, esse resultado serve de análise para possíveis causas dessa diferença do que foi previsto. Em último lugar, temos vários estados que fecharam o ano com arrecadação negativa comparando o que foi arrecadado para o ano, sendo o estado do Ceará o que obteve a pior arrecadação.

Na análise dos estados em que a arrecadação e o previsão são relativamente iguais estão Maranhão em décimo sexto lugar, Santa Catarina em décimo sétimo lugar, e Piauí em décimo oitavo lugar no Ranking de 2020.

4.2 Comparativo da efetividade da arrecadação dos entes (2019 X 2020)

A seguir, na tabela 04 se expõe as receitas efetivamente arrecadadas e as alterações nos orçamentos dos vinte e seis (26) estados brasileiros mais o Distrito Federal, posicionando-os em um ranking, o qual apresenta as variações entre os valores das receitas realizadas no período de 2019 comparando com as receitas realizadas no período 2020, identificando as mudanças e posicionando os estados em ordem decrescente.

Percebe-se que a variação da arrecadação entre os entes federativos é diferente em sua grande maioria. Os níveis de alteração se diferenciam entre -25,16% e 15,28%, além disso, observa-se que dentre os vinte e seis (26) estados mais o Distrito Federal, somente 7 estados (25,93%) mostraram resultados das receitas realizadas no período de 2020 inferiores ao período de 2019, tendo variação abaixo de 1.

Verificou-se a arrecadação abaixo da prevista nas receitas realizadas em 2020 confrontadas com o ano de 2019, sendo inferiores, de modo que os estados de São Paulo (SP), Goiás (GO) e Acre (AC) demonstraram desempenho abaixo de 1%, tendo mudanças superiores mínimas em suas arrecadações fiscal de 2020. Já o estado do Ceará (CE) se destacou negativamente tendo uma variação de -1,47%, onde no ano de 2019 foi arrecadado o montante de R\$ 15.425.019.543,42 bilhões e no período de 2020 teve uma arrecadação de R\$ 15.198.387.186,63

demonstrando arrecadação inferior ao ano anterior. Já os estados do Amapá (AP) com percentual de -16,55% seguidos dos estados do Rio Grande do Sul (RS) com índice de -23,05% e do estado do Paraná (PR) com a porcentagem de -25,16%, é possível notar os as maiores variações negativas, havendo mudanças em suas receitas realizadas comparadas nos períodos, estes três estados (AP, RS e PR) tiveram índices altos de reduções em seus desempenhos.

Observa-se que dez (10) estados (RO, SE, SC, PB, ES, MA, RN, PI, DF e MG) se mantiveram com índices de arrecadação acima do esperado, tendo variação das receitas realizadas equilibradas, apresentando uma arrecadação acima do esperado, seguindo um comportamento próximo comparando-se os anos de 2019 e 2020, havendo níveis de variação entre 2,94% e 7,01%. Percebe-se também que dentre estes dez (10) estados cinco (5) estados (SE, PB, MA, RN e PI) são da região Nordeste, apresentando variação acima do previsto, é importante ressaltar que o estudo BREMAEKER (2018) demonstra que nesta região cerca de 21,60% das receitas orçamentárias encontram-se concentradas nos municípios da região nordeste.

Os estados de Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Rio de Janeiro (RJ) mostraram variação entre 0,85% e 1,47%, já o estado de Minas Gerais apresentou variação de 2,94% saindo de R\$ 62.041.680.665,44 bilhões de receitas realizadas em 2019, indo para R\$ 63.862.882778,35 bilhões para o período realizado de 2020. Conforme o ranqueamento os estados do Piauí (PI), Distrito Federal (DF), Rio Grande do Norte (RN), Maranhão (MA) tiveram índice de variação entre 3,82% a 4,50%, sendo que o estado do Espírito Santo (ES) mostrou uma variação de 4,82% entre os anos de 2019 e 2020. Já os estados de Pernambuco (PB), Santa Catarina (SC) e Sergipe (SE) demonstraram oscilações entre 5,50% e 6,13%, próximo ao apresentado pelo estado de Rondônia (RO) com uma variação de 7,01% comparando-se com os anos de 2019 e 2020.

Os estados mais bem posicionados no ranking, apresentaram arrecadação acima do esperado no período de 2020, destacam-se quatro (4) estados, sendo Roraima (RR) tendo uma variação de 10,63%, os estados do Tocantins (TO), Amazonas (AM) e Pará (PA) que apresentaram arrecadação positiva, tendo uma variação entre os períodos de 2019 e 2020 de 11,55% a 12,02%. O estado de Alagoas (AL) apresentou uma variação de 12,34% igualmente aos dos três (3) estados da região norte (TO, AM e PA), sendo que Alagoas veio de uma receita realizada no período de 2019 de R\$ 3.872.373.176,80 bilhões, obtendo no ano de 2020 uma receita realizada de R\$ 4.350.364.896,88.

Nas duas primeiras posições do ranking estão os estados da região Centro-Oeste, obtendo uma arrecadação efetiva acima de 15%. Os estados do Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) com arrecadação acima do esperado, sendo os valores arrecadados em 2020 superiores aos de 2019.

Mesmo com as medidas tomadas no período de pandemia, observa-se que a maioria dos estados arrecadou acima da previsão de receitas tributárias, conforme o estudo realizado por Monteiro (2020) é notável que ainda falta

conhecimento sobre os possíveis impactos fiscais causados pela pandemia COVID-19, mesmo com a falta de ferramentas para trazer um equilíbrio orçamentário segundo Monteiro, percebesse que somente 5 estados tiveram uma redução em suas receitas.

Dentre os vinte e seis (26) estados mais o Distrito Federal, vinte e dois (22) estados obtiveram arrecadação acima do previsto e dentre os vinte e dois estados, três (3) estados ficaram com arrecadação abaixo de 1%, mas tiveram aumento nas suas receitas realizadas de 2020, os outros cinco (5) estados tiveram redução em suas receitas arrecadadas de 2020 comparando-se com o ano de 2019.

4.3 Comparação com Estudos Anteriores

Ainda são poucos os estudos relacionados às variações ocorridas durante a pandemia de Covid-19 na economia brasileira, devido ao assunto ser recente e demandar pouco tempo para se avaliar com maior profundidade. Desta forma, a pesquisa foi fundamentada em estudos anteriores de autores que podem ter verificado algumas alterações no Brasil possivelmente relacionadas à epidemia global de Covid- 19.

No estudo realizado por Levy, Ferreira e Martins (2021) observou-se que a pandemia de Covid-19 gerou grande impacto sobre o Brasil, principalmente afetando o PIB, no qual houve diferença nominal de 13,7%.

A presente pesquisa corrobora com os dados divulgados pelos autores supracitados. Em 2019 alguns entes evidenciaram médio a alto nível de variação, no intervalo de variação entre 1% até 39% positivo na arrecadação tributária de 19% no Piauí, 12% no Rio Grande do Sul, 8% no Acre e 7% em Sergipe, sendo estes os entes que mais se destacaram acima do nível de arrecadação esperado. Porém, em 2019, ainda entre os estados com médio a alto nível de variação, observa-se que o estado de Roraima foi o ente com maior discrepância no nível de variação na arrecadação tributária, considerando-se às receitas previstas com as efetivamente arrecadadas, resultando numa variação positiva 29%. Já nos estados de Pará, Alagoas e Bahia obteve-se baixo nível de variação de 1% (intervalo entre -19% até -1%), no Rio de Janeiro -2%, Ceará - 3% e no Distrito Federal a variação negativa foi de -4%.

Entretanto, apesar de classificado no baixo nível variação, o estado do Maranhão foi o ente no qual observou-se a maior variação negativa no nível de arrecadação tributária no ano de 2019, sendo de -19% o percentual de variação entre o que foi efetivamente arrecadado comparando com as receitas tributárias que haviam sido previstas.

Conforme os estudos de Máximo (2021), os efeitos indiretos da pandemia implicaram de forma negativa nas atividades econômicas e a perda de arrecadação de impostos e outras receitas ligadas ao ciclo econômico. Em desacordo com os estudos de Máximo, nesta pesquisa verificou-se que em 2019 houve um aumento geral na arrecadação tributária dos entes federativos, pois estava previsto arrecadar R\$ 535,826 trilhões de receitas tributárias e o que efetivamente foi

realizado foi R\$ 546,859 trilhões.

Já no ano de 2020, juntamente com as ideias da pesquisa de Máximo (2021), verificou-se um aumento tanto na receita prevista, quanto na receita realizada. Foram previstas receitas tributárias de R \$534,196 trilhões de reais e o que foi efetivamente arrecadado foi R \$536,988, comprovando-se que houve alteração no nível de na arrecadação tributária dos entes federados.

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021) os impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045. Assim, percebe-se, neste trabalho científico, algumas alterações e estas foram verificadas na arrecadação tributária dos estados. De acordo com os dados analisados na pesquisa, no ano de 2020 houve variação positiva nos estados de Roraima (39%), Roraima (12%) e Tocantins (9%). Estes estados apresentaram-se no no nível de média a alta variação dentre os maiores com baixa variação positiva.

A maior alteração observada na pesquisa deu-se para o estado do Rio Grande do Sul, que em 2019 ocupou a terceira colocação (integrando o grupo de entes do nível de média a alta variação) dentre as maiores variações positivas de arrecadação (12%), o equivalente a mais de 39,673 trilhões de reais arrecadados. Em 2020, o estado passou para a 23ª colocação com variação negativa de 2%, o que equivalente a 28,989 trilhões de reais arrecadados, integrando agora o grupo de entes do nível de baixa arrecadação, abaixo de 2%.

Em grande parte dos estados brasileiros de modo geral houve um aumento nas receitas efetivamente arrecadadas comparadas com as receitas previstas. No ano de 2019 foram arrecadados R\$ 546.859.008.644,41 trilhões em receitas tributárias resultando num aumento de 2% analisando todos os estados brasileiros, visto que a previsão de receitas era de R\$ 535.826.362.676,14 trilhões. Entretanto, conforme segundo o Senado (2022), o primeiro caso de Covid-19 no Brasil somente foi confirmado pelas autoridades sanitárias em 26 de fevereiro de 2020 logo, esse resultado apresentado foi em período anterior à adoção de medidas de contenção do vírus pelas autoridades públicas como o distanciamento social em vários estados.

Conforme o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021), em 2050, os impactos mais expressivos do PIB, no longo prazo, serão percebidos no Amazonas (- 1,38%) e Acre (-1,35%), seguidos por Rondônia (-1,20%) e Roraima (-1,10%), devido às diferenças nas taxas de fatalidade em algumas regiões do país, resultando em impactos regionais diferentes. Seguindo a tese do Ministério de Ciência e Tecnologia, com os resultados apresentados nesta pesquisa, observou-se que nos 2019 e 2020 o estado de Roraima foi o ente de maior variação entre a receita prevista e realizada com uma variação percentual positiva de 29 % em 2019 e aumento para 39% em 2020 das receitas tributárias arrecadadas.

Logo, percebe-se que no curto prazo, os efeitos da pandemia de Covid-19 ainda não são visíveis considerando-se apenas as receitas de tributos; visto que a presente pesquisa visa apresentar apenas o nível de variação, não se dedicando a averiguar as causas dessa alteração. Já em relação a queda na arrecadação, o

estado do Maranhão foi o ente que obteve maior queda arrecadatória nos tributos no ano de 2019 e em 2020 houve baixo nível de variação na arrecadação do ente. Entretanto, comparando-se o nível alteração das receitas efetivamente arrecadadas nos anos comentados, percebe-se que o ente está no com nível de média a alta variação arrecadatória. Assim, percebe-se que os entes federativos mostraram diversas alterações diferentes nos níveis de arrecadação tributárias constantes nos orçamentos públicos no contexto da pandemia de Covid-19.

Ainda segundo os estudos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021), os efeitos da pandemia serão evidenciados nos próximos anos por um longo período. Corroborando os achados do Ministério, os resultados da pesquisa evidenciam que, considerando as receitas efetivamente arrecadadas nos anos de 2019 e 2020 a maior parte dos entes da federação foi considerada com nível de variação média a alta. Dentre os entes, dezenove estados mais o Distrito Federal foram classificados com médio a alto nível de variação na arrecadação das receitas tributárias, três estados apresentaram nível de variação próximo a zero e quatro estados foram considerados com baixo nível de variação na arrecadação tributária apresentada nos orçamentos públicos no contexto da pandemia de Covid-19.

Por fim, percebe-se que a pesquisa se mostrou plausível com os objetivos propostos, oferecendo aos interessados uma percepção real do nível de variação da arrecadação tributária ocorrido no contexto da pandemia de Covid-19 no orçamento público dos estados brasileiros e possibilitando incentivar outros estudos na área, os quais poderiam avaliar se o impacto no orçamento público foi causado pela pandemia.

5 Considerações Finais

O estudo teve por objetivo analisar o nível da variação no nível de arrecadação tributária no orçamento público dos estados brasileiros no contexto da pandemia da COVID-19.

Os resultados evidenciam que, comparando-se as alterações das receitas arrecadas em 2019 e 2020, dezenove estados mais o Distrito Federal os entes considerados com médio a alto nível de variação na arrecadação das receitas tributárias, três estados apresentaram nível de variação zero e quatro estados foram considerados com baixo nível de variação no contexto da pandemia de Covid-19. É importante destacar que, apesar do baixo nível de variação, em alguns entes federados a variação em trilhões de reais foi expressivamente baixa. Entretanto, a presente pesquisa não teve como objetivo levantar as causas desta variação, sendo um tema relevante para outras pesquisas sobre o assunto.

Os objetivos da pesquisa foram atendidos pois conseguiu-se mostrar que realmente houve variação na arrecadação tributária dos estados mais o Distrito Federal e, no decorrer do trabalho foram apresentados os estados que mais se destacaram na variação apresentada.

O escopo da presente pesquisa gira em torno de analisar a variação ocorrida no contexto da pandemia, não sendo, portanto, objetivo as causas e consequências

o que demandaria uma estatística mais aprofundada e robusta. A análise foi realizada através da avaliação do relatório resumido da execução orçamentária dos entes federativos, no qual conseguimos estabelecer um ranking dos estados que apresentaram mudanças na arrecadação das receitas tributárias comparando as receitas previstas, dos anos em questão, com as receitas efetivamente realizadas. Ressalta-se que o estudo visa apenas demonstrar o nível de variação na arrecadação tributária dos estados e DF, entretanto sugere-se que outros estudos sejam feitos para comprovar se as variações apresentadas foram ocasionadas devido à pandemia de Covid-19.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. Superávit primário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit> . Acesso em: 10 out. 2021.
- ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas. Brasília: Editora Gestão Pública, 2009.
- AZEVEDO, Bruna Nogueira Menezes de. Um estudo sobre o desempenho na arrecadação de receita de ICMS dos estados da região sul do Brasil. 2020. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- BNDES. BNDES Oferece Linha de Financiamento para Folhas de Pagamento a Partir de Amanhã. 2020.
- BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2011.
- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 13 out. 2021.
- BREMAEKER, François E. J. de. As Finanças Municipais em 2017. 2018.
- CALDAS, Ricardo Wahrendortt. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- CARDOSO, A. R.; GOMIDE, T. R.; GOMIDE, C. S.; MARTINS, S. O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal Sobre a Gestão Municipal: Um Estudo de Caso do Município de São Miguel do Anta – MG. Revista de estudos contábeis, Londrina, v. 4, n. 6, p. 59-77, jan./jun. 2013.
- CARVALHO, L.N.; LEMES, S.; COSTA, F.M.. Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C.; REYES, D. G. C.; ALMEIDA, G. O. Developing an Evaluating System to Improve Efficiency, Effectiveness and Governance in the Public Sector: The Case of the Program of Subsidies to Exporting Companies in Brazil. Brazilian Business Review, v. 11, n. 6, p. 98-122. 2014.
- DA SILVA, E. C. et al. Diagnosis of Lung Nodule Using Moran's index and Geary's Coefficient in Computerized Tomography Images. Pattern Analysis and Applications, v. 11, n. 1, p. 89-99, 2008.

DAVIES James, Rodrigo LLUBERAS and Anthony SHORROCKS. Why wealth matters. The Global Wealth report. Credit Suisse Global Wealth Databook 2021. Relatório de riqueza global.

DYE, T. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. The Economics of Technical Change and International Trade. LEM Book Series, 1990.

FERNANDES, Antônio S. A. Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In DANTAS, Humberto e JÚNIOR, José Paulo M.(orgs). Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus. 2007.

FLEURY, Sonia. Estado Sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,1994.

GARRIDO, E. P. L. Lei de Acesso às informações públicas. Revista Jurídica da CMN, v. I, p. 50- 70, 2012.

GIACOMONI, JAMES. Orçamento público. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, J.; FILHO, J.; NASCIMENTO, J. Finanças Públicas: Um Estudo Sobre a Rigidez Orçamentária das Despesas Públicas nos Estados do Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 243, p. 76-91, 2020.

HALEEM, A.; JAVAID, M.; VAISHYA, R.; DESHMUKH, S. G. Areas of academic Research with the Impact of COVID-19. The American Journal of Emergency Medicine, v. 38, n. 7, 2020 DOI

KRITSCH, R. Soberania: A Construção de um Conceito. São Paulo: Humanitas, 2002.

LEVY, Paulo Mansur; FERREIRA, Sérgio Fonseca; MARTINS, Felipe dos Santos. Impactos da Pandemia Sobre os Resultados Recentes das Contas Públicas.

MÁXIMO, Wellton. Arrecadação Federal Cai 6,91% em 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/arrecadacao-federal-cai-691-em-2020>. Acesso em: 21 out. 2021

MCASP. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Tesouro Transparente, 2021.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits". Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENDONÇA, Alzino Furtado de et al. Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Uma Análise da Crise gerada pela Covid-19 e a Reação de Política Econômica. Nota Técnica, 13 de maio de 2020.